

RELATÓRIO ANUAL

2022

O BANCO DO DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

Entenda nossos principais
processos, produtos e serviços.

COMO GERAMOS VALOR

Conheça os resultados que
geramos para a sociedade.

DESEMPENHO

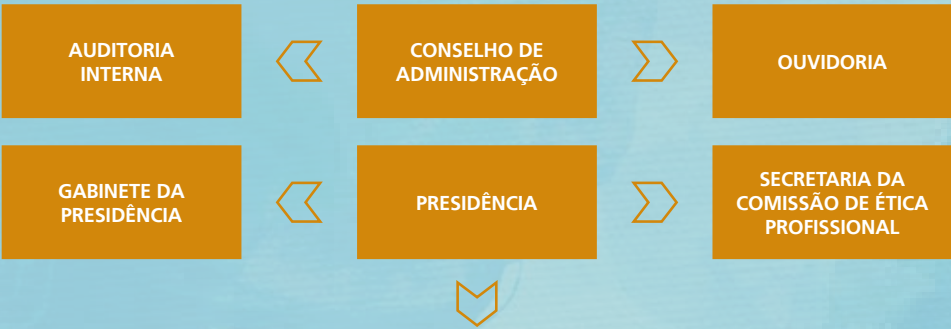
Foram R\$ 97,5 bilhões
desembolsados em 212.469
operações com 135.855 clientes.

VISÃO DE FUTURO

Saiba quais são nossos
desafios e propostas para
os próximos anos.



ORGANOGRAMA 2022



BACK OFFICE

FRONT OFFICE

DIRETORIA DE OPERAÇÕES	DIRETORIA DE PESSOAS E CULTURA	DIRETORIA DE FINANÇAS	DIRETORIA DE COMPLIANCE E RISCOS	DIRETORIA JURÍDICA	DIRETORIA DE CONCESSÕES E PRIVATIZAÇÕES	DIRETORIA DE CRÉDITO PRODUTIVO E SOCIOAMBIENTAL	DIRETORIA DE CRÉDITO A INFRAESTRUTURA	DIRETORIA DE PARTICIPAÇÕES, MERCADO DE CAPITAIS E CRÉDITO INDIRETO
CLAUDENIR BRITO	RODRIGO AQUINO	LOURENÇO TIGRE	CLAUDENIR BRITO	MARCELO RANGEL	FÁBIO ABRAHÃO	BRUNO ARANHA	SOLANGE PAIVA	BRUNO LASKOWSKY
ÁREA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAS E CULTURA ORGANIZACIONAL	ÁREA FINANCEIRA	ÁREA DE INTEGRIDADE E COMPLIANCE	ÁREA JURÍDICA 1	ÁREA DE GOVERNO E RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL	ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA E SOCIOAMBIENTAL	ÁREA DE ENERGIA	ÁREA DE MERCADO DE CAPITAIS, PARTICIPAÇÕES E REESTRUTURAÇÃO DE EMPRESAS
ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		ÁREA DE CONTROLADORIA	ÁREA DE GESTÃO DE RISCOS	ÁREA JURÍDICA 2	ÁREA DE PARCERIAS EM INFRAESTRUTURA ECONÔMICA E DESINVESTIMENTO	ÁREA DE INDÚSTRIA, SERVIÇOS E COMÉRCIO EXTERIOR	ÁREA DE SANEAMENTO, TRANSPORTE E LOGÍSTICA	ÁREA DE OPERAÇÕES E CANAIS DIGITAIS
ÁREA DE SUPORTE AO NEGÓCIO		DEPARTAMENTO DE RELAÇÃO COM INVESTIDORES			ÁREA DE PARCERIAS EM INFRAESTRUTURA SOCIAL E SERVIÇOS AMBIENTAIS	DEPARTAMENTO DE RELACIONAMENTO DE IMPACTO COM O SETOR CORPORATIVO		
					DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE OPERAÇÕES DE SERVIÇOS			

Nota: organograma em 31.12.2022.

RELATÓRIO ANUAL 2022



SUMÁRIO

SOBRE ESTE RELATÓRIO _____ **8**

COMO GERAMOS VALOR EM 2022 _____ **12**

O BRASIL E O MUNDO EM 2022 _____ **14**

O BANCO DO DESENVOLVIMENTO DO BRASIL _____ **16**

NOSSA ESTRATÉGIA _____ **21**

O QUE FAZEMOS _____ **34**

NOVAS SOLUÇÕES E PRODUTOS _____ 40

DESEMPENHO E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA _____ **44**

NOSSO DESEMPENHO _____ **55**

Desempenho operacional _____ 56

Desempenho por tema estratégico _____ 58

DESESTATIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DE PROJETOS _____ 63

APOIO A MPMES 71

MUDANÇAS CLIMÁTICAS 82

IMPACTO DA ATUAÇÃO DO BNDES 88

GOVERNANÇA 96

**ÉTICA, INTEGRIDADE
E TRANSPARÊNCIA 106**

GESTÃO DE RISCOS 112

**NOSSOS
RELACIONAMENTOS 118**

NOSSA EQUIPE 128

**NOVOS DESAFIOS
E VISÃO DE FUTURO 143**

**SUMÁRIO DE
CONTEÚDO DA GRI 146**

**RELATÓRIO DE
ASSEGURAÇÃO 150**

O BNDES é uma instituição com vasta experiência no financiamento a projetos de investimento nos mais diversos setores da economia, assumindo atualmente papel estratégico na promoção de uma transição justa para a economia verde. Como integrantes do mais alto órgão de governança do Banco, acreditamos que ele pode contribuir para que o Brasil seja um ator relevante na transição global para a economia de baixo carbono, financiando projetos de energia renovável, eficiência energética, transporte sustentável, inovação tecnológica e outras iniciativas que reduzam as emissões de gases de efeito estufa (GEE).

A agenda de mitigação e adaptação às mudanças climáticas vem se tornando cada vez mais urgente, e a estratégia do BNDES precisa refletir essa realidade. Nesse sentido, o Banco tem buscado cada vez mais minimizar os impactos socioambientais de sua atuação e dos investimentos que financia, mas também ser um agente de mudança na promoção de práticas empresariais mais sustentáveis e na conscientização da importância da redução de emissões, do desenvolvimento da bioeconomia, da proteção da biodiversidade e da restauração ecológica. O documento de compromissos climáticos divulgado pela instituição em 2022 aponta nessa direção.

Nos últimos anos, especialmente após a pandemia de Covid-19, o BNDES comprovou ser um agente fundamental para a retomada da economia em direção a um modelo sustentável de desenvolvimento. Em 2022, com desembolsos que alcançaram R\$ 97,5 bilhões, financiou e ofereceu soluções inovadoras para inúmeros projetos e empresas. Estamos seguros de que é possível ampliar essa atuação, com foco na inclusão social e na garantia de melhores condições de vida para todos os brasileiros, somando esforços e recursos com o setor privado.

No contexto da necessária reindustrialização do país, o BNDES pode ajudar a estimular a adoção de tecnologias verdes e processos que favoreçam

a economia circular, gerando empregos mais qualificados e aumentando a competitividade das empresas no mercado internacional. Além disso, por meio da reativação de seus instrumentos de apoio à exportação, tem condições de contribuir para que o país conquiste novos mercados globalmente.

Com seu apoio às micro, pequenas e médias empresas (MPME), que vem contribuindo para ampliar o acesso dessas empresas a crédito, o Banco deve seguir promovendo a geração de emprego e renda para inúmeros empreendedores e trabalhadores. Fundamentais para a economia brasileira, as MPMEs muitas vezes têm dificuldades para obter financiamento dos bancos tradicionais, de forma que as soluções de crédito e garantia oferecidas pelo Banco atuam no sentido de compensar essa falha de mercado.

Já na área de infraestrutura, em que o BNDES teve papel histórico desde sua fundação em 1952, para além da atividade de estruturação de projetos, é preciso que o Banco retome seu papel no financiamento a setores essenciais, como saneamento, logística, mobilidade urbana e energia, ajudando a suprir o déficit de investimentos. Ao mesmo tempo, há espaço para que sejam replicadas com maior escala experiências bem-sucedidas em concessões e PPPs de infraestrutura social, em projetos de educação, saúde e segurança.

Por fim, em sintonia com as políticas e diretrizes sinalizadas pelo Governo Federal a partir de 2023, merece destaque a decisão da nova administração do Banco de promover a equidade de gênero e valorizar a diversidade internamente, tornando a instituição mais inclusiva e próxima de todos os brasileiros.

Este relatório, cuja integridade das informações asseguramos, traz um amplo panorama da atuação do BNDES ao longo de 2022, além de apontar para qual deve ser a estratégia da instituição para os próximos anos. Representa, portanto, um compromisso com a transparência sobre o que foi realizado e o que se espera para o futuro.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

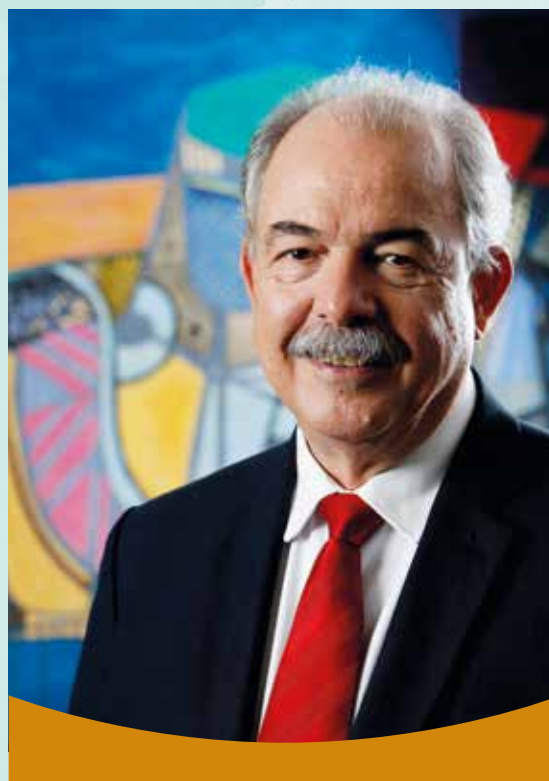
[GRI 2-22]

Com a certeza de que o BNDES é uma instituição estratégica para o crescimento do país, assumimos a Presidência da instituição em 2023 empenhados em fazer com que o Banco reassuma seu protagonismo na ampliação do investimento na economia real e na promoção do desenvolvimento econômico, social e ambiental. Para isso, acreditamos que é preciso intensificar a atuação do BNDES em prol de uma agenda reindustrializante, inclusiva, verde, digital, inovadora e criativa – o que não significa concorrer com o setor privado, mas somar esforços com o papel histórico do Banco de indutor do desenvolvimento.

A atuação recente do Banco para mitigar os impactos econômicos e sociais da pandemia de Covid-19, com soluções de crédito e garantia (FGI Peac, Peac Maquininhas e fundos) que ajudaram as micro, pequenas e médias empresas (MPME) a sobreviver a crise e manter empregos, demonstrou a importância da atuação anticíclica da instituição. O apoio do Banco foi decisivo também para o setor de saúde, frente à gravidade da pandemia e ao impacto do negacionismo científico.

Essa atuação revela o quão estratégico para o país é contar com um banco de desenvolvimento como o BNDES, que atua para gerar emprego e renda, promover a inclusão social e estimular a competitividade e a inovação da indústria nacional. Ao mesmo tempo, mostra que podemos fazer mais, ampliando nosso apoio a setores capazes de inserir o Brasil em mercados internacionais e gerar postos de trabalho mais qualificados no país.

A retomada dos investimentos na indústria, com foco em tecnologias limpas, economia



circular e inovação, assim como a reativação dos mecanismos de apoio às exportações do Banco, como fazem as maiores economias globais, são passos fundamentais nessa direção. Precisamos impulsionar o crescimento e a modernização das MPMEs, grandes geradoras de emprego e renda, por meio de crédito indireto e garantias.

Na agenda verde, da mesma forma, é evidente a importância do BNDES para garantir a transição justa para uma economia de baixo carbono. Seja no financiamento às energias renováveis, que incluem o apoio à difusão da geração eólica e solar, aos biocombustíveis e, mais recentemente, ao hidrogênio verde, seja no estímulo a projetos de restauração ecológica, conservação ambiental e outras soluções baseadas na natureza, o Banco é um ator essencial para garantir um futuro mais

sustentável ao planeta. A partir de 2023, queremos contribuir para que o Brasil recupere seu papel de liderança no combate às mudanças climáticas, participando decisivamente do esforço global de redução de emissões de gases de efeito estufa. Para isso, já retomamos as atividades do Fundo Amazônia, instrumento comprovadamente contributivo para o combate ao desmatamento e estímulo à produção sustentável na região.

O investimento em infraestrutura, outra vertente histórica de atuação do BNDES, merece também atenção especial, a fim de que possamos suprir o déficit histórico de investimentos no setor. A atuação do Banco na estruturação de projetos de concessão e PPP nos últimos anos não deve ofuscar nosso papel relevante e prioritário no financiamento – que fomenta e complementa o mercado em projetos essenciais para o bem-estar da população, em setores de transportes/logística, energia, saneamento, mobilidade urbana, entre outros.

Em 2022, os desembolsos do BNDES tiveram um aumento nominal de cerca de 50%, chegando a R\$ 97,5 bilhões, valor comparável ao tamanho do Banco em 2008, mas ainda um patamar equivalente a 1% do PIB, muito distante dos níveis históricos que vislumbramos recuperar no futuro próximo. Precisamos incrementar a contribuição do BNDES no investimento, o que passa por repensar e diversificar nosso *funding* e buscar taxas mais atrativas e diferenciadas, em complemento à taxa de longo prazo (TLP), para temas específicos. Isso é especialmente válido, por exemplo, no apoio a projetos de desenvolvimento social e economia verde, que apenas em 2022 representaram desembolsos de R\$ 33,5 bilhões e R\$ 17,6 bilhões, respectivamente.

Queremos construir o BNDES do futuro, e para tanto estamos comprometidos com a promoção de um ambiente de trabalho plural no Banco, que leve em conta a equidade e a valorização da diversidade, em aspectos de gênero, raça, etnia, e que considere o vasto espectro cultural do país. O corpo funcional do BNDES é o principal ativo da instituição e deve retratar também o que esperamos que o país alcance em termos de inclusão, respeito e pluralidade de pensamento.

Vamos juntos trabalhar por um país justo e solidário, um país soberano e respeitado no mundo, que traga oportunidades para todos e todas – desde as cooperativas de catadores até as grandes empresas inovadoras. Vamos lutar incansavelmente pela nossa missão de retomar o protagonismo do BNDES no desenvolvimento econômico, social e ambiental brasileiro e pelo propósito de melhorar a vida de gerações.

Fruto de uma reflexão coletiva, esse relatório apresenta os principais resultados alcançados pelo Banco em 2022 e aponta como estamos reformulando a estratégia para os próximos anos, buscando gerar valor para a sociedade brasileira em curto, médio e longo prazo. A publicação segue os princípios do relato integrado, como exigido para prestação de contas para o TCU, e busca apresentar os principais impactos econômicos, sociais e ambientais do BNDES, com base no modelo da Global Reporting Initiative (GRI). Asseguro, assim, a integridade deste relato e convido os leitores a conhecer mais sobre nossa visão de futuro nas próximas páginas.

ALOIZIO MERCADANTE
Presidente do BNDES

SOBRE ESTE RELATÓRIO



Todos os resultados e informações apresentados neste relatório englobam as três empresas que compõem o Sistema BNDES, exceto quando especificado de outra forma. [GRI 2-2]

Uma vez que esse padrão é exigido ainda pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para a prestação de contas anual da instituição, este relatório é também o relatório de gestão do BNDES. Informamos que este documento está de acordo com a estrutura do relato integrado e não apresenta omissão de informações obrigatórias.



Acesse este e outros contratos firmados pelo BNDES em: www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/licitacoes-contratos/contratos-administrativos/contratosecompras/contratos/

Nosso relatório anual abrange todo o Sistema BNDES: o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a BNDES Participações S.A. (BNDESPAR) e a Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. (FINAME). [GRI 2-2] O período reportado vai de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022. Acontecimentos relevantes ocorridos entre esse período e a aprovação do relatório pelo Conselho de Administração (CA), em 26 de maio de 2023, também foram incluídos. [GRI 2-3] [GRI 2-14]

A Lei das Estatais requer a adoção de pelo menos um dos dois modelos abaixo, ambos seguidos pelo BNDES.

- **Relato integrado**, da Value Reporting Foundation: busca mostrar como geramos ou pretendemos gerar valor em curto, médio e longo prazo para nossos diferentes públicos de interesse.
- **Relatório de sustentabilidade**: com base no padrão da Global Reporting Initiative (GRI), relatamos indicadores de sustentabilidade que buscam dar transparência a nosso impacto ambiental, social e econômico. Os indicadores podem ser identificados ao longo de cada capítulo e no sumário de conteúdo da GRI no fim do documento.

A KPMG Auditores Independentes foi contratada por meio de licitação para realizar a asseguração externa deste relatório. O processo contemplou a apresentação de evidências das informações relatadas pelo BNDES para uma amostra selecionada de indicadores GRI, além de entrevistas com os responsáveis por seu reporte, o que envolveu equipes de diferentes áreas do Banco. A consultoria avaliou também a aderência do relatório ao modelo do relato integrado. A minuta do relatório de asseguração foi submetida ao conhecimento do CA com a versão do relatório encaminhada à aprovação. O relatório de asseguração limitada assinado pela KPMG, com uma descrição das normas e dos procedimentos utilizados, está inserido ao fim desta publicação. [GRI 2-5]

Assim como em nosso último relatório, indicamos ainda, nas seções relacionadas a nosso desempenho e aos temas materiais, como nossa atuação se relaciona com os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Diferentemente do que ocorreu no relato anterior, a Comunicação de Progresso (CoP) do Pacto Global será realizada em plataforma *on-line* da própria iniciativa. Ainda assim, no Sumário GRI, apresentamos a relação entre os indicadores respondidos, os dez princípios do Pacto Global e os 17 ODS.

Para informações mais aprofundadas sobre temas específicos, acesse www.bndes.gov.br/publicacoes e consulte também:

- Relatório da Administração;
- Demonstrações financeiras do Sistema BNDES;
- Relatório de Efetividade;
- Relatório de Gerenciamento de Riscos;
- Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa;
- Relatório de Análise do Desempenho Estratégico;
- Relatório de Atividades do Fundo Amazônia;
- Relatório Anual de Impacto das Operações de Crédito no Combate às Desigualdades;
- Seção “Transparência e prestação de contas” em nosso *site*;
- Seção “Desenvolvimento sustentável” em nosso *site*;
- Painel ODS em nosso *site*;
- Painel NDC em nosso *site*;
- Portal BNDES Relações com Investidores.

Este relatório, em português e inglês, e um *hotsite* com seus principais destaques estão disponíveis em www.bndes.gov.br/ra2022.



Acesse em <https://ri.bndes.gov.br/informacoes-financeiras/central-de-resultados/>

Como consequência de arredondamentos, a soma dos números nos gráficos pode não ser exata, assim como a soma dos percentuais dos gráficos pode não totalizar 100. Pelo mesmo motivo, pode haver pequena variação entre valores apresentados ao longo do relatório.

Por fim, reformulações de informações, quando ocorridas, serão mencionadas ao longo do texto, assim como seu motivo e efeito. [GRI 2-4]

CONTATO

Para mais informações sobre este documento e seu conteúdo, envie um *e-mail* para relatorioanual@bndes.gov.br. [GRI 2-3]

Caso tenha interesse em se tornar assinante, acesse a opção “Pedido de publicações” em: www.bndes.gov.br/bibliotecadigital.

MATERIALIDADE [GRI 3-1]

A materialidade de nosso relatório vinha sendo definida anualmente devido a mudanças relevantes na estratégia do Banco nos últimos anos. Neste relatório, optamos por manter os temas materiais já identificados e aprovados em 2021, uma vez que foram mantidas as principais diretrizes do planejamento estratégico da instituição e sua estrutura organizacional ao longo de 2022.

Em razão da mudança na gestão do Banco ocorrida no início de 2023, será feita uma revisão do planejamento estratégico, que, possivelmente, impactará a geração de valor da instituição em curto, médio e longo prazo e, por conseguinte, sua materialidade em 2023. Diante disso, na medida do possível e com base nas informações disponíveis até o momento da edição deste relatório, indicativos da nova estratégia foram inseridos ao longo do texto, principalmente nas seções Nossa estratégia e Novos desafios e visão de futuro.

Para confirmar a continuidade dos temas materiais para o ano de 2022, adotamos as seguintes medidas:

DEFINIÇÃO DA MATERIALIDADE

- ➔ Analisamos os assuntos mais abordados nas redes sociais, na comunicação com imprensa, órgãos de controle, parceiros e investidores, na Ouvidoria, no Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e na Central de Atendimento de modo a confirmar o interesse dos *stakeholders* nos temas eleitos em 2021.

- ➔ A partir dessas consultas, identificamos que os temas abordados no relatório anterior permaneciam relevantes para nossas partes interessadas. No entanto, verificamos que um dos temas discutidos em 2021 poderia ser apresentado com um recorte mais específico em 2022. Na temática de sustentabilidade, ganhou destaque em nossa pesquisa a preocupação com as mudanças climáticas, que foi objeto de interesse das ações do Banco voltadas para reflorestamento, descarbonização e mercado de créditos de carbono. Outras questões relacionadas a sustentabilidade foram incorporadas ao tema Impacto da atuação do BNDES.

Apreciação dos temas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração [GRI 2-14]

Os cinco temas – Mudanças climáticas, Impacto da atuação do BNDES, Novas soluções e produtos, Desestatização e estruturação de projetos e Apoio a MPMEs – foram levados à apreciação da Diretoria e do CA no início de 2023, com a ressalva de que foram aprovados originalmente em 2021 e que sua manutenção seria importante para a prestação de contas do ano de 2022. Ambos os colegiados concordaram com a manutenção dos temas desde que fossem incluídas informações mínimas disponíveis sobre a nova estratégia em elaboração.

Apresentamos a seguir nossa matriz de materialidade, com temas que afetam nossa capacidade de gerar valor a curto, médio e longo prazo e que provocam impacto econômico, social ou ambiental relevante. Destacamos cada tema ao longo do relatório, explicando por que ele é material, seus limites e sua forma de gestão no BNDES. Além de ser apresentado nos capítulos indicados, cada tema material é abordado em sua própria seção de destaque.

O processo de definição dos temas materiais de 2021 pode ser consultado no Relatório Anual 2021 do BNDES.



Acesse em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/22344/3/PR_RELANUAL_2021.pdf

MATRIZ DE MATERIALIDADE

TEMA	LIMITES	CAPITAIS	ODS	CAPÍTULOS	PÚBLICOS PRINCIPAIS
APOIO A MPMEs GRI: [3-3] [203-2]	Ampliação do acesso a crédito; desconcentração bancária; atuação de agentes financeiros; participação nas operações e nos desembolsos totais.	» Social e de relacionamento	8, 9, 10	» Destaque Novas soluções e produtos » Nosso desempenho » Nossos relacionamentos	
DESESTATIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DE PROJETOS GRI: [3-3] [203-1] [203-2]	Concessões, privatizações e parcerias público-privadas: processo e projetos.	» Manufaturado » Social e de relacionamento	6, 7, 8, 9, 11, 13, 17	» O que fazemos » Nosso desempenho	
IMPACTO DA ATUAÇÃO DO BNDES GRI: [3-3] [2-23] [2-24] [203-1] [203-2] [304-2] [403-7] [408-1] [409-1] [413-1] [413-2]	Impactos econômicos, sociais e ambientais das ações do Banco; monitoramento e avaliação.	» Manufaturado » Intelectual » Social e de relacionamento » Natural	Todos	» Nossa estratégia » Como geramos valor » Nosso desempenho » Destaque Mudanças climáticas	
MUDANÇAS CLIMÁTICAS GRI: [3-3] [305-1] [305-2] [305-3] [305-4]	Descarbonização, reflorestamento, mercado de crédito de carbono.	» Natural » Social e de relacionamento	7, 13, 17	» O Brasil e o mundo em 2022 » Nosso desempenho » Destaque Impacto da atuação do BNDES » Nossos relacionamentos » Novos desafios e visão de futuro	
NOVAS SOLUÇÕES E PRODUTOS GRI: [3-3] [2-24]	Garantias; cofinanciamento com agentes privados; operações com debêntures; <i>matchfundings</i> .	» Financeiro » Social e de relacionamento	4, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 15, 16, 17	» Destaque Mudanças climáticas » Nosso desempenho » Destaque Impacto da atuação do BNDES	

LEGENDAS



SOCIEDADE



GOVERNO



ÓRGÃOS DE CONTROLE E DE FISCALIZAÇÃO



INVESTIDORES



CLIENTES



ACADEMIA



AGENTE FINANCEIRO

COMO GERAMOS VALOR EM 2022

CAPTAMOS

INSUMOS

 FINANCEIROS	
R\$ 22,2 bilhões de recursos do FAT	R\$ 23,8 bilhões de entradas originadas da carteira de renda variável
R\$ 2,0 bilhões de captações internas e externas	R\$ 116,7 bilhões de retorno das operações de crédito
 HUMANOS	
2.423 empregados concursados	85% de nível universitário
 INTELECTUAIS	
70 anos de conhecimento acumulado em análise setorial e em estruturação de projetos	750 empregados com participação em treinamentos externos de curta duração e programas de certificação
 SOCIAIS E RELACIONAIS	
+ de 4,5 milhões de visitas a nosso site no ano	+ de 500 proposições legislativas acompanhadas
3.155 demandas recebidas e tratadas pela Ouvidoria	31 filiações a entidades de diferentes setores da economia
cerca de 89 mil atendimentos realizados por nossa Central	

TENDO COMO

IDENTIDADE INSTITUCIONAL

[GRI 2-6]

	PROPÓSITO Transformar a vida de gerações, promovendo desenvolvimento sustentável
	VALORES Ética, espírito público, compromisso com o desenvolvimento e excelência
	PRINCÍPIOS Comprometimento, agilidade, cooperação, inovação, transparência e efetividade
	MISSÃO Viabilizar e propor soluções que transformem o setor produtivo e promovam o desenvolvimento sustentável
	VISÃO Ser o banco do desenvolvimento sustentável brasileiro
	COMPORTAMENTOS Decisões com base no propósito, excelência no atendimento ao cliente, olhar inovador, liderança engajadora, colaboração e integração, e desenvolvimento contínuo

TEMAS ESTRATÉGICOS DE NEGÓCIO

[GRI 2-6]

	INFRAESTRUTURA
	ESTRUTURA PRODUTIVA
	SOCIAL
	AMBIENTAL
	MPME
	MODERNIZAÇÃO DO ESTADO
	EMERGENCIAL

PARTES INTERESSADAS

[GRI 2-6]



SOCIEDADE



GOVERNO



ÓRGÃO DE CONTROLE
E DE FISCALIZAÇÃO



INVESTIDORES



PÚBLICO INTERNO



CLIENTES



AGENTES FINANCEIROS



ACADEMIA

PRODUTOS E SERVIÇOS

[GRI 2-6]



FINANCIAMENTOS
(p. 35)



SERVIÇOS
(p. 38)



PARTICIPAÇÕES
(p. 39)



GARANTIAS
(p. 38)



APOIO NÃO REEMBOLSÁVEL
(p. 37)



PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO
(p. 39)

PARA GERAR

RESULTADOS

Conforme indicado, algumas entregas já foram realizadas, enquanto outras refletem a consolidação dos resultados previstos por projetos aprovados em 2022.



FINANCEIROS

R\$ 97,5 bilhões
em desembolsos, equivalentes
a 1% do PIB

R\$ 41,7 bilhões
de lucro líquido, sendo **R\$ 12,5 bilhões** de
lucro líquido recorrente

R\$ 14 bilhões
em tributos

R\$ 33,3 bilhões
de resultado com participações societárias



MANUFATURADOS [GRI 203-1] [GRI 203-2]

719 mil
pessoas a serem beneficiadas por
acesso a serviços de banda larga fixa
(pessoas conectadas)

410 mil
usuários por dia útil a serem
atendidos por sistemas de alta e média
capacidade de mobilidade urbana

3,4 GW
de aumento de capacidade de geração
de energia renovável previsto

1.133 km
de expansão de rede de distribuição
de gás natural implantada

2.591 km
de trechos rodoviários com previsão de
implantação, duplicação ou modernização



INTELECTUAIS

2,7 milhões
de downloads na
biblioteca digital do BNDES

20 publicações
lançadas para disseminação de
conhecimento e transparência



SOCIAIS E RELACIONAIS [GRI 203-1] [GRI 203-2]

156 mil
MPMEs e pessoas físicas apoiadas

40,6 mil
microempreendedores a serem
beneficiados em operações de
microcrédito

+ de 10 milhões
de pessoas a serem beneficiadas
por acesso à rede e a tratamento
de esgoto a partir de projetos apoiados

1,1 milhão
de empregos gerados ou mantidos
durante a fase de implementação
dos investimentos fixos apoiados

2,3 mil
mulheres apoiadas por meio do Programa
Nacional de Fortalecimento da Agricultura
Familiar (Pronaf Mulher)

4,4 milhões
de alunos a serem beneficiados
pelo apoio à educação básica
e profissionalizante

645 unidades
de saúde do SUS a serem beneficiadas com nosso apoio



NATURAIS

22,9 milhões
de toneladas de CO₂e em emissões evitadas por
meio de projetos de energias renováveis,
mobilidade urbana, biocombustíveis e iluminação
pública aprovados ou com leilão realizado no ano

12,1 mil
hectares de parques
e florestas a serem conservados
por meio de projetos apoiados

O BRASIL E O MUNDO EM 2022



A retomada do crescimento econômico mundial, possibilitada pela superação da fase mais crítica da pandemia a partir de meados de 2021, arrefeceu em 2022 devido à guerra na Ucrânia, à intensificação do processo de aperto monetário nos Estados Unidos da América (EUA) e no mundo e às dificuldades enfrentadas pela China para retomar seu dinamismo.

A intensificação das altas nos juros básicos mundiais está associada à persistência da inflação. Ao longo de todo o segundo semestre de 2022, a inflação acumulada em 12 meses se manteve próxima ou acima dos dois dígitos nas principais economias do mundo, processo alimentado pela lenta normalização das cadeias de suprimento, interrompidas durante a pandemia, e pela elevação dos preços de energia e de *commodities* desde o fim de 2021, com aceleração a partir do início da Guerra na Ucrânia.

O Brasil está inserido no contexto mundial de alta de preços, mas as desonerações estabelecidas a partir de meados de 2022 levaram a uma redução dos índices de inflação a partir do terceiro trimestre. Além disso, o regime pluviométrico mais intenso permitiu a manutenção de menores preços para a energia elétrica no país. Dessa forma, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) na medida de 12 meses apresentou queda durante todo o quarto trimestre, encerrando o ano em 5,79%, ainda acima do limite superior da meta de inflação.

A atividade econômica surpreendeu positivamente no decorrer de 2022. O produto interno bruto (PIB) do Brasil cresceu 2,9%.

Contudo, a continuidade da trajetória de alta da Selic que encerrou o ano em 13,75%, somada ao alto endividamento e comprometimento das famílias, contribuiu para enfraquecer a atividade econômica no último trimestre. Com isso, o PIB apresentou contração de 0,2% e o mercado de trabalho deu sinais de desaceleração.

No plano político, o ano foi marcado pela realização de eleições em outubro para definir representantes nos poderes Executivo e Legislativo, em nível federal e estadual. O processo eleitoral resultou em mudança na Presidência da República, com início da transição de governo já nos últimos meses de 2022.

Em 2023, uma nova administração tomou posse no BNDES, priorizando novas agendas estratégicas com impacto em nossa estrutura organizacional e em nosso planejamento estratégico.

Na COP27, a Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, realizada em novembro de 2022 no Egito, a urgência das questões climáticas foi reafirmada, com destaque para a confirmação de metas internacionais de redução dos gases de efeito estufa. Já na Conferência sobre Biodiversidade (COP15), foi assinado acordo histórico para proteção da biodiversidade, e, no Brasil, o novo governo divulgou compromissos com a retomada do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDam).

O Brasil conta com características próprias que possibilitam enfrentar e contornar os desafios atuais, tendo grande relevância para o sucesso da transição global para a economia verde e do combate às mudanças climáticas.

Uma expansão contínua dos níveis de investimento é necessária para que o crescimento econômico do país seja consistente. No contexto internacional atual, de reorganização das práticas de comércio exterior com base em maior protecionismo, a integração regional e a facilitação do intercâmbio com nossos maiores parceiros comerciais, bem como a realização de inversões que acarretem aumento de produtividade e de capacidade produtiva, tornam-se especialmente relevantes.

O BANCO DO DESENVOLVIMENTO DO BRASIL



O QUE É UM BANCO DE DESENVOLVIMENTO?

Os primeiros bancos de desenvolvimento (BD) surgiram na Europa em meados do século XIX, mas a maior parte das instituições atuais foi criada após a Segunda Guerra Mundial, em razão dos esforços de reconstrução dos países ou de industrialização de nações em desenvolvimento. Desde então, houve períodos de crescimento e retração dessas instituições, sendo os últimos anos marcados por um movimento de surgimento de novos BDs.



Acesse em: <https://doi.org/10.1016/j.ceqi.2021.10.001>

A maior e mais completa base de dados sobre BDs, construída pela Universidade de Beijing em colaboração com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), identificou 528 instituições financeiras de desenvolvimento no mundo (em janeiro de 2023). Além do Brasil, diversos países (desenvolvidos e em desenvolvimento) mantêm instituições de desenvolvimento fortes, como Alemanha, China, Coreia do Sul, Espanha, Japão, México, França e Rússia.

Essas entidades vêm cumprindo papel relevante no desenvolvimento socioeconômico de países e regiões onde atuam, em cenários tanto de estabilidade quanto de crise. Além de seu papel no apoio a investimentos estratégicos no longo prazo, elas cumprem uma função anticíclica importante em momentos de instabilidade do mercado de crédito, atenuando a queda da oferta de recursos privados e possibilitando uma recuperação econômica mais rápida. Isso se mostrou fundamental, nos últimos anos, para mitigar os impactos sociais e econômicos provocados pela pandemia de Covid-19.

Os BDs diferem em uma série de aspectos: estrutura de capital; *funding*; variedade de setores apoiados; porte dos clientes; modelos de financiamento; condições de crédito; regulação e supervisão; e governança corporativa. Além disso, costumam conjugar diferentes instrumentos de apoio, como

crédito, garantias, seguros, participação acionária, fundos não reembolsáveis e elaboração de projetos.

Embora cada instituição tenha sua forma de atuar, todas auxiliam a implementação de políticas públicas, complementam as ofertas de crédito do sistema financeiro privado e contribuem para que os setores privado e público assumam riscos e desafios em investimentos estratégicos de longo prazo. Em geral, contam também com alguma forma de apoio do governo – isenção de impostos, garantias da União, acesso a fundos constitucionais e parafiscais ou subsídios – para implementação de políticas públicas.

Apesar da importância da *performance* financeira para a manutenção das atividades, os BDs não têm o lucro como medida principal de seus resultados. A maximização do bem-estar social e o desenvolvimento econômico e ambientalmente sustentável são os objetivos primordiais dessas instituições.

Nos últimos anos, a estratégia de longo prazo dos BDs tem priorizado a transição para um modelo econômico inclusivo, compatível com as mudanças climáticas e redutor de desigualdades de renda. Esse foco foi consolidado pelo lançamento da Agenda 2030 pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2015, com a definição dos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), que passaram a orientar investimentos na “nova economia”.

Disponibilizamos em nosso *site* uma seção dedicada a difundir conhecimento sobre a atuação das instituições financeiras de desenvolvimento (IFD), esclarecendo sobre suas contribuições para o crescimento e o desenvolvimento das nações. A página reúne estudos sobre o tema, elaborados por nosso corpo funcional e já publicados em nossos periódicos ou coleções, que foram divididos pelos seguintes subtemas: (i) experiências internacionais comparadas; (ii) atuação em segmentos/setores; e (iii) gestão de riscos e aspectos regulatórios.



Acesse em: www.bndes.gov.br/ifds

QUEM SOMOS? [GRI 2-1]

Somos o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), uma empresa pública federal, vinculada durante 2022 ao Ministério da Economia e, a partir de 2023, ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), sendo o principal instrumento do Governo Federal, nosso único acionista, para financiamento de longo prazo e investimento nos diversos segmentos da economia brasileira. Operamos desde 1952 e somos um dos maiores BDs do mundo.

O Sistema BNDES é formado por três empresas: o BNDES e suas subsidiárias – a BNDES Participações S.A. (BNDESPAR), que atua no mercado de capitais, e a Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. (FINAME), dedicada ao fomento da produção e da comercialização de máquinas e equipamentos.



Saiba mais na seção
O que fazemos



Saiba mais no destaque
Novas soluções e produtos



Saiba mais no destaque
Impacto da atuação do BNDES



Saiba mais na seção
Governança

Nossa **atuação** ocorre por meio de financiamento e crédito; concessão de recursos não reembolsáveis; prestação de garantias; serviços; e participação e títulos; além de produção de conhecimento.

Disponibilizamos **produtos, programas e fundos**, conforme a modalidade e a característica das operações. [GRI 2-6]

Avaliamos o apoio a cada projeto com foco em seu potencial de geração de **impacto** social, ambiental e econômico para o país, direto ou indireto.

Nossa **governança** é composta por regras e padrões de gestão criteriosos e envolve o relacionamento entre instâncias internas, como Conselho de Administração (CA), Diretoria Executiva, Conselho Fiscal (Cofis) e demais comitês; e externas, como Congresso Nacional, Controladoria-Geral da União (CGU), Banco Central do Brasil (BCB), Tribunal de Contas da União (TCU) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

ONDE ESTAMOS LOCALIZADOS [GRI 2-1] [GRI 2-6]

Atuamos em todo o território nacional. Temos sede e foro oficial em Brasília (DF), no entanto,

mais de 93% de nossos empregados estão alocados em nosso escritório central no Rio de Janeiro (RJ), em edifício próprio – o Edifício de Serviços Juvenal Osório Gomes (Edserj). Também temos representações em São Paulo (SP) e no Recife (PE).

Para alcançar as demais localidades e facilitar o acesso de nossos clientes a nossas linhas de financiamento, principalmente para as **micro, pequenas e médias empresas (MPME)**, atuamos também de forma indireta, isto é, por meio de parceiros que ofertam nossos produtos. Temos mais de setenta agentes credenciados, entre bancos comerciais privados e públicos, bancos de cooperativa e de montadora, bancos de desenvolvimento regionais e agências de fomento.

ESCRITÓRIOS EFICIENTES

Em janeiro de 2023, o Edserj recebeu o Certificado LEED EB O+M Nível Ouro (*Leadership in Energy and Environmental Design* para operação e manutenção de edificações), cujo ciclo de verificação ocorreu em 2022. Foi reportada eficiência superior em comparação ao ciclo anterior, finalizado em 2017, no qual havia sido obtida certificação nível prata. Destacaram-se, nessa última verificação, iniciativas relacionadas aos deslocamentos de baixo impacto ambiental dos usuários, à gestão de áreas externas, ao consumo de água, materiais e recursos naturais, à eficiência energética e à qualidade dos ambientes internos do edifício.

Com a implementação do **trabalho híbrido**, foi instaurada iniciativa corporativa visando a realização de estudos para implantação do *smart office*, um novo conceito de leiaute e uso dos escritórios que investe na automação, mobilidade e multifuncionalidade dos espaços, podendo viabilizar redução de custos com imóveis e *facilities*, além de estimular um trabalho mais eficiente, integrado e colaborativo.



Saiba mais na seção
Nossa equipe



Saiba mais no destaque
Apoio a MPMEs



Saiba mais na seção
Nossa equipe

SÉRIE COMPARATIVA

Em 2022, houve elevação de consumo de praticamente todos os elementos na comparação com 2021. Embora tenha ocorrido queda na ocupação do Edserj no início do ano, devido à chegada da variante Ômicron, o Plano de Retorno ao Trabalho Presencial foi retomado em março, quando se verificou maior estabilidade da situação da pandemia. Progressivamente, as atividades presenciais elevaram o patamar médio diário de usuários, resultando em aumento esperado do consumo dos recursos.

Além disso, para o ano de 2022, passamos a reportar o consumo de energia de nossos outros escritórios (Brasília, Recife e São Paulo) e de nossa central de atendimento ao cliente (CAC) em Botafogo, no Rio de Janeiro, assim como consumo de outros combustíveis (GLP e gasolina/etanol), em alinhamento às informações fornecidas para o GHG Protocol.



Saiba mais no destaque
Mudanças climáticas

Consumo de energia [GRI 302-1]

Toda a energia elétrica consumida no Edserj – que representa mais de 90% do consumo total do Banco – é adquirida no mercado privado de energia elétrica e lastreada em fonte de geração incentivada – pequenas centrais hidrelétricas (PCH). Foram adquiridos certificados de energia renovável (IREC) correspondentes à totalidade do consumo do edifício em 2022. O consumo de fontes não renováveis consiste principalmente em óleo *diesel* para alimentação dos geradores de emergência, recurso utilizado, na maioria das vezes, em testes ao longo do ano.

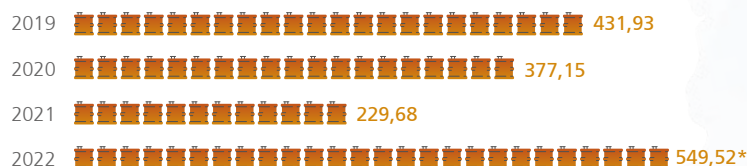
As medidas de conservação e eficiência energética em 2022 tiveram impacto marginal no resultado do consumo, sendo a parcela mais relevante do resultado explicada pela maior ocupação do prédio devido ao retorno das atividades presenciais. [GRI 302-4]

CONSUMO DE ENERGIA (MWH)



↑ Aumento de 13,26% em relação ao consumo de 2021, decorrente do retorno das atividades presenciais no Edserj a partir de março de 2022 e da inclusão do consumo dos escritórios regionais e CAC (equivalente a 952,33 MWh).

CONSUMO DE ÓLEO DIESEL (gigajoules)

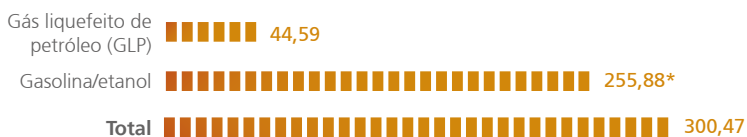


* Sendo 497,85 em não renováveis (*diesel*) e 51,67 em renováveis (*biodiesel*), considerando percentual de 10% de *biodiesel* ao longo de 2022 (Resolução CNPE 16/2021).

↑ Aumento de 139,25% em relação ao consumo de 2021.

O aumento do consumo de *diesel* decorre principalmente de paradas técnicas na subestação de energia da concessionária, ocorridas em maio e julho, que demandaram a utilização dos geradores por período superior ao padrão dos testes mensais, e da substituição do produto armazenado em razão da vida útil, ocorrida em abril. Adicionalmente, foi incluído consumo de *diesel* de um trator utilizado no Edserj e dos escritórios de São Paulo e Recife (equivalente a 46,19 GJ).

CONSUMO DE OUTROS COMBUSTÍVEIS 2022 (gigajoules)



* Sendo 203,64 em não renováveis (gasolina pura) e 52,24 em renováveis (etanol anidro), considerando o percentual de 27% de etanol.

O GLP é utilizado em empilhadeiras para movimentação de material no Edserj e o consumo de gasolina/etanol diz respeito ao abastecimento de frota própria do BNDES.

CONSUMO TOTAL DE ENERGIA (gigajoules)



Considera o consumo total de combustíveis (GLP, *diesel* e gasolina) e de energia elétrica. Para a conversão das unidades de medida de *diesel*, *biodiesel*, GLP, gasolina e etanol anidro foi utilizado como referência o Balanço Energético Nacional 2022 (EPE/MME).

TAXA DE INTENSIDADE ENERGÉTICA [GRI 302-3]



↑ Aumento de 6,11% em relação a 2021.

Consumo total de eletricidade (MWh)/empregado*/ano.

* Considera ativos no dia 31 de dezembro de cada ano. Não inclui estagiários, cuja jornada é inferior à jornada padrão dos empregados do BNDES.

Acesse em: www.gov.br/ana/pt-br/sala-de-situacao/paraiba-do-sul/boletins/mensal/boletim_mensalpb_sul_2022_dezembro.pdf



Consumo de água [GRI 303-5]

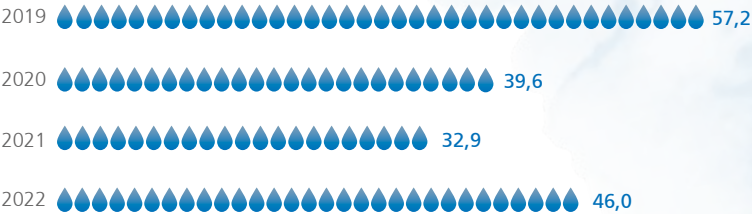
A água potável do Edserj é proveniente de distribuidora que atende o Rio de Janeiro e é utilizada para os sistemas de condicionamento de ar, irrigação, instalações hidrossanitárias e purificadores. Considerando o volume dos reservatórios que compõem a bacia do rio Paraíba do Sul no ano hidrológico de 2021-2022 e o boletim hidrológico da Agência Nacional de Águas (ANA) emitido em dezembro de 2022, considera-se que não há consumo em área sob estresse hídrico.

O edifício não dispõe de nenhum tipo de tratamento de água para reúso ou captação de água de chuva.

Resíduos [GRI 306-3] [GRI 306-4] [GRI 306-5]

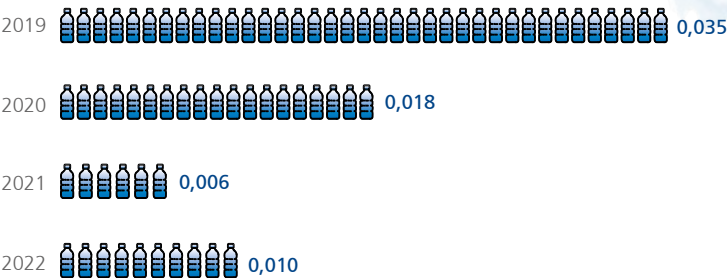
O condomínio do Edserj tem um Plano de Gestão de Resíduos Sólidos e realiza monitoramento e controle de todo o resíduo produzido no edifício, nos termos da legislação aplicável. Os principais resíduos produzidos são compatíveis com a natureza da atividade exercida no prédio e em sua manutenção (papéis, plásticos, sucatas de ferro, orgânicos, eletroeletrônicos etc.). Aqueles passíveis de reciclagem, reutilização ou reúso são segregados e destinados a cooperativas de catadores ou a empresas especializadas, conforme o caso. Os demais são encaminhados a aterros. Há quantidade considerável de resíduos orgânicos provenientes da manutenção dos jardins e da área adotada do Largo da Carioca, que têm grande extensão. Recentemente, esses resíduos, antes destinados a aterros sanitários, passaram a ser encaminhados para compostagem.

CONSUMO DE ÁGUA (megalitros) [GRI 303-5]



Aumento de 39,82% em relação ao consumo de 2021, decorrente do retorno das atividades presenciais no edifício, a partir de março de 2022.

CONSUMO DE ÁGUA MINERAL ADQUIRIDA EM RECIPIENTES PLÁSTICOS (megalitros)



Aumento de 66,67% em relação ao consumo de 2021, decorrente do retorno das atividades presenciais no edifício, a partir de março de 2022.

PESO TOTAL DE RESÍDUOS (TONELADAS) DISCRIMINADO POR TIPO E MÉTODO DE DISPOSIÇÃO (2022)

Aterro	Resíduo sólido urbano (RSU)	96,44	Descarte realizado por empresa contratada.
	Entulho	96,52	Descarte realizado por empresa contratada.
Reciclagem	Geral	42,59	Descarte por meio de cooperativas e/ou empresas especializadas, de acordo com as características dos materiais/produtos.
	Eletroeletrônicos	0,84	Basicamente lâmpadas, pilhas e baterias e películas com prata: descarte por meio de empresa especializada, para recuperação de parte dos componentes e reciclagem do material restante.
Reutilização		2,84	Basicamente equipamentos eletroeletrônicos inservíveis para o BNDES e o condomínio do Edserj: descarte por meio de empresa especializada para triagem e posterior reutilização.
Compostagem		19,58	Basicamente resíduos de jardinagem: descarte por meio de empresa especializada ou doação para projeto educacional, em ambos os casos para compostagem.
Infectante		0,13	Basicamente resíduos do ambulatório: descarte por meio de empresa especializada que faz a autoclavagem (descontaminação) e posterior encaminhamento a aterro.

A female scientist with brown hair, wearing safety glasses and a white lab coat, is focused on her work. She is wearing blue nitrile gloves and using a pipette to transfer liquid into a small vial. The background shows a laboratory environment with other equipment and a blurred figure of another person. A large, semi-circular orange graphic element is on the right side of the image, containing the text.

**NOSSA
ESTRATÉGIA**

ALINHAMENTO COM AS DIRETRIZES GOVERNAMENTAIS [GRI 2-12]

Em conformidade com a Lei das Estatais, elaboramos anualmente nossa estratégia. Tanto o conteúdo da estratégia formulada quanto o acompanhamento de sua execução são submetidos a nosso CA.

As políticas públicas são referência fundamental para sua formulação, que considera o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) anual, aprovados no Congresso e sancionados pelo Presidente da República.

Buscamos colaborar durante os ciclos de elaboração do PPA, contribuindo com as discussões por meio de nossos especialistas setoriais e de assuntos econômicos, sociais e ambientais. Ao longo da execução do plano, monitoramos e comunicamos ao Governo Federal os valores realizados.

A LDO 2022 atualizou a política de aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento, mantendo como diretriz geral a preservação e geração do emprego e, especificamente para o BNDES, o “estímulo à criação e preservação de empregos com vistas à redução de desigualdades, à proteção e à conservação do meio ambiente, ao aumento da capacidade produtiva e ao incremento da competitividade da economia brasileira”, contemplados em nossa estratégia.

Para aprofundar a articulação de nossa estratégia com políticas públicas, interagimos também com os diferentes ministérios. No início de 2022, o Ministério da Economia (ME) lançou o Plano Integrado de Longo Prazo da Infraestrutura (Pilpi) 2021-2050. Esse trabalho contou com intensa articulação de nossas equipes com a Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura do Ministério da Economia (ME/SDI) e ministérios setoriais, a fim de

estimar as necessidades de investimento nos setores de infraestrutura e os desafios e oportunidades associados a elas. Nessa análise, consideramos projetos em curso no Banco, mapeamento de projetos potenciais na economia e planos setoriais do Governo Federal, entre outros insumos.

Essas diretrizes governamentais, entre outras referências, foram consideradas na revisão da estratégia aprovada em outubro de 2022, que buscou priorizar questões de longo prazo associadas à agenda de desenvolvimento sustentável.

Com a mudança de gestão em janeiro de 2023, teve início a revisão da estratégia aprovada anteriormente considerando novas orientações, em alinhamento com as diretrizes e políticas públicas do Governo Federal.

ESTRATÉGIA CORPORATIVA MACROPROCESSO DE GESTÃO DA ESTRATÉGIA

Estratégia de longo prazo

Nossa estratégia de longo prazo define a identidade institucional, os temas, os objetivos e as diretrizes estratégicos. Outros documentos complementares importantes são: os riscos e as oportunidades da estratégia, o plano de negócios e as conexões com políticas públicas. Todos esses documentos são aprovados pelo CA, assim como pela alta administração, que também supervisiona a elaboração, a atualização e o acompanhamento da execução da estratégia.

[GRI 2-12]

Temas estratégicos 2023

Nossa estratégia é resultado de um processo de planejamento que envolve a reflexão sobre os desafios do desenvolvimento brasileiro e o papel do BNDES para impulsionar setores e temas relevantes para a economia do país, como a infraestrutura econômica e social, incluindo a remoção de gargalos e ampliação do

acesso e qualidade dos serviços; a necessidade de reindustrialização do país e da ampliação do comércio exterior; e a identificação de oportunidades para atuação em diferentes setores da economia na busca da redução das desigualdades, inovação e inclusão social e de uma

transição justa para uma economia de baixo carbono.

A revisão da estratégia aprovada em maio de 2023 apresenta sete grandes temas de negócio, entre estratégicos e transversais, além de seis temas estratégicos de suporte ao negócio.

ESTRATÉGIA DE LONGO PRAZO:

(aprovada em maio de 2023)

Temas estratégicos e transversais de negócios



Temas estratégicos de suporte ao negócio



Em relação à estratégia vigente ao longo de 2022, o tema “Estrutura produtiva” foi englobado pelos temas estratégicos “Desenvolvimento produtivo e inovação” e “Comércio exterior”. “MPME” passou a contemplar também com destaque o tema de cooperativismo. “Infraestrutura” foi mantido como um tema de negócio com a qualificação econômica e social, assim como os temas “Social” e “Ambiental”, agora “Social e inclusão produtiva” e “Ambiental e clima”. Esses dois últimos além de serem transversais podem ser temas de negócio por si só. “Sustentabilidade financeira” foi incluída como tema de negócio transversal. As missões “Modernização do Estado” e “Emergencial” foram retiradas, tendo em vista a exclusão do enfoque às desestatizações no âmbito federal e o entendimento de que os efeitos da pandemia diminuiriam, sem prejuízo de algumas ações remanescentes por parte do BNDES.

No caso dos temas de suporte ao negócio, foram eliminados dois temas: “Gestão de ativos e passivos” e “Governança”. O primeiro por já estar contido em

IDENTIDADE INSTITUCIONAL 2023 [GRI 2-12]

Em 2023, houve revisão de nossa visão e missão, de modo a destacar a retomada da atuação abrangente do BNDES no desenvolvimento sustentável, além da inclusão de dois novos princípios (diversidade e equidade) e da eliminação dos comportamentos-chave, que são adaptáveis e gerenciáveis de modo mais executivo.

PROPÓSITO: Melhorar a vida de gerações, promovendo desenvolvimento econômico, social e ambiental.

VISÃO DE FUTURO: Ser um banco de desenvolvimento verde, digital, inclusivo, inovador, industrializante e tecnológico.

MISSÃO: Retomar o protagonismo do BNDES no desenvolvimento econômico, social e ambiental brasileiro.

VALORES: Compromisso com o desenvolvimento, Espírito público, Ética e Excelência.

PRINCÍPIOS: Agilidade, Comprometimento, Cooperação, Diversidade, Efetividade, Equidade, Inovação e Transparência.

“Sustentabilidade financeira” e o segundo por estar englobado no tema “Processos e normas”, além de ser um tema maduro no BNDES.

Para cada tema estratégico de negócio, são definidos objetivos e diretrizes estratégicos e feitas as associações com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e os eixos da Estratégia Federal de Desenvolvimento (EFD), conforme quadro abaixo.

MISSÃO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	ODS	EIXOS EFD
Infraestrutura econômica e social	» Expandir o apoio a projetos de infraestrutura » Ampliar a estruturação de projetos de infraestrutura	6, 7, 8, 9, 11, 13 e 17	Econômico, Institucional, Infraestrutura, Ambiental e Social
Desenvolvimento produtivo e inovação	» Expandir o apoio ao desenvolvimento produtivo » Ampliar o apoio à inovação	2, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 17	Econômico
Comércio exterior	» Ampliar o apoio à exportação	17	Econômico
MPME e cooperativismo	» Expandir crédito e garantias para MPMEs » Ampliar o apoio ao cooperativismo	2, 8, 9, 10, 12, 13 e 17	Econômico e Social
Sustentabilidade financeira	» Garantir o equilíbrio financeiro » Expandir os desembolsos e a carteira de crédito	—	—
Social e inclusão produtiva	» Ampliar o apoio a projetos com foco em desenvolvimento social e gestão pública » Ampliar a estruturação de projetos com foco social	1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 13, 16 e 17	Econômico, Institucional, Infraestrutura, Ambiental e Social
Ambiental e clima	» Ampliar o apoio a projetos com foco ambiental e climático » Ampliar a estruturação de projetos com foco ambiental e climático	2, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15 e 17	Econômico, Infraestrutura e Ambiental

Nessa revisão da estratégia, buscamos dar enfoque a objetivos mais direcionados à atividade finalística do BNDES em setores e temas-chaves, como, por exemplo, na sua atuação em infraestrutura, contribuição para projetos relacionados à economia verde, inovação, desenvolvimento produtivo, e ampliação do crédito a clientes MPMEs.

PLANO DE NEGÓCIOS

O plano de negócios anual especifica a implementação de nossa estratégia por meio de projetos, indicadores estratégicos e metas associadas. As informações sobre o desempenho da estratégia são apreciadas trimestralmente pela alta administração do BNDES.

Indicadores estratégicos 2022

Os indicadores estratégicos são informações quantitativas utilizadas para definir resultados esperados e orientar comportamentos, permitindo que se acompanhe o atingimento dos objetivos estratégicos ao longo do tempo. Em 2022 trabalhamos com dois tipos de indicadores: corporativos e de área. Os indicadores estratégicos corporativos sumarizam contribuições de todo o Banco para os objetivos estratégicos. Os indicadores estratégicos de área definem o plano de contribuição de cada unidade para atingir os objetivos.

Em uma primeira visão geral dos indicadores corporativos e de área de 2022, observa-se que a maioria teve desempenho igual ou acima da meta.

Foram definidos cinco indicadores corporativos para 2022. Quatro deles são diretamente relacionados às missões vigentes no ano (“Fábrica de projetos e desestatização”, “Operações de garantias e de instrumentos alternativos”, “Operações nos focos de infraestrutura”, e “Operações nos focos socioambientais”), e o último está associado à dimensão financeira (“Resultado operacional bruto por empregado”).

No âmbito do indicador “Fábrica de projetos e desestatização”, houve esforço de diversificação da atuação do BNDES em diferentes setores da economia e com clientes nas esferas federal, estadual e municipal. Como resultado, foram concluídos no ano 336 marcos, acima da meta de 300 marcos, incluindo importantes projetos de concessão de saneamento (por exemplo, Cagece, no Ceará, e Corsan, no Rio Grande do Sul).

O ano foi marcado também pelo grande avanço no indicador “Operações de garantias e de instrumentos alternativos”, com a realização de 52 operações contra uma meta de 30. Como exemplos, destacam-se as operações das linhas 8 e 9 de trens metropolitanos de São Paulo e as de Águas do Rio 4 e Águas do Rio 1.

Vale destacar que o indicador “Operações nos focos de infraestrutura” também apresentou resultados expressivos com a realização de 74 operações, cerca de 250% acima da meta de 30. Destacam-se, dentre as operações desse indicador, as dos segmentos de energia elétrica (22 operações com peso 2).

↶ 🔍
Saiba mais em
Nosso desempenho > Infraestrutura

INDICADOR ESTRATÉGICO CORPORATIVO	OBJETIVO ESTRATÉGICO RELACIONADO	META 2022	REALIZADO 2022	DESEMPENHO (REALIZADO/META 2022)
Fábrica de projetos e desestatização (qtd. de marcos)	» Modernização do Estado » Infraestrutura » Social » Ambiental	300	336	112,000%
Operações de garantias e de instrumentos alternativos (unid.)	» Infraestrutura » MPME » Estrutura produtiva » Ambiental	30	52	173,333%
Operações nos focos de infraestrutura (unid.)	» Infraestrutura	30	74	246,667%
Operações nos focos socioambientais (%)	» Social » Ambiental	75	75	100,000%
		25	(*)	(*)
ROB por empregado (R\$ milhões)	» Gestão de ativos e passivos » Pessoas	4,26	4,31	101,174%

(*) Em apuração. Os dados serão divulgados tão logo a apuração do indicador esteja concluída.

↶ 🔍
Acesse em:
www.bndes.gov.br/vps/portal/site/home/transparencia/prestacao-de-contas/kpi/indicadores-corporativos-kpis

O quadro a seguir mostra os desempenhos obtidos nos indicadores de área. De um total de 45 indicadores, 15 (33%) tiveram *performance* exatamente igual à meta; e 22 (49%) apresentaram desempenho superior ao pactuado.

ÁREAS DE NEGÓCIO	INDICADOR ESTRATÉGICO DE ÁREA	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS RELACIONADOS	META 2022	REALIZADO 2022	DESEMPENHO (REALIZADO/ META 2022)
Área de Operações e Canais Digitais (ADIG)	Ampliação e diversificação dos canais de distribuição (unid.)		27	32	118,519%
	Nº de clientes financiados pelas cooperativas (unid.)	» MPME » Estrutura produtiva	70.000	73.015	104,307%
	Nº de clientes e valor do crédito nos produtos de garantia (%)		100	100	100,000%
Área de Mercado de Capitais, Participações e Reestruturação de Empresas (AMC)	Operações de desinvestimento (%)	» Gestão de ativos e passivos » Emergencial	100	72	72,000%
	Investimentos em fundos e em soluções de <i>special situations</i> (%)	» Infraestrutura » MPME » Estrutura produtiva » Social » Ambiental	100	(*)	(*)
	Mercado de carbono (R\$ mil)	» Ambiental	50.000	(*)	(*)
Área de Estruturação de Empresas e Desinvestimento (AED)	Marcos de estruturação de projetos (unid.)	» Modernização do Estado » Infraestrutura	29	35	120,690%
Área de Parcerias em Infraestrutura Social e Serviços Ambientais (APS)	Marcos de estruturação de projetos (unid.)	» Modernização do Estado » Infraestrutura » Social » Ambiental	64	93	145,313%
Área de Governo e Relacionamento Institucional (AGOV)	Marcos de estruturação de projetos (unid.)	» Modernização do Estado	31	34	109,677%
Área de Gestão Pública e Socioambiental (AGS)	Operações com instrumentos e arranjos inovadores (unid.)	» Social » Ambiental	15	32	213,333%
	Quantidade de operações aprovadas AGS (unid.)	» Modernização do Estado	35	51	145,714%
Área de Indústria, Serviços e Comércio Exterior (AI)	Operações com instrumentos alternativos (unid.)	» Estrutura Produtiva » MPME	15	17	113,333%
	Operações em inovação, ASG e Norte/Nordeste (unid.)	» Infraestrutura » Ambiental	33	54	163,636%
Área de Energia (AE)	Aumento de capacidade instalada em energias renováveis (GW)	» Infraestrutura » Ambiental	2,2	3,3382	151,735%
	Operações com instrumentos alternativos (unid.)		10	13	130,000%
	Incentivo ao mercado livre de energia (%)	» Infraestrutura	80	87,50	109,375%
Área de Saneamento, Transporte e Logística (AST)	Operações com instrumentos alternativos (unid.)		3	11	366,667%
	Número de operações diretas AST aprovadas (unid.)	» Infraestrutura	10	23	230,000%

ÁREAS DE SUPORTE	INDICADOR ESTRATÉGICO DE ÁREA	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS RELACIONADOS	META 2022	REALIZADO 2022	DESEMPENHO (REALIZADO/ META 2022)
Gabinete da Presidência (GP)	Cesta GP de projetos corporativos (%)	» Social » Ambiental » Pessoas	100	97	97,000%
	Conhecimento BNDES + IMS impresso + ind. redes sociais + ind. CI (%)	» Comunicação	100	90,10	90,100%
	Efetividade da governança do CA e Cofis	» Governança	95	94,20	99,158%
Área de Planejamento Estratégico (AP)	Portal NDC BNDES (%)	» Ambiental	100	100	100,000%
	Satisfação com os serviços prestados AP (%)	» Pessoas » Orientação a dados	85	90	105,882%
Área de Tecnologia da Informação (ATI)	Satisfação com projetos de desenvolvimento de <i>software</i> entregues pela ATI (%)	» TI	98	99	101,020%
	Disponibilidade dos sistemas principais de TI (%)		99,5	99,92	100,422%
Área de Suporte ao Negócio (ASN)	Percentual de entregas de lista pactuada (%)	» Processos e normas	100	100	100,000%
	Média de <i>performance</i> de 2 indicadores de nível serviço (%)		100	100	100,000%
Área de Gestão de Pessoas e Cultura Organizacional (APEC)	Cesta de entregas estratégicas – pessoas (%)	» Pessoas	100	100	100,000%
	Cesta de entregas estratégicas – Fapes (%)		100	80	80,000%
Área Financeira (AF)	Operações com soluções financeiras apoiadas pela AF	» MPME » Estrutura produtiva » Infraestrutura	13	15	115,385%
	Aprimoramentos na governança da gestão de ativos e passivos (%)	» Gestão de ativos e passivos	100	100	100,000%
Área de Controladoria (ACO)	Aprimoramento do processo orçamentário (%)	» Processos e normas	100	133,33	133,330%
	Aprimoramento e automação em processos selecionados (%)		100	100	100,000%
Departamento de Relações com Investidores (DERI)	Comunicação e eventos com investidores (unid.)	» Comunicação	60	73	121,667%
	Publicações com temas de relações com investidores (unid.)		10	10	100,000%
Áreas Jurídicas (AJ1 e AJ2)	Grau de contribuição das AJs para atingimento das metas e indicadores destacados pelas áreas-clientes (%)	» Processos e normas	95	(*)	(*)
	Grau de satisfação com prestação de serviços jurídicos (%)	» Pessoas	85	85	100,000%
Área de Integridade e Compliance (AIC)	<i>Checklist</i> de conformidade (%)	» Processos e normas	100	100	100,000%
	Suporte à tomada de decisão (%)	» Gestão integrada de riscos » Processos e normas	100	100	100,000%
	Tratamento de eventos de segurança da informação (%)	» TI	100	100	100,000%
		» Gestão integrada de riscos » Processos e normas			
Área de Gestão de Riscos (AGR)	<i>Rating</i> para credenciamento de agentes financeiros (%)	» Gestão integrada de riscos » MPME » Estrutura produtiva	100	100	100,000%
	<i>Rating</i> de operações priorizadas (%)	» Gestão integrada de riscos » Infraestrutura	100	234	234,000%
ÁREA INDEPENDENTE	INDICADOR ESTRATÉGICO DE ÁREA	OBJETIVO ESTRATÉGICO RELACIONADO	META 2022	REALIZADO 2022	DESEMPENHO (REALIZADO/ META 2022)
Auditoria Interna (AT)	Auditorias do PAINT 2022 concluídas no exercício (%)	» Processos e normas	100	100	100,000%
	Grau de satisfação quanto às atividades do AT/DERAT		80	88	110,000%
	Medição da evolução em 2022 da capacidade da AT pelo IA-CM		100	100	100,000%

(*) Em apuração. Os dados serão divulgados tão logo a apuração do indicador esteja concluída.

Alguns indicadores apresentaram resultados significativamente acima da meta, fruto dos esforços internos do BNDES, especialmente por meio de projetos corporativos, para a criação e implementação de soluções de financiamento com assunção direta de riscos de projetos e mobilização de recursos nos mercados de crédito e de capitais.

Vale destacar ainda o aumento de capacidade instalada para energias renováveis (fotovoltaica e eólica) em operações aprovadas, que atingiu 3,3 GW, frente à meta de 2,2 GW. Esse desempenho está em linha com a dinâmica do setor em 2022.

Destacamos também os indicadores cujo desempenho ficou abaixo de 95% da meta estabelecida:

- O indicador “Cesta de entregas estratégicas – Fapes”, da APEC, teve 80% de desempenho com a conclusão dos seguintes projetos: plano de previdência CD com adesão de ao menos dez pessoas (peso 40%) e plano de saúde – novos empregados (peso 40%). O restante do peso (20%) do indicador é relativo a outras iniciativas que não foram concluídas em 2022.
- Com relação ao indicador “Operações de desinvestimentos”, da AMC, há dois componentes: (i) valor global realizado de operações de desinvestimento; e (ii) número de operações de desinvestimento. A meta de seis operações de desinvestimento foi atingida. Por sua vez, o valor global realizado de operações de desinvestimento foi de R\$ 6,58 bilhões, ficando abaixo da meta de R\$ 15 bilhões, não alcançada devido a diversos fatores, dentre eles, as condições de mercado.
- Em relação ao indicador do GP “Conhecimento BNDES + IMS impresso + Ind. redes sociais + ind. CI”, a meta não foi atingida principalmente devido às restrições eleitorais em 2022, que se mostraram mais severas do que em ocasiões anteriores, exigindo a adoção de medidas inéditas, como a desativação temporária dos perfis oficiais do Banco nas redes sociais e criação de perfis temporários – com bloqueio para interação –, a retirada de *hotsites* do ar, entre outras.

PROJETOS CORPORATIVOS

Os projetos corporativos consistem em esforços temporários empreendidos para criar ou melhorar um produto, serviço ou resultado específico visando a consecução de um objetivo estratégico.

Esses projetos têm caráter transversal, envolvendo e/ou impactando diferentes unidades do Banco.

Em 2022, foram executados cinco projetos estratégicos corporativos, que buscaram abordar temas de alto impacto para a atuação do BNDES, concretizando tanto suas missões estratégicas quanto a dimensão de suporte ao negócio, ambas previstas na estratégia.

PROJETOS CORPORATIVOS 2022 (OBJETIVOS)

P1) SINDICALIZAÇÃO E ASSUNÇÃO DE RISCOS DE PROJETOS:

viabilizar instrumentos de apoio para possibilitar a estruturação de operações de financiamento com maior assunção a riscos de projeto, contribuindo para o cofinanciamento, securitização de papéis, incremento da participação do mercado privado e desenvolvimento do mercado de capitais.

P2) EVOLUÇÃO CULTURAL: preparar e empoderar o corpo funcional para os desafios de um mundo em constante mudança e promover o engajamento com o propósito e a estratégia do BNDES, trabalhando comportamentos-chave para a evolução cultural do BNDES, tais como questões de liderança, inovação, eficiência e colaboração apontadas pelo diagnóstico de cultura.

P3) ASG E CLIMA: liderar o processo de transformação para uma economia neutra em carbono e com menos desigualdades sociais.

P4) PROCESSOS DE CRÉDITO: otimizar os processos de concessão de crédito direto, tornando-os mais automatizados, digitais e integrados.

P5) BNDES EXIMBANK: criar e aperfeiçoar os mecanismos e instrumentos sustentáveis, competitivos e perenes para prover garantia e/ou *funding* pelo BNDES para as operações de financiamento à exportação de bens e serviços.

PROJETOS ESTRATÉGICOS CORPORATIVOS 2023

A carteira de projetos estratégicos de 2023 está sendo revista em função da aprovação da revisão da estratégia de 2023.

AMEAÇAS E OPORTUNIDADES

O mapeamento das ameaças e oportunidades (AO) é elemento fundamental de nosso planejamento estratégico e uma determinação da Lei das Estatais, sendo aprovada pelo CA.

A identificação das ameaças visa prevenir a instituição em relação a possíveis eventos, desafios e incertezas que possam dificultar o cumprimento da estratégia. A prospecção de possíveis oportunidades, por sua vez, visa potencializar nossa atuação.

Durante a maior parte de 2022, foram consideradas as AOs mapeadas na estratégia aprovada em dezembro de 2021. Para fins de priorização, foram avaliadas as probabilidades de ocorrência e impacto na estratégia de cada AO mapeada, categorizadas em três níveis: alto, moderado e baixo. Foram priorizadas aquelas que atendessem aos critérios: (i) probabilidade alta e impacto alto; (ii) probabilidade alta e impacto moderado; e (iii) probabilidade moderada e impacto alto.

Em outubro de 2022, com a aprovação da atualização da estratégia, os graus de probabilidade e impacto passaram a ser categorizados em: muito baixo (0), baixo (1), médio (2) e alto (3). A maior mudança foi no critério de priorização, ao dar atenção diferenciada ao impacto. As priorizadas passaram a ser aquelas que atendessem a um dos dois critérios: (i) alto impacto (3), independentemente do grau atribuído à probabilidade; e (ii) médio impacto (2) e alta probabilidade (3). No primeiro caso, a probabilidade não é avaliada (n.a.), uma vez que não interfere na priorização.

EXEMPLOS DE AMEAÇAS E OPORTUNIDADES DE ALTO IMPACTO (APROVADAS EM MAIO DE 2023)

DIMENSÃO	DESCRIÇÃO	A / O	PROBABILIDADE	IMPACTO
Política	Decisões judiciais, legislativas ou de órgãos de controle, que reduzem a disponibilidade de recursos para o BNDES	A	n.a.	3
Econômica	Crise bancária sistêmica levando à retração dos fluxos de capitais, desaceleração mundial e queda dos preços das <i>commodities</i>	A	n.a.	3
Econômica	Inflação e juros permanecem elevados, com piora nas condições de crédito e de mercado	A	n.a.	3
Social	Piora da situação social, em meio a um aumento do desemprego e dificuldade de requalificação da mão de obra, diante de mudanças estruturais no mercado de trabalho	A	n.a.	3
Tecnológica	Ataque cibernético bem-sucedido ao BNDES	A	n.a.	3
Ambiental e climática	Arcabouço regulatório associado às agendas climática e socioambiental não é fortalecido, reduzindo as possibilidades de investimentos verdes pelas empresas	A	n.a.	3
Ambiental e climática	Aumento da captação via organismos multilaterais e títulos sustentáveis (ex: <i>green bonds</i>) e avanços em acordos comerciais decorrentes da melhoria da imagem externa do país	O	n.a.	3
Econômica	Desenvolvimento de estruturas financeiras que reduzam o custo de captação do BNDES	O	n.a.	3
Econômica	<i>Powershoring</i> : competitividade brasileira em energia atrai investimentos no país, especialmente em renováveis	O	n.a.	3
Econômica	Financiamento a projetos no âmbito de novo programa de investimentos	O	n.a.	3
Social	Aumento do apoio às MPMEs, ao cooperativismo, à agricultura familiar, ao microcrédito e à inclusão produtiva	O	n.a.	3
Social	Fortalecimento da agenda inclusiva e de valorização da diversidade com reflexos na ampliação de negócios, empreendedorismo e mitigação de riscos	O	n.a.	3
Econômica	Apoio à reindustrialização, voltado à modernização, à ampliação da capacidade produtiva e ao estímulo à inovação	O	n.a.	3
Ambiental e climática	Promoção da agricultura de baixo carbono e de precisão	O	n.a.	3

CRITÉRIOS DE PRIORIZAÇÃO ADOTADOS EM 2023

		Probabilidade			
		Muito baixo	Baixa	Média	Alta
Impacto	Muito baixo	Não priorizado			
	Baixa				
	Médio				
	Alto	Priorizado			

Entre as alterações de outubro nas AOs, foi incorporada a ameaça, mapeada ao longo de 2022, de a Guerra na Ucrânia dificultar o acesso brasileiro a fertilizantes, aumentando o custo de produção de alimentos no curto prazo. O apoio à desestatização continuou sendo visto como grande oportunidade para a atuação do BNDES.

No início de 2023, no âmbito da reformulação da estratégia, deixaram de ser priorizadas as AOs com probabilidade muito baixa, mesmo se tivessem alto impacto, sendo mantidas como prioritárias, portanto, as de alto impacto e baixa, média ou alta probabilidade e as de médio impacto e alta probabilidade. Isso afetou a relação de AOs priorizadas. A probabilidade de uma forte interrupção no acesso brasileiro a fertilizantes passou a ser vista como muito baixa, por exemplo, sendo esse risco despriorizado. Em contraste, foi incorporado o risco de uma eventual crise bancária, em nível mundial, diante dos problemas em instituições financeiras dos EUA e da Europa no primeiro trimestre de 2023. Já o apoio à desestatização federal deixa de ser visto como oportunidade.

Entre as principais mudanças na análise de AOs decorrentes da reformulação de 2023, está a maior ênfase dada às oportunidades de aumentarmos nossa captação de recursos.

Foram incorporados e considerados como de impacto alto: o desenvolvimento de instrumentos de captação no mercado doméstico a custos competitivos; e o aumento da captação via organismos multilaterais e títulos sustentáveis.

As demais inclusões de AOs priorizadas compreendem, por exemplo, a ameaça de aumento do risco para o crédito corporativo. Em termos de atuação setorial, houve, por exemplo, a inclusão das oportunidades associadas ao *powershoring*, com atração de investimentos para o país; de apoiar a reindustrialização, voltada à modernização, à ampliação da capacidade produtiva e ao estímulo à inovação; e de promover a agricultura de baixo carbono e de precisão.

A estratégia de outubro de 2022 apontava como oportunidade o fortalecimento da agenda inclusiva. Na revisão de 2023, além da manutenção desse tema, houve a inserção da oportunidade de valorização da diversidade.

PLANO TRIENAL 2020-2022

As entregas para a sociedade estão consolidadas em indicadores econômicos e sociais agregados em dois blocos: (i) atuação na prestação de serviços associados à estruturação de projetos, que corresponde aos benefícios previstos para a sociedade após a implantação dos projetos; e (ii) impacto na sociedade referente aos projetos apoiados por financiamento ou garantias aprovados no BNDES durante o período.

Os quadros a seguir apresentam os desempenhos dos indicadores em cada um dos dois grupos acima. Mostram as metas delineadas para 2020-2022, o resultado obtido no triênio e, em particular, no ano de 2022.

Esse conjunto de indicadores abrange alguns dos principais impactos do Banco. Para uma visão mais abrangente dos impactos de nossa atuação, informações sobre resultados para a sociedade são disponibilizadas em nosso Relatório de Efetividade.



Acesse em: www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/resultados-para-a-sociedade

Os resultados no triênio foram impactados pela pandemia de Covid-19, que exigiu redirecionamento de esforços governamentais e ajustes na estratégia do BNDES, com ênfase na atuação anticíclica emergencial. A conjuntura adversa também teve efeitos nos investimentos de diferentes setores da economia por ter exigido reprogramação nos planos de implantação dos empreendimentos. A pandemia afetou, em especial, os cinco indicadores de prestação dos serviços associados à estruturação de projetos, mas também os dois referentes ao apoio por financiamento ou garantias, cujos desempenhos ficaram abaixo da meta. Houve alteração de cronogramas na estruturação de projetos com impacto em todo seu ciclo de vida e, por consequência, na realização dos leilões de alguns projetos. No apoio por financiamento ou garantias no caso de ferrovias, a frustração no indicador de implantação, duplicação ou modernização de trechos ferroviários se deu, principalmente, pelo adiamento dos processos de renovação antecipada de algumas malhas ferroviárias.

Em 2022, com o abrandamento da pandemia, houve aumento expressivo no desempenho dos sete indicadores mencionados acima. Para esses indicadores, o valor realizado em 2022 ficou acima da média no triênio. Na estruturação de projetos para gestão privada em portos públicos; na concessão de unidades de conservação de parques e florestas nacionais; e na implantação, duplicação ou modernização de trechos ferroviários, os valores realizados no triênio devem-se, na íntegra, ao desempenho em 2022, por exemplo.

A estimativa é de que os projetos que estruturamos em 2022 viabilizem, após a implantação, a inclusão de 5,9 milhões de pessoas no sistema de saneamento. Dois

grandes destaques foram a estruturação da PPP de esgoto da Cagece, no Ceará e a desestatização da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan), no Rio Grande do Sul.

Na logística, os projetos leiloados em 2022 resultaram em 2,1 mil km em extensão de rodovias concedidas. O BNDES estruturou projetos para concessão de rodovias do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais. Também em 2022, foi a leilão a concessão do sistema Rio-Valadares (BR-116/465/493 RJ/MG), contemplando 726,9 km e estruturada no âmbito do PSP Program. No segmento de portos, o Banco realizou a primeira desestatização portuária do Brasil com o leilão da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), associada à concessão dos portos de Vitória e Barra do Riacho, que representa 4% das trocas comerciais do país.

No setor de mobilidade urbana, foi concluída a concessão do metrô de Belo Horizonte (CBTU BH), que prevê a construção de uma nova linha (linha 2), passando a atender aproximadamente 270 mil passageiros por dia, um aumento de cerca de 50% em relação aos 179 mil passageiros transportados diariamente em 2019.

Em 2022, houve também os primeiros leilões de concessões de parques estaduais preparadas pelo BNDES. Ao todo, foram concedidos dois parques nacionais – Iguaçu (PR) e Chapada do Guimarães (MT) – e seis parques estaduais e municipais – Caracol, Tainhas, Turvo (RS), Conduru (BA), Ibitipoca e Itacolomi (MG).

Na venda de empresas e/ou estruturação de fundos imobiliários, foram realizados cinco processos de desestatização em 2022, abrangendo duas estatais do Rio Grande do Sul (CEEE-G e Corsan) e três estatais federais (Eletrobras, Codesa e CBTU-BH).



Saiba mais em
Nosso desempenho > Infraestrutura



Saiba mais em
Nosso desempenho > Infraestrutura

O *Private Sector Participation Program* é um acordo firmado entre BNDES, IFC e BID que visa destinar recursos financeiros e técnicos à estruturação e modelagem de projetos de infraestrutura na modalidade de concessões públicas e PPPs no Brasil e na América do Sul.

ENTREGAS PARA A SOCIEDADE – SERVIÇOS ASSOCIADOS À ESTRUTURAÇÃO DE PROJETOS

SETOR	ENTREGA PARA A SOCIEDADE	META 2020 A 2022	REALIZADO 2020 A 2022	REALIZADO 2022
Saneamento	Estruturação de projetos para levar serviços de saneamento a pessoas não atendidas atualmente pelo sistema (mil pessoas)	20.000	16.378	5.921
Logística	Estruturação de projetos para extensão de rodovias concedidas (km)	13.670	4.828	2.081
	Estruturação de projetos para gestão privada em portos públicos (% das trocas comerciais)	30%	4,0%	4,0%
Parques e florestas	Concessão de unidades de conservação de parques e florestas nacionais (qtd.)	20	8	8
Venda de empresas e fundos imobiliários	Realização de processos de desestatização : venda de empresas ou estruturação de fundos imobiliários (qtd.)	30	10	5

ENTREGAS PARA A SOCIEDADE – FINANCIAMENTO OU GARANTIAS

SETOR	ENTREGA PARA A SOCIEDADE	META 2020 A 2022	REALIZADO 2020 A 2022	REALIZADO 2022
Energia	Aumento da capacidade instalada energias renováveis (em GW)	3,0	7,2	3,4
	Expansão realizada da rede de distribuição de gás natural (km)	2.200	3.623	1.133
Logística	Implantação, duplicação ou modernização de trechos ferroviários (km)	2.500	900	900
	Implantação, duplicação ou modernização de trechos rodoviários (km)	5.000	5.192	2.591
Mobilidade urbana	Demanda atendida por novos sistemas de média e alta capacidade (mil usuários/dia útil)	1.000	1.043	410
Saneamento	Quantidade de pessoas que passarão a ter acesso à rede de esgoto + quantidade de pessoas beneficiadas pela ampliação do tratamento de esgoto (mil)	5.500	10.327	10.181
	Quantidade de pessoas que passarão a ter acesso à rede de água + quantidade de pessoas beneficiadas pela ampliação do tratamento de água (mil)	1.000	4.069	3.556
TICs	Novos acessos de serviços de banda larga fixa – pessoas conectadas (mil pessoas)	4.000	2.067	719
Educação	Apoio, por meio de instrumentos financeiros, à educação básica e/ou profissionalizante (em mil alunos)	1.000	4.667	4.438
Saúde	Unidades de saúde do SUS beneficiadas pelo apoio do BNDES (qtd.)	1.000	2.311	645
Segurança	Projetos voltados a melhorar a eficiência dos serviços de inteligência em segurança pública (qtd.)	20	23	17
Emprego	Geração ou manutenção de empregos diretos e indiretos (mil empregos)	6.572	6.638	1.115
MPME	Apoio a MPMEs e pessoas físicas em operações de crédito e garantia (mil clientes)	625	749	156

Na atuação por meio de financiamentos ou garantias, os projetos com operações aprovadas no triênio 2020-2022 e, especificamente em 2022, têm os seguintes impactos econômicos e sociais previstos:

- **Energia:** elevação da capacidade instalada de energias renováveis em 7,2 GW no triênio, dos quais 3,4 GW, em 2022, a partir dos projetos aprovados de energia solar, eólica e cogeração. Já os apoios aos planos de investimento da Comgás, Sulgás, Copergás e SCGás contribuíram em 2022 para a expansão de 1,1 mil km da rede de distribuição de gás natural.
- **Logística:** implantação, duplicação ou modernização de 900 km de trechos ferroviários e de 2,5 mil km de trechos rodoviários. No âmbito da renovação antecipada da malha paulista da Rumo, aprovamos em 2022 projeto para automação da circulação de trens com perspectiva de redução de cerca de 2% no consumo de combustível, com impacto direto na redução de emissões de CO₂e. Ainda em 2022, aprovamos projetos para implantação, duplicação ou modernização de rodovias, com extensão total de mais 2,5 mil km, por meio de quatro projetos.
- **Mobilidade urbana:** incremento de demanda de cerca de 410 mil passageiros por dia útil, por meio de projeto das linhas 8 e 9 do Metrô de São Paulo, aprovado em 2022.
- **Saneamento:** a partir dos projetos aprovados em 2022, a previsão é de que 3,5 milhões de pessoas passem a ter acesso à rede de água e/ou sejam beneficiadas pela ampliação do tratamento de água e de que 10 milhões sejam beneficiadas da mesma forma em coleta e tratamento de esgoto. Os destaques foram as aprovações das operações referentes aos primeiros leilões de concessões regionalizadas (blocos 1 e 4 do Rio de Janeiro e bloco A de Alagoas).
- **TICs:** 719 mil novos acessos ao serviço de banda larga fixa, a partir dos projetos apoiados em 2022. Foram realizadas seis operações com provedores de pequeno porte.



Saiba mais em

Nosso desempenho > Infraestrutura

- **Educação:** mais de 4,4 milhões de alunos do ensino básico e/ou profissionalizante beneficiados, em 2022, por meio de projetos em parceria com organizações como IPTI, Instituto Rodrigo Mendes, Instituto Canoa, Instituto Iungo, Fundação Amazônia Sustentável, CIEB, Fundação Raízen, Instituto Votorantim e Fundação Vale. Foram desenvolvidas ações para melhoria em gestão escolar e educacional e/ou fortalecimento do processo pedagógico, com o desenvolvimento de competências para professores. Mais de 12 mil estudantes de escolas rurais da região do Marajó, no Pará, a serem beneficiados por projetos de implantação de tecnologias sociais de acesso a água e tratamento de esgoto.
- **Saúde:** mais de 2,3 mil unidades de saúde do SUS contempladas pela atuação do Banco no triênio 2020-2022, bem acima da meta de mil unidades do período. Em 2022, foram 645 unidades do SUS beneficiadas pelo apoio do BNDES, por meio dos programas *Matchfunding* Salvando Vidas (643 unidades) e BNDES Saúde (2).
- **Segurança pública:** foram aprovados quatro projetos em 2022. O primeiro envolvendo 14 municípios do Amapá, por meio de apoio aos planos de investimento do estado nas polícias militar e civil e em defesa civil. Os outros três projetos aprovados em 2022 foram com os municípios de Guarulhos (SP) e Recife (PE) e com o Distrito Federal.
- **Emprego:** os desembolsos para investimento fixo contribuíram para a geração ou manutenção de 1,1 milhão de empregos diretos e indiretos na economia em 2022.
- **MPME:** 156 mil MPMEs e pessoas físicas foram beneficiadas em 2022, resultado puxado por grande demanda de crédito, em especial no setor agrícola, e pela boa procura pelo FGI Peac.



Saiba mais em

Nosso desempenho > Social

O QUE FAZEMOS



Nossas diferentes modalidades de atuação se complementam de modo a potencializar nossa contribuição para o desenvolvimento sustentável do país. Trabalhamos por meio de crédito e financiamento; apoio não reembolsável; garantias; serviços; e participações e títulos. Nossa produção de conhecimento registra aprendizados e fornece subsídios para nossas diferentes áreas de apoio. [GRI 2-6]

CRÉDITO E FINANCIAMENTOS

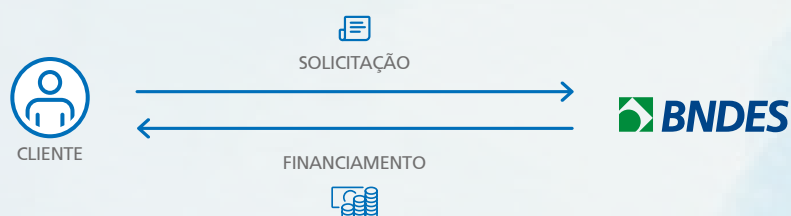
Concedemos recursos por meio de financiamentos, limites de crédito e

empréstimos para viabilizar o desenvolvimento sustentável, oferecendo soluções de financiamento diversificadas. Merece destaque nossa atuação no crédito de longo prazo, fundamental para o cumprimento de nossa estratégia.

Nossos financiamentos podem ser concedidos a empresas de todos os portes, a entes nacionais e a pessoas físicas, a depender da finalidade, diretamente ou por intermédio de instituições financeiras credenciadas (indiretamente).

OPERAÇÕES DIRETAS

Nessa modalidade, as operações são realizadas diretamente conosco – somos responsáveis pela análise dos pleitos e pela negociação das garantias. Para solicitar apoio direto, é necessário, em geral, que o financiamento tenha valor superior a R\$ 20 milhões, no caso das esteiras automática e simplificada, ou R\$ 40 milhões, no caso das esteiras corporativa e *project finance*. Em algumas ocasiões específicas, como no apoio a projetos de inovação, saneamento, saúde, educação e qualificação profissional, provedores regionais, parques e florestas, entes da administração pública direta, operações na região Norte e Nordeste, entre outros, é possível solicitar apoio direto em financiamentos nas esteiras corporativa e *project finance* a partir de R\$ 20 milhões. Não há valor máximo para operações diretas e elas podem ser realizadas com empresas e entes subnacionais, mas não com pessoas físicas.



OPERAÇÕES MISTAS

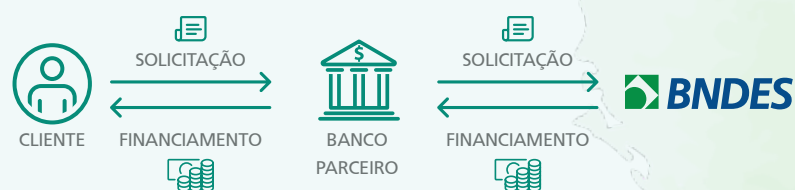
São operações que combinam as formas direta e indireta não automática. Nesse caso, compartilhamos o risco da operação com a instituição financeira credenciada. As operações mistas geralmente ocorrem por nossa sugestão ou por recomendação da instituição financeira.

OPERAÇÕES INDIRETAS

São operações realizadas por meio de instituições financeiras credenciadas. Essas entidades são responsáveis pela análise do financiamento e pela negociação das condições com os clientes – respeitando algumas regras e limites definidos por nós –, além de assumirem o risco de não pagamento da operação. Por isso, podem aceitar ou não o pedido de crédito.

PODEM SER:

- **Automáticas:** operações de financiamento com valor de até R\$ 150 milhões. A instituição financeira credenciada recebe e analisa o pedido, aprova o crédito e nos solicita a homologação e liberação dos recursos. Essas operações são, em sua maioria, processadas automaticamente por nós, o que confere agilidade ao processo, sem dispensar a segurança, com redução do tempo entre a solicitação do crédito e sua aprovação final.
- **Não automáticas:** operações que seguem o valor mínimo das esteiras de crédito direto (usualmente R\$ 40 milhões nas esteiras corporativa e *project finance*), em que a instituição financeira credenciada, responsável pelas condições e pelo risco, nos encaminha consulta prévia para análise. Nesse caso, avaliamos e aprovamos individualmente as operações de financiamento.



MICROCRÉDITO

O BNDES Microcrédito disponibiliza empréstimos de pequeno valor a microempreendedores formais e informais. O apoio é feito de forma indireta, por meio do financiamento aos agentes operadores, que repassam os recursos diretamente ao microempreendedor. As operações com os microempreendedores são feitas de acordo com o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) e limitadas ao valor máximo de R\$ 21 mil.

FLUXO OPERACIONAL

Nosso processo de concessão de crédito para operações diretas, mistas e indiretas não automáticas é baseado na utilização de cinco esteiras de crédito padronizadas.

Depois de uma etapa de habilitação, em que avaliamos se o cliente está apto ou não a operar conosco, com base em análises de crédito, cadastro e *compliance*, as operações seguem pelas diferentes esteiras de acordo com suas características e seu grau de complexidade.

Um pedido de financiamento com objeto definido, como a compra de um equipamento, tramita pela esteira automática. Nela, o pedido é analisado com base em uma lista de critérios previamente aprovados pela Diretoria Executiva e, caso cumpra todos os requisitos necessários, é submetido ao Comitê de Crédito e Operações (CCOp) ou à Diretoria, a depender do valor da operação.

Na esteira simplificada, a principal diferença é que, em razão do tipo de objeto financiado, há uma validação um pouco mais complexa, que considera requisitos específicos. O acompanhamento na esteira simplificada também é mais detalhado do que na automática.

Já projetos mais complexos, como *greenfields* e de infraestrutura em geral, seguem pelas esteiras corporativa ou de *project finance*, que diferem, principalmente, em relação à estruturação financeira e às garantias da operação.

Nesses projetos, equipes técnicas multidisciplinares especializadas no setor se

aprofundam, durante a análise, em diversos aspectos da proposta, como viabilidade do projeto, aspectos socioambientais, impactos esperados, estratégia e governança do cliente, análise do mercado e garantias oferecidas.

Por fim, nas operações com recursos exclusivamente não reembolsáveis, não há etapa de habilitação e o cadastro é verificado durante a análise. Essas operações seguem uma esteira específica, dadas as suas características. Dependendo de seu objetivo, a solicitação de apoio pode passar pela avaliação de um comitê consultivo antes de ser analisada por nossa equipe técnica.

Os pedidos das esteiras corporativa, *project finance* e não reembolsável também são analisados em relação à elegibilidade, com base em nossas políticas operacionais e de crédito, sendo encaminhados ao CCOp e à Diretoria Executiva para deliberação, segundo critérios de alçada previamente definidos.

Acompanhamento

Todas as operações aprovadas e contratadas passam por uma etapa de acompanhamento, na qual os recursos do financiamento são desembolsados ao cliente de acordo com cronograma preestabelecido. Uma equipe do BNDES verifica o cumprimento das obrigações contratuais e a evolução do investimento apoiado, realizando ajustes na operação, sempre que necessário.

Nas operações indiretas automáticas, o acompanhamento é realizado pelas

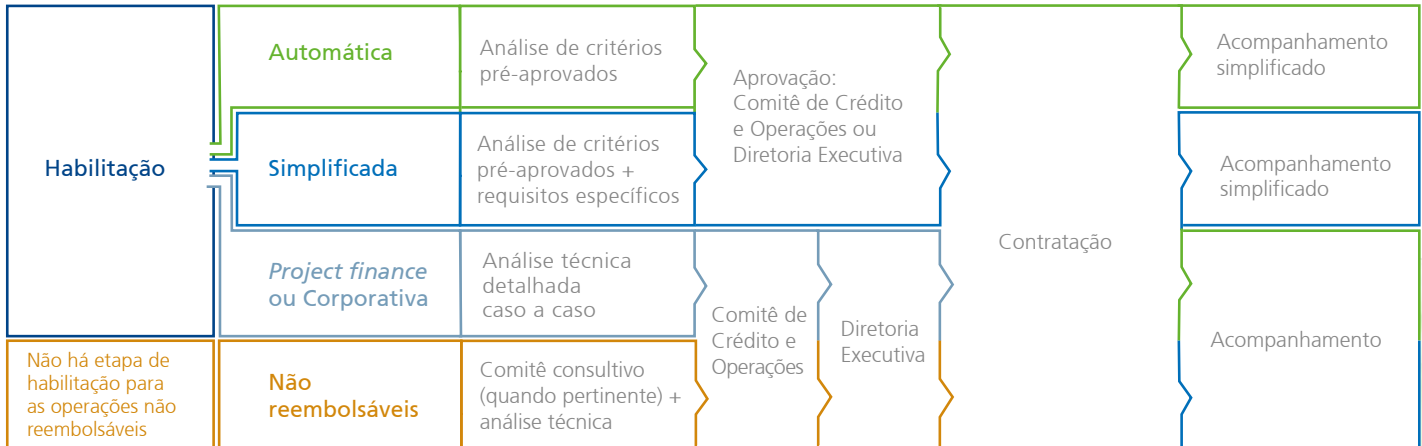
ATENÇÃO:

Não credenciamos consultores (pessoas físicas ou jurídicas) como intermediários para facilitar, agilizar ou aprovar operações de crédito. Em 2022, aprimoramos nossos sistemas de relacionamento com o público externo de forma a mitigar a atuação de consultores sem a devida representação legal. Além disso, melhoramos a usabilidade dos nossos sistemas para permitir que o próprio cliente preencha todas as informações e revisamos nossos protocolos de atendimento nos distintos canais de relacionamento com clientes.



Saiba mais na seção Nossos relacionamentos

ESTEIRAS OPERACIONAIS



instituições financeiras credenciadas e verificado por nós, a partir de técnicas de amostragem que consideram quesitos como materialidade e risco. Realizamos, ainda, o cruzamento de informações com bases de dados internas e externas para melhor direcionar os esforços de verificação de conformidade e prevenção de fraudes e seguimos orientações do Tribunal de Contas da União (TCU) para verificar a correta aplicação dos recursos e o cumprimento das exigências normativas.

Monitoramento e avaliação



Saiba mais no destaque
Impacto da atuação do BNDES

O monitoramento e a avaliação de eficácia e efetividade dos projetos são iniciados na etapa de análise. Nesse primeiro momento, verificamos o alinhamento do projeto a políticas públicas, identificamos os impactos esperados – usando, por exemplo, a ferramenta *scoring* de impacto – e definimos os objetivos e indicadores de eficácia e de efetividade a serem monitorados. Após a conclusão do projeto, é realizada uma avaliação final, que confronta os valores previstos com os valores alcançados dos indicadores e aponta lições aprendidas.

EXPORTAÇÃO

Os sistemas públicos de apoio às exportações existem em mais de setenta países. No Brasil, somos um dos principais componentes desse sistema, que, por meio de um conjunto de instrumentos alinhados a políticas públicas, permite a prática de custos e prazos mais compatíveis com o mercado internacional.

ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS COM IMAGENS DE SATÉLITE

Em 2022, completamos dez anos de utilização de imagens de satélite no processo de acompanhamento. A tecnologia de sensoriamento remoto vem sendo importante para aferir a evolução física de projetos, especialmente em empreendimentos de infraestrutura e agrícolas. As técnicas de geoprocessamento são utilizadas também para suporte às pré-análises de viabilidade de projetos em estruturação, buscando subsidiar as equipes responsáveis na compreensão do contexto territorial e dos impactos potenciais no entorno.

No ano, foram acompanhados cinquenta projetos dessa forma, com destaque para os estudos visando estimar pressões e riscos socioambientais em unidades de conservação e glebas federais para apoiar a agenda de concessões florestais, em parceria com o Serviço Florestal Brasileiro (SFB).

O QUE NÃO APOIAMOS

Não oferecemos apoio financeiro a clientes condenados (ou cujos dirigentes tenham sido condenados) na esfera administrativa ou judicial por atos que envolvam: discriminação de raça e gênero; trabalho infantil [GRI 408-1]; trabalho escravo [GRI 409-1]; assédio moral ou sexual; e crime contra o meio ambiente. No caso de condenação por esses atos, a contratação ficará impedida até a comprovação do cumprimento da reparação imposta ou da reabilitação do cliente ou dirigente.

Consideramos, ainda, restrições impostas por acordos internacionais, como o financiamento a armas químicas e nucleares e a substâncias poluentes e que destroem a camada de ozônio.

Não apoiamos investimentos no segmento de motéis, saunas e termas, exploração de jogos de azar, apostas e clubes. Há, ainda, um rol de atividades, empreendimentos e itens de alguns setores – agropecuário, defesa, bancário, energia, imobiliário, madeira, mineração, saneamento e resíduos sólidos, siderurgia e sucroalcooleiro – que estão sujeitos a condições específicas para o apoio.

No caso do setor agropecuário, por exemplo, não apoiamos a aquisição de animais para revenda, a pesca em período proibido ou em lugares interditados pelo órgão competente. Não são apoiáveis empreendimentos do setor de mineração que incorporem processo de lavra rudimentar ou garimpo, bem como localizados em unidades de proteção integral.

Nossa lista de exclusão e de apoio condicionado passa por aprimoramentos sucessivos ao longo dos anos, com a inclusão de vedações ao apoio a atividades com alta exposição a riscos socioambientais e o estabelecimento de condicionantes para o apoio a outros setores com maior potencial de impacto negativo.

⬆️ ↗️ Saiba mais no destaque Impacto da atuação do BNDES

Nossas linhas de apoio à exportação, desde sua criação, estão voltadas a segmentos que têm maior necessidade de financiamento a médio e longo prazo, atendendo a um objetivo bem específico: viabilizar condições de financiamento compatíveis com o mercado internacional para que as empresas brasileiras consigam exportar sem desvantagem em relação a seus competidores internacionais.

Além de nossos financiamentos, o sistema conta com linhas operadas pelo Banco do Brasil com recursos do Tesouro Nacional (Proex Financiamento e Proex Equalização) e com o Seguro de Crédito à Exportação (SCE), lastreado no Fundo de Garantia à Exportação (FGE), para cobrir as garantias prestadas pela União para riscos comerciais, políticos e extraordinários.

APOIO NÃO REEMBOLSÁVEL

Aplicamos recursos não reembolsáveis em projetos de caráter social, cultural, ambiental, científico e tecnológico, incluindo

CREDENCIAMENTO FINAME (CFI)

Máquinas, equipamentos, componentes, sistemas industriais e serviços tecnológicos financiados por nós são registrados previamente no CFI. O credenciamento desses itens, além de indicar a capacidade de fornecimento local, que contribui para a geração de empregos e para o desenvolvimento industrial brasileiro, viabiliza a concessão de crédito de forma automatizada e segura por uma ampla rede de agentes repassadores de nossos recursos.



Saiba mais em:
www.bndes.gov.br/vps/portal/site/home/financiamento/servicos-online/credenciamento-de-equipamentos

o apoio a estudos técnicos ou pesquisas e uso de estruturas híbridas (*blended finance*). Esses recursos podem ser utilizados em complemento ao apoio financeiro reembolsável para projetos de investimento ou para ajudar a atrair outros parceiros e podem ter origem em parte de nosso lucro, caso do BNDES Fundo Socioambiental, ou em doações externas, a exemplo do Fundo Amazônia.

Dessa forma, os recursos captados são direcionados para o apoio a projetos que visam resolver questões críticas de cada setor e para o fortalecimento de políticas públicas estruturantes.

Nosso apoio por meio dos instrumentos não reembolsáveis segue a lógica de buscar projetos que: gerem alto impacto; possam ser escaláveis; consigam atrair fontes de recursos externas para alavancar nossos recursos próprios; demandem nossa participação para agregar a qualificação do próprio projeto; e tenham como foco a sustentabilidade.

Entre os fundos não reembolsáveis, destacam-se: o Fundo Amazônia; o BNDES Funtec (apoia projetos de pesquisa e desenvolvimento); o BNDES Fundo Cultural (de preservação e revitalização do patrimônio cultural brasileiro); o BNDES FEP (com foco em estudos técnicos ou pesquisas de terceiros); e o BNDES Fundo *Blended Finance* (para fomentar o ecossistema de impacto e finanças híbridas, alavancando recursos para projetos socioambientais e de inovação).

GARANTIAS

Atuamos por meio de fianças e garantias diretas ou indiretas, mediante dois fundos garantidores: Fundo Garantidor para Investimentos (BNDES FGI) – nas modalidades FGI Tradicional e Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (FGI Peac) – e Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade (FGPC). Atualmente, o FGI Tradicional e o FGI Peac estão abertos para contratação de novas operações.

Também contamos com o produto direto BNDES Garantias para operações mais estruturadas e de maior volume.

O **BNDES FGI Tradicional** apoia operações de crédito realizadas por meio de diversas linhas e programas de financiamento, tanto de agentes financeiros e outras fontes de recursos quanto com repasse do BNDES. Seu objetivo é contribuir para ampliar as oportunidades de acesso a crédito para empresas e empreendedores de menor porte, além de transportadores de carga autônomos, nesse caso, complementando garantias para aquisição de bens de capital. As garantias oferecidas pelo fundo permitem que as instituições financeiras aprovelem financiamentos em melhores condições, como prazos mais longos, menos exigências de entrada e até taxas de juros mais baixas.

O FGI Peac foi instituído em 2020 com o objetivo de apoiar primordialmente pequenas e médias empresas (PME), associações, fundações de direito privado e cooperativas (exceto as de crédito) na obtenção de crédito durante a fase aguda da crise econômica decorrente da pandemia de Covid-19. Em 2022, foi prorrogado pela Medida Provisória 1.114/2022, convertida na Lei 14.462/2022, e voltou a operar em 22 de agosto de 2022, com contratação de garantias por 38 agentes financeiros até dezembro.

SERVIÇOS

Como banco de serviços, apoiamos o Estado brasileiro e os entes públicos em projetos de concessões, parcerias público-privadas (PPP) e privatizações, atuando na estruturação de projetos e parcerias com novos investidores e operadores qualificados.

Estruturamos projetos para o Governo Federal e os governos subnacionais em alinhamento com a estratégia nacional de infraestrutura social e logística, visando diminuir gargalos, gerar oportunidades de investimento,

Em 2022, o BNDES FGI Tradicional apresentou um crescimento significativo, garantindo um volume financiado de cerca de R\$ 2,2 bilhões (aproximadamente 60% superior a 2020). O FGI Peac em 2022 garantiu um volume financiado de R\$ 16,7 bilhões.

Em 31 de dezembro de 2022, os cotistas do BNDES FGI eram a União Federal (majoritária), o próprio BNDES e outros 31 agentes financeiros.

reduzir gastos públicos e melhorar serviços disponibilizados para a população.

Oferecemos uma solução integrada para nossos clientes do setor público, provendo serviços desde a origem até o pós-leilão dos projetos.

PARTICIPAÇÕES E TÍTULOS

Nossas soluções envolvem a entrada de capital em uma empresa ou sociedade de propósito específico (SPE), por meio de investimento direto, debêntures conversíveis ou fundos de investimento em participação em empresas em todos os estágios de desenvolvimento.

Atuamos de modo complementar ao mercado e a nossos produtos de financiamento, contribuindo não apenas para os planos de negócios e o fortalecimento da estrutura de capital das empresas brasileiras, mas também para o desenvolvimento do mercado de capitais do país, por meio de incentivos às melhores práticas de governança corporativa e iniciativas de cunho social e ambiental.

Nossos investimentos por meio de ações e/ou debêntures conversíveis se dão em empresas de capital aberto ou fechado, constituídas como sociedades anônimas, em ofertas públicas ou privadas.

Eles acontecem de forma transitória, minoritária e não executiva, sempre com horizonte de longo prazo e em condições de mercado. Portanto, nossos investimentos ocorrem em termos equitativos em relação aos demais investidores, não embutindo subsídios para as empresas investidas, que ficam submetidas a prazos, estruturas e dinâmicas comuns a todos os integrantes do mercado de capitais.

No caso de fundos de investimento, atuamos selecionando gestores para fundos com foco no desenvolvimento de mercados e setores em que se identifica maior carência de recursos. Estes, em sua maioria, adquirem participações acionárias, debêntures ou direitos creditórios. A atuação por meio de fundos visa desenvolver empresas inovadoras, infraestrutura e cadeias

produtivas que consideramos prioritárias, estimular o empreendedorismo e o investimento em infraestrutura, além de difundir a cultura de capital de risco no país.

RENTA FIXA

Operamos como investidores em ofertas públicas no mercado de títulos corporativos de renda fixa desde 2006, e recentemente como coordenadores, com a missão de criar produtos e realizar investimentos visando desenvolver o mercado de capitais de renda fixa. Nossos objetivos são atuar de forma complementar ao mercado privado, oferecendo opções de financiamento para as empresas brasileiras, e canalizar recursos privados para elevar o investimento no país, sobretudo nos setores de logística e transporte, mobilidade urbana, energia e saneamento básico.

Nossas condições de financiamento e políticas de crédito são desenhadas para fomentar, ainda, a origem de debêntures. Alguns destaques são: compartilhamento de garantias entre nosso financiamento e as debêntures de mercado e previsão de vencimento cruzado entre a debênture e nosso financiamento.

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Produzimos regularmente análises setoriais e econômicas, avaliações de efetividade, seminários e publicações voltados para disseminar conhecimento e ampliar o debate sobre desenvolvimento, além de informar a sociedade sobre os resultados de nossa atuação.

Anualmente, são publicadas duas edições dos periódicos Revista do BNDES e BNDES Setorial. O primeiro apresenta artigos sobre temas relacionados ao desenvolvimento econômico e social, enquanto o segundo reúne análises referentes aos setores da economia brasileira que apoiamos ou vislumbramos apoiar. Ambos têm nossos empregados como autores ou coautores, visando compartilhar o conhecimento técnico produzido internamente.



Saiba mais em:
www.bndes.gov.br/conhecimento



NOVAS SOLUÇÕES E PRODUTOS

[GRI 3-3]

 Saiba mais na seção
O que fazemos

Nossas soluções e produtos são desenvolvidos para viabilizar a implementação de nossa estratégia. [GRI 2-24] Buscamos oferecer soluções complementares às do mercado, focando em diferenciais como oferta de prazos mais longos, presença em múltiplos setores, possibilidades de gerar externalidades positivas para a sociedade, oportunidades de parcerias com atores do mercado, sinergias com nosso portfólio, alinhamento às diretrizes estratégicas e avaliações de impacto existentes. Como resultado, contamos com uma diversidade de soluções que envolvem crédito, recursos não reembolsáveis, garantias, participações e títulos e serviços.

A partir das metas e diretrizes traçadas em nosso plano estratégico e dos impactos esperados, desenhamos a estratégia de

nosso portfólio. Em 2022, foram exemplos de diretrizes para novos produtos:

- promover a produtividade e a competitividade;
- contribuir para a melhora da qualidade das redes públicas de ensino do país;
- apoiar as MPMEs visando a manutenção e a geração de empregos, o aumento da produtividade, da competitividade, do empreendedorismo, da sustentabilidade e da inovação; e
- promover a transição para uma economia neutra em carbono.

GESTÃO DE PRODUTOS

A gestão de nossos produtos é regida por um regulamento interno que estabelece regras, diretrizes, processos, papéis e responsabilidades para a atividade.

PROCESSO DE CRIAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE PRODUTOS:

- 1 ELABORAÇÃO DE CONCEITO PELA ÁREA OPERACIONAL**
A partir de oportunidades e necessidades de mercado identificadas
- 2 AVALIAÇÃO DO CONCEITO PELA UNIDADE RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DE PRODUTOS**
- 3 APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA PELO COMITÊ GERENCIAL (CG)**
- 4 DESENVOLVIMENTO DA SOLUÇÃO PELAS DUAS UNIDADES ENVOLVIDAS COM APOIO DA EQUIPE JURÍDICA**
- 5 NOVA APRECIACÃO PELO CG**
- 6 APROVAÇÃO DA DIRETORIA**
- 7 INCLUSÃO DO INSTRUMENTO DE APOIO CRIADO OU ALTERADO EM NOSSAS POLÍTICAS OPERACIONAIS (PO)**

 Saiba mais no
destaque Impacto
de nossa atuação

Os regulamentos dos produtos têm uma vigência máxima de quatro anos, momento em que precisam ser renovados ou revogados.

Esse conjunto de avaliações, que se desdobra durante todo o processo de desenvolvimento da solução, busca:

- avaliar o potencial do produto;
- entender seu posicionamento no conjunto das soluções financeiras existentes; e
- mapear todos os pontos críticos envolvidos, de forma a mitigar impactos negativos.

As avaliações incluem:

- análise resumida de mercado;
- descrição da solução, com indicação do seu mérito para os clientes e para o Banco;
- alinhamento à estratégia corporativa e às políticas internas;
- análise preliminar das externalidades (ambiente externo de negócio, atores do mercado, clientes etc.);
- potencial de receita *versus* custos de desenvolvimento e operacionalização da solução;
- mapeamento dos riscos operacionais envolvidos com os respectivos planos de ação e responsáveis;
- análise de conformidade e risco legal;
- análise socioambiental e climática, além das possíveis contribuições para os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) e da classificação de risco socioambiental do instrumento de apoio; e
- abordagem do tema de monitoramento e avaliação de efetividade do instrumento proposto.

MONITORAMENTO DE TENDÊNCIAS

Além dos instrumentos de apoio lançados por nossos pares, tanto públicos como privados, monitoramos também os movimentos relativos a inovação e tecnologia de grande impacto no mercado bancário. São exemplos as mudanças trazidas pelo *open banking*, os novos modelos de negócios de *banking as a service* e *banking as a platform*, as *fintechs* reguladas e não reguladas, o desenvolvimento da internet das coisas (IoT) e de máquinas e serviços 4.0, e o fomento a créditos de carbono e instrumentos voltados à eficiência energética.

ESTUDOS SETORIAIS

A produção de conhecimento interna, assim como pesquisas externas, também contribui para a identificação de oportunidades em diversos setores.

Em 2022, publicamos estudos de autores internos sobre saneamento, biocombustível, aeroespço e defesa, mobilidade urbana, entre outros.

Tendo em vista a forte participação da pecuária nas emissões brasileiras de gases de efeito estufa (GEE), em parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), foi aprovada a realização de uma chamada pública para selecionar um parceiro executor responsável pelo estudo “Pecuária de baixo carbono”. O consórcio selecionado – liderado pela Fundação Getulio Vargas e com participação das empresas Imaflora, Agrottools, Waycarbon, WRI e DSM – irá elaborar estratégias e modelos de negócios que adotem tecnologias de baixo carbono na produção de carne e leite no Brasil, estimulando a sustentabilidade por meio da avaliação e da certificação das emissões de carbono evitadas. O estudo terá dois produtos principais: uma calculadora de análise do ciclo de vida dos produtos para medir e certificar as emissões de carbono, desde os insumos na produção agrícola até o processamento industrial; e a indicação de mecanismos de incentivo que estimulem investimentos na redução de

emissões, tanto na etapa agrícola quanto na industrialização de carne e leite bovinos.

SOLUÇÕES PARA AGENDAS ESTRATÉGICAS

Em 2022, elaboramos e aprimoramos instrumentos de apoio que reforçam nosso papel no desenvolvimento do país em temas como infraestrutura, ASG e MPMEs. Criamos soluções buscando tornar nossa estratégia mais efetiva.

INFRAESTRUTURA

Visando impulsionar a agenda de infraestrutura, continuamos aprimorando nossas políticas e soluções de crédito, garantia e serviços.

Ajustes na política de risco de crédito possibilitaram estruturar financiamentos mais complexos e ampliar o número de operações constituídas nas modalidades de *project finance limited* e *non-recourse* em 2022.

Ao longo do ano, utilizamos diferentes soluções financeiras, como *backstop finance* (provisão de crédito contingente), prestação de garantia e estruturação de emissões de debêntures incentivadas para apoio ao setor.

Atuamos, pela primeira vez, na prestação de fiança bancária, com o produto BNDES Garantia, em uma operação estruturada para projeto de modernização e ampliação de complexo aeroportuário na região Nordeste. A operação contou com cofinanciamento e, além de prestar fiança bancária a outro credor do projeto, o Banco foi credor direto da operação, com financiamento estruturado na modalidade *project finance non-recourse*.

Em 2022, reforçamos a adoção dos instrumentos para a prestação do serviço de estruturação e coordenação de emissões de debêntures em ofertas públicas, além de ampliarmos a utilização do produto de subscrição de debêntures, viabilizando o apoio financeiro a projetos de diversos segmentos, tais como rodovias, aeroportos, saneamento e ferrovias.

BNDES INOVAÇÃO ABERTA

O BNDES Inovação Aberta tem como objetivos catalisar mudanças em setores-chave do Brasil e estimular a geração de novas ideias. Em 2022, microcrédito foi o tema da iniciativa, que promoveu um *hackathon* e um desafio. A maratona contou com a presença de 80 participantes, e o desafio recebeu 43 propostas de resolução, incluindo sugestões de políticas públicas, PPPs e soluções de mercado voltadas aos principais problemas do microcrédito no Brasil. As ideias vencedoras ganham visibilidade e contam com mentoria para desenvolver oportunidades de negócios com nossa rede de parceiros.



Saiba mais em: <https://agenciadenoticias.bndes.gov.br/blogdodesenvolvimento/detalhe/Project-finance-em-projetos-de-infraestrutura-no-Brasil-desafios-e-potenciais-solucoes/>



Saiba mais na seção
Nossos relacionamentos

ASG

Para elaborar soluções ligadas à agenda ASG, contamos em 2022 com um departamento dedicado à escuta das necessidades de possíveis parceiros e ao apoio de nossas áreas operacionais. A unidade manteve contato com mais de trezentas empresas, com os mais diversos focos de atuação.

Em 2022, aprovamos, instituímos e revisamos alguns produtos relacionados a essa temática:

BNDES Crédito ASG

Instaurado em 2021, segue conceito *linked loan*, ofertando condições financeiras mais atrativas para clientes que comprovem a melhoria de indicadores durante a vigência da operação. Na revisão de 2022, foram incluídos novos indicadores relacionados a educação básica, qualificação e requalificação profissional e empregabilidade, por exemplo, que podem ser acessados por quaisquer setores de atividade. Para os demais indicadores, foram incluídos outros setores de transição, como química, petróleo e gás, transportes e logística, saneamento, têxtil e confecção, alimentos e bebidas e comércio. A lista de certificações também foi ampliada, de 26 para 52 opções, abrangendo economia circular, responsabilidade social corporativa e diversidade. O programa teve sua dotação orçamentária ampliada de R\$ 1 bilhão para R\$ 2 bilhões, sua vigência prorrogada até dezembro de 2024 e sua remuneração inicial reduzida em 20 *basis points* (bps) – equivalente a 0,2%.

BNDES Exim Pré-embarque

Aprovamos, em 2022, a criação da categoria “equipamentos eficientes” no âmbito do produto. O objetivo foi incentivar, por meio de remuneração básica mais atraente, a produção para exportação de bens ligados à temática ASG, tais como: itens de eficiência energética; mobilidade de baixo carbono; e equipamentos da indústria 4.0.

Linked Loan Educação para o Setor Público

Um mecanismo de incentivo contratual, criado em 2022, nos financiamentos de estados, municípios e Distrito Federal. Para fazer jus à redução em nossa taxa de remuneração básica ou ampliação do prazo de carência, os clientes públicos precisam comprovar avanços nos índices educacionais relacionados a desafios de qualidade da oferta da educação básica. A *performance* dos estados será medida pela ampliação da taxa de aprovação e pela redução do abandono escolar na primeira série do ensino médio. Já a *performance* dos municípios será apurada pelo aumento de matrículas em creches e pela proporção de matrículas em turno integral na pré-escola, utilizando como base o censo escolar.

Linked Loan Educação para o Setor Privado

Visa contribuir para a redução de déficits básicos de infraestrutura das escolas públicas que impactam a qualidade da educação ofertada. Nesse instrumento, o cliente do BNDES Crédito ASG tem direito à redução da remuneração básica caso atinja metas estabelecidas contratualmente na instalação dos seguintes equipamentos em escolas públicas: (i) cisternas; (ii) banheiro adequado para educação básica e pessoas com deficiência (PcD), além de sistema de coleta e tratamento de esgoto – fossas sépticas e sistemas filtrantes; e (iii) sistemas elétricos fotovoltaicos.

BNDES Renovabio

Após um ano de operacionalização do programa, voltado a financiar a produção de biocombustíveis em linha com a política do Ministério de Minas e Energia (MME), em 2022, aprovamos ajustes em suas regras para prever metas de redução de emissões de carbono de acordo com o estágio atual de eficiência energético-ambiental de cada cliente. Com orçamento de R\$ 2 bilhões, o objetivo é ampliar a adesão de empresas com diferentes graus de maturidade socioambiental ao programa e fortalecer, assim, a política de descarbonização da matriz de combustíveis do Brasil.

Programa de Garantia a Crédito para Bioeconomia na Amazônia – Garante Amazônia

Instrumento criado em 2022, em caráter piloto, com o intuito de ampliar o acesso a crédito para o desenvolvimento de atividades de bioeconomia florestal, na região Norte do país, realizadas por agricultores familiares, empreendedores familiares rurais, aquicultores, pescadores, comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária e povos indígenas, além de associações ou cooperativas que reúnam esses pequenos produtores. Para implementar o programa, foi celebrado protocolo de intenção com o Fundo Vale, prevendo a destinação de R\$ 20 milhões a serem utilizados como lastro, viabilizando potencialmente mais de R\$ 100 milhões em créditos concedidos a atividades sustentáveis na região.

Matchfunding Novos Rumos

Aprovado em 2022, tem como finalidade oferecer qualificação profissional nos temas de indústria 4.0, tecnologia e qualificação verde a pessoas em condição de vulnerabilidade social ou de baixa renda, de modo a aumentar sua empregabilidade e, consequentemente, sua renda familiar. Espera-se que a iniciativa alcance o montante total de, no mínimo, R\$ 60 milhões, sendo até R\$ 30 milhões em recursos do BNDES Fundo Socioambiental (não reembolsáveis) e a outra parte proveniente de recursos aportados pelas instituições apoiadoras privadas e/ou públicas. Em dezembro de 2022, foi homologado o resultado da seleção de parceiro gestor do *matchfunding*.

MPMES

Em setembro de 2022, lançamos o produto **BNDES Fundo de Crédito para Indústria e Serviços (BNDES FCIS)**, que tem por objetivo ampliar o acesso ao crédito voltado ao fortalecimento de ecossistemas produtivos de indústrias e serviços, principalmente aqueles que comportam empresas e produtores rurais de menor porte. Para isso, as empresas âncora – aquelas que atuam no setor produtivo e dão origem a direitos creditórios a partir das suas atividades com clientes, fornecedores, prestadores de serviços, franqueados ou distribuidora – devem levantar uma base de devedores composta por pelo menos 70% de MPMEs, além de produtores rurais e/ou pessoas físicas, que estejam inseridos em suas cadeias produtivas ou instituições âncora do setor (investidores públicos ou privados que tenham interesse em fomentar setores produtivos que contem com a presença de MPMEs, porém das quais elas não sejam contraparte dos direitos creditórios). As empresas e instituições deverão atuar como cotistas do fundo de crédito, compartilhando o risco da operação. A expectativa é que, por meio do compartilhamento de risco do BNDES com os agentes, empresas de menor porte possam obter crédito em condições mais atrativas. A lógica é que o conhecimento que a empresa ou instituição âncora detém de seus fornecedores e clientes diminua o risco das operações.

BLENDED FINANCE

Alinhados à Agenda 2030 e inspirados em boas práticas preconizadas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e por organismos multilaterais como o International Finance Corporation (IFC), criamos um novo fundo estatutário – o BNDES Fundo *Blended Finance* – para somar a nossos demais instrumentos que utilizam recursos não reembolsáveis, com os objetivos de fomentar o ecossistema de impacto e finanças híbridas, alavancar recursos para projetos socioambientais e de inovação e gerar mais impacto positivo na ponta.

Em 2022, foi divulgada a primeira chamada pública para estruturas de *blended finance*. Inicialmente, foram disponibilizados R\$ 90 milhões do orçamento do fundo para seleção de propostas em três vertentes temáticas: bioeconomia florestal, desenvolvimento urbano e economia circular. O resultado foi divulgado em novembro, apresentando 11 propostas selecionadas. Após análise a ser realizada em 2023, elas poderão contar com nossos recursos não reembolsáveis, somados a recursos reembolsáveis de outras fontes, para o desenvolvimento dos projetos.

DESEMPENHO E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Saiba mais na seção O Banco do desenvolvimento do Brasil

Nossas demonstrações financeiras consolidadas incluem além do BNDES e de suas subsidiárias integrais, seus fundos de investimento financeiro de participação exclusiva: Fundo BB Juno (Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior), Fundo BB Gaia (Fundo de Investimento de Renda Fixa) e Fundo BB Gaia II (Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento de Renda Fixa, cujas aplicações são exclusivamente em cotas do Fundo BB Gaia).

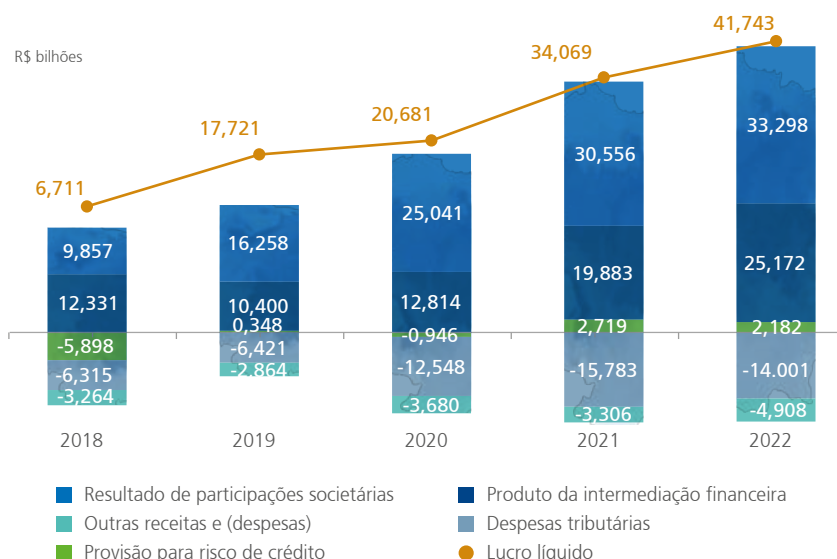
[GRI 2-2]

As demonstrações financeiras intermediárias do BNDES e da FINAME são preparadas de acordo com as disposições da Lei 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), Lei 13.303/2016, Decreto 8.945/2016, normas do Banco Central do Brasil (BCB), do Conselho Monetário Nacional (CMN) e, subsidiariamente, com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) não conflitantes com as regulamentações do BCB e CMN. Essas demonstrações são apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

As informações trimestrais da BNDESPAR são elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei das Sociedades por Ações, às normas emanadas pela CVM, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as práticas contábeis internacionais (IFRS), conforme aprovado pelo International Accounting Standards Board (IASB). [GRI 2-3]

RESULTADO

Em 2022, o lucro líquido alcançou R\$ 41,743 bilhões, um crescimento de 22,5% em relação aos R\$ 34,069 bilhões de 2021. A evolução é explicada pelos resultados com intermediação financeira (aumento de 26,6% em relação ao exercício anterior) e com participações societárias (acréscimo de 9,0% em relação ao exercício anterior).



RESULTADO RECORRENTE

Desde 2020, divulgamos, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, o resultado recorrente do Sistema BNDES e sua conciliação com o lucro líquido.

	R\$ milhões		
	2022	2021	2020
Lucro líquido contábil	41.743	34.069	20.681
Efeitos não recorrentes	(9.995)	(16.726)	(13.192)
Lucro recorrente	31.748	17.343	7.489
Provisão para risco de crédito (PRC)	(2.182)	(2.719)	946
Receita com dividendos e juros sobre o capital próprio (JCP)	(19.178)	(7.787)	(2.167)
Tributos sobre PRC	2.131	1.728	133
Lucro recorrente, ajustado pela PRC e receita com dividendos/JCP	12.519	8.565	6.401

Nota: Em 2022, devido ao volume extraordinário de dividendos e JCP recebidos, passamos a apresentar também o lucro líquido recorrente ajustado, além da PRC, pela receita com dividendos e juros sobre o capital próprio. Assim, para fins comparativos, os resultados de 2020 e 2021 foram ajustados neste relatório.

Os efeitos considerados não recorrentes, embora relacionados a nossos negócios, não ocorrem necessariamente em todos os períodos, tampouco em montantes comparáveis. Seu destaque possibilita melhor compreensão e avaliação do lucro recorrente. O principal efeito não recorrente está relacionado ao resultado com alienações de participações societárias.

Em 2022, o lucro recorrente ajustado pela PRC e receita com dividendos e JCP foi de R\$ 12,519 bilhões, um acréscimo de 46,2% em relação aos R\$ 8,565 bilhões de 2021, destacando o acréscimo no resultado com intermediação financeira.

A provisão para risco de crédito e a receita com dividendos e juros sobre capital próprio de investimentos em não coligadas, embora classificadas como eventos recorrentes, historicamente impactam o resultado do BNDES de forma adversa. Com relação à provisão, isso ocorre pela constituição em contextos específicos ou pela reversão em virtude da recuperação de créditos. Já a receita com dividendos e juros sobre capital próprio aumentou de forma expressiva nos períodos apresentados, em função de distribuição extraordinária pela Petrobras. Visando possibilitar a análise desses impactos sobre o resultado recorrente da instituição, apresentamos também o lucro líquido recorrente ajustado pela PRC e pela receita com dividendos e JCP.

RESULTADO COM PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

É composto por resultado com alienações, receita com dividendos e juros sobre capital próprio (JCP), resultados com equivalência patrimonial, derivativos e fundos de investimento em participações societárias, despesa com *impairment* e outras receitas oriundas, majoritariamente, da carteira da BNDESPAR.

O resultado positivo com participações societárias de R\$ 33,298 bilhões em 2022, maior que o resultado de R\$ 30,556 bilhões em 2021, decorreu, principalmente, das receitas com dividendos e JCP e da reclassificação do investimento em JBS de “coligada” (avaliadas pelo método da equivalência patrimonial) para “não coligada” (ações avaliadas a valor justo) em 2022, devido à perda de influência significativa. Esses efeitos foram atenuados por menores resultados com alienações e equivalência patrimonial, além do efeito extraordinário, em 2021, da reversão de *impairment* de Petrobras, de R\$ 5,449 bilhões.

O resultado bruto com alienações de R\$ 3,589 bilhões em 2022, dentre as quais se destacam as alienações de ações de Eletrobras (R\$ 1,510 bilhão) e JBS (R\$ 1,129 bilhão), apresentou decréscimo de 71,9% em relação a 2021, exercício fortemente impactado por alienações de ações da Vale (R\$ 9,536 bilhões), JBS (R\$ 1,568 bilhão) e Klabin (R\$ 1,522 bilhão).

PRODUTO DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

É o resultado das aplicações em disponibilidades e nas carteiras de crédito e repasses, e de títulos e valores mobiliários.

O aumento da taxa Selic, que remunera as disponibilidades e os títulos públicos federais, contribuiu para o aumento de 26,6% do produto de intermediação financeira em 2022.

PROVISÃO PARA RISCO DE CRÉDITO

Monitoramos continuamente o risco de crédito de nossos devedores. Conforme exigência do BCB na resolução CMN 2.682/1999, constituímos provisões de acordo com a classificação de risco das operações e com o período de atraso de pagamentos de obrigações financeiras. Dessa maneira, mantemos capital suficiente para absorver eventuais perdas.

O valor provisionado de R\$ 19,3 bilhões em 2022 (que considera além da PRC sobre operações de crédito e repasses, a PRC sobre venda a prazo de títulos e outros direitos recebíveis) foi reduzido em relação aos R\$ 21,3 bilhões em 2021, refletindo uma melhora no *rating* de alguns clientes.

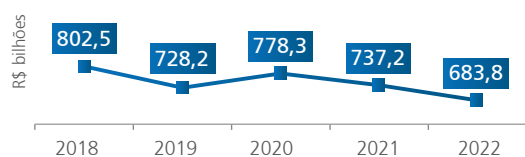
A reversão de provisão observada em 2022 decorre, basicamente, de recebimento integral do Grupo Oi (R\$ 4,6 bilhões), além de recuperações de créditos 100% provisionados em períodos anteriores, recebimentos no âmbito do Fundo de Garantia à Exportação (FGE) e reclassificações de risco.

GARANTIAS

Temos como prática a exigência de garantias de crédito em nossas operações, que são consideradas para fins regulatórios e para precificação do risco da operação.

ATIVOS

ATIVOS TOTAIS



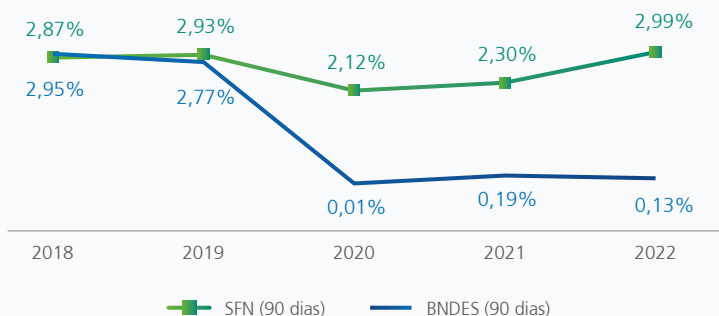
Os ativos totais somaram R\$ 683,8 bilhões ao fim de 2022, com redução de R\$ 53,4 bilhões (7,2%) em relação à mesma data em 2021. Isso se deveu, principalmente, às liquidações antecipadas de R\$ 72,3 bilhões ao Tesouro Nacional e ao pagamento de dividendos complementares sobre lucros de exercícios anteriores, no montante total de R\$ 18,9 bilhões.

INADIMPLÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS

A inadimplência de nossa carteira de crédito e repasses atingiu 0,13% (+90 dias) em 31.12.2022, ficando abaixo da média do Sistema Financeiro Nacional (SFN), que registrou 2,99% na mesma data. O indicador apresentou redução em 2022 seguindo a tendência de melhora da qualidade da carteira.

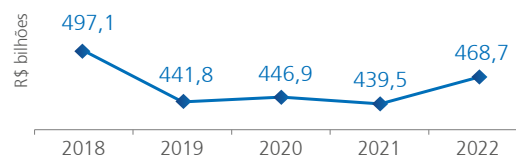
Em 2022, o índice de renegociação atingiu 1,26% da carteira de crédito e repasses, bem inferior aos 15,17% registrados em 2021, ainda impactado pelas operações renegociadas no âmbito das operações de suspensão de pagamentos (*standstill*) para usinas hidrelétricas acima de 50 MW de capacidade instalada. Esse programa se inseria não somente no contexto da pandemia, mas também no enfrentamento da crise hídrica de 2021.

Em abril, recebemos R\$ 4,6 bilhões referentes à liquidação integral do saldo devedor do Grupo Oi, no âmbito de seu processo de recuperação judicial. O crédito é relativo a contratos celebrados entre o BNDES e o Grupo Oi no último trimestre dos anos de 2009 e 2012. Os recursos destinados ao BNDES para a quitação do saldo devedor foram provenientes da venda da Oi Móvel para o consórcio formado pelas empresas de telefonia TIM, Vivo e Claro, pelo valor de R\$ 16,5 bilhões. A recuperação integral do crédito representou o maior pagamento já recebido pelo Banco em operações de recuperação de créditos e reestruturação de empresas.



CARTEIRA DE CRÉDITO E REPASSES

Compreende os financiamentos concedidos de forma direta (operações de crédito) ou de forma indireta por meio de instituição financeira credenciada (operações de repasses), líquidos de provisão para risco de crédito.

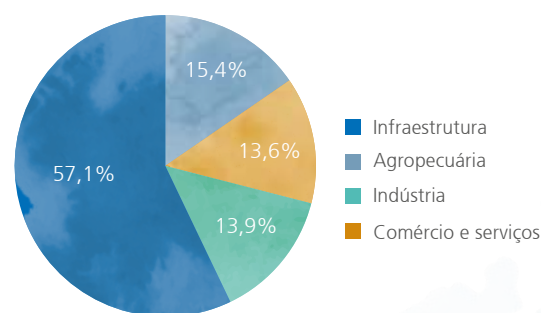


O acréscimo de R\$ 29,2 bilhões (6,6%) da carteira líquida no exercício de 2022 foi influenciado pela apropriação de juros e atualização monetária no período, efeito parcialmente atenuado pelas liquidações de operações, que superaram em R\$ 10,7 bilhões os desembolsos no exercício.

CARTEIRA POR TIPO DE OPERAÇÃO (2022)



CARTEIRA POR SETOR (2022)

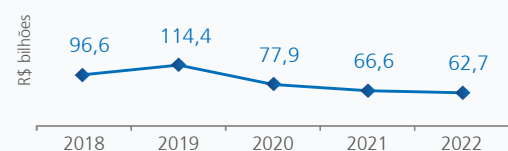


Em 2022, 67,6% da carteira de crédito do BNDES relativa a operações diretas e indiretas não automáticas se vinculavam a projetos que apoiam a economia verde e o desenvolvimento social. Do total dessa carteira, 23,3% referem-se a operações realizadas com micro, pequenas e médias empresas (MPMEs).

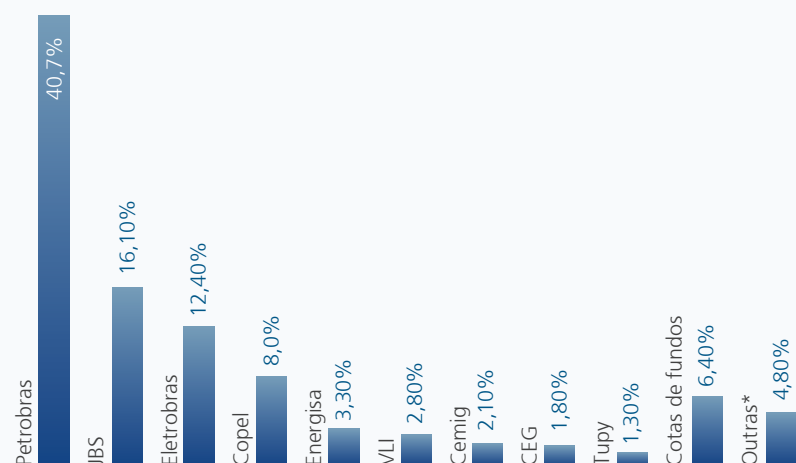
CARTEIRA DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

A carteira de participações societárias compreende investimentos em sociedades coligadas e não coligadas, realizados de forma direta no âmbito de oferta pública ou emissão privada ou, ainda, pela integralização de capital no BNDES pelo Tesouro Nacional; além da participação em fundos de investimento em participações societárias administrados por gestores de mercado escolhidos mediante rigoroso processo de seleção.

A redução de 5,9% em relação a 2021 reflete o ajuste a valor justo negativo da carteira de ações em não coligadas, atenuada pela reclassificação do investimento em JBS de “coligada” para “não coligada”, devido à perda de influência significativa, com a consequente mensuração a valor de mercado das ações.



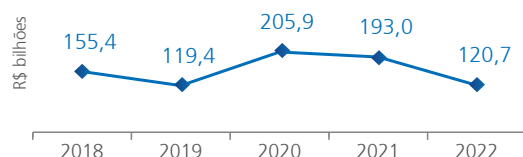
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS (participações em coligadas + não coligadas em 31.12.2022)



* Empresas com menos de 1% de participação.

TESOURARIA

Composta, basicamente, de títulos públicos federais e aplicações em operações compromissadas, que representavam 87,6% do saldo em 31 de dezembro de 2022.



Nota: Em 2022, não divulgamos “Tesouraria – recursos próprios” em função de mudanças no critério de apuração.

Realizamos aplicações financeiras para preservar o valor dos recursos ainda não desembolsados.

A redução de 37,5% em 2022 refletiu, principalmente, as antecipações de pagamentos ao Tesouro Nacional (R\$ 72,3 bilhões).

OUTROS ATIVOS

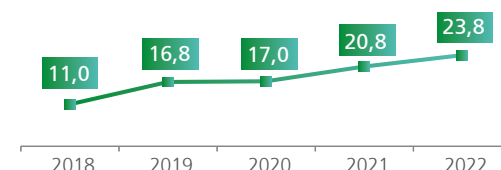
Compreendem, basicamente, créditos tributários, debêntures e dividendos a receber, que representavam, em 31 de dezembro de 2022, 81,1% do saldo, além de créditos perante o Tesouro Nacional.



A redução de 16,8% refletiu, principalmente, recebimento de direitos conforme fluxo contratual.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ÍNDICE DE CAPITAL PRÓPRIO (%)



FONTES DE RECURSOS

O retorno de nossas próprias operações, somado a recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Tesouro Nacional, constitui a parcela principal de nossas fontes de recursos, que é complementada por outros fundos governamentais, captações no exterior, emissões públicas e instrumentos bancários.

Com a instituição da Taxa de Longo Prazo (TLP), que se equipara às taxas de mercado em 2023 devido ao fim do fator de desconto, e as liquidações antecipadas de empréstimos tomados com o Tesouro Nacional, temos nos estruturado para buscar alternativas de fontes de recursos.

OS RECURSOS DO FAT SÃO CAPTADOS EM DUAS MODALIDADES:

FAT Constitucional: prevê aplicação em programas de desenvolvimento econômico a partir de diretrizes estabelecidas pela Política de Aplicação de Recursos do FAT Constitucional.

FAT Depósitos Especiais: destinada a programas e setores específicos, previamente determinados e aprovados pela Secretaria Executiva do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat).

Nesse contexto, em 2022 aprovamos uma metodologia própria que aprimorou a maneira de precificar o nosso *mix* de *funding* para definição de custo para os clientes.

Fontes governamentais

FAT

A Reforma da Previdência determinou mudanças no FAT que implicaram a diminuição de 40% para 28% do percentual de arrecadação do PIS-Pasep destinado ao BNDES. Tal arrecadação, definida originalmente pela Constituição Federal de 1988, tem o objetivo de gerar oportunidades de emprego e proteger o trabalhador desempregado. Essa redução, contudo, não representou perda de recursos para o Banco, já que o novo texto pôs fim à incidência da Desvinculação de Receitas da União (DRU) de 30% sobre esses recursos.

Em 2022, o FAT permaneceu como nossa principal fonte de recursos institucionais, com saldo de R\$ 372,42 bilhões em 31.12.2022 (R\$ 366,86 bilhões do FAT Constitucional e R\$ 5,56 bilhões do FAT Depósitos Especiais). Foram captados, ao longo do exercício, R\$ 22,2 bilhões de recursos do FAT Constitucional e não ocorreu entrada de recursos do FAT Depósitos Especiais.



TESOURO NACIONAL (TN)

Em janeiro de 2021, o Tribunal de Contas da União (TCU) declarou a irregularidade dos empréstimos concedidos pela União a instituições financeiras controladas, firmados mediante a emissão direta de títulos públicos. Em acordo com o então Ministério da Economia (ME), encaminhamos o plano de devolução, considerado adequado pelo TCU, exceto por não ter sido incluída devolução de R\$ 13,3 bilhões em Instrumentos Elegíveis a Capital Principal (IECP).

Em atenção à decisão do tribunal, em abril de 2022, foi aprovada a liquidação desse montante, cujo efetivo pagamento foi realizado em junho de 2022.

No quarto trimestre de 2022, o BNDES e o Ministério da Economia fecharam proposta para um novo cronograma de devolução de passivos com o Tesouro Nacional, após nova recomendação do TCU no âmbito do Acórdão 56/2021. Do valor ainda devido, o Banco pagou R\$ 45 bilhões em novembro de 2022, e deverá pagar aproximadamente R\$ 22 bilhões até 30 de novembro de 2023.

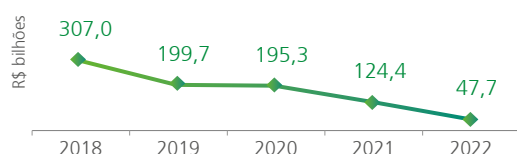
A decisão aprovada pelo CA do Banco foi construída com base em premissas alinhadas ao plano de negócios em vigor à época e em respeito às condições definidas pelos acórdãos do TCU que indicam o não comprometimento da estabilidade da instituição financeira, entre outras ressalvas.

Assumimos também como premissas a não utilização de recursos do FAT, a não realização de captações com a finalidade de amortizar os passivos, a preservação da solidez e do equilíbrio financeiro-patrimonial e da capacidade de desenvolvimento de nossas atividades, e a manutenção dos índices de capital acima dos limites mínimos gerenciais e regulatórios.

Entre os exercícios de 2021 e 2022, houve redução de R\$ 76,7 bilhões (61,7%) nas obrigações com o TN. Os pagamentos antecipados – relativos a empréstimos realizados entre 2008 e 2014 – totalizaram R\$ 72,3 bilhões ao longo de 2022, sendo R\$ 13,3 bilhões referentes a IECP. Além desses efeitos, houve pagamentos ordinários no montante de R\$ 10,9 bilhões.

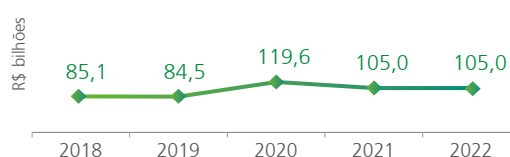
Desde 2015, não captamos mais recursos com o Tesouro Nacional. Considerando as liquidações ordinárias de principal e juros iniciadas em 2009, além das liquidações antecipadas realizadas desde 2015, as devoluções ao TN totalizaram R\$ 689 bilhões ao fim de 2022.

Em 31 de dezembro de 2022, as obrigações com o Tesouro totalizaram R\$ 47,7 bilhões, equivalentes a 7,0% do passivo total, dos quais R\$ 9,3 bilhões correspondem a instrumentos elegíveis ao capital principal e R\$ 38,4 bilhões, a operações de repasses.



OUTROS PASSIVOS

Os recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do Fundo de Investimentos do FGTS (FI-FGTS) representavam 22,3% do saldo de outros passivos em 31 de dezembro de 2022. Além desses recursos, R\$ 36,5 bilhões são referentes a operações compromissadas, devido à atuação do BNDES como *dealer* do BCB, com contrapartida na Carteira de Tesouraria.



CAPTAÇÕES NO EXTERIOR

Inclui emissões de *bonds*, *greenbonds*, repasses de instituições multilaterais e outros empréstimos.

Em 2022, o endividamento oriundo de captações externas apresentou redução de 18,0% em relação ao exercício anterior, cabendo destacar amortizações de R\$ 3,6 bilhões, além do efeito negativo de variação cambial.



OUTRAS FONTES GOVERNAMENTAIS

- » Fundo da Marinha Mercante (FMM) – em 2021, renovamos o convênio com o Ministério da Infraestrutura até 2026 e, em 2022, recebemos repasses de R\$ 643,7 milhões do fundo.
- » Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC) – em 2022, foi realizado um aditivo ao contrato vigente para repasse de recursos do fundo, tendo sido transferidos R\$ 446,1 milhões no ano.
- » Fundo Nacional de Repartição de Benefícios (FNRB) – em 2022, assinamos o terceiro termo aditivo ao contrato com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), com vigência de um ano. No decorrer do ano, o patrimônio do fundo aumentou em R\$ 1,7 milhão.
- » Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) – em 2022, recebemos repasses de mais de R\$ 410,0 milhões para o desenvolvimento articulado de toda a cadeia produtiva da atividade audiovisual no país.
- » Fundo de Terras e da Reforma Agrária (FT) – em 2022, recebemos transferências de R\$ 274,1 milhões do fundo.
- » Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) – em dezembro de 2022, celebramos contrato para captação de recursos do Fust, tendo recebido R\$ 1,2 bilhão do fundo.
- » Fundo para Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel) – em dezembro de 2022, firmamos o quinto contrato com o Ministério das Comunicações e recebemos repasse de R\$ 197,5 milhões de recursos para apoiar projetos voltados ao desenvolvimento e à difusão de tecnologia no setor de telecomunicações.

Emissão de títulos externos (*bonds*)

Há mais de trinta anos, atuamos com emissões de títulos externos com os objetivos de expandir e diversificar nossas fontes de recursos e nossa base de investidores; incentivar o acesso de outros emissores brasileiros ao mercado de *bonds*; desenvolver o mercado de títulos ASG; e criar pontos de referência em nossa estrutura a termo de taxa de juros internacionais.

O saldo com obrigações de *bonds* totalizou R\$ 8,1 bilhões em 31.12.2022. No ano, houve decréscimo de R\$ 485 milhões por variação cambial, em função da desvalorização do dólar em relação ao real (-6,5%).

Captações com organismos multilaterais

O saldo de nossos empréstimos com agências governamentais e instituições multilaterais totalizou R\$ 19,3 bilhões em 2022. Liquidamos R\$ 3,6 bilhões no ano.

Tais captações geralmente são destinadas a setores ou segmentos empresariais específicos

Não recebemos ajuda financeira do governo, pois somos uma empresa estatal não dependente com controle direto da União, conforme legislação vigente.

[GRI 201-4]

ATUAÇÃO COMO DEALER DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

Em 2022, permanecemos credenciados a atuar como *dealer* do BCB, o que nos permite acessar a contratação direta das operações de *go around* (leilão informal realizado pelo BCB diariamente para prover a liquidez adequada ao mercado financeiro), de nivelamento de liquidez bancária e de compromissadas pós-Copom.

Dado que o volume financeiro que transacionamos é bastante elevado, essas operações efetuadas como *dealer* são importantes instrumentos para a gestão de nosso caixa. A prerrogativa de operar diretamente com o BCB proporciona flexibilidade diante de imprevistos no fluxo de caixa e redução dos riscos de aplicação.

e devem atender às condições do ente credor. Nos últimos anos, as captações com organismos multilaterais têm sido focadas em projetos ASG.

O Senado Federal aprovou, em abril de 2023, a garantia da União para o empréstimo de US\$ 750 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) aprovado pela Diretoria do BNDES em 2020. Já os empréstimos com o Novo Banco de Desenvolvimento (New Development Bank – NDB) aprovados em 2021, no valor total de US\$ 1,7 bilhão, ainda aguardam a aprovação da garantia da União pelo Senado Federal.

Em 2022, foi aprovado pela Diretoria do BNDES empréstimo com o BID para o Programa Federativo para Segurança Pública Inteligente (Proseg Federativo), no valor de até US\$ 150 milhões. Destaca-se, ainda, que em dezembro de 2022 foram contratadas com o KfW, instituição de crédito do governo alemão, contribuições financeiras não-reembolsáveis sob condições até o montante total de € 64,5 milhões, no âmbito do Fundo Amazônia e do FGEnergia (Programa de Garantia a Crédito para Eficiência Energética).

Quanto a ações de gerenciamento de nossa estrutura de ativos e passivos, em 2022, realizamos o pré-pagamento de dívida com o NDB com saldo de principal de US\$ 233,3 milhões.

CAPTAÇÕES INTERNAS

Letras financeiras do BNDES

Letras financeiras são títulos de crédito nominativo, transferível e de livre negociação, emitidos exclusivamente por instituições financeiras e outras instituições com funcionamento autorizado pelo BCB.

Essas operações integram a estratégia de desenvolver novos instrumentos de captação de mercado, em complemento a fontes tradicionais de recursos, para fazer frente a nossas necessidades orçamentárias de investimentos e futuros desembolsos.

TAXAS DE JUROS

TAXA DE LONGO PRAZO (TLP)

Referência para nossos empréstimos desde 2018, a TLP é composta de uma parcela fixa, definida na contratação e anunciada pelo BCB a cada mês, e de outra variável, relativa ao IPCA. A concessão de crédito em condições financeiras referenciadas pela TLP pode incorporar ou não a variação mensal do IPCA ao principal da dívida. O ano de 2022 foi o último com aplicação de fator de desconto de convergência para as taxas de mercado.

TAXA FIXA DO BNDES (TFB)

A TFB foi criada em 2018 com o objetivo de reduzir as incertezas quanto à variação do custo de nosso financiamento, principalmente para pequenas e médias empresas que poderiam ter dificuldades para gerenciar passivos indexados à inflação. Em 2022, foi implementada a TFB Flex, para que a metodologia de definição do custo financeiro observe a condição mais vantajosa para fixação da taxa entre os passivos referenciados em TLP e Selic.

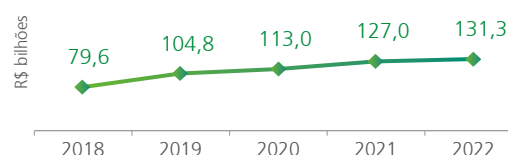
SELIC EXIGÍVEL

Nesse referencial de custo financeiro para nossos produtos indiretos automáticos, exige-se o pagamento da integralidade dos juros a cada período, havendo redução mais rápida do saldo devedor e menor despesa com juros pelos clientes.

Em outubro de 2022, foi liquidada a primeira Letra Financeira Verde do BNDES, emitida em 2020. O montante de R\$ 1 bilhão foi lastreado em projetos de energia eólica e solar, com capacidade instalada de 445 MW, energia suficiente para abastecer 740 mil residências, e com projeção de redução de emissão de 1,8 milhão de toneladas de CO₂e.

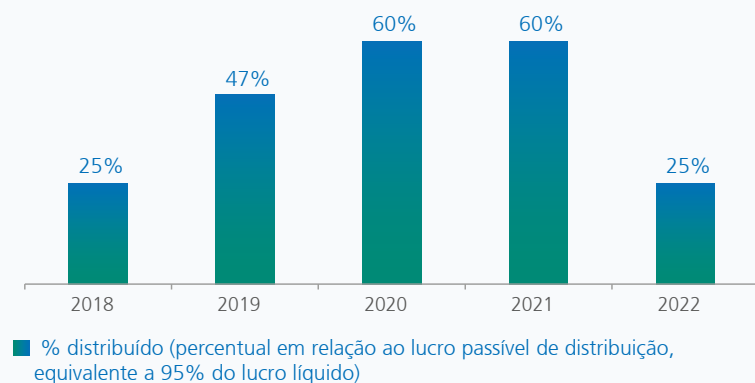
PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O crescimento de 3,4% em 2022 reflete os efeitos do lucro líquido de R\$ 41,743 bilhões no exercício, atenuado pelo ajuste de avaliação patrimonial negativa no período (R\$ 9,892 bilhões), além de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio no montante de R\$ 27,5 bilhões.



REMUNERAÇÃO AO TESOUREIRO NACIONAL

(dividendos e juros sobre capital próprio)



Nota: Em 2022, foram pagos dividendos complementares relativos aos anos-base 2020 e 2021. Em 2022, a distribuição de dividendos complementares relativos aos exercícios de 2020 e 2021 aumentou os percentuais de distribuição de 25% (2020) e 27% (2021) para 60%.

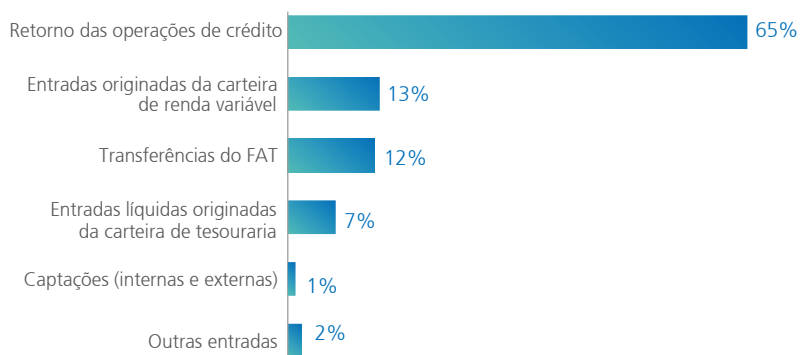
De acordo com a Política de Dividendos aprovada em 2017, o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio ao Tesouro Nacional está limitado a 60% do lucro líquido ajustado, que é o lucro líquido do exercício diminuído do montante destinado à constituição da reserva legal, conforme determina o art. 202 da Lei 6.404/1976.

Em 2022 realizamos o pagamento de dividendos ao Governo Federal no total de R\$ 18,8 bilhões. Desse montante, R\$ 4,1 bilhões a título de dividendos complementares referentes ao ano de 2020, R\$ 3,4 bilhões a título de dividendos complementares na forma de juros sobre o capital próprio referentes ao ano de 2021, e R\$ 11,3 bilhões a título de dividendos complementares referentes ao ano de 2021.

Em 2022 foi destinado, a ser pago em 2023, o montante de R\$ 9,9 bilhões (25% do lucro líquido ajustado) a título de dividendos mínimos obrigatórios, dos quais R\$ 3,2 bilhões na forma de juros sobre o capital próprio. Outros R\$ 13,9 bilhões (35% do lucro líquido ajustado) foram destinados à Reserva para Equalização de Dividendos Complementares, cujo pagamento deve ser objeto de deliberação em assembleia, nos termos do Estatuto do BNDES.

FLUXO DE CAIXA POR FONTES DE RECURSOS (2022)

PERFIL DAS ENTRADAS DE RECURSOS – 2022

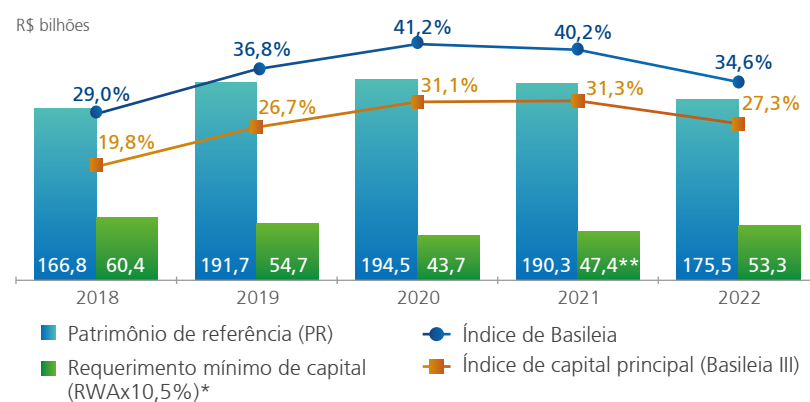


INDICADORES

INDICADORES	2018	2019	2020	2021	2022
Retorno sobre Ativo Total (ROA)	0,83%	2,47%	2,93%	4,69%	6,03%
Retorno sobre patrimônio (ROE)	12,80%	28,64%	26,55%	34,23%	35,48%
Índice de cobertura (provisão/créditos inadimplentes)*	1,49	1,10	126,83	14,08	25,85
Provisão/carteira de crédito e repasses	4,39%	3,15%	4,29%	4,30%	3,28%
Índice créditos AA-C	94,70%	95,35%	91,94%	91,26%	93,58%

* Inadimplência: a partir de 30 dias de atraso.

CAPITAL REGULATÓRIO



* De 2016 a 31/03/2022 era 10,5%. Entre 01/04/2020 e 31/03/2021 = 9,25%. Entre 01/04/2021 e 30/09/2021 = 9,625%. Entre 01/10/2021 e 31/03/2022 = 10%. A partir de 01/04/2022 = 10,5%

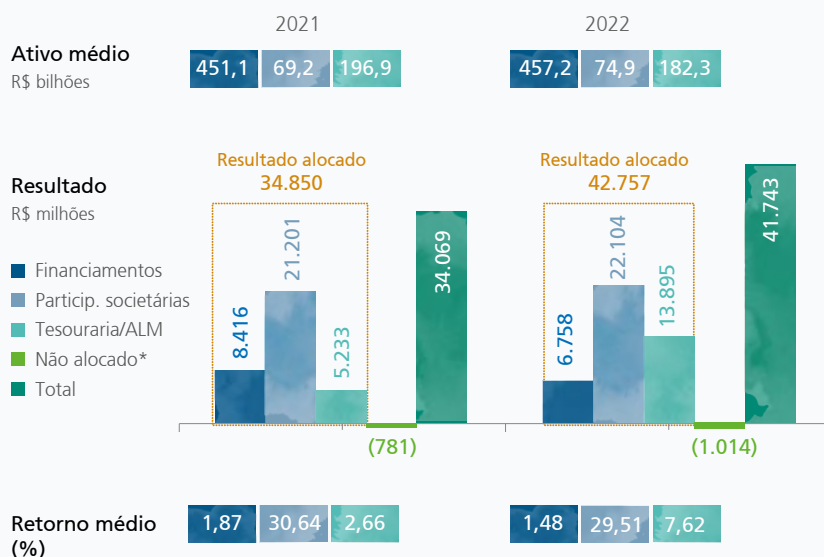
** O valor divulgado no Relatório Anual 2021, de R\$ 46,8 bilhões, considerava 9,625% sobre o RWA. No entanto, em dezembro de 2021 o percentual foi de 10% – por isso, o valor foi corrigido para R\$ 47,4 bilhões

Base para o cálculo dos limites prudenciais estabelecidos pelo BCB, o patrimônio de referência (PR) totalizou R\$ 175,5 bilhões ao fim de 2022 (R\$ 190,3 bilhões em dezembro de 2021). O decréscimo reflete os impactos

INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

Definimos nossos segmentos com base na natureza das formas de apoio em relatórios disponibilizados à administração para análise de desempenho e tomada de decisões. A metodologia de elaboração do resultado por segmento de negócios retrata ainda a alocação dos custos de captação baseada na gestão integrada de recursos (*asset liability management* – ALM).

🔗 Para mais informações, consulte as demonstrações financeiras consolidadas do Sistema BNDES. Acesse em: <https://ri.bndes.gov.br/informacoes-financeiras/central-de-resultados/bndes/>.



(*) Efeito das diferenças temporárias de IR/CSLL e alteração de alíquota.

FINANCIAMENTOS

Majoritariamente carteiras de crédito e repasses, líquidas de provisão, além de debêntures.

PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Engloba investimentos, quer em sociedades coligadas (sobre as quais existe influência significativa), quer em outras empresas, mensuradas ao valor justo (sobre as quais não há influência significativa).

TESOURARIA/ALM

Majoritariamente títulos públicos e aplicações em DI, além da gestão integrada de ativos e passivos financeiros (ALM), que inclui as atividades de captação de recursos e alocação de *funding* entre os segmentos.

NÃO ALOCADO

Inclui basicamente os efeitos de mudanças na expectativa de realização de créditos tributários diferidos, incluindo eventuais impactos de alterações de alíquotas.

no patrimônio líquido já citados, além da liquidação de IECF de R\$ 13,3 bilhões e da redução de R\$ 5,3 bilhões do FAT como capital de nível 2, seguindo cronograma definido pela Resolução CMN 4.679/2018.

O Índice de Basileia manteve-se em situação confortável, oscilando de 40,2% no fim de dezembro de 2021 para 34,6% em dezembro de 2022, acima dos 10,5% exigidos pelo BCB. A queda é explicada pela redução do PR e pelo aumento dos ativos ponderados pelo risco (RWA) de R\$ 34 bilhões, quando comparados a dezembro de 2021.

RIQUEZA GERADA E DISTRIBUÍDA (2022) [GRI 201-1]

Importante indicador do papel social, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) apresenta, segundo uma visão global de desempenho, a contribuição da empresa na geração de riqueza para economia na qual está inserida e sua efetiva distribuição entre os empregados, o governo, os agentes financiadores e seus acionistas.

A riqueza gerada e distribuída pelo BNDES em 2022 foi de R\$ 58,4 bilhões, desempenho 11,9% superior ao de 2021, provocado principalmente pelo crescimento do produto de intermediação financeira e da receita com dividendos e juros sobre capital próprio, efeitos atenuados pelo menor resultado com alienações de participações societárias.

R\$ MILHÕES	FINANCIAMENTOS	PARTIC. SOCIETÁRIAS	TESOURARIA/ALM	NÃO ALOCADO	TOTAL
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	12.747	24.663	20.968	-	58.378
Pessoal e encargos	1.762	211	108	-	2.081
Remuneração direta	1.075	129	66	-	1.270
Benefícios	549	66	34	-	649
FGTS	84	10	5	-	99
Outros	54	6	3	-	63
Participação dos empregados no lucro	235	28	14	-	277
Impostos, taxas e contribuições	3.986	2.319	6.951	1.014	14.270
Federal	3.970	2.302	6.947	1.014	14.233
Estadual	-	-	-	-	-
Municipal	16	17	4	-	37
Aluguéis	6	1	-	-	7
Juros sobre capital próprio e dividendos	1.605	5.250	3.300	(241)	9.914
Lucros (prejuízos) retidos do período	5.153	16.854	10.595	(773)	31.829

GESTÃO TRIBUTÁRIA

➤ ➡
Saiba mais na seção
Gestão de riscos

A governança sobre a questão tributária é distribuída entre nossas diferentes áreas, que ficam responsáveis pela apuração, pelo pagamento e pelo registro contábil em Sistema Integrado de Tributos. No âmbito da gestão de riscos operacionais, os riscos associados ao processo de gestão tributária são identificados e avaliados pelos gestores da atividade. O mecanismo para relato de preocupações com comportamentos antiéticos ou ilícitos e com a integridade da organização em relação a tributos é o mesmo adotado para outros relatos – não há um canal específico para o tema. Nossas despesas tributárias, devidamente auditadas, são divulgadas em nossas demonstrações financeiras trimestrais. [GRI 207-2]

➤ ➡
Saiba mais na seção Ética,
integridade e transparência

Como só atuamos no Brasil, não há recolhimento de tributos em outras jurisdições fiscais. Os principais números relacionados a tributos para o Sistema BNDES, em 2022, foram:

- Resultado antes do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL): R\$ 46,1 bilhões.
- Bens tangíveis que não sejam caixa e equivalentes de caixa: R\$ 109,1 milhões (composto basicamente por imobilizado de uso próprio).
- Imposto de renda pessoa jurídica pago em regime de caixa: R\$ 8,4 bilhões (total do IR e CSLL).
- Imposto de renda pessoa jurídica incidente sobre lucros/perdas: R\$ 4,2 bilhões (total da despesa com IR e CSLL, que inclui o efeito dos tributos diferidos). [GRI 207-4]

Acompanhamos diariamente as mudanças na legislação tributária para avaliar eventuais impactos de novos normativos na apuração de tributos. O processo de monitoramento é feito com o suporte da ferramenta Legalbot – que permite desde a captura até o acompanhamento de planos de ação relativos à legislação emitida que possa

impactar nossas atividades –, além de realizado de forma descentralizada pelas diversas áreas. Os novos produtos são analisados à luz da legislação tributária para que seja dado o adequado tratamento tributário. [GRI 207-1]

Estamos, especificamente, acompanhando as discussões no Congresso Nacional sobre a Reforma Tributária, que altera a base de cálculo e as alíquotas de IR e CSLL. No entanto, as incertezas sobre o texto final impossibilitam que sejam apurados eventuais impactos nesse momento.

Cooperamos com a Administração Tributária com base em princípios éticos e de transparência, prestando todas as informações requeridas para o cumprimento de nossas obrigações. Em outubro de 2021, passamos a integrar o Programa de Conformidade Cooperativa Fiscal da Receita Federal (Programa Confia), que tem como principal objetivo construir um novo modelo de relacionamento do fisco com os maiores contribuintes, com foco na cooperação, adesão voluntária e boa-fé, buscando melhorar o ambiente, aumentar a segurança jurídica e reduzir a litigiosidade conforme recomendações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). [GRI 207-3]

Estamos participando do fórum de diálogo do programa, que evidencia a necessidade de melhora da governança corporativa e tributária das empresas de forma geral, com a necessidade de estabelecer uma política fiscal e um modelo de governança tributária. Em 2022, houve a contratação de uma consultoria tributária para elaboração de diagnóstico da estrutura tributária atual, tendo como objetivo revisar a estrutura sob a ótica de processos e quantitativo de pessoal alocado.

A photograph of two workers, a man and a woman, wearing blue hard hats and safety harnesses, working on a rooftop. They are installing large solar panels. The man is in the foreground, leaning over a panel, while the woman is slightly behind him. The background shows a cloudy sky and some industrial structures. A teal graphic element is on the right side of the image.

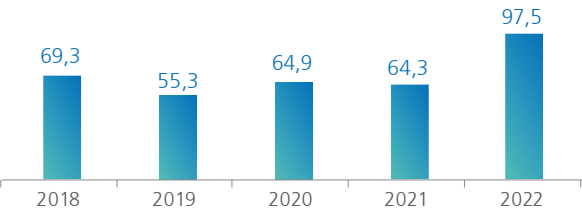
NOSSO DESEMPENHO

DESEMPENHO OPERACIONAL

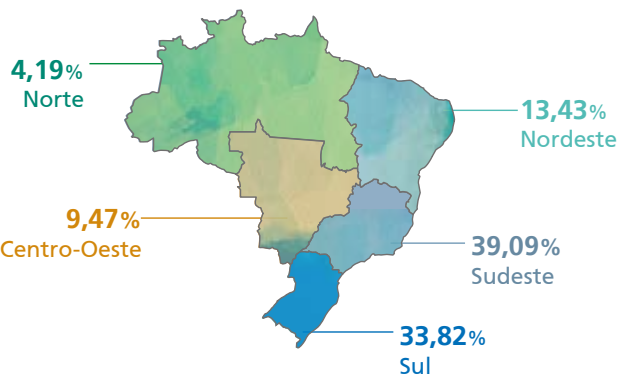
DESTAQUES 2022

Em 2022, desembolsamos R\$ 97,5 bilhões, um crescimento de mais de 50% em relação aos desembolsos de 2021.

SÉRIE HISTÓRICA DE DESEMBOLSOS TOTAIS (R\$ bilhões)



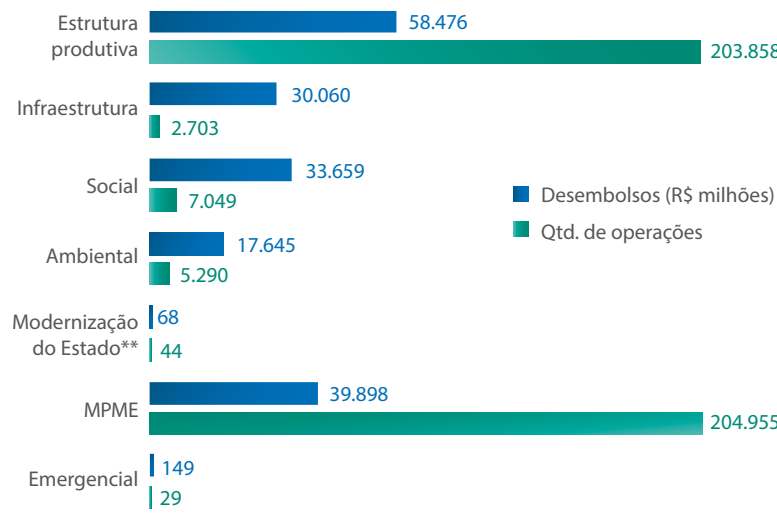
DESEMBOLSOS POR REGIÃO (% do total desembolsado)



TEMAS ESTRATÉGICOS

Nossos desembolsos para infraestrutura aumentaram mais de 50% e os de estrutura produtiva mais de 30% em 2022.

DESEMBOLSOS E QUANTIDADE DE OPERAÇÕES POR TEMA ESTRATÉGICO* [GRI 203-1]



Nota: As somas dos desembolsos e das operações por missão não refletem o total do ano, pois uma operação pode estar associada a mais de uma missão.

* Não inclui operações de garantia e medidas emergenciais realizadas com recursos do Governo Federal. Nem todas as ações anticíclicas emergenciais implicam desembolso. Estão considerados nesses valores: BNDES Crédito Direto Emergencial; BNDES Audiovisual; BNDES Crédito Cadeias Produtivas; e Desenvolvimento Tecnológico.

** Em 2021 o tema “Desenvolvimento territorial” fazia parte da missão “Modernização do Estado”. Em 2022, esse tema teve seus objetivos incorporados às diferentes missões do mapa, tendo em vista sua transversalidade.

DESEMBOLSO
R\$ **97,5**
BILHÕES

OPERAÇÕES
212.469
1.257 DIRETAS
211.212 INDIRETAS

CLIENTES
135.855
(inclui pessoa física e pessoa jurídica)

NOVOS CLIENTES
65.989
(que não receberam recursos entre 2017 e 2021)

Nota: números de clientes e operações não incluem operações de garantia e medidas emergenciais realizadas com recursos do Governo Federal.

DESEMBOLSOS POR ODS*

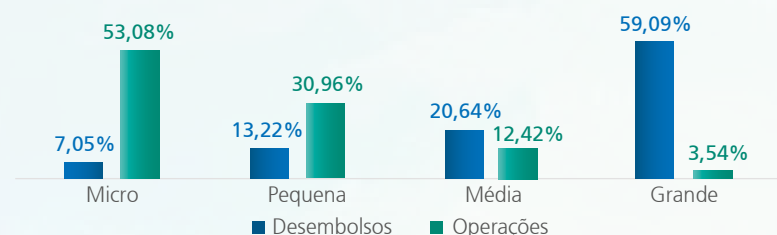
ODS		DESEMBOLSOS (R\$ MILHÕES)	OPERAÇÕES
ODS 1	ERRADICAÇÃO DA POBREZA	5.366,6	1.299
ODS 2	FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL	11.204,1	80.323
ODS 3	SAÚDE E BEM-ESTAR	928,3	1.156
ODS 4	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	221,3	1.558
ODS 5	IGUALDADE DE GÊNERO	4,4	91
ODS 6	ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	1.163,9	189
ODS 7	ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL	19.048,0	1.001
ODS 8	TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO	33.806,6	193.887
ODS 9	INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA	45.278,7	18.426
ODS 10	REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES	10.658,6	29.327
ODS 11	CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS	14.141,5	1.163
ODS 12	CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS	2.308,7	1.479
ODS 13	AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA	14.618,1	3.929
ODS 14	VIDA NA ÁGUA	750,5	549
ODS 15	VIDA TERRESTRE	691,1	309
ODS 16	PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES	175,7	47
ODS 17	PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO	3.401,9	323

*A soma dos desembolsos por ODS não reflete o total de desembolsos no ano porque há sobreposições na contagem (um mesmo desembolso pode ser considerado para diferentes ODS).

MPMEs

As MPMEs ficaram com 41% do total desembolsado em 2022, com cerca de 53% do total de operações destinado às microempresas.

PARTICIPAÇÃO EM DESEMBOLSOS E OPERAÇÕES SEGUNDO PORTE DA EMPRESA



MICRO: receita operacional bruta anual menor ou igual a R\$ 360 mil.

PEQUENA: receita operacional bruta anual entre R\$ 360 mil e R\$ 4,8 milhões.

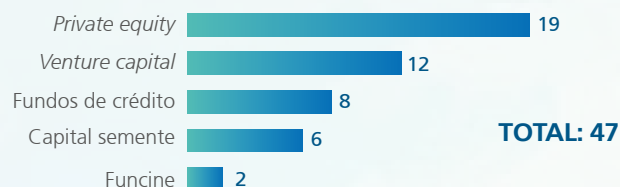
MÉDIA: receita operacional bruta anual entre R\$ 4,8 milhões e R\$ 300 milhões.

GRANDE: receita operacional bruta anual acima de R\$ 300 milhões.

MERCADO DE CAPITAIS

Ao fim de 2022, o capital comprometido do Banco em fundos de participação em empresas e de crédito totalizava cerca de R\$ 6,9 bilhões. Junto com os recursos de outros investidores, o montante chegava a R\$ 33,1 bilhões.

FUNDOS POR CLASSE (EM 31.12.2022)



PRIVATE EQUITY: investimentos em participações societárias de empresas fechadas.

VENTURE CAPITAL: investimento em empresas de pequeno e médio portes já estabelecidas e com alto potencial de crescimento.

FUNDOS DE CRÉDITO: veículos de investimento coletivo, destinados à aplicação em direitos e títulos representativos de crédito, também denominados direitos creditórios.

CAPITAL SEMENTE: modelo de investimento destinado ao apoio de empresas e projetos em estágio inicial de operação, buscando viabilizar seu modelo de negócios.

FUNCINE: fundo de financiamento da indústria cinematográfica nacional.

DESTAQUES DA CARTEIRA DE FUNDOS

Fundos de investimento em participações (FIP):

Taxa interna de retorno (TIR*): **R\$ 5,6 BILHÕES** em capital comprometido diversificado em **18 setores**
17% a.a.

275 EMPRESAS apoiadas em **21 UFs**

R\$ 27,8 BILHÕES alavancados pelos investimentos da **BNDESPAR**

*TIR nominal para a carteira de fundos liquidados, calculada pela média das TIR de cada fundo, ponderada pelo capital investido no respectivo fundo.

Fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC)
(considera apenas fundos encerrados)

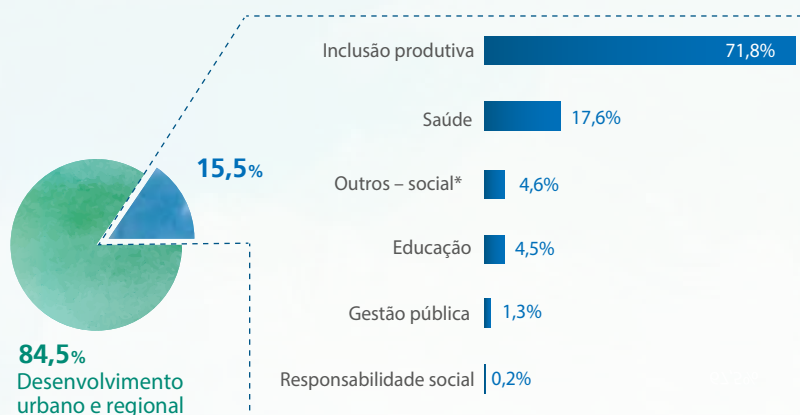
TIR: **11% a.a.**

MAIS DE **16 MIL MPMEs** apoiadas

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

O tema do desenvolvimento urbano e regional seguiu sendo o foco da maior parcela de nossos desembolsos para desenvolvimento social, respondendo por 84,5% dos recursos.

R\$ **33,5 bilhões** em desembolsos



* Inclui projetos de investimento de MPMEs associados ao tema, apoio a projetos sociais, BNDES Fundo Socioambiental, BNDES Crédito Pequenas Empresas e Cartão BNDES.

ECONOMIA VERDE

Continuamos priorizando nosso apoio às energias renováveis, que representa 41% da parcela de desembolsos destinados à economia verde em 2022.

R\$ **17,6 bilhões** em desembolsos



* Inclui investimentos na redução do uso de recursos naturais e materiais, Fundo Clima e Cartão BNDES, quando relacionado.

Nota: Em 2022 foi aprovada a revisão da taxonomia dos indicadores de sustentabilidade do BNDES para aderência às taxonomias da Febraban e do International Development Finance Club (IDFC), impactando a modelagem dos indicadores de desenvolvimento social e economia verde. A nota que trata da nova taxonomia está disponível em nosso [site](#).

🔗 Acesse em: www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/b1906bb0-20a6-468e-bfaa-eb747c13ee4d/BNDES_TaxonomiaSustentabilidade_site.pdf?MOD=AJPERES

DESEMPENHO POR TEMA ESTRATÉGICO

Em nosso mapa estratégico de 2022, priorizamos sete temas estratégicos de negócio. Veja a seguir nossa atuação em cada um deles durante o ano.

INFRAESTRUTURA

Os investimentos em infraestrutura têm grande influência no crescimento econômico, na produtividade, na geração de emprego e renda e na melhoria da qualidade de vida dos brasileiros. Buscamos desenvolver e apoiar projetos para ampliar o acesso e a qualidade dos serviços e promover infraestrutura integrada, sustentável e resiliente, reduzindo desigualdades.



Saneamento

Visamos contribuir para a universalização do acesso aos serviços de saneamento e reduzir desigualdades sociais e regionais e, para isso, buscamos elevar e diversificar investimentos no setor.

Em 2022, participamos do debate acerca das questões institucionais e regulatórias relacionadas ao tema, além de organizarmos o evento Construindo Futuros no Saneamento, com painéis sobre impactos dos projetos estruturados pelo Banco, novos investidores e cadeia de suprimentos.

Publicamos também estudos sobre: saneamento na América Latina; prestação regionalizada no novo marco regulatório do setor; implementação do novo marco legal do saneamento; e regulação por contrato em um cenário atual de transição regulatória.

Além disso, realizamos em conjunto com Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) e Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos do Ministério da Economia (SPPI/ME) duas turmas piloto de capacitação sobre a implementação do

novo marco legal do saneamento para representantes dos estados de Rondônia e do Amazonas.

PROJETOS APOIADOS

Entre os projetos apoiados que tiveram sua execução concluída ao longo do ano, destacam-se a expansão das redes de água e esgotamento sanitário em municípios da região metropolitana de Belo Horizonte e do interior de Minas Gerais, com a inclusão de cerca de 600 mil pessoas na rede de água e cerca de 250 mil na rede de esgoto; e a expansão e melhoria das redes de água e esgotamento sanitário em Campos dos Goytacazes (RJ), com ampliação do acesso para 70 mil habitantes à rede de esgoto, passando o índice de atendimento de 85% para 93,3%. A água já era universalizada no município, sendo 34 mil pessoas beneficiadas com a modernização de sua rede.

PROJETOS DE DESTAQUE APROVADOS EM 2022

BENEFICIÁRIO (UF)	VALOR FINANCIADO	VALOR TOTAL INVESTIMENTO	RESULTADOS PREVISTOS
Águas do Rio 1 (RJ)	R\$ 7,8 bilhões	R\$ 17,8 bilhões	 1,3 milhão de habitantes com novas ligações  1,6 milhão de habitantes com novas ligações
Águas do Rio 4 (RJ)	R\$ 11,5 bilhões	R\$ 22,6 bilhões	 820 mil habitantes com novas ligações  2,2 milhões de habitantes com novas ligações
BRK Ambiental (AL)	R\$ 550 milhões	R\$ 2,1 bilhões	 300 mil habitantes com novas ligações  960 mil habitantes com novas ligações

 esgoto |  água

PROJETOS ESTRUTURADOS

Em setembro, foi realizada a licitação dos dois blocos das PPPs para a prestação de serviços de água e esgoto no Ceará. O consórcio liderado pela operadora Aegea apresentou a melhor proposta para os blocos 1 e 2, com deságios de 27,92% e 37,86%, respectivamente, em relação aos valores das contraprestações definidos nos estudos referenciais da licitação.

✂️ ➡️
Saiba mais em
Como geramos valor em 2022

🔗 ➡️
Acesse em:
www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/seminarios/evento-construindo-futuros-no-saneamento

🔗 ➡️
Acesse em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/22484>
<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/22444>
<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/22584>
<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/22584>

RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU)

Em dezembro de 2022, lançamos o primeiro chamamento para estruturação de projetos do BNDES no tema. Trata-se de uma parceria com a Caixa Econômica Federal e com a SPPIME com o objetivo de melhorar a prestação de serviços de RSU no país por meio da ampliação do número de projetos de concessão. Os inscritos habilitados serão classificados conforme critérios pré-estabelecidos e convocados pelas instituições estruturadoras. Esse processo ainda está em andamento e sua finalização se dará ao longo de 2023.

O consórcio será responsável pelo serviço em 24 municípios do estado e atendimento a 4,3 milhões de pessoas, com investimentos estimados em R\$ 6,2 bilhões ao longo de trinta anos da concessão.

Já em dezembro, foi realizada sessão pública do leilão de desestatização da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan). O consórcio formado pela operadora Aegea e os investidores financeiros Perfin e Kinea foi o vencedor, com proposta de R\$ 4,15 bilhões por cerca de 99,5% do capital social da companhia, representando um ágio de 1,15% em relação ao valor econômico mínimo. O consórcio será responsável por investir cerca de R\$ 13 bilhões para a universalização dos serviços de água e esgoto até 2033, beneficiando aproximadamente 6,3 milhões de pessoas em 317 municípios gaúchos.

Também participamos ativamente das discussões e definições do setor, destacando-se a nossa participação nas câmaras temáticas do Programa Nacional do Hidrogênio.

PROJETOS APOIADOS

O Complexo Solar Janaúba entrou em operação comercial plena em outubro de 2022. Financiamos a primeira fase do projeto, contribuindo com a adição de capacidade instalada de 700 MW, de um total de 1.000 MW (fase 1 + fase 2), o que faz do complexo o maior parque de energia solar das Américas.

O complexo está localizado na região norte de Minas Gerais e é capaz de gerar energia limpa suficiente para evitar a emissão de 4,5 milhões de tCO₂e por ano. Durante sua implantação, foram criados aproximadamente dois mil empregos.

Em 2022, também entraram em operação comercial os complexos eólicos Ventos do Piauí II e III, formados por dez parques eólicos com capacidade instalada total de 418,5 MW, o suficiente para gerar energia limpa e renovável para, aproximadamente, 875 mil residências. O projeto, instalado nos municípios de Betânia do Piauí, Curral Novo do Piauí e Paulistana (PI) e Araripina e Ouricuri (PE), contou com nosso apoio financeiro no valor de R\$ 1,617 bilhão e gerou mais de três mil empregos, entre diretos e indiretos, durante sua implantação. O projeto prevê evitar emissões de, aproximadamente, 3,3 milhões de tCO₂e por ano.

Financiamos a primeira fase do projeto de implantação do Complexo Solar Janaúba, maior parque de energia solar das Américas | Foto: Acervo Elera



> Energia

Nossa atuação no setor tem como foco a transição energética, com destaque para o uso de fontes renováveis, gás natural (com viés de transição e para geração de hidrogênio e biometano e infraestrutura associada) e novas rotas tecnológicas. Além de contribuir para a neutralidade de emissões de carbono, buscamos modernizar e descentralizar a matriz energética.

Em 2022, mergulhamos no tema do hidrogênio e seu potencial de contribuição na transição energética. Percebendo o início do desenvolvimento dos primeiros projetos-piloto para produção de hidrogênio verde, criamos um programa para apoiar esses empreendimentos utilizando recursos do Fundo Clima.

Além disso, realizamos o seminário *Hidrogênio de baixo carbono: desafios e oportunidades para o Brasil* durante a programação do BNDES Day, quando lançamos a publicação *Hidrogênio de baixo carbono: oportunidades para o protagonismo brasileiro na produção de energia limpa*.

Saiba mais na seção
Nossos relacionamentos



Saiba mais no destaque
Mudanças climáticas

PROJETOS DE DESTAQUE APROVADOS EM 2022

BENEFICIÁRIO (UF)	VALOR FINANCIADO	RESULTADOS PREVISTOS
Complexo Solar Boa Sorte (MG)	R\$ 1,1 bilhão aproximadamente (US\$ 210 milhões)	 Construção de oito usinas fotovoltaicas com uma capacidade total de 350 MWac
Complexo Eólico Babilônia Sul (BA) – quatro parques eólicos	R\$ 657,20 milhões por meio de financiamentos de longo prazo e R\$ 32,85 milhões por meio da subscrição de debêntures de infraestrutura	 Construção de quatro parques eólicos com capacidade para gerar 288 MW e atender cerca de 744 mil domicílios
Complexo Eólico Serra do Assuruá (BA)	R\$ 1,5 bilhão	 24 parques eólicos e 188 aerogeradores com capacidade instalada total prevista de 846 MW

Esse contrato estabeleceu um novo precedente para o financiamento de projetos renováveis no Brasil, por meio de celebração de contratos de compra e venda de energia indexados ao dólar americano, permitido especificamente para empresas brasileiras que sejam exportadoras (Lei 14.286/2021).

PROJETOS ESTRUTURADOS

Em 2022 tivemos os leilões de privatização da CEEE-G e da Eletrobras. No caso da CEEE-G, foi ofertado pagamento de R\$ 928 milhões pelo controle da companhia de energia, o que representou ágio de 11% em relação ao preço mínimo estabelecido em edital. Já com relação à Eletrobras, foi realizada uma capitalização mediante oferta pública de ações, movimentando R\$ 29 bilhões, sendo R\$ 2,92 bilhões relativos à venda de ações de titularidade da BNDESPAR.

11 > Mobilidade urbana

Nossa atuação em projetos de mobilidade urbana é focada em sistemas de transporte de média e alta capacidade que contribuam para melhorar a circulação nas cidades brasileiras e a qualidade de vida da população. Buscamos ainda promover o uso de fontes limpas e a integração dos modais, eliminar o hiato de investimentos e articular o planejamento integrado dos gestores públicos.

Em 2022, foi dada continuidade à cooperação com o KfW, banco de desenvolvimento alemão, com o início dos estudos selecionados via chamada pública,

que incluem: (i) eletrificação da frota de BRTs (*bus rapid transit*) de Curitiba; (ii) ciclomobilidade elétrica para micrologística de cargas em Fortaleza; (iii) veículo leve sobre trilhos (VLT) de Guarulhos; (iv) VLT de Recife; e (v) teleférico do subúrbio de Salvador. Uma segunda cooperação foi firmada com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) e iniciada prospecção de projetos por meio da interação direta com os entes subnacionais.

Em setembro de 2022, no âmbito da Semana Nacional de Trânsito e Mobilidade Urbana promovida pelo Governo Federal, celebramos um protocolo de intenções com o MDR para fomentar projetos de transporte público de média e alta capacidade. O trabalho visa formar uma carteira de concessões e PPPs que promovam investimentos na implantação e expansão de serviços públicos como metrô, trem urbano, VLT e BRT. Essa iniciativa prevê o financiamento e a coordenação para realização de estudos nas 21 regiões metropolitanas do país com população conurbada superior a um milhão de habitantes, gerando insumos para a elaboração de uma estratégia nacional de mobilidade urbana.

PROJETOS NO SETOR

Aprovamos, em 2022, o financiamento à concessionária das Linhas 8 e 9 da CPTM, de São Paulo, no valor total de R\$ 4,6 bilhões. Os recursos serão destinados a investimentos na renovação do material rodante das linhas – com a compra de 36 novas composições, totalizando 288 novos carros, que serão fabricados pela Alstom Brasil em sua planta em Taubaté – em sistemas de sinalização e de alimentação elétrica, bem como em obras civis para adequação das estações, trilhos, oficinas mecânicas e pátios. As duas linhas conjuntamente têm mais de 70 km de extensão e são responsáveis pelo transporte de mais de um milhão de passageiros diariamente. Os investimentos deverão viabilizar a redução do tempo entre composições em 20% na Linha 8 e em 40% na Linha 9. Em termos de capacidade

de transporte de passageiros, estima-se um incremento de 25% na linha 8 e de 67% na linha 9, na hora de pico nos trechos mais carregados. Os investimentos se concentrarão até 2027, sendo os primeiros carros entregues no início de 2023. Do valor total apoiado pelo Banco, R\$ 2,5 bilhões foram por meio de uma debênture de infraestrutura verde, a maior dessa categoria emitida no mercado nacional até o momento, em função dos impactos positivos no sequestro de carbono do modal metroferroviário. Em 2022, ocorreu ainda o leilão de privatização da CBTU-BH, que foi vendida por R\$ 25,8 milhões, cerca de 33% acima do valor mínimo estipulado no edital. O projeto envolve a requalificação e a ampliação da linha existente em mais uma estação (Novo Eldorado, no município de Contagem) e a construção da linha 2 (ligando os bairros de Calafate e Barreiro), com sete estações e 10 km de extensão. Estima-se que nesse período o sistema passe a beneficiar aproximadamente 270 mil passageiros por dia, um aumento de cerca de 50% em relação ao número de 2019.



> **Logística e transporte**

O apoio ao setor visa contribuir para a implantação de uma matriz de transporte mais integrada, sustentável e resiliente, que reduza custos logísticos, aumente a segurança dos usuários, proporcione maior qualidade nos serviços, amplie a oferta de modos de transportes mais eficientes e contribua de forma efetiva para fortalecer a competitividade das empresas.

PROJETOS APOIADOS

Foram realizadas, em 2022, no âmbito do BNDES Finame Direto, uma operação com a MRS Logística, no valor de R\$ 600 milhões, para a aquisição de vagões e locomotivas, e outra com a Transportes Marvel, do grupo JSL, no valor de R\$ 200 milhões, para a aquisição de caminhões novos.

PROJETOS DE DESTAQUE APROVADOS EM 2022

PROJETO/ BENEFICIÁRIO (UF)	VALOR FINANCIADO/ INVESTIDO	RESULTADOS PREVISTOS
Concessão da Ecovias do Araguaia (BR-153/080/414) (GO e TO)	R\$ 3,76 bilhões (debêntures + BNDES Finem)	Execução do primeiro ciclo de investimentos da concessão, com duração de dez anos, que prevê a duplicação de 358 km.
Concessão da Rota de Santa Maria (RSC-287) (RS)	Até R\$ 900 milhões de crédito (debêntures + BNDES Finem)	Execução do primeiro ciclo de investimentos da concessão até agosto de 2026, que prevê a duplicação de 128 km e a implantação de 18 km de vias marginais e terceiras faixas.
Via Brasil BR-163 (MT e PA)	R\$ 550 milhões em debêntures de infraestrutura de R\$ 1,85 bilhão emitidos.	Investimentos em 1.009 km de rodovia entre os estados do Mato Grosso e Pará – elo fundamental para o escoamento de grãos no Arco Norte, pelos portos de Miritituba (PA) e Santarém (PA).
Autopista Fernão Dias (MT e PA)		Execução do plano de investimentos da concessionária, com destaque para a construção de aproximadamente 48 km de terceiras faixas em trechos com o nível de serviço já comprometido.
Rumo (ferrovias)	R\$ 686 milhões (debêntures + BNDES Finem)	Investimento em projeto inovador de automação da circulação dos trens, que trará mais segurança e produtividade e redução de emissões na operação.

Além disso, aprovamos apoio não reembolsável a projetos da indústria de construção e reparação naval brasileira, em especial, os vinculados ao transporte fluvial e a cabotagem, no valor de R\$ 684 milhões, a partir das contas vinculadas das Empresas Brasileiras de Navegação (EBN) relativas ao Adicional de Frete de Renovação da Marinha Mercante (AFRMM).

PROJETOS ESTRUTURADOS

Um destaque em 2022 foi a estruturação de projetos de parcerias para concessões de rodovias e de portos organizados. Com base em projetos estruturados por nós, foram realizados três leilões de concessões rodoviárias estaduais, sendo um no Rio Grande do Sul e dois em Minas Gerais, totalizando 1.400 km e mais de R\$ 8,9 bilhões em investimentos obrigatórios ao longo da vigência dos contratos.

9



> Telecomunicações

O apoio ao setor de telecomunicações visa ampliar o acesso à conectividade (massificação), promover a expansão e a modernização da rede de banda larga, e apoiar o desenvolvimento do ecossistema de inovação na cadeia do setor, além de consolidar nossa operação com fundos setoriais para implementação de políticas públicas.

Em 2022, captamos R\$ 1,19 bilhão com o Fundo para Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) para apoio a projetos de infraestrutura de redes de telecomunicações nas suas diferentes tecnologias (banda larga de fibra ótica, rede móvel, transmissão por rádio ou satélite), com o objetivo de reduzir a lacuna digital no Brasil. Os recursos também serão direcionados para a conexão de escolas públicas ou para regiões remotas e em zonas rurais. É a primeira vez em que o fundo disponibilizará recursos a projetos de investimento. Atuamos em parceria com o Ministério das Comunicações e a Anatel no desenho da modelagem de captação e do apoio que será concedido aos projetos do setor.

Assinamos também novo contrato de captação com o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel), em 2022, no valor de R\$ 197 milhões. Os recursos poderão ser repassados por meio do programa BNDES Finame Funttel e

do FIDC Funttel, modalidade em que poderemos adquirir cotas de fundos estruturados com empresas interessadas.

O BNDES Finame Funttel entrou em operacionalização em agosto, permitindo assim que os recursos do fundo também pudessem ser distribuídos pelo canal indireto. No ano, aprovamos ainda a segunda operação direta para o setor de TICs por meio de FIDC. Com esses novos dois instrumentos, em adição ao apoio direto, temos um portfólio completo de soluções financeiras para apoio à cadeia produtiva de telecomunicações, pulverizando o crédito para atender a pequenas empresas.

PROJETOS NO SETOR

Na cadeia produtiva de telecomunicações, destaca-se o apoio à Intelbras por meio da subscrição de debêntures simples no valor de R\$ 500 milhões. Os recursos serão utilizados na ampliação da capacidade produtiva da empresa, em melhorias organizacionais e na aquisição de máquinas e equipamentos.

Entre os investimentos apoiados estão a construção da fábrica de Tubarão (SC), ampliação das unidades de Manaus (AM) e Santa Rita do Sapucaí (MG) e reformas internas no prédio da matriz em São José (SC). Além do aumento da capacidade produtiva, os recursos financiados pelo Banco permitirão a expansão da estrutura necessária ao crescimento da companhia.

Já na cadeia produtiva de microeletrônica destaca-se a operação de crédito com a HT Micron Semicondutores, que visa apoiar o esforço de evolução tecnológica da empresa, por meio do financiamento à aquisição de máquinas e equipamentos que viabilizarão o desenvolvimento e fabricação de uma nova linha de semicondutores para equipamentos móveis no padrão 5G.

Para que o Brasil consiga enfrentar o gargalo do investimento em infraestrutura e atingir o patamar desejado no setor, é fundamental que a capacidade de investimento público seja retomada e o investimento privado seja alavancado.

Considerando os prazos de maturidade elevados, característicos dos projetos de infraestrutura, a alocação de capital privado depende da adequada concepção do projeto. Desenvolvemos projetos, por meio da atividade de estruturação, que alinham o interesse público com a atratividade para o setor privado.

A estruturação de projetos para participação privada pode envolver projetos de grande porte e elevado volume de capital mobilizado, com impacto direto no dia a dia da população abrangida pelas iniciativas, uma vez celebrado o contrato de parceria e iniciada a operação.

O intuito da atividade é ampliar e melhorar a prestação de serviços para os cidadãos, possibilitando a diminuição de gargalos de infraestrutura e a geração de oportunidades de investimentos privados em projetos de interesse público, com redução de custos para a administração pública. Por exemplo, de janeiro de 2020 a dezembro de 2022, estruturamos projetos que preveem levar serviços de saneamento a mais de 16,4 milhões de pessoas ainda não atendidas pelo sistema. Além disso, foram estruturados projetos para extensão de cerca de 5 mil km de rodovias concedidas. [GRI 203-2]

Para alcançar tais objetivos, são implementadas medidas de modernização da gestão, importantes para melhorar a prestação de serviços, mas que podem causar impactos negativos, como impactos socioambientais em obras de grande porte, potenciais problemas de prestação do serviço pelos concessionários, eventuais aumentos

de tarifas, entre outros. Nesse sentido, uma das etapas marcantes no processo de estruturação desses projetos é a realização de eventos de audiência e/ou consultas públicas. Trata-se de compromisso do Banco com a transparência e a visibilidade do processo. Nesse momento, o projeto estruturado e modelado com base nos estudos técnicos é levado a apreciação dos *stakeholders* envolvidos para coleta de opiniões e sugestões de melhorias de eventuais pontos que não tenham sido devidamente tratados ou que careçam de atenção.

Entende-se por *stakeholders* todos que possam ser impactados pelo projeto, em maior ou menor grau, ou que tenham interesse no tema, por exemplo: esfera pública, sociedade civil, organizações não governamentais (ONG), investidores, órgãos de fiscalização e controle, bancos multilaterais, entre outros. A realização dessa etapa objetiva que eventuais impactos negativos sejam identificados antes de partir para a fase de leilão do projeto.

As contribuições durante essa fase são formalmente colhidas e analisadas, resultando em alterações nos projetos, caso sejam acatadas. Essa etapa de escuta das partes interessadas também é essencial para a elaboração das minutas de edital e contratos entre o poder público e o parceiro privado. Nesses materiais estarão detalhadas as obrigações que devem ser cumpridas pelo parceiro privado e os indicadores de desempenho a serem alcançados, que, por sua vez, estão atrelados à qualidade de prestação dos serviços. Almejar a boa qualidade de prestação de serviços significa buscar que a execução da atividade ocorra com menores impactos negativos relevantes para o setor em questão. Como forma de

indução à busca da qualidade de prestação de serviços, a remuneração dos concessionários é influenciada pelo atingimento desses indicadores. Adicionalmente, em se tratando de serviços públicos, é importante destacar o papel fundamental desempenhado pelas agências reguladoras, a quem caberá fiscalizar esses contratos e garantir a sua execução visando preservar o interesse social.

GESTÃO

Durante 2022, oferecemos diferentes soluções para nossos clientes do setor público, como: estruturação de projetos de concessão ou PPP de serviços públicos, alienação de controle acionário ou de participações minoritárias, valorização de ativos imobiliários e revitalização urbana, e viabilização de parcerias estratégicas.

Nossa Política de Atuação na Desestatização e Estruturação de Projetos, aprovada pelo CA em 2019, estipula as diretrizes para essas atividades, que incluem o estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento de projetos voltados à melhoria dos serviços públicos; o incremento da disponibilidade de infraestrutura adequada no país; a viabilização de investimentos; e a racionalização de gastos públicos.

O Comitê de Estruturação de Projetos (CEP), formado por superintendentes, aprecia o mérito, define a elegibilidade dos projetos à luz das políticas aplicáveis e acompanha o desempenho financeiro e operacional da carteira, bem como o direcionamento dos esforços de fomento para obtenção de novos mandatos. Já o Colegiado de Diretores de Estruturação de Projetos (CDEP) aprova o sumário executivo das modelagens de projetos de estruturação realizadas e o modelo de gestão de desempenho da carteira, entre outras atribuições. Por fim, nossa Diretoria Executiva é responsável por aprovar a contratação dos consultores que

dão apoio à estruturação dos projetos e o contrato de prestação de serviços com o cliente, após avaliação de elegibilidade pelo CEP. Projetos em que temos mandato legal para execução – como aqueles do Programa Nacional de Desestatização (PND) –, passam também pela aprovação da Diretoria.

EFETIVIDADE

Com base em nosso macroprocesso de monitoramento e avaliação de efetividade, os projetos de desestatização que estruturamos devem apresentar, no momento da aprovação, informações sobre seu alinhamento a políticas públicas e um quadro de resultados (QR) que explicita objetivos e indicadores de entregas (eficácia) e de efeitos esperados (efetividade). Assim, após a assinatura do contrato com o vencedor do leilão, os indicadores estabelecidos no QR são acompanhados – de preferência anualmente – e podemos verificar se o projeto alcançou os efeitos esperados ao fim do período previsto.

CARTEIRA DE PROJETOS [GRI 203-1]

De 2021 para 2022, a carteira de projetos mandatada ao BNDES para prestação de serviços de estruturação de desestatizações aumentou de 159 para 191 projetos (82 ativos federais, 75 estaduais e 34 municipais), com o capital mobilizado (*capex* de concessões e PPPs mais outorgas e valores das alienações) passando de R\$ 382 bilhões para R\$ 488 bilhões.

Somos remunerados pelos entes públicos pela prestação do serviço de estruturação de projetos. A remuneração é composta por uma parcela fixa, que varia conforme o setor e o porte do projeto, e por uma parcela variável, que deve ser paga ao BNDES somente em caso de sucesso do leilão. Cabe ressaltar que, em caso de êxito do projeto, o valor só será pago pelo licitante vencedor.



Saiba mais na seção
Nosso desempenho

Em caso de insucesso, cabe ao ente público contratante o pagamento de uma remuneração ao BNDES, que corresponde a um percentual fixo sobre a remuneração fixa pactuada.

Em 2022, foram promovidos 22 leilões, com destaque para aqueles realizados em novos setores, como o de serviços de visitação pública em parques e unidades de conservação, e os portuário e imobiliário.

O leilão dos serviços de visitação no Parque Nacional de Iguaçu foi o primeiro no setor de parques estruturado por nós, seguido por mais sete leilões de unidades de conservação bem-sucedidos.

No último ano, houve um avanço importante na consolidação da agenda de concessões de parques e florestas e no aumento da carteira nesse setor, reforçando nossa atuação na estruturação de parcerias em infraestrutura socioambiental. No fechamento do ano, contávamos com uma carteira de 63 projetos em unidades de conservação, alcançando 9,8 milhões de hectares.

Por sua vez, a concessão dos portos de Vitória e Barra do Riacho, associada à alienação das ações da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), marcou a primeira desestatização de autoridade portuária do Brasil, e o leilão dos imóveis de

Furnas foi a primeira estruturação no setor imobiliário realizada por nós.

Em 2023, está prevista a ampliação da escala de estruturação de projetos em linha com as políticas públicas. Nesse sentido, atuaremos de forma a priorizar a estruturação de projetos de infraestrutura, sobretudo daqueles com foco social e que promovam também impactos ambientais e climáticos positivos.

CARTEIRA DE PROJETOS MANDATADOS*	
ATIVOS AMBIENTAIS	70
Parques	38
Florestas	32
INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA	29
Rodovias	26
Portos	3
INFRAESTRUTURA SOCIAL	10
Saúde	4
Educação	4
Segurança pública	2
INFRAESTRUTURA ENERGÉTICA	4
Energia elétrica	3
Gás natural	1
INFRAESTRUTURA URBANA	17
Saneamento	8
Mobilidade urbana	4
Iluminação pública	4
Resíduos sólidos	1
IMOBILIÁRIO	16
OUTROS	5
Comunicação	2
Abastecimento	1
Indústria	1
Serviços não financeiros	1
TOTAL	151 projetos

* Posição da carteira ativa em 31.12.2022. Número de projetos não considera venda de participações.

- Resultados em 2022:
- » 22 leilões realizados
 - » 23 novos contratos de estruturação
 - » 49 estudos para desestatização entregues
 - » 29 editais publicados

Leilão de saneamento do Ceará
Foto: Acervo Cagece/Rayane de Oliveira



ESTRUTURA PRODUTIVA

Nossa atuação tem como diretriz estratégica ampliar e modernizar a estrutura produtiva, promovendo sua transformação digital e estimulando a inovação, tendo em vista o aumento do emprego qualificado e da competitividade, a descarbonização da indústria e o apoio à transição climática, além do fortalecimento de cadeias estratégicas locais e da inserção competitiva do Brasil nas cadeias globais de valor.

Agronegócio

Nosso apoio ao setor visa promover a sustentabilidade e a competitividade da produção de biocombustíveis e de alimentos, como agropecuária de baixo carbono e de precisão. Nossas soluções estão disponíveis a produtores e empresas de todos os portes, desde o agricultor familiar até as maiores cooperativas e empresas do agronegócio.

Somos um dos principais repassadores dos Programas Agropecuários do Governo Federal (PAGF) no âmbito dos Planos Safra. Em 2022, aprovamos R\$ 21,8 bilhões em operações com recursos desses programas, sendo R\$ 3,2 bilhões referentes ao Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2021-2022 (janeiro a junho) e R\$ 18,6 bilhões ao PAP 2022-2023 (julho a dezembro) – o valor repassado no segundo semestre corresponde a cerca de 94% dos recursos disponibilizados ao Banco para o plano 2022-2023. Nesse desempenho, tiveram papel importante os repasses realizados por meio dos bancos cooperativos e do sistema de cooperativas de crédito, que representaram cerca de 48% do total dos recursos.

Já o BNDES Crédito Rural tem o objetivo de manter uma oferta de crédito contínua ao setor rural, independentemente do orçamento dos PAGFs, garantindo a oferta perene de recursos ao setor rural. Entre junho e dezembro de 2022, primeira metade da safra 2022-2023, as aprovações no âmbito do produto superaram R\$ 2,5 bilhões. Desde 2020, ano de seu lançamento, já são

mais de R\$ 11,2 bilhões, distribuídos em 27 mil operações.

Em relação aos biocombustíveis, como desdobramento das discussões no âmbito do Programa Combustível do Futuro, iniciativa liderada pelo Ministério de Minas e Energia (MME), foram incluídos como elegíveis ao Fundo Clima investimentos no desenvolvimento tecnológico e produção dos chamados biocombustíveis avançados, como etanol de segunda geração, bioquerosene de aviação e *diesel* verde. Outro destaque foi a revisão do formato do BNDES RenovaBio, que passou a incorporar metas de descarbonização de acordo com o atual patamar de desempenho energético-ambiental do cliente.

PROJETOS NO SETOR

Em dezembro de 2022, foi inaugurada nova planta frigorífica da Frimesa Cooperativa Central para abate de suínos e produção de frigoríficos, com capacidade de 3.750 suínos/dia, em Assis Chateaubriand (PR), visando atender, principalmente, o aumento da demanda no mercado nacional. Essa é a primeira etapa de sua implantação, prevista para ocorrer em três etapas, com uma expectativa de, em pouco mais de dez anos, atingir uma capacidade final de abate de 15 mil suínos/dia. Com um investimento total de R\$ 887 milhões, o projeto contou com nosso financiamento no valor de R\$ 490 milhões, e deverá contribuir para a geração de cerca de 4 mil empregos na região.

Em 2022, a Cooperativa Agrária Industrial (Agrária) recebeu apoio financeiro de R\$ 831 milhões para implantação de uma planta industrial de maltaria com capacidade de processamento de até 300 mil toneladas de cevada cervejeira e produção de até 240 mil toneladas de malte por ano, que trazem um aumento de 34% da capacidade instalada nacional, além de gerar cerca de 3 mil empregos durante a implantação e de 2 mil na fase de operação.



Saiba mais no destaque
Novas soluções e produtos

Em 2022 foi realizada também a estruturação do primeiro Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) associado à agricultura ambientalmente sustentável, que reúne 49 produtores de cana-de-açúcar que fornecem para a Usina Coruripe. A emissão contou com nossa garantia para 80% da classe sênior, totalizando R\$ 75 milhões. Alinhada à estratégia ASG dos participantes, a modelagem teve como exigência a emissão de parecer externo da Bureau Veritas Certification, que verificou a aderência do *green bond framework* da empresa aos princípios de *green bonds* do International Capital Market Association (ICMA), conferindo ao CRA o caráter de título verde.

Em 2022, foram aprovadas ainda operações relativas a seis usinas, que totalizaram cerca de R\$ 370 milhões em crédito do BNDES RenovaBio. Com o aumento de eficiência ambiental previsto, as usinas apoiadas serão capazes de evitar emissões de mais de 500 mil toneladas de CO₂e por ano.

Aprovamos também a subscrição de cotas de Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais para incentivar o aumento nas vendas do grupo agrícola Kepler Weber. A operação amplia o acesso ao crédito por parte de produtores rurais de pequeno e médio porte. Os recursos investidos no fundo serão utilizados exclusivamente para financiar produtores rurais na compra de sistemas de armazenagem de produtos agrícolas fornecidos pela Kepler Weber – empresa âncora da operação – e por companhias parceiras.

Bens de capital e tecnologia da informação

Nossa atuação na indústria de média-alta e alta tecnologia visa fomentar e difundir tecnologias habilitadoras, estimular a indústria 4.0 e a eficiência no uso dos recursos, apoiar a modernização e a ampliação de competitividade dos setores, e apoiar a cadeia de produção de veículos bioeletrificados.

Na agenda de inovação, aprovamos em 2022 parceria com o Senai no Programa Brasil Mais – Smart Factory, liderado pelo então Ministério da Economia, com o objetivo de incentivar a inovação e a difusão das tecnologias da indústria 4.0 que, entre outros aspectos, contempla o desenvolvimento de inovações de processos produtivos. Nessa etapa, espera-se apoiar a realização de até sessenta projetos a serem implementados em mais de mil MPMEs industriais.

Aprovada em 2021, a parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) para o apoio a projetos de inovação realizados em cooperação entre universidades e empresas industriais entrou em operação durante 2022. Até sua conclusão em dezembro de 2025, a parceria poderá alavancar investimentos de até R\$ 510 milhões em projetos inovadores relacionados a transformação digital, bioeconomia florestal, economia circular, tecnologias estratégicas da saúde, materiais avançados, novos biocombustíveis e defesa, contando com R\$ 170 milhões em recursos não reembolsáveis do BNDES Funtec.

Em 2022, foram contratados 17 projetos no âmbito da parceria, envolvendo 13 instituições de pesquisa e 19 empresas, com um investimento de cerca de R\$ 55 milhões, dos quais R\$ 21 milhões serão apoiados com recursos do BNDES Funtec.

PROJETOS NO SETOR

Foi concluída operação de R\$ 20 milhões, por meio do BNDES Finame Direto, com a Delp Engenharia Mecânica, empresa de produção de bens de capital sob encomenda com atuação nos segmentos de óleo e gás, energia, siderurgia, mineração e ferrovias, para aquisição de materiais industrializados necessários à produção regular da empresa.

No setor automotivo, destaca-se apoio a projeto para o desenvolvimento de um sistema de armazenamento inteligente de energia que, em conjunto com uma plataforma *powertrain*,

compõe um *kit* a ser oferecido como opcional de um veículo *flex fuel*, tornando-o híbrido. Aprovada no âmbito do Inova Energia, a iniciativa, uma colaboração da Fundação CPqD com a Marelli Sistemas Automotivos Indústria e Comércio Brasil Ltda., contou com R\$ 5,5 milhões em apoio por meio do BNDES Funtec. Os protótipos já foram concluídos, aguardando as condições adequadas para a disponibilização ao mercado.

No setor aeronáutico, aprovamos em novembro financiamento no valor de R\$ 490 milhões para apoiar a Eve Soluções de Mobilidade Aérea Urbana, companhia independente fundada pela Embraer, no desenvolvimento de aeronaves elétricas de decolagem e pouso vertical (eVTOL na sigla em inglês). Desse valor, R\$ 80 milhões serão oriundos do Programa Fundo Clima e R\$ 410 milhões serão provenientes da linha BNDES Finem Inovação.

O veículo será 100% elétrico à bateria e inicialmente capaz de transportar quatro passageiros, além do piloto, por uma distância de aproximadamente 100 km. O eVTOL da Eve será projetado para realizar voos urbanos e proporcionará baixos níveis de ruído e maior sustentabilidade em relação aos veículos tradicionais, além de permitir o ingresso do país em um segmento de mercado de alta intensidade tecnológica. Com zero emissões locais, o veículo deverá estar disponível no mercado a partir de 2026.

Exportação

Nossa atuação em exportações visa assegurar às empresas brasileiras a capacidade de competir no mercado internacional, contribuindo para a inserção do Brasil nas cadeias globais de valor, bem como expandir a base de exportadores apoiados, criando emprego, renda e divisas no Brasil.

Em novembro de 2022, produzimos em parceria com o Ministério da Defesa (MD) cartilha que tem por finalidade orientar as empresas da base industrial de defesa (BID) sobre os procedimentos para viabilizar a

25 ANOS DE APOIO A EMBRAER

Em 2022, completamos 25 anos de apoio à exportação de aeronaves de fabricação da Embraer. Nesse período foram US\$ 25 bilhões de desembolso e mais de 1.270 aeronaves produzidas. Com nosso apoio e do governo brasileiro, a empresa alcançou o patamar de terceira maior fabricante mundial de jatos comerciais, empregando mais de 15 mil funcionários, em grande medida, de alta especialização.

Durante o ano, aprovamos financiamento para a exportação de mais seis jatos comerciais E175 da Embraer para a SkyWest Airlines, maior empresa de aviação regional do mundo, baseada nos Estados Unidos. O financiamento, no valor de mais de R\$ 670 milhões, segue a linha de operações realizadas por agências de crédito à exportação (ECA) em países com indústrias aeronáuticas de ponta.

O setor aeronáutico concentra altos investimentos de capital fixo e pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), sendo intensivo no uso de novas tecnologias e formador de profissionais altamente qualificados. Os investimentos no setor têm, portanto, alta externalidade para toda a cadeia produtiva, sendo considerados prioritários entre bancos de desenvolvimento e ECAs.

exportação de produtos de defesa, com ou sem o apoio de instituição financeira estabelecida no Brasil.

Em 2022, tivemos também a retomada do desempenho pré-Covid da linha BNDES Exim Automático, que oferece financiamento à comercialização externa de bens brasileiros por meio da concessão de linhas de crédito para bancos credenciados no exterior. Após dois anos de queda, a rede de bancos voltou a crescer durante o ano – atualmente são 35 bancos –, com destaque para o retorno dos limites de seis bancos equatorianos e três argentinos.

Por fim, ampliamos o produto BNDES Garantia para a prestação de garantias a licitações internacionais ou contratos comerciais que abarquem exportações brasileiras com exigência de garantias de concorrência (*bid bond*), execução (*performance bond*) ou devolução de adiantamento (*refundment bond*), em linha com a prática internacional.

PROJETOS NO SETOR

Em 2022, foram aprovadas 17 operações no âmbito do BNDES Exim Pré-embarque, no valor total de cerca de R\$ 3,2 bilhões, garantindo a oferta de crédito voltada à produção para exportação.

Aprovamos, por exemplo, financiamento de R\$ 62 milhões às Indústrias Romi S.A. para a produção de máquinas e equipamentos



As Indústrias Romi S.A. receberam financiamento para produção de bens com tecnologia 4.0 para exportação | Foto: Acervo Indústrias Romi S.A.

de usinagem de alta *performance* destinados à exportação.

Essa é a primeira vez que financiamos a fabricação de bens com tecnologia 4.0 para exportação de uma empresa brasileira, representando um marco importante do apoio às exportações nacionais de bens de alta tecnologia, além de possibilitar à fabricante brasileira concorrer em pé de igualdade com seus concorrentes no mercado externo.

Indústria de base

Nossa atuação no setor visa promover a exploração sustentável da bioeconomia a partir do desenvolvimento de tecnologias para a química verde e biocombustíveis, bioinsumos e bioprodutos e da expansão da produção de minerais críticos para a transição, além da descarbonização da indústria.

Em junho, participamos da comitiva brasileira que foi ao Canadá para a feira anual promovida pela Prospectors and Developers Association of Canada, com o intuito de promover o apoio à mineração sustentável no Brasil e levar ao conhecimento de investidores internacionais as oportunidades no setor. Estivemos presentes na abertura do pregão da bolsa de Toronto no Brazil Day e em dois painéis na feira sobre o apoio financeiro a projetos de mineração sustentável.

PROJETOS NO SETOR

Em novembro, foi concluído o projeto de implantação de sistemas de despoejamento

nos fornos metalúrgicos de três unidades industriais da Rima Industrial, localizadas em Minas Gerais. A empresa atua nos segmentos de metalurgia de silício e magnésio, na fundição de peças automotivas e ferroligas. O investimento possibilitou a melhoria das condições ambientais e da qualidade do ar nas áreas fabris e no seu entorno, a partir da redução de mais de 90% da emissão de partículas na atmosfera em cada forno metalúrgico.

Aprovamos no ano operação do produto BNDES Crédito ASG para a Liasa – Ligas de Alumínio S.A., empresa brasileira do setor metalúrgico. O apoio, no valor de R\$ 110 milhões, tem como contrapartida o aumento do grau de sustentabilidade da companhia, pactuado a partir de metas que, uma vez cumpridas, podem resultar em menores taxas de juros.

Em outubro, aprovamos dois financiamentos à Suzano S.A. que totalizam R\$ 2,31 bilhões. As operações têm como finalidade dar suporte ao cultivo de eucalipto em sete estados e apoiar a modernização industrial e o aumento da capacidade produtiva em sete fábricas da empresa. O objetivo é aumentar a produtividade e a competitividade da Suzano, que atua em um setor com grande potencial exportador.

Bens de consumo, comércio e serviços

Mantemos um histórico de apoio contínuo às indústrias de bens de consumo, bem como aos setores de comércio e serviços. Esses setores correspondem aos maiores empregadores formais do país, além de serem grandes difusores de tecnologias de propósito genérico.

PROJETOS NO SETOR

Foram aprovadas operações com Boticário e Malwee no âmbito do produto BNDES Crédito Cadeias Produtivas, no valor total de R\$ 220 milhões, devendo atingir cerca de 430 empresas ancoradas. Inspirado em programa lançado em 2020, o produto tornou perene o apoio às cadeias produtivas das empresas por meio de oferta de capital de giro. A empresa âncora repassa os recursos obtidos com o BNDES para as empresas



Saiba mais no destaque
Novas soluções e produtos

ancoradas, nas mesmas condições e sem receber contrapartidas financeiras por essa intermediação, promovendo o fortalecimento da base produtiva nacional e a manutenção do emprego e renda ao longo da cadeia.

MPMES

Nosso apoio às MPMEs tem como diretrizes estratégicas a manutenção e geração de empregos, o aumento da competitividade, da sustentabilidade e da inovação por meio da geração de conhecimento, da ampliação do acesso ao crédito/capital, do cooperativismo, da escalabilidade e capilaridade, e de instrumentos alternativos.

Em 2022, foi aprovado um aumento de dotação de R\$ 500 milhões para o Programa Procapcred, que tem o objetivo de fortalecer a estrutura patrimonial das cooperativas singulares de crédito por meio da concessão de financiamentos aos cooperados para aquisição de cotas-partes. O ano apresentou também o maior volume histórico de desembolsos do programa (R\$ 396 milhões).

Garantias para MPMEs

Em 2022, foi reaberto período de contratação de novas operações de crédito com garantia do Fundo Garantidor para Investimentos no âmbito do Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (FGI Peac), com base na Medida Provisória 1.114/2022, convertida na Lei 14.462/2022. O programa tem o objetivo de facilitar o acesso a crédito e de preservar agentes econômicos em razão dos impactos econômicos da pandemia de Covid-19, para proteção de empregos e renda. Nessa fase, foi incluída a possibilidade de garantia em operações voltadas a microempreendedores individuais e microempresas. Foram apoiadas, por meio do FGI Peac, cerca de 20 mil operações entre agosto e dezembro de 2022, possibilitando a concessão de novos créditos a MPMEs no montante de R\$ 16,7 bilhões.

Elaborado em conjunto com o Laboratório de Inovação Financeira (LAB), o FGEnergia é uma

solução de garantia voltada para investimentos em eficiência energética realizados por MPMEs. O programa entrou em operação em setembro de 2022. As garantias oferecidas cobrem 80% do valor do financiamento, que pode chegar a R\$ 3 milhões por empresa, e os prazos de cobertura variam de 12 a 84 meses. Ao fim de 2022, foi assinado um contrato de doação com o KfW, no valor de € 25 milhões, para a ampliação do FGEnergia, além de € 4,5 milhões em recursos destinados a cooperação técnica. A definição dos novos termos e condições de uso dos recursos oriundos do KfW e a entrada em operação do novo módulo do FGEnergia estão previstas para 2023.

PROJETOS COM MPMES

METALPRESS

A Metalpress, de Indaiatuba (SC), presta serviços de corte e dobra de chapas metálicas para empresas da região. Para aumentar sua produtividade, financiou a compra de uma máquina de corte à laser com recursos da linha BNDES Finame Máquinas 4.0, por meio do sistema Ailos de cooperativas de crédito, instituição parceira do BNDES.

PRODUTOS IMPERATRIZ

A Produtos Imperatriz, indústria frigorífica de Sabará (MG), precisava mudar sua forma de financiar capital de giro. A empresa contou com garantia do BNDES FGI, em operação por meio do Banco Daycoval, que lhe permitiu contratar crédito de capital de giro para comprar mais à vista e ajustar seu perfil de endividamento.

PRODUÇÃO DE TILÁPIAS NO PARANÁ

Jaime e Sirlene Devigili são produtores rurais e trabalham com a criação e venda de tilápias em Nova Aurora (PR). Com o objetivo de financiar a ampliação do negócio, obtiveram recursos da linha BNDES Crédito Rural por meio da instituição parceira Cresol Baser.



Pequenos produtores rurais do Paraná receberam apoio para ampliação do negócio de produção de tilápias | Foto: Acervo BNDES.

APOIO A MPMEs

[GRI 3-3]

As micro, pequenas e médias empresas (MPME) são um segmento-chave para o desenvolvimento da economia nacional. Elas representam a grande maioria dos estabelecimentos formais e respondem por parcela significativa dos empregos. Apesar de seu papel na dinâmica econômica, as MPMEs ainda enfrentam restrições de acesso a crédito que impedem seu pleno desenvolvimento.

O apoio a MPMEs é um de nossos temas estratégicos de negócio. Atuamos para expandir o acesso dessas empresas a crédito e garantia por meio de instrumentos financeiros diretos e indiretos – os últimos representando a principal forma de apoio ao segmento. Para viabilizar nossas operações indiretas, contamos com uma rede de agentes financeiros credenciados, como agências de fomento, bancos de montadoras, cooperativas de crédito e bancos cooperativos, privados e públicos, que operam com nossos recursos em grande parte do território nacional, promovendo a capilarização do crédito e a desconcentração bancária.

Por meio de nosso apoio, contribuimos para aumentar a produtividade das MPMEs e impactamos positivamente as variáveis que captam o crescimento dessas empresas, como investimento, emprego e faturamento. Além dos efeitos sobre as empresas apoiadas, há evidências de resultados positivos para a economia local.

Visamos mitigar possíveis impactos negativos de nosso apoio indireto a esse segmento por meio de uma série de normativos internos expedidos aos agentes financeiros, além de realizar acompanhamentos de forma amostral e monitoramentos para identificar clientes que tenham sido incluídos, por exemplo, na lista de trabalho escravo emitida pelo Governo Federal.

COMO APOIAMOS AS MPMEs

A gestão do apoio às MPMEs passa por ações permanentes de modelagem de novas soluções financeiras e revisão das existentes – incluindo produtos de garantias, que buscam facilitar e melhorar as condições de obtenção de crédito por essas empresas. Buscamos, sempre que possível, incorporar as necessidades desse público por meio de condições financeiras diferenciadas ou de instrumentos desenhados sob medida. Trabalhamos, ainda, para simplificar nossos processos de modo a facilitar o acesso das MPMEs a crédito – nosso ou de outros agentes financeiros. Atualmente, o apoio às MPMEs é realizado principalmente por meio dos seguintes instrumentos financeiros, que fazem parte de nosso portfólio na modalidade indireta:

- **BNDES Finame** – financia a aquisição de máquinas e equipamentos nacionais previamente credenciados, incluindo produtos com eficiência energética e tecnologia 4.0, equipamentos agrícolas, ônibus e caminhões e materiais industrializados.
- **BNDES Automático** – inclui linhas específicas para MPMEs, como o BNDES Crédito Pequenas Empresas e o BNDES Crédito Médias Empresas, que atendem às necessidades do dia a dia das empresas, além de projetos de investimento para modernizar e ampliar a estrutura produtiva.
- **BNDES Crédito Serviços 4.0** – oferece financiamento para contratação de serviços tecnológicos, previamente credenciados, voltados a otimizar a produção, viabilizar projetos de manufatura avançada e implantar soluções de cidades inteligentes e similares.
- **Crédito rural** – inclui os Programas Agropecuários do Governo Federal (PAGF), que financiam investimentos e despesas de custeio de produtores rurais, agricultores familiares e cooperativas, e linhas próprias, como o BNDES Crédito Rural.

Em dezembro de 2022, os cinco maiores bancos do Sistema Financeiro Nacional (SFN) concentravam 68% da carteira de crédito do país. Já em nossa carteira de crédito indireto, eram responsáveis por menos de um terço do total.



Saiba mais em:
www.bndes.gov.br/efetividade



Saiba mais no destaque
Impacto da atuação do BNDES



Saiba mais no destaque
Novas soluções e produtos

Conheça o portfólio completo
em: www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/navegador?mpme=s#/



- **Garantia (BNDES FGI)** – estimula as instituições financeiras a aprovarem financiamento em melhores condições para empresas e empreendedores de menor porte, além de transportadores de carga autônomos.
- **Cartão BNDES** – crédito rotativo, pré-aprovado, para aquisição de bens, insumos e serviços que tenham fabricação total ou parcial no Brasil e que sejam previamente credenciados pelo Banco.
- **BNDES Microcrédito** – direcionado a microempresas ou microempreendedores individuais, financia capital de giro e investimentos produtivos de atividades de pequeno porte.



Saiba mais em:
www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/instituicoes-financeiras-credenciadas/normas

As condições e regras das diferentes soluções que oferecemos às MPMEs são estabelecidas em nossas Políticas Operacionais e comunicadas aos agentes financeiros credenciados por meio de avisos e circulares.

REDE DE PARCEIROS DE CRÉDITO E DESCONCENTRAÇÃO BANCÁRIA

Acreditamos que a desconcentração bancária contribui para a democratização do crédito no país e, por essa razão, temos atuado para ampliar ainda mais nossa rede de parceiros de crédito. Ao fim de 2022, havia mais de setenta instituições financeiras aptas a operar com o Banco.

Na figura a seguir, nota-se a ampla cobertura de nosso apoio no território nacional, explicada principalmente pelo apoio indireto.

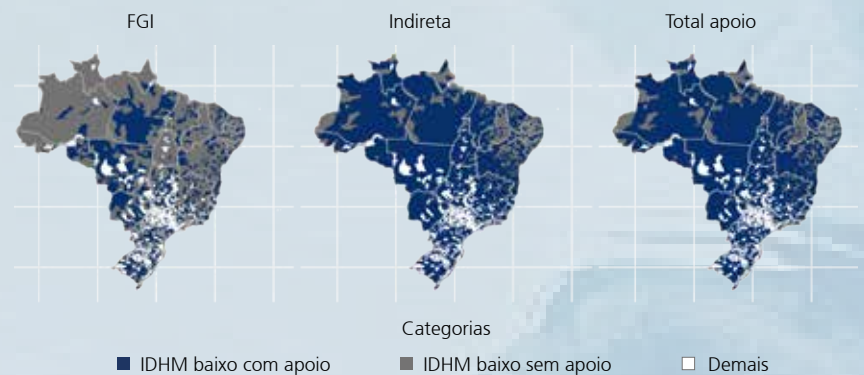
Adicionalmente, verifica-se que, nas cinco regiões do país, há um número significativo de municípios que não têm agência bancária, mas receberam apoio indireto do BNDES (municípios em azul-escuro no mapa).

EXISTÊNCIA DE APOIO DO BNDES (OPERAÇÕES INDIRETAS E BNDES FGI) E DE AGÊNCIA BANCÁRIA POR MUNICÍPIO EM 2022



Na próxima figura, é apresentado nosso apoio em municípios com índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM 2010) abaixo da média nacional. Observa-se menor presença de apoio em municípios de baixo IDHM do semiárido da região Nordeste.

APOIO DO BNDES EM 2022 E MUNICÍPIOS COM IDHM ABAIXO DA MÉDIA NACIONAL



Ainda assim, no apoio do BNDES, a participação desses municípios foi superior à verificada no estoque de crédito – cerca de 33% do total do apoio, embora sua atuação no crédito tenha sido de cerca de 9%. Essa diferença é mais significativa para operações indiretas, mas o apoio via BNDES FGI também tem maior concentração nesses municípios do que o total do crédito.

CANAL MPME

Por meio dessa plataforma, oferecemos soluções financeiras e não financeiras às MPMEs, com o objetivo de ajudá-las no desenvolvimento de seus negócios. Para isso, traçamos uma identificação entre os interesses do cliente – micro, pequena ou média empresa, microempreendedor individual (MEI), ou empreendedor pessoa física – e dos parceiros que concedem crédito e oferecem serviços no canal.

Chegamos, em 2022, a um total de 19 *fintechs* de crédito e de eficiência financeira credenciadas na plataforma. Além disso, iniciamos o acompanhamento de métricas para avaliar o desempenho dos parceiros do Canal MPME, buscando



Saiba mais em:
www.undp.org/pt/brazil/idhm-munic%C3%ADpios-2010



Acesse em:
www.bndes.gov.br/canal-mpme

Para estimar a participação do município no crédito, foi utilizado o verbete 160 da estatística bancária mensal por município do Banco Central do Brasil (ESTBAN, de setembro de 2022), que corresponde ao ativo, por agência, relativo às operações de crédito.

aprimorar o atendimento. Desde seu lançamento, em 2017, a plataforma já acumula R\$ 2,7 bilhões em créditos contratados, 19 mil propostas aprovadas e 8,6 mil empresas que contrataram sistemas de gestão disponibilizados pelo canal.

O Canal MPME já foi utilizado por empreendedores de 5 mil municípios diferentes, com contratações registradas em todos os estados do Brasil e 60% das operações de crédito efetuadas fora de capitais, o que demonstra o poder de alcance regional da ferramenta. [GRI 203-2]

HISTÓRICO DE ATUAÇÃO E PERSPECTIVAS

Nosso apoio às MPMEs vem se intensificando ao longo dos anos. Enquanto, na década de 1990, elas representavam cerca de 15% dos desembolsos do Banco, em 2022, essa participação foi de:



41%

dos desembolsos
totais



96%

da quantidade
de operações

A partir de 2023, além de continuarmos trabalhando para ampliar o número de MPMEs atendidas – com os objetivos de aumentar a escalabilidade e capilaridade do crédito, potencializar a utilização de fundos garantidores e promover a ampliação, eficiência e diversificação dos canais de distribuição –, concentraremos esforços na inclusão produtiva da população mais vulnerável, no fortalecimento do cooperativismo e na potencialização do apoio ao setor do agronegócio.

AVALIAÇÃO DO APOIO A MPMEs

Avaliamos a efetividade de nosso apoio às MPMEs por meio do Quadro da Teoria da Mudança, metodologia que estabelece objetivos e indicadores para monitorar os resultados de um conjunto de operações.

Em 2022, a apuração dos indicadores de efetividade do Cartão BNDES e da linha BNDES Crédito Pequenas Empresas mostrou uma evolução favorável no emprego das empresas apoiadas. Além disso, realizamos avaliação de efetividade sobre o custo-efetividade do apoio emergencial a MPMEs na crise de Covid-19. [GRI 203-2]

RELACIONAMENTO COM MPMEs

As MPMEs são responsáveis pelo maior volume de demandas nos nossos diversos canais de atendimento, gerando, em média, mais de 4,7 mil contatos por mês em nossa central. Por meio desse canal, prestamos informações sobre nossos produtos e serviços e demais assuntos operacionais relacionados a esse público. Todos os atendimentos são registrados na ferramenta de *customer relationship management* (CRM) do BNDES, que permite a categorização por assunto, porte, segmento, entre outros aspectos. A base de contatos da ferramenta também tem sido utilizada para ações de relacionamento, como envio de *newsletters* e pesquisas. Contamos, ainda, com *e-mail* corporativo para tratamento direto das demandas de agentes financeiros e outros parceiros estratégicos em nosso modelo indireto de financiamento.

Por fim, oferecemos informações às MPMEs por meio do relacionamento com entidades de representação setoriais. Por meio delas, também recebemos informações sobre as necessidades do segmento e percepções do mercado acerca de nossos produtos e soluções.

Atuamos com uma estrutura de *officers* para ampliar a especialização e a obtenção de *inputs* do mercado, além de desenvolver o relacionamento e o engajamento dos agentes por meio da oferta de mais informações sobre nossas soluções.



Acesse em: www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/resultados-para-a-sociedade/efetividade/indicadores/analise-qtm



Acesse em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/22464>



Saiba mais em
Nossos relacionamentos



Saiba mais em
Nossos relacionamentos



> SOCIAL

Nossa atuação na agenda social tem como diretriz estratégica desenvolver e estruturar iniciativas sociais de impacto, reduzindo desigualdades, promovendo o desenvolvimento social e regional. Essa atuação focaliza as áreas de educação, inclusão produtiva e geração de emprego e renda, saúde, segurança pública, gestão pública e desenvolvimento urbano e territorial.



> Educação

Temos como prioridade a educação básica, com foco na qualidade do ensino e na redução das desigualdades nas redes públicas, com alinhamento às políticas públicas para o setor. Em 2022, a qualificação profissional também esteve entre nossas orientações estratégicas, visando o aumento da produtividade do trabalho, a redução do desemprego estrutural e a transição para a economia do conhecimento.

No ano, focamos no mapeamento do ecossistema de educação no Brasil, na formação de parcerias estratégicas e na construção de novos instrumentos financeiros de apoio.

Nesse contexto promovemos três edições do Fórum BNDES de Sustentabilidade sobre educação, além do evento “Construindo parcerias pela educação”, com executores e apoiadores de projetos do setor. Realizamos *workshop* de monitoramento e avaliação (M&A) com instituições da área e lançamos o curso “Monitoramento e Avaliação: a prática do BNDES em educação”, em parceria com a Fundação Itaú Social. Formulamos ainda um novo quadro de resultados para monitoramento dos projetos de educação e lançamos instrumento de **linked loan** de educação básica para setor público e empresas privadas.



Saiba mais no destaque
Novas soluções e produtos

PROJETOS NO SETOR

Realizamos seleção pública para a iniciativa “Saneamento nas escolas”, que tem o intuito de apoiar a implantação de tecnologias sociais

BNDES FUNDO SOCIOAMBIENTAL – CHAMADA PERMANENTE

A chamada apoia projetos de educação, geração de emprego e renda, e meio ambiente que atendam às diretrizes e aos critérios técnicos definidos para cada tema. O fundo disponibiliza recursos com foco na inclusão social, priorizando a geração de benefícios para as populações de baixa renda. Os projetos podem ser apresentados a qualquer momento e são avaliados em ciclos.

Em 2022, foram contratados seis projetos que atendem a 15 redes estaduais e 350 redes municipais de educação, contemplando 16 mil escolas e mais de 4 milhões de alunos. Esse conjunto de projetos tem investimentos previstos de R\$ 160 milhões, sendo R\$ 80 milhões do BNDES e outros R\$ 80 milhões de parceiros.

Em geração de emprego e renda, foram contratados quatro projetos, com previsão de beneficiar mais de 35 mil empreendedores de baixa renda e 700 negócios inclusivos, com investimento não reembolsável de R\$ 35 milhões do BNDES e pelo menos o mesmo valor de parceiros.

No apoio a meio ambiente, foram aprovadas duas operações em 2022, totalizando cerca de R\$ 6 milhões em apoio do BNDES.

de acesso a água potável e tratamento de esgoto sanitário nas escolas. Foi selecionado o projeto apresentado pela Habitat Brasil, cuja primeira etapa objetiva realizar um teste de conceito nas escolas da região do Marajó (PA), possibilitando a replicabilidade da iniciativa para outras regiões. As escolas a serem atendidas poderão ser beneficiadas também por ações de tratamento e destinação de resíduos sólidos e reforma dos banheiros.

No Marajó, o projeto irá investir R\$ 43 milhões, sendo R\$ 20 milhões em recursos do BNDES Fundo Socioambiental e R\$ 23 milhões a serem captados com parceiros. O objetivo é contribuir para a melhoria da qualidade de vida da comunidade atendida pelas 460 escolas de pequeno porte do Marajó, alcançando 12 mil alunos, com impactos também sobre frequência e aprendizagem. A iniciativa, como uma experiência piloto cujas ações e resultados serão monitorados e avaliados, pretende contribuir ainda para a elaboração de uma política nacional de saneamento nas escolas.

Lançamos também a seleção pública “Itinerário da formação técnica e profissional em bioeconomia na Amazônia”, com o objetivo de apoiar redes estaduais e institutos federais da Amazônia Legal a implementarem formação técnica e profissional no novo ensino médio, com foco nas cadeias de valor da

bioeconomia. A iniciativa é fruto de cooperação técnica com o Ministério da Educação e visa o desenvolvimento de estudo técnico voltado ao melhor aproveitamento das potencialidades econômicas locais. Selecionado para realização do estudo, o Senai contará com recursos de R\$ 7,4 milhões do Fundo de Estruturação de Projetos (BNDES FEP).

Aprovamos ainda em maio de 2022 investimento de R\$ 10 milhões no projeto coordenado pelo Instituto de Pesquisas em Tecnologia e Inovação (IPTI), com o objetivo de consolidar e replicar soluções eficazes e escaláveis para resolver problemas educacionais, tendo professores de escolas públicas como protagonistas. Com isso, sistema informatizado de apoio à gestão escolar será replicado para 31 redes municipais de ensino e serão abertas 74 turmas para capacitação de cerca de 1.480 professores na metodologia pedagógica “Synapse”, voltada ao planejamento pedagógico.

8



> Inclusão produtiva

As iniciativas de inclusão produtiva visam beneficiar a população de baixa renda ou vulnerável por meio da geração de emprego e renda e de parcerias que fortaleçam aglomerações produtivas, a partir da estruturação de empreendimentos coletivos e individuais.

Em 2022, foi estruturada a primeira seleção dos projetos da Aliança pela Inclusão Produtiva (Aipê), da qual somos parceiros. Por meio dela, foram lançadas duas chamadas públicas com foco em negócios rurais nas regiões Norte e Nordeste do país e em microempreendedorismo nas periferias e regiões metropolitanas das capitais brasileiras. Juntas, as chamadas somam R\$ 8 milhões em investimentos não reembolsáveis, sendo metade aportada pelo BNDES Fundo Socioambiental e metade por parceiros. A iniciativa conta com recursos de pelo menos R\$ 40 milhões, envolvendo parceiros como Instituto Votorantim (gestor do fundo e fundador), Fundação Arymax,

Fundação Tide Setubal, Instituto Heineken, Instituto humanize e Santander (fundadores).

Saúde

<

3



Nossa atuação busca contribuir para ampliar o acesso à saúde, melhorar a eficiência da prestação dos serviços, e impulsionar investimentos na indústria de saúde, priorizando a inovação e a oferta de produtos para o Sistema Único de Saúde (SUS). Para isso, adotamos a abordagem integrada e sistêmica do complexo da saúde, contemplando o financiamento a projetos da indústria e a serviços de saúde. Além disso, apoiamos projetos estratégicos, com recursos não reembolsáveis de nossos fundos estatutários.

Em 2022, nossa equipe técnica publicou estudo sobre saúde na Amazônia Legal com diagnóstico e propostas de atuação para o BNDES, que serviu de base para a definição do foco de atuação do novo *matchfunding* Juntos pela Saúde.



Acesse em:
<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/22664>

PROJETOS EM SAÚDE

Foi concluído no ano o plano de inovação, expansão e modernização da capacidade produtiva da Alliage S/A, fabricante de equipamentos odontológicos localizada em Ribeirão Preto (SP). O contrato, no valor de R\$ 35 milhões, foi celebrado em 2017 e visou a unificação, redesenho e *upgrade* tecnológico de seu parque industrial. A capacidade produtiva diária de consultórios odontológicos, principal

Instalação fabril da Alliage, em Ribeirão Preto (SP)
Foto: Acervo Alliage S/A.



produto da empresa, dobrou no período do projeto. Foi ainda financiado um extenso plano de inovação que permitiu o lançamento de equipamentos de diagnóstico por imagem para odontologia (radiografia e tomografia), segmento de alto valor agregado e anteriormente servido apenas por companhias multinacionais.

Ainda no campo do fortalecimento do complexo industrial da saúde, foi concluído o projeto de apoio à primeira fase da construção de nova planta industrial para a produção de medicamentos do laboratório Aché, em Cabo de Santo Agostinho (PE). A fábrica, que contou com crédito no valor de R\$ 225 milhões do Banco, reúne diversas soluções de indústria 4.0, como o uso de tecnologias de informação e comunicação que permitem a integração das áreas de produção com as áreas de utilidades, logística e armazém vertical robotizado. Em 2022, a unidade já operava em dois turnos, com capacidade produtiva de 115 milhões de caixas de medicamentos embalados por ano, e geração de 132 empregos.

Foi concluído em 2022, ainda, o projeto de melhoria da eficiência operacional e assistencial da Santa Casa da Bahia, apoiado com crédito de R\$ 100 milhões no âmbito do Programa BNDES Saúde – Gestão. Foi desenhado um plano de ação

Santa Casa da Bahia
Foto: Agência Bapress



para a Santa Casa compreendendo três ações principais: (i) programa de atenção primária à saúde (APS); (ii) gerenciamento do protocolo de sepse; e (iii) programa de medição de desfechos clínicos. A implantação bem-sucedida do plano ajudou a instituição a suportar os desafios impostos pela pandemia de Covid-19, permitindo melhoria dos indicadores de qualidade e assistência, assim como dos indicadores financeiros.

Dentre os projetos aprovados no ano, destacam-se três, um em cada objetivo estratégico em saúde vigente em 2022:

- A iniciativa Juntos pela Saúde apoiará projetos no Norte e no Nordeste do Brasil que contribuam de forma estrutural para ampliar o acesso à saúde gratuita no âmbito do SUS, buscando minimizar os vazios assistenciais ainda existentes nessas regiões. Aportaremos R\$ 100 milhões em recursos não reembolsáveis do BNDES Fundo Socioambiental, alavancando investimentos sociais de empresas em regime de *matchfunding*. A meta é mobilizar um total de R\$ 200 milhões. O Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS) foi selecionado como parceiro gestor e será responsável pela gestão dos recursos, acompanhamento dos projetos apoiados e divulgação de resultados, além de novas captações. Os projetos serão executados ao longo de quatro anos, a partir de 2023.
- De modo a contribuir para a melhoria da eficiência e da qualidade na prestação de serviços do SUS, aprovamos financiamento de R\$ 70 milhões para a Fundação Padre Albino realizar a ampliação de seus dois hospitais, em Catanduva (SP). Os recursos contribuirão para aumentar a capacidade e melhorar a qualidade do atendimento prestado pelos hospitais Padre Albino (HPA) e Emílio Carlos (HEC).
- Com financiamento no valor de R\$ 68,7 milhões para a Myralis Indústria Farmacêutica, apoiaremos a modernização de sua unidade de Aguai (SP), a ampliação da capacidade de pesquisa e desenvolvimento (P&D) da unidade de Valinhos (SP), e a implantação de um novo centro de distribuição em Poços de Caldas (MG). Com isso, a companhia deve dobrar sua capacidade produtiva, atingindo 16 milhões de unidades de medicamentos por ano, além de ampliar a capacidade de armazenagem de produtos.

Segurança

Auxiliamos na mobilização de esforços e recursos de diversos agentes para investimentos voltados ao fortalecimento da governança e gestão do setor e à transição para uma nova concepção de segurança pública, baseada em evidências e inteligência. Com isso, buscamos contribuir para a redução dos altos índices de criminalidade e violência, com impactos positivos em qualidade de vida, competitividade, melhoria do ambiente de negócios e das condições de retenção e atração de capital para o país.

Aprovamos, em 2022, a captação de US\$ 150 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o financiamento de projetos estaduais e municipais de segurança pública, alinhados à Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e ao Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

PROJETOS EM SEGURANÇA

Com financiamento do BNDES de R\$ 167 milhões, serão realizados investimentos para prevenção da violência no Recife (PE), a partir de políticas sociais que incluem a qualificação de jovens e oferta de serviços públicos por meio dos Centros Comunitários da Paz – iniciativa premiada em 2022 pela ONU –, e de centros menores com o mesmo objetivo (“Arrecifes”). Também haverá investimentos em melhoria e integração da gestão urbana por meio da implantação do Centro de Operações de Recife.

Já em Guarulhos (SP), com financiamento do Banco de R\$ 45 milhões, serão realizados investimentos em soluções tecnológicas, com destaque para a implantação do Centro de Comando e Controle Integrado (CCCI), expansão do monitoramento eletrônico, qualificação profissional e aprimoramento de programas de prevenção e combate à violência e à criminalidade.

Desenvolvimento urbano

A agenda de desenvolvimento urbano e regional sustentável concentra desafios sociais, econômicos, ambientais, culturais e humanitários, demandando abordagem integrada de ações. Priorizamos arranjos que aprimorem dimensões de planejamento, governança e gestão pública, e, mais concretamente, a definição de uma carteira prioritária de projetos coordenados para resultados e a articulação de fontes de financiamento.

Em relação à sustentabilidade ambiental, temos como foco a promoção de cidades mais resilientes, por intermédio da adaptação da infraestrutura urbana aos impactos das mudanças climáticas, especialmente nas áreas adensadas e carentes das grandes cidades brasileiras.

Ainda em relação à adaptação climática, atuamos na estruturação e no financiamento de parques urbanos, especialmente os relacionados às concessões públicas municipais.

Atuamos também na revitalização de centros urbanos degradados e na promoção das vocações econômicas locais, sobretudo nas cidades históricas e turísticas. Somos um dos maiores e mais consistentes apoiadores do patrimônio histórico brasileiro: ao longo dos últimos 25 anos, investimos R\$ 900 milhões em projetos de restauro, preservação e revitalização de cerca de 400 monumentos, sítios, edificações históricas e bens móveis de valor nacional localizados em todas as regiões do país, assim como em ações para a preservação do acervo memorial brasileiro.

Com o intuito de auxiliar os municípios na estruturação de projetos de desenvolvimento urbano integrado, firmamos parceria com o BID para desenhar e implementar mecanismos financeiros de apoio a esses projetos, além de prestar assistência técnica a municípios de médio e grande porte durante a elaboração de propostas, incluindo a mobilização de conhecimentos e recursos do setor privado.

Com isso, esperamos aprimorar nossa gestão de operações financeiras com municípios em projetos de infraestrutura urbana, bem como a elaboração dos procedimentos necessários para uma futura operação de crédito conjunta com o BID.

PROJETOS EM DESENVOLVIMENTO URBANO

Aprovamos financiamento de R\$ 60,4 milhões ao município de Caucaia (CE) para a realização de adaptação da orla marítima da cidade, que sofre processo de erosão costeira que afeta as praias nos bairros de Pacheco, Tabuba e, principalmente, Icaraí. Nosso apoio ocorre no âmbito do projeto de recuperação do litoral do município. Esperamos contribuir para proteger a orla municipal da erosão causada pelo aumento do nível do mar e preparar a cidade para a implantação das etapas seguintes do projeto.

Aprovamos também, no âmbito do Programa de Financiamento a Concessões de Parques e Florestas, financiamento de R\$ 150 milhões ao projeto de requalificação dos parques urbanos Ibirapuera, Jacintho Alberto, Eucaliptos, Tenente Brigadeiro Faria Lima, Lajeado e Jardim Felicidade, que compõem Zonas Especiais de Interesse de Proteção Ambiental (Zepam) no município de São Paulo (SP) e que foram concedidos pela prefeitura local. Trata-se de nosso primeiro financiamento à concessão de parques urbanos que, nesse caso, são importantes ativos prestadores de serviços ambientais e ecossistêmicos, como a captação das águas pluviais, a regulação microclimática, a captação de gás carbônico e a preservação da fauna e da flora da região. Em seu âmbito sociocultural, o projeto contempla ainda a restauração e a modernização dos equipamentos existentes nos parques, dentre eles as edificações projetadas por Oscar Niemeyer no Ibirapuera, que são tombadas pelos órgãos de patrimônio.

Outro projeto aprovado em 2022 foi o de ampliação da infraestrutura da Paraíba, por meio de investimentos em recursos hídricos e

logística, no valor total de R\$ 300 milhões. A iniciativa visa o abastecimento de água para dez municípios da região do Curimataú, resolvendo problemas de suspensão de fornecimento para 22.137 habitantes (35% da população dos municípios atendidos), expansão da capacidade do único porto instalado no estado e integração com modais rodoviário e ferroviário.

Finalmente, foi aprovado projeto de ampliação da infraestrutura do Distrito Federal por meio de investimentos em mobilidade urbana, segurança pública e saúde, no valor de R\$ 217 milhões. O projeto visa reduzir o número de ocorrências de trânsito, a taxa de ocupação hospitalar e o tempo médio de deslocamento, além de melhorar o número de ocorrências atendidas.

Patrimônio cultural

Em 2022, reabrimos o BNDES Fundo Cultural para recebimento de propostas na modalidade de apoio continuado, a fim de apoiar a preservação do patrimônio cultural brasileiro e incentivar a cadeia produtiva da cultura com recursos não reembolsáveis.

Nesse novo ciclo, estabelecemos que as propostas de cada cliente deveriam contemplar uma carteira de projetos composta de no mínimo três e no máximo cinco patrimônios culturais, de valor entre R\$ 1,5 milhão e R\$ 6 milhões, totalizando até R\$ 15 milhões. Além disso, ao menos um projeto em cada proposta deveria envolver patrimônios da região Norte. Também destinamos até R\$ 500 mil por carteira para ações de capacitação, sendo o valor adicional ao investimento nos projetos.

Foram selecionadas, assim, propostas do Instituto Pedra, com uma carteira de três projetos, e do Museu da Pessoa, com quatro projetos, somando um apoio previsto de R\$ 18,5 milhões por parte do Banco, em um investimento total estimado de R\$ 35 milhões. Os projetos acolhidos ainda

passarão pelas etapas de elegibilidade, análise e aprovação em Diretoria.

Desenvolvemos ainda parceria com o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) para a estruturação do Fundo Patrimonial dos Museus Brasileiros, cuja modelagem foi concluída em 2022.

Em parceria com o Ministério do Turismo e no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), estamos desenvolvendo, em fase piloto, estudos para a revitalização de ativos imobiliários do patrimônio histórico brasileiro. O Programa Revive busca recuperar patrimônios históricos e culturais subutilizados e degradados para aproveitamento turístico e geração de emprego e renda no Brasil.

Resgatando a História

Em 2022, contratamos nove projetos selecionados por meio da chamada de 2021 da iniciativa Resgatando a História, com investimentos em parceria com cinco empresas. Os projetos de restauração e revitalização de patrimônio material e imaterial e de acervos memoriais do Brasil

Catedral Imperial de Petrópolis
Foto: Gabriel Canedo



serão apoiados com recursos não reembolsáveis de até R\$ 78,9 milhões.

Reabertura do Museu do Ipiranga | Foto: Fabrício Brollo

Matchfunding BNDES+ Patrimônio Cultural

O programa foi concluído em 2022, somando um investimento de R\$ 7 milhões do BNDES Fundo Cultural. A iniciativa permitiu a realização de seleções públicas de projetos culturais, associadas a campanhas de arrecadação (*crowdfunding*) que ajudaram a implementar 43 projetos a partir de 59 iniciativas selecionadas, que receberam capacitação completa.

Outros projetos

Em julho de 2022, foi reinaugurada a Catedral Imperial de Petrópolis. Nosso apoio ao projeto foi de R\$ 13,1 milhões em recursos não reembolsáveis, o que contemplou a restauração da catedral e a implantação de uma nova galeria expositiva. O projeto tem impacto relevante na revitalização do turismo, devolvendo à cidade um importante atrativo histórico e cultural.

Em julho de 2022, ocorreu a cerimônia de reabertura do Museu do Ipiranga, em São Paulo (SP). Com R\$ 25 milhões, nosso apoio se destinou à restauração, ampliação e modernização do edifício do museu, bem como à implementação de sua nova museografia. O projeto também contemplou aspectos de segurança, como a instalação de



^
Sítio Burle Marx |
Foto: Gabriel Canedo

sistemas de prevenção de incêndio, implantação de proteção térmica em toda a estrutura do edifício e modernização dos sistemas hidráulicos.

Também foi concluído em 2022 o projeto de reforma, requalificação e revitalização do Centro Cultural Sítio Roberto Burle Marx, localizado no Rio de Janeiro (RJ) e reconhecido pela Unesco como patrimônio cultural da humanidade. O espaço contou com nosso apoio, no valor de R\$ 5,4 milhões.

Aprovamos ainda apoio previsto em R\$ 27,1 milhões do Fundo Cultural para conservação, requalificação e revitalização da Fortaleza de São José de Macapá (AP). A iniciativa é parte integrante de um plano para a candidatura de um conjunto de fortificações brasileiras a patrimônio mundial da humanidade.



AMBIENTAL

Nossa atuação no tema ambiental tem como diretriz estratégica promover a transição justa para uma economia neutra em carbono, resiliente e adaptada ao clima.



Saiba mais no destaque
Mudanças climáticas

Florestas

A atuação com foco em florestas visa desenvolver e promover ações voltadas para a conservação, preservação, redução do desmatamento e valorização das florestas nativas.

Em 2022, em conjunto com a Petrobras, lançamos a primeira chamada pública da iniciativa Floresta Viva, nomeada Manguezais do Brasil, visando apoiar projetos de recuperação da vegetação nativa em áreas de manguezal e restinga do país. Serão R\$ 44 milhões em recursos para apoio a até nove projetos das três macrorregiões (Costa Norte, Nordeste/Espírito Santo e Sul/Sudeste) definidas no Plano de Ação PAN Manguezal, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). A expectativa é de alcançar um total de 1.800 hectares restaurados de manguezais, restingas e áreas da bacia drenante que tenham influência nos manguezais.

A iniciativa Floresta Viva conta com diversos parceiros para a implementação de projetos de restauração ecológica com espécies nativas e sistemas agroflorestais nos biomas brasileiros, com uma meta de investimento de R\$ 700 milhões em sete anos. Além da restauração florestal propriamente dita, a iniciativa está focada no fortalecimento da estrutura técnica e de gestão da cadeia produtiva do setor de restauração.

FUNDO AMAZÔNIA

Nossa experiência como gestores do Fundo Amazônia é considerada referência em financiamento climático. Criado em 2008, o fundo apoiou 102 projetos até 2022, com desembolsos da ordem de R\$ 1,75 bilhão. Entre outros resultados desse apoio, vale destacar a realização de 1.896 missões de fiscalização, o combate a 32.837 focos de incêndio e o apoio a atividades produtivas sustentáveis que beneficiaram 233 mil pessoas. O apoio do fundo já contemplou 196 unidades de conservação e 101 terras indígenas, além de ter contribuído para fortalecer a gestão de 52 milhões de hectares. No ano de 2022, foram desembolsados cerca de R\$ 90 milhões para projetos em andamento e concluídos 13 projetos, que finalizaram os processos de prestação de contas das atividades realizadas. No início de 2023, com o reestabelecimento da governança do Fundo Amazônia, a análise de projetos foi retomada, o que traz a perspectiva de apoio a novos projetos e de recebimento de novas doações.

PROJETO-PILOTO RAÍZES

O Projeto Raízes, lançado em 2022, é fruto de uma parceria com o Incra que aborda a complexidade do tema fundiário na Amazônia de forma multissetorial e integrada, com ações nos eixos fundiário, ambiental, de infraestrutura social e de bioeconomia. A fase atual do projeto focaliza quatro assentamentos rurais federais do Incra no Amapá, abrangendo área de 1.200 km², equivalente ao território do município do Rio de Janeiro, e beneficiando mais de 1.600 famílias de trabalhadores rurais assentados. Envolve ações de ordenamento territorial, manejo florestal sustentável e fortalecimento das práticas pedagógicas para melhoria do ensino profissionalizante das escolas de ensino médio na região.

ESTRUTURAÇÃO DE ATIVOS AMBIENTAIS

Nossa carteira de parcerias contava com 70 ativos ambientais em estruturação ao fim de 2022, entre parques e florestas que somam mais 12 milhões de hectares. O Parque Nacional do Iguaçu (Paraná), que foi o primeiro projeto estruturado por nós no setor, teve sua concorrência realizada em março de 2022, seguido pelos Parques Estaduais do Caracol, Tainhas e Turvo (Rio Grande do Sul), Conduru (Bahia), Ibitipoca e Itacolomi (Minas Gerais), e pelo Parque Nacional da Chapada dos Guimarães (Mato Grosso), gerando valores de investimento na casa dos R\$ 640 milhões e outorgas para o poder público de R\$ 529 milhões.

Em 2022, aprovamos financiamento de R\$ 96 milhões para revitalização, modernização e manutenção de áreas dos parques nacionais de Aparados da Serra e de Serra Geral, no âmbito do contrato de concessão celebrado entre ICMBio e Urbia Canions Verdes SA.

OUTRAS INICIATIVAS COM FOCO EM FLORESTAS

Vale mencionar o apoio ao Sistema Florestal Brasileiro (SFB), que tem por objetivo a elaboração de insumos necessários à implementação da análise dinamizada do Cadastro Ambiental Rural (CAR). O projeto prevê a elaboração de bases temáticas para os 13 estados que ainda apresentam alguma lacuna de mapeamento segundo o SFB, sendo três da região Norte, seis da região Nordeste, um da região Centro-Oeste, um da região Sudeste e dois da região Sul.

A aprovação do CAR é uma das principais ferramentas de monitoramento e regularização ambiental previstas no Código Florestal.

Outro projeto de destaque é a parceria com o Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Idesam) para o fortalecimento do manejo florestal comunitário no interior do Amazonas. Os resultados esperados envolvem: a ampliação do valor agregado de produtos da biodiversidade; o incremento da receita bruta anual obtida pelas comunidades atendidas, por meio da comercialização dos produtos florestais sustentáveis das cadeias apoiadas; a manutenção e a criação de postos de trabalho diretos, sendo pelo menos 30% do total para mulheres; e a capacitação em técnicas de manejo florestal sustentável, segurança no trabalho, beneficiamento ou em ferramentas de apoio à gestão.



Saiba mais no destaque
Desestatização e estruturação
de projetos

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O clima passou a ser elemento central em nossa visão de desenvolvimento. Por isso, atuamos tanto na mitigação das mudanças climáticas, com resultado nos mais diversos setores – energia, logística e mobilidade urbana, mudanças de uso da terra e florestas (MUTF), agropecuária, indústria e saneamento – quanto no estímulo ao crédito para medidas de adaptação.

Em 2022, apresentamos nossos compromissos climáticos durante a 27ª Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas (COP 27), reafirmando nossa contribuição para uma transição justa em direção a uma economia de baixo carbono.

Em alinhamento com a Contribuição Nacional Determinada (NDC) brasileira, assumimos compromisso para neutralidade de carbono em 2050, considerando os escopos 1, 2 e 3 de nosso inventário de emissões. Adicionalmente, nos comprometemos com algumas ações futuras, como a finalização do inventário de nossas emissões financiadas do escopo 3 e a definição de metas climáticas.

A partir das discussões de nosso mapa estratégico para 2022, estabelecemos alguns indicadores corporativos e de áreas relacionados a clima, como o número de operações aprovadas em economia verde; o valor de créditos de carbono adquiridos; o aumento da capacidade instalada em energia renováveis; e o número de setores reportados em nosso Painel NDC.

Aprovamos também outro projeto corporativo relacionado ao tema ASG, dessa vez com maior foco no clima, em linha com a ambição de tornar o Banco uma liderança no processo de transição justa para uma economia neutra em carbono e com menos desigualdades sociais.

PAINEL NDC

O **Painel NDC do BNDES** apresenta as emissões de CO₂e evitadas a partir de nosso apoio a projetos em sete setores: energia, florestas, mobilidade urbana, biocombustíveis, iluminação pública, resíduos sólidos e transporte – os quatro últimos incorporados ao painel em 2022. Com isso, evidenciamos como nossa atuação contribui para as metas de redução de emissão de gases de efeito estufa (GEE) do Brasil.

Considerando esses setores, para os quais já temos uma **metodologia de cálculo** definida, estimamos que os projetos aprovados pelo Banco desde 2015 evitarão a emissão de 86,6 milhões de toneladas de CO₂e ao longo de suas vidas úteis, o que equivale a 32 anos de emissões da frota de carros da cidade de São Paulo (SP). Além das emissões evitadas, o painel conta ainda com informações sobre os desembolsos para os projetos apoiados nesses setores e sobre os indicadores de resultado desses projetos. Os dados demonstram a eficácia do Banco nos esforços de mitigação das mudanças climáticas no Brasil.



Acesse em: www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel/resultados/emissoes-evitadas/emissoes-evitadas/



O cálculo das emissões evitadas contempla nossas operações de crédito na modalidade direta e projetos de desestatização que estruturamos. Foi realizado, à exceção dos setores de biocombustíveis e transporte, com ferramenta do Fundo Clima (Programa Fundo Clima – instrumento de cálculo de redução de GEEs).



Saiba mais em: www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/fundo-clima/ferramenta-calculo-reducao



Cálculo realizado considerando tCO₂e emitidas pela frota da cidade de São Paulo (SP) em um dia típico do ano de 2015.

GHG PROTOCOL

Escopos 1, 2 e 3 são parâmetros usados pelo GHG Protocol:

- Emissões de escopo 1 são decorrentes de fontes que pertencem ou são controladas pela empresa, ou seja, emissões resultantes da operação direta da instituição.
- Emissões de escopo 2 são indiretas, derivadas da energia elétrica comprada para uso na operação direta da empresa.
- Emissões de escopo 3 são todas as demais emissões indiretas decorrentes da atuação da empresa.



Saiba mais em: <https://ghgprotocol.org/sites/default/files/standards/ghg-protocol-revised.pdf>



Saiba mais na seção Nossa estratégia

IMPACTOS CLIMÁTICOS

A maior parte dos impactos de nossa atuação resulta dos investimentos que apoiamos, realizados por nossos clientes. Iniciamos a mensuração dessas emissões (escopo 3), com previsão de conclusão em 2023. Esse esforço nos ajudará a melhor desenhar políticas para diferentes setores e clientes, bem como indicadores para seu monitoramento.

Tendo em vista nosso amplo espectro de atuação, eventualmente podem ocorrer impactos negativos relacionados às mudanças climáticas em setores como mineração, gás e petróleo e agropecuária. Esses impactos são mitigados a partir de critérios específicos estabelecidos em nossa lista de exclusão e apoio condicionado.

ATUALIZAÇÃO DA LISTA DE EXCLUSÃO SETORIAL

Nossa lista de exclusão e apoio condicionado passa por aprimoramento constante. Em 2022, o texto referente ao apoio ao setor de geração termelétrica foi



Acesse em: www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/lista-exclusao-atividades-e-intens-nao-apoiaveis-pelo-bndes

revisado com o objetivo de esclarecer que, além de não apoiarmos a geração de energia termelétrica exclusivamente a carvão mineral ou a óleo derivado de petróleo, também não apoiamos investimentos relacionados ao uso de óleo derivado de petróleo em projetos híbridos no âmbito do Sistema Integrado Nacional (SIN), nem a parcela dos investimentos relacionada ao uso de óleo derivado de petróleo em projetos híbridos em sistemas isolados.

RISCOS CLIMÁTICOS

Atuamos em diversas áreas, entre elas, algumas suscetíveis a riscos climáticos físicos e de transição, como os setores de agropecuária e energia. Os riscos de transição podem derivar de alterações regulatórias ou legislativas, surgimento de novas tecnologias, mudanças de mercado e questões reputacionais. Já os riscos físicos podem ser agudos, quando ocorrem com alta intensidade em um curto período, ou crônicos, quando surgem em menor intensidade ao longo do tempo. Os eventos climáticos físicos incluem enchentes, tempestades, elevação do nível do mar, secas, temperaturas extremas, deslizamentos e incêndios.

Estamos trabalhando para aprofundar a incorporação do risco climático na avaliação de nossas operações, com destaque para o desenvolvimento de uma metodologia para projetos apoiados diretamente. Já aplicada em caráter piloto em 2022, a metodologia é essencialmente calcada na avaliação dos riscos de transição e físicos associados ao projeto, bem como na capacidade de gestão climática do cliente, amparando-se em dados públicos e no preenchimento de questionários. O resultado desse processo piloto será avaliado para o desenho do procedimento a ser incorporado no dia a dia das equipes envolvidas.

MITIGAÇÃO

Temos usado todos os nossos instrumentos para cooperar com a mitigação das mudanças climáticas, o que implica

minimizar ou pelo menos diminuir o fluxo de GEE na atmosfera. Nossos esforços estão centrados no corte de emissões da indústria, do transporte, do uso da terra, entre outros.

A agenda de descarbonização representa uma grande oportunidade para implementar novas políticas públicas para o setor industrial – por exemplo, para incentivar o desenvolvimento de máquinas e equipamentos mais eficientes que impulsionem o processo de transição energética.

Entre as diversas iniciativas de mitigação nas quais estamos envolvidos, podemos citar Floresta Viva, BNDES Crédito ASG, BNDES RenovaBio, Fundo Clima e Programa ABC+.

ADAPTAÇÃO

As mudanças do clima já produzem diferentes impactos socioeconômicos, e os esforços para sua mitigação podem exigir tempo para gerar resultados. Isso torna os temas adaptação e aumento de resiliência às mudanças climáticas cada vez mais relevantes.

Os compromissos assumidos por nós na temática de adaptação preveem a atuação em linha com o Plano Nacional de Adaptação (PNA), com o direcionamento de capital para setores e tecnologias de adaptação prioritários, incluindo ações com municípios e estados em projetos de infraestrutura e desenvolvimento urbano resiliente.

PRODUTOS E INSTRUMENTOS

Operamos com diferentes fontes de recursos para o apoio a operações que promovam sustentabilidade, sempre que possível buscando estimular parcerias e ampliar os impactos positivos para a sociedade.

Atuamos na agenda social e ambiental há mais de trinta anos, com a criação do Departamento de Meio Ambiente do BNDES, em 1991. Em 2008, foi iniciado o Fundo Amazônia, maior fundo de REDD+ do mundo, que já recebeu mais de R\$ 3 bilhões em doações como resultado da redução do desmatamento no país.

Saiba mais em: www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel/solucoes-de-financas-sustentaveis



Somos gestores da parcela reembolsável do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, mais conhecido como **Fundo Clima** – a parcela não reembolsável é de responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente. Por meio dele, apoiamos projetos nas mais diversas áreas, como cidades sustentáveis e mudança do clima, máquinas e equipamentos eficientes e resíduos sólidos. Em 2022, houve alteração na forma de apoio indireta automática na modalidade máquinas e equipamentos eficientes, de modo a aumentar nossa participação máxima dos atuais 60% para até 100% e permitir o financiamento de serviços de instalação, limitado a 30% do valor total financiado.



Acesse em: www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/fundo-clima/fundo-clima

Veja mais em: www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/mercado-de-capitais/chamada-publica-aquisicao-de-creditos-de-carbono



Atualmente, oferecemos condições diferenciadas para investimentos sustentáveis que colaborem com a transição para uma economia neutra em carbono. Entre os diversos produtos e iniciativas de que dispomos, destacamos a seguir os relacionados às mudanças climáticas:

- **Fundo Clima:** visa apoiar a implantação de empreendimentos, a aquisição de máquinas e equipamentos e o desenvolvimento tecnológico relacionados à redução de emissões de GEE e à adaptação às mudanças climáticas e aos seus efeitos.
- **Programa para a Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária (ABC+):** financia investimentos que contribuam para a redução de impactos ambientais causados por atividades agropecuárias.
- **BNDDES Finame Baixo Carbono:** financia a aquisição e comercialização de sistemas de geração de energia solar e eólica, aquecedores solares, ônibus e caminhões elétricos, híbridos e movidos exclusivamente a biocombustível e demais máquinas e equipamentos com maiores índices de eficiência energética ou que colaborem para redução da emissão de GEE.

CHAMADAS DE CRÉDITO DE CARBONO

Lançamos em 2022 dois editais para aquisição de créditos de carbono no mercado voluntário. A primeira chamada com valor de até R\$ 10 milhões e a segunda no valor de até R\$ 100 milhões, com objetivo de apoiar o desenvolvimento de um mercado para comercialização desses títulos, além de cancelar padrões de qualidade para condução de projetos de descarbonização da economia. Créditos de carbono buscam compensar emissões de empresas ainda em transição, contribuindo para a mitigação das mudanças climáticas.

Considerando as duas chamadas, foram recebidas 44 propostas, sendo vinte delas

habilitadas para a etapa de diligências, que engloba avaliações técnica e jurídica, que seguem sendo realizadas por equipes do BNDDES.

EMISSIONES [GRI 305-1] [GRI 305-2] [GRI 305-3]

Em 2022, publicamos no GHG Protocol, segundo metodologia da plataforma, nossas emissões administrativas (escopo 1, 2 e parte do escopo 3) para os anos 2020 e 2021, totalizando respectivamente 1.111,3 tCO2e e 420,4 tCO2e. Já em 2023, foram calculadas as emissões para o ano de 2022, totalizando 2.118,1 tCO2e.

As emissões são detalhadas a seguir (em tCO2e):

ESCOPO	2020	2021	2022
Emissões diretas (escopo 1) de GEE (incluindo todos os GEE)	55,4	54,8	63,4
Emissões indiretas (escopo 2) de GEE provenientes da aquisição de energia (incluindo todos os GEE)	795,7	73,8	557,9
Emissões indiretas (escopo 3) de GEE (considera apenas deslocamentos casa-trabalho e viagens a trabalho)	260,2	291,8	1.496,8
TOTAL	1.111,3	420,4	2.118,1

Com relação às emissões de escopo 2, a variação observada em 2021 está associada à obtenção de certificados na compra de energia renovável naquele ano.

No que se refere às emissões de escopo 3, a variação observada em 2022 com relação a 2020 e 2021 se deve à pandemia de Covid-19, já que os funcionários ainda estavam em *home office* e o número de viagens também não havia voltado ao normal até 2021. Além disso, os



Veja mais em: www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/mercado-de-capitais/segunda-chamada-publica-aquisicao-de-creditos-de-carbono



Conheça em: <https://eaesp.fgv.br/centros/centro-estudos-sustentabilidade/projetos/programa-brasileiro-ghg-protocol>

funcionários terceirizados também foram incluídos no cálculo do deslocamento casa-trabalho para o escopo 3.

Vale destacar ainda que o cálculo das emissões financiadas (parte do escopo 3 do BNDES) foi realizado em caráter piloto, abrangendo carteira de renda variável, parte das operações automáticas e cerca de 60% da exposição das operações não automáticas.

INTENSIDADE DE EMISSÕES [GRI 305-4]

Em tCO₂e por pessoa

ESCOPO	2020	2021	2022
Escopo 1	0,02	0,02	0,03
Escopo 2	0,32	0,03	0,25
Escopo 3	0,10	0,12	0,67

Nota: considerando o total de empregados ao fim de cada ano.

COMUNICAÇÃO, CONHECIMENTO E CAPACITAÇÃO

Aproveitamos a COP 27 para publicar o documento *Clima e desenvolvimento: a contribuição do BNDES para uma transição justa*, que apresenta nossas contribuições setoriais de mitigação e adaptação, além de nossa estratégia para a neutralidade em carbono, no âmbito de uma transição justa.

Em dezembro, lançamos o estudo *Hidrogênio de baixo carbono: oportunidades para o protagonismo brasileiro na produção de energia limpa*. A publicação explica a relevância do gás nas discussões sobre mudanças climáticas, além de apresentar os desafios para o estabelecimento de um mercado de hidrogênio e as vantagens comparativas do Brasil em sua produção na comparação com outros países.

CDP – BENCHMARK CLUB

Em 2022, nossa filiação ao Carbon Disclosure Project (CDP) foi reforçada com a adesão à categoria Benchmark Club. O CDP é uma organização internacional sem fins lucrativos que estimula empresas e governos a reduzir suas emissões de GEE, proteger os recursos hídricos e salvaguardar as florestas. Com a adesão à nova categoria, passaremos a responder questionário sobre mudanças climáticas e a ter nossas informações avaliadas e classificadas. Como o CDP é também uma plataforma de transparência das emissões, com a filiação e o reporte anual à entidade, esperamos impulsionar a transparência ambiental corporativa, além de ter acesso ao maior banco de dados ambientais corporativos do mundo, que poderá ser utilizado para informar nossas atividades de investimento e financiamento.

COMUNICAÇÃO

No contexto de nossa participação na COP 27 – Conferência do Clima, no Egito, e na COP 15 – Conferência sobre Biodiversidade, no Canadá, elaboramos planos de comunicação multicanais para reforçar, perante diferentes públicos, nosso compromisso socioambiental. Realizamos **campanha publicitária internacional** com a mensagem “*This is BNDES. The Brazilian sustainable development bank*” e veiculamos em nossos canais os vídeos “Amazônia” e “Energias do Brasil”, oferecendo aos espectadores uma experiência imersiva, com visualização em 360 graus, de iniciativas de manejo sustentável da floresta e energias renováveis que contaram com nosso apoio.

📌 Saiba mais na seção Nossos relacionamentos



🔗 Acesse em: www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/publicacoes/livros/clima-e-desenvolvimento

🔗 Acesse em: www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/publicacoes/livros/hidrogenio-baixo-carbono/

MODERNIZAÇÃO DO ESTADO

Nossa atuação em modernização do Estado teve como diretriz estratégica desenvolver soluções para gargalos públicos por meio da estruturação de projetos de parceria, privatizações, ativos socioambientais, ativos imobiliários.

Nesse contexto ganharam destaque o financiamento de iniciativas de digitalização de serviços públicos e de uso de tecnologia nas cidades, inclusive em segurança e iluminação pública.

A atuação nesses temas foi reforçada em 2022, priorizando-se o fomento a iniciativas de governo digital e melhoria de gestão e de eficiência de governos subnacionais. Foram apoiados projetos focados em melhorar a arrecadação de tributos, a qualidade dos serviços públicos e do ambiente de negócios. Além disso, implementamos nova abordagem para a atuação com os entes públicos, o BNDES Federativo, com foco na captura de sinergias e potencialização de oportunidades mapeadas por nossa equipe de estruturação de projetos.



Saiba mais em:
www.gov.br/governodigital/pt-br/EGD2020

Destacam-se as seguintes iniciativas:

- Apoio à **Estratégia de Governo Digital 2020-2022** e adesão à Rede Gov.br, que envolveu também a publicação do guia *10 passos para a transformação digital em estados e municípios*, que norteia a transformação do governo por tecnologias digitais, oferecendo melhores políticas públicas e serviços;
- **Parceria com o BID e a Secretaria de Governo Digital (SGD)**, iniciada em 2020, a fim de desenvolver diagnósticos e planos de ação em governo digital para municípios brasileiros. Nessa parceria, foram atendidos, em caráter piloto, 14 municípios. A partir do trabalho realizado, em 2022, foi lançada pela SGD a plataforma Rede Gov.br, que ampliou o alcance do diagnóstico de maturidade digital para municípios que não participaram do piloto.

PROJETOS DE MODERNIZAÇÃO DO ESTADO

No último ano, foram a leilão as PPPs de iluminação pública dos municípios de

Jabotão dos Guararapes (PE), Caruaru (PE) e Curitiba (PR), estruturadas com apoio do Banco. Os três projetos juntos preveem beneficiar mais de 3 milhões de habitantes, permitindo a implantação de tecnologia LED em cerca de 238 mil pontos de luz, com investimentos previstos de R\$ 513 milhões.

Em rodovias, ocorreu o leilão de concessão do lote 3 do Estado do Rio Grande do Sul, contemplando 272 km. Os trechos integrantes estão situados entre a Serra Gaúcha e a região metropolitana de Porto Alegre, e a expectativa de investimento é da ordem de R\$ 3,4 bilhões durante os trinta anos de contrato. Em Minas Gerais, foi realizado ainda o leilão do subsistema 1 rodoviário, que compreende um lote localizado no Triângulo Mineiro, com 627,4 km de extensão, e outro no Sul de Minas, com 454,3 km de extensão. A previsão de investimentos é de R\$ 5,5 bilhões para o período da concessão. As duas concessões contaram com nosso apoio na estruturação.

Em saneamento, foi concluída a concessão de dois blocos do serviço de esgotamento sanitário e dos serviços acessórios na área urbana de 24 municípios das regiões metropolitanas de Fortaleza e do Cariri (CE) – região com uma população de cerca de 4,3 milhões de pessoas. Os investimentos são estimados em R\$ 6,2 bilhões.

Estruturamos ainda a primeira concessão de serviço público de transporte metroferroviário de passageiros, para o Estado de Minas Gerais. Estima-se que o investimento total alcance cerca de R\$ 3,5 bilhões, ao longo dos trinta anos do contrato de concessão, além de gerar economia de cerca de R\$ 365 milhões ao ano para a União, que deixará de subvencionar a operação. A nova concessionária será responsável tanto pela ampliação e requalificação das linhas quanto pela gestão, operação e manutenção da rede.

Em 2022, realizamos também o primeiro projeto no setor imobiliário, com o leilão do imóvel de Furnas Centrais Elétricas, um terreno de cerca de 9 mil m² localizado ao lado da antiga sede da empresa no bairro de Botafogo, no Rio de Janeiro. O imóvel foi arrematado por R\$ 75,4 milhões.

Adicionalmente, foram aprovados e contratados em 2022 os seguintes projetos:

- Modernização e melhoria da eficiência da rede municipal de iluminação pública do município de Vila Velha (ES), no valor de R\$ 24 milhões, mediante contrato de PPP com a concessionária SRE-IP Vila Velha SPE S/A, visando uma redução de, no mínimo, 50% no consumo de energia pelo município.
- Projeto imobiliário da Força Aérea Brasileira (FAB), com objetivo otimizar a gestão patrimonial da Aeronáutica a partir da concessão de áreas subutilizadas e com potencial logístico.
- Contratação de parceiros técnicos especializados para nos apoiar na concessão do futuro Museu Marítimo do Brasil, no âmbito do PPI, em projeto contratado pela União por intermédio do Comando da Marinha.

EMERGENCIAL

Nossa atuação emergencial teve como diretriz estratégica em 2022 atuar de forma anticíclica para promover a retomada da economia e sua sustentabilidade.

A partir do início da pandemia de Covid-19, em 2020, lançamos um conjunto de medidas emergenciais para combater seus efeitos, ajudando a mobilizar mais de R\$ 150 bilhões, destinados prioritariamente a MPMEs e ao setor de saúde.

Embora a maior parte das medidas tenha sido encerrada em 2020, algumas iniciativas tiveram desdobramentos importantes em 2022:

- Desembolso de R\$ 56 milhões do BNDES Crédito Cadeias Produtivas Repasse: financiamento direcionado a empresas âncoras para atender às necessidades de sua cadeia produtiva, formada por MPMEs (âncoras).

- Desembolso de R\$ 48 milhões do BNDES Crédito Direto Emergencial: financiamento para atender à necessidade de liquidez de hospitais e empresas de diagnóstico em saúde.
- Desembolso de R\$ 45 milhões do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) Emergencial, voltado para a cadeia produtiva do setor audiovisual.

MATCHFUNDING SALVANDO VIDAS

Lançada em 2020, a iniciativa mobilizou R\$ 140 milhões para a aquisição de mais de 83 milhões de EPIs, 20 usinas de oxigênio, 684 refrigeradores de vacina, entre outros equipamentos e materiais hospitalares.

Em 2022, destaca-se a aquisição de quatro usinas de oxigênio para municípios em quatro estados (CE, RJ, RS e SP), no valor total de R\$ 2,3 milhões. No ano, a iniciativa também proporcionou a doação de mais 523 refrigeradores para armazenamento de vacinas – que se somaram aos 151 entregues em 2021, totalizando valor de R\$ 7 milhões, em parceria com a Coca-Cola Foundation. Os municípios foram priorizados de acordo com critérios definidos em parceria com o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), como municípios de até 20 mil habitantes, baixa cobertura vacinal e baixo índice de desenvolvimento humano (IDH).

STANDSTILL AUDIOVISUAL 2022

Em 2022, foi aprovada nova suspensão de pagamentos (*standstill*) para o setor audiovisual frente ao quadro persistente de dificuldades enfrentado pelo setor, em decorrência da pandemia. Com nova etapa de suspensão aberta em abril de 2022, o quarto *standstill* para o setor audiovisual permitiu um alívio de aproximadamente R\$ 92 milhões em prestações suspensas para 55 contratos, envolvendo vinte empresas do segmento de produção, distribuição e exibição de conteúdo audiovisual.

IMPACTO DA ATUAÇÃO DO BNDES

[GRI 3-3]

A maior parte dos impactos (econômicos, ambientais e sociais) de nossa atuação é resultado dos investimentos que apoiamos, realizados por nossos clientes. Tendo em vista nosso amplo espectro de atuação, além dos impactos positivos esperados, eventualmente podem ocorrer impactos negativos associados a projetos de setores como mineração, agroindústria, petróleo e gás, entre outros. Visando mitigá-los, no apoio financeiro, além dos requisitos legais, são verificados os critérios específicos estabelecidos em nossa lista de exclusão e apoio condicionado e são incluídas eventuais condicionantes e recomendações elaboradas durante a avaliação socioambiental das operações de crédito diretas e indiretas não automáticas.

Oferecemos condições diferenciadas para investimentos sustentáveis ou que colaborem para a transição para uma economia neutra em carbono. Consideramos o potencial de geração de externalidades positivas tanto em nossa análise dos projetos quanto na elaboração de nossos produtos e soluções.

COMPROMISSOS [GRI 2-23] PACTO GLOBAL

Desde agosto de 2021, participamos do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), que propõe o alinhamento de operações e estratégias das empresas a dez princípios universais nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção. Ao aderir à iniciativa, passamos a fazer parte da Rede Brasil do Pacto Global, que estrutura projetos e ações comuns entre mais de 1.500 membros nacionais.

CÓDIGO BRASILEIRO DE STEWARDSHIP

Em 2017, a BNDESPAR aderiu ao então Código Amec de *Stewardship*, que tem por objetivo aproximar os investidores institucionais das empresas investidas para estimular melhores práticas de governança, ética e conduta. Em 2021, a Associação de

Investidores no Mercado de Capitais (Amec) firmou parceria com a CFA Brazil e o código foi renomeado para Código Brasileiro de *Stewardship* (CBS), ao qual a BNDESPAR ratificou a adesão.

CARTA ABERTA DE EMPRESAS PÚBLICAS PELOS DIREITOS HUMANOS

Assinamos também em 2018 a Carta Aberta de Empresas Públicas pelos Direitos Humanos, compromisso firmado pelo Estado brasileiro e empresas com ações em favor da promoção dos direitos humanos e da proteção de todas as pessoas. A carta é inspirada em princípios orientadores para empresas aprovados pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU.

GOVERNANÇA DO TEMA [GRI 2-24]

Contamos com uma estrutura de governança robusta para tratar dos aspectos econômicos, sociais e ambientais de nossas operações, que inclui desde nossos empregados até o Conselho de Administração.

POLÍTICAS [GRI 2-23]

Diversas políticas orientam a gestão de nossa atuação e de nossos impactos, como políticas de ética e integridade, de risco, de diversidade, socioambientais, operacionais, entre outras.

Políticas operacionais

As políticas operacionais (PO) se referem a nosso principal conjunto de instrumentos de apoio, refletindo nosso planejamento estratégico e nossas prioridades de atuação. Contemplam a regulamentação das condições, dos critérios e das diretrizes de apoio, estabelecendo condições diferenciadas para os instrumentos priorizados, com o objetivo de potencializar nossa atuação.

Lista de exclusão

Em linha com o princípio da precaução, contamos com uma lista de exclusão que veda o apoio a determinados setores e empreendimentos críticos em termos de riscos socioambientais. Um exemplo é o setor



Acesse em: https://amecbrasil.org.br/stewardship/codigo/?doing_wp_cron=1678978435.7479159832000732421875



Acesse nossos relatórios de *stewardship* em: <https://ri.bnades.gov.br/governanca-corporativa/relatorios-de-governanca/>



Saiba mais em Governança



Saiba mais em Ética, integridade e transparência
Saiba mais em Gestão de riscos

RATING ASG

Em abril de 2022, a agência Moody's ESG Solutions renovou a avaliação atribuída ao BNDES em 2021, mantendo o *rating* A1+, o mais alto de sua escala. Recebemos um ponto a mais na avaliação e ficamos posicionados no 86º lugar entre as 4.890 empresas participantes do *ranking* mundial. Ocupamos a quarta colocação entre as 854 organizações analisadas em mercados emergentes, ficando entre os 2% das instituições mais sustentáveis do mundo no *ranking*.



Saiba mais na seção O que fazemos

Saiba mais no destaque
Novas soluções e produtos



Saiba mais em
Nossos relacionamentos



Saiba mais em:
<https://agenciadenoticias.bnades.gov.br/blogdodesenvolvimento/detalhe/Pacto-Global-atuacao-empresarial-conjunta-para-um-futuro-sustentavel/>

elétrico, em que não apoiamos usinas térmicas a combustíveis fósseis, incluindo, além daquelas movidas a carvão, as térmicas a óleo derivado de petróleo, bem como o setor de mineração, em que não são passíveis de apoio projetos de mineração de carvão para abastecimento de térmicas, além da extração e do beneficiamento de amianto.

Seguimos, ainda, uma série de acordos multilaterais – relativos a temas como espécies ameaçadas, camada de ozônio, poluentes, armas, entre outros – que regulam o financiamento de atividades e projetos.

Todas as informações estão disponíveis em nosso [site](#), aumentando a transparência e facilitando o relacionamento com o cliente e os demais partes interessadas.

Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) [GRI 2-23]

Nossa PRSAC é uma norma de conteúdo programático e estratégico, de caráter transversal e abrangente, e tem sua estratégia de execução consolidada em planos de implementação trienais. Ela estabelece as bases e o direcionamento para nossa atuação em sustentabilidade. Nossos compromissos estão sintetizados nos princípios e nas diretrizes da política, que devem orientar nossas práticas e responder às demandas de partes interessadas, entre elas, o Conselho Monetário Nacional (CMN), no papel de regulador. A fim de cumprir as diretrizes estabelecidas na PRSAC, equipes de nossas diversas unidades atuam com o suporte de times especializados no tema socioambiental.

A PRSAC inclui as dimensões econômica, social, ambiental e climática, bem como princípios de ética e transparência e respeito integral aos direitos humanos, com uma pauta positiva para inclusão da diversidade e combate e repúdio a toda prática de atos que resultem em qualquer tipo de discriminação ou violação de direitos. Entre suas diretrizes está o estímulo

à adoção de melhores práticas de responsabilidade social, ambiental e climática por nossos fornecedores, clientes, instituições financeiras credenciadas e demais parceiros, contribuindo para o avanço do desenvolvimento sustentável. A PRSAC também define o alinhamento de nossa atuação com as normas e políticas públicas brasileiras, considerando pactos e acordos internacionais que promovam o desenvolvimento sustentável e a transição para uma economia neutra em carbono, tais como os ODS, no âmbito da Agenda 2030, e a contribuição nacionalmente determinada (NDC), do Brasil, no Acordo de Paris.

A atual PRSAC foi aprovada em 2022 pelo CA, após terceiro processo de revisão desde 2010, para adequação à Resolução CMN 4.945/2021. Avanços progressivos na implementação das diretrizes da PRSAC ocorrem por meio da formulação e implementação de planos de ação trienais. Atualmente está em vigor o de 2022 a 2024.

Gestão socioambiental de operações [GRI 2-24]

Dispomos de um regulamento de gestão socioambiental de operações, que representa o desdobramento da PRSAC em termos operacionais, aprovado pela Diretoria Executiva em 2021.

O regulamento estabelece os procedimentos relativos à identificação e ao tratamento dos impactos sociais e ambientais das operações financiadas e está alinhado a boas práticas internacionais. Operações de maior risco estão sujeitas a procedimentos mais detalhados de diligência e acompanhamento, conforme a classificação de sensibilidade socioambiental atribuída.

Na análise socioambiental dos clientes, prevista pelo documento, é verificado o atendimento de exigências sociais e legais e de nossas diretrizes e procedimentos relativos à manutenção de emprego e



Acesse em: www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/lista-exclusao-atividades-e-itens-nao-apoiaveis-pelo-bndes

POLÍTICAS E PROCESSOS PARA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL [GRI 2-24]

Em 2022, foi implementado o projeto corporativo BNDES ASG e Clima, aprovado no escopo do Planejamento Estratégico 2021-2022. Esse projeto contou com a execução de diversos trabalhos relacionados aos temas de políticas, processos, produtos, capacitação e comunicação, contribuindo para o avanço da agenda contida no Plano PRSA 2022-2024 e mobilizando diferentes áreas do BNDES na execução de ações para incorporação da sustentabilidade em nossas práticas de negócios.

⬆️ Saiba mais na seção Nossa estratégia

Contamos, ainda, com outros normativos relacionados à sustentabilidade em suas dimensões corporativa, operacional e setorial.

Consulte em: www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel/o-que-nos-orienta/outras-politicas-e-regulamentos/outras-politicas-regulamentos



Acesse em: www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel/o-que-nos-orienta/outras-politicas-e-regulamentos/regulamento-socioambiental/regulamento-gestao-socioambiental

Categoria ABC: considera aspectos do licenciamento ambiental, locais, impacto ambiental, questões socioeconômicas no entorno, além de outros elementos relevantes do projeto.

Nível de sensibilidade socioambiental: definido por meio da ponderação da categoria ABC com o prazo e o valor da operação.

direitos humanos, como a proteção de pessoas portadoras de deficiência e a inexistência de condenação, judicial ou administrativa, por práticas de discriminação de raça ou gênero, trabalho infantil ou trabalho escravo, assédio moral ou sexual.

O procedimento de gestão socioambiental para operações de apoio financeiro diretas, indiretas não automáticas e mistas, aprovado pela Diretoria Executiva em 2022, detalha as orientações estabelecidas no regulamento, definindo o papel das equipes operacionais e socioambientais durante as etapas de análise e acompanhamento dessas operações. A avaliação da operação para identificar sua classificação ABC e seu nível de sensibilidade fica a cargo de equipe responsável pela análise socioambiental. Essas informações são, em seguida, submetidas à aprovação do Comitê de Crédito e Operações (CCOp) por meio do Relatório de Classificação Socioambiental (RCS) da operação.

Ao longo de 2022, o nível de sensibilidade foi apurado para 149 operações, sendo 98 de sensibilidade baixa, 32, média e 19, alta. As operações com sensibilidade alta estão localizadas principalmente nas regiões Nordeste e Sudeste do país, com destaque para os estados da Bahia e do Rio de Janeiro. Elas são majoritariamente do setor de geração e transmissão de energia elétrica, mas também incluem, por exemplo, rodovias, ferrovias e saneamento. [GRI 413-2]

As operações enquadradas em média e alta sensibilidade socioambiental passam por uma análise socioambiental mais detalhada e complementar à avaliação de regularidade ambiental. Elas abarcam a avaliação das medidas mitigatórias já exigidas pelo órgão ambiental no âmbito do licenciamento e consideram a gestão socioambiental do cliente e sua capacidade de lidar com os principais riscos e impactos

identificados para a operação, além de boas práticas adotadas nos aspectos relacionados ao tema.

Os dois aspectos combinados – nível de sensibilidade socioambiental da operação e capacidade de gestão socioambiental do cliente – determinam o tratamento a ser dado para gestão do risco socioambiental nas etapas de análise e acompanhamento das operações. Podem ser realizadas recomendações específicas ao cliente, como obrigações contratuais adicionais ao licenciamento ambiental, a fim de mitigar possíveis impactos.

Impacto socioambiental em operações indiretas

Para as operações indiretas automáticas, a análise dos aspectos socioambientais dos empreendimentos é realizada pelos agentes financeiros, observando os normativos internos expedidos pelo BNDES e os normativos externos aplicáveis. Eles são responsáveis também por avaliar os riscos e realizar o acompanhamento dos financiamentos.

Nesse sentido, avaliamos a conformidade dessas operações por amostragem, levando em conta fatores de risco e materialidade, em observância às orientações contidas nos manuais de auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU). No acompanhamento das operações da amostra, nossa equipe analisa a documentação e a execução física e financeira do objeto financiado, verificando a conformidade em relação às finalidades previstas e ao cumprimento, por parte das instituições financeiras, de obrigações estabelecidas pelo Banco e por entes externos.

Em caso de descumprimento, penalidades são impostas às instituições credenciadas e, existindo indícios de ilícito penal, os fatos são comunicados às autoridades competentes para apuração.

Em algumas operações indiretas automáticas, como aquelas realizadas no bioma Amazônia, monitoramos a existência de áreas embargadas nos projetos financiados, visando acompanhar de forma mais efetiva financiamentos que potencialmente possam descumprir embargo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e de outras instituições responsáveis.

De forma preventiva, consultamos ainda, por meio de serviços informatizados, a existência de alertas ou exigências pendentes relativas aos solicitantes de financiamento, realizando um bloqueio automático da contratação de novas operações por pessoas ou empresas que estejam em situação irregular – por exemplo, na lista de trabalho escravo emitida pelo Governo Federal. [GRI 409-1]

Além disso, estamos aprimorando os processos internos de monitoramento para identificação automatizada de clientes das operações indiretas automáticas que, posteriormente à contratação, sejam incluídos na lista de trabalho escravo, para tomar as medidas contratuais cabíveis.

NOVAS EXIGÊNCIAS PARA O CRÉDITO RURAL INDIRETO

Recentemente, aprimorando as demais vedações e obrigações de natureza socioambiental já existentes, realizamos uma alteração normativa para operações contratadas por meio dos agentes financeiros credenciados a partir de 9 de fevereiro de 2023. Estipulamos que não poderão ser contratadas operações de crédito rural destinadas a imóvel em que seja identificado desmatamento, exceto se apresentado documento para comprovar a regularidade da situação.

No caso de identificação de desmatamento sem a comprovação de regularidade, será suspensa a liberação de recursos até a apresentação dos documentos. Em caso de não apresentação em até 12 meses, a contar da data de notificação realizada pelo BNDES, a instituição financeira credenciada deverá liquidar antecipadamente a operação com o BNDES, adotando as demais medidas cabíveis.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE EFETIVIDADE

Contamos com um conjunto de atividades de monitoramento e avaliação que tem como principais propósitos avaliar nossos impactos, prestar contas de nossos resultados e gerar aprendizados que possam aprimorar nossa atuação.

Como previsto em política corporativa sobre o tema, nosso monitoramento e avaliação englobam um conjunto de processos analíticos, articulados entre si e com o planejamento estratégico, destinados à análise da eficácia e da efetividade de nosso apoio, visando promover melhorias contínuas em nossas atividades.

Para subsidiar essas atividades, são definidos previamente objetivos e indicadores de eficácia e de efetividade para as operações ou para os instrumentos financeiros utilizados. Os indicadores são selecionados pelas áreas operacionais a partir de um conjunto previamente definido com a unidade responsável por monitoramento e avaliação. As unidades operacionais são responsáveis por monitorar e analisar os indicadores, de maneira a contribuir para o aprendizado da organização. São realizadas, também, avaliações de efetividade, que são estudos mais profundos sobre determinados tipos de apoio, conforme prioridades estabelecidas pela administração. Essas avaliações podem ser executadas internamente, contratadas ou realizadas em parceria com avaliadores externos.

RELATÓRIO DE EFETIVIDADE

Publicamos a quinta edição de nosso Relatório de Efetividade, referente ao biênio 2020-2021. Aprovado pelo CA, o relatório consolida os resultados dos indicadores e as evidências geradas pelas avaliações de efetividade, além de incluir recomendações para o aprimoramento de nossa atuação. Nessa edição, as entregas e as avaliações de efetividade foram associadas aos ODS, de maneira a explicitar nossa contribuição para a Agenda 2030. [GRI 2-12]

Consideramos os seguintes conceitos para avaliar o impacto de nossas ações:

EFICÁCIA

grau de cumprimento das entregas previstas;

EFETIVIDADE

grau de cumprimento dos objetivos previstos, em termos de promoção do desenvolvimento nas dimensões econômica, social, ambiental e/ou institucional;

AVALIAÇÃO DE EFETIVIDADE

análise que busca identificar por meio de exames sistemáticos a extensão em que os objetivos foram alcançados.

AVALIAÇÕES DE EFETIVIDADE [GRI 203-2]

Em 2022, publicamos seis relatórios de avaliação de efetividade (RAE):

TEMA DA AVALIAÇÃO	RESULTADO
Efetividade de nossos financiamentos para compra de máquinas e equipamentos agrícolas, com foco nos efeitos sobre a produção agropecuária e o uso da terra. 🔗 Acesse em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/21844	Os resultados indicaram que nosso crédito está associado a variações positivas no PIB agropecuário municipal, no valor bruto da produção agrícola, na produtividade agrícola e na produtividade da pecuária. De modo geral, apontaram para a intensificação do uso da terra, com substituição de pastagem por lavoura. Não foram observados efeitos de redução nas áreas de vegetação nativa.
Efeitos da infraestrutura de transporte no emprego no Brasil nas últimas três décadas. 🔗 Acesse em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/22063	Os resultados mostraram que a expansão de infraestrutura logística e seu consequente efeito sobre o grau de acesso a mercados (por exemplo, via redução do custo de transporte) afetam positivamente o emprego. Adicionalmente, as evidências apontaram para uma diminuição da desigualdade regional gerada pela melhoria da infraestrutura de transporte.
Impacto de nossa ação anticíclica para MPMEs na crise de Covid-19. 🔗 Acesse em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/22464	Foi verificado que o FGI Peac e a linha BNDES Crédito Pequenas Empresas (CPE) foram efetivos em atuar na sobrevivência das empresas apoiadas ao longo da crise, com as firmas de menor porte e mais jovens (geralmente mais restritas a crédito) tendendo a ser as mais impactadas pelos programas. À luz das evidências apresentadas, pode-se afirmar que crédito e garantia devem ser encarados como instrumentos efetivos e complementares para a atuação anticíclica visando o segmento de MPMEs – sobretudo em crises severas.
Como a atuação do BNDES afetou a oferta de serviços de internet de banda larga em nível local e como a expansão da internet de alta velocidade no Brasil afetou indicadores do mercado de trabalho nos municípios brasileiros. 🔗 Acesse em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/22644	Observou-se que empresas de menor porte tendem a se beneficiar relativamente mais do acesso a crédito do BNDES no setor, com potenciais impactos sobre o aumento da concorrência. O conjunto de resultados sugeriu ainda uma alteração na estrutura do emprego nas economias locais em resposta ao aumento na densidade de acesso à internet de alta velocidade. Essa mudança aconteceria com o aumento das oportunidades de emprego na margem extensiva (via número de empresas) e com a diminuição na margem intensiva (redução do tamanho de empresas continuamente ativas).
Impacto dos fundos da série Criatec, fundos mútuos de investimento de capital de risco na modalidade capital semente (destinado a empresas em estágio inicial), que tem o BNDES como um dos principais investidores. 🔗 Acesse em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/22666	A avaliação verificou que o Criatec teve impacto de 62% no número de empregados e de 275% na massa salarial das firmas apoiadas. Ademais, observou-se que os fundos tiveram impactos positivos nas solicitações de patentes decorrentes da trajetória de crescimento das empresas investidas, que possibilitou mais esforços inovativos. Com base nessas evidências, considera-se relevante que a escala da política pública acompanhe as necessidades de financiamento do setor, a fim de evitar eventual escassez de recursos para <i>startups</i> com potencial de alto crescimento e inovação no país.
Efetividade do <i>matchfunding</i> Salvando Vidas, empregando uma metodologia majoritariamente qualitativa para analisar quatro critérios definidos pela OCDE (relevância, eficácia, eficiência e coerência), e o incentivo à cultura de doações. 🔗 Acesse em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/22684	Entre outras conclusões, a avaliação apontou que o programa conseguiu atingir municípios e instituições de saúde pouco assistidos.

O *scoring* de impacto, desenvolvido internamente pelo BNDES, é baseado em um questionário composto de sessenta perguntas objetivas, divididas nas dimensões econômica, social e ambiental, que são respondidas pelas equipes operacionais durante a fase de análise dos projetos. O resultado obtido com o *scoring* de impacto é um dos elementos considerados para a aprovação dos projetos.

IDENTIFICAÇÃO DOS IMPACTOS DOS PROJETOS

Utilizamos a ferramenta *scoring* de impacto para identificar impactos potenciais, tanto positivos como negativos, dos projetos de investimento que financiamos nas esteiras corporativa, de *project finance* e não reembolsável. Os impactos são identificados na fase de análise e encaminhados para ciência das alçadas decisórias no fluxo de aprovação das nossas operações.

Em 2022, o *scoring* de impacto foi aplicado a 118 operações, que representaram um valor aprovado de R\$ 48 bilhões, equivalente a 36% do total aprovado

pelo Banco no período. Dessa forma, mapeamos como principais impactos positivos potenciais dessas operações seus efeitos sobre cadeias produtivas, emprego, acesso a crédito e infraestrutura, além de contribuições para um meio ambiente equilibrado e para mitigação ou adaptação à mudança do clima.

Cerca de 15% dos projetos analisados por meio da ferramenta contaram com estudos de impacto ambiental (EIA), em atendimento ao processo de licenciamento ambiental – o que envolve avaliação de impactos sociais e ambientais, divulgação pública, elaboração de programas e, muitas vezes, audiência pública. [GRI 413-1]

IMPACTOS POSITIVOS POTENCIAIS IDENTIFICADOS EM PROJETOS DE INVESTIMENTO EM 2022 (% DAS APLICAÇÕES DO SCORING DE IMPACTO)



IMPACTOS NEGATIVOS POTENCIAIS IDENTIFICADOS EM PROJETOS DE INVESTIMENTO EM 2022 (% DAS APLICAÇÕES DO SCORING DE IMPACTO)



No que se refere a cadeia produtiva, emprego e acesso a crédito, o percentual de aplicações do *scoring* de impacto em 2022 em que se identificaram impactos positivos relevantes foi superior a 50%. Considera-se que houve impacto relevante sobre a cadeia produtiva nas operações em setores com elevado encadeamento, isto é, em que a atividade é intensamente interligada à de outros setores. As operações com impacto relevante sobre emprego são aquelas nas quais se espera a criação, na fase de implantação dos investimentos ou na fase de operação, de seis novos postos de trabalho a cada R\$ 1 milhão financiado e aquelas em setores com elevada proporção de empregados com ensino superior. São classificadas como de impacto relevante sobre acesso a crédito operações com MPMEs, com entes subnacionais, com instituições sem fins lucrativos e com clientes que não têm acesso ao mercado de capitais e não fazem parte de grupo econômico multinacional.

Houve menor proporção de operações com impactos negativos potenciais, com destaque para questões relativas a biodiversidade, comunidades locais e direitos humanos – em particular, pressão sobre terras indígenas ou quilombolas e sobre o patrimônio cultural. Além da mitigação desses impactos, atuamos também de forma proativa para gerar impactos positivos nesses temas.

IMPACTO NA BIODIVERSIDADE [GRI 304-2]

Para todos os projetos apoiados por meio de operações de financiamento nas modalidades direta, indireta não automática e mista (exceto de exportação e mercado de capitais), são analisadas questões como proximidade a unidades de conservação (UC) e áreas Ramsar, intervenções em áreas de preservação permanente (APP), além de ocorrência de supressão de vegetação e de bombeamento de águas subterrâneas em larga escala. Para identificar esses possíveis riscos e impactos, contamos com ferramentas de georreferenciamento, além de consultar estudos, licenças, autorizações ambientais e imagens de satélite, entre outros documentos. As informações coletadas servem de insumo para a classificação ABC da operação e definição do seu nível de sensibilidade socioambiental.

Em 2022, 17 operações daquelas classificadas como de alta sensibilidade socioambiental apresentaram potenciais riscos associados aos aspectos da biodiversidade.

Entre as medidas de prevenção e mitigação associadas a esses riscos, destacam-se: (i) avaliação da compatibilidade do projeto com o plano de manejo das UCs; (ii) programas de recuperação de áreas degradadas, recomposição de vegetação, resgate de flora e resgate, afugentamento e monitoramento de fauna, entre outros, na maioria das vezes já estabelecidos pelos órgãos ambientais no âmbito do processo de licenciamento; e (iii) boas práticas e iniciativas voluntárias adotadas pelos clientes para conservação da biodiversidade e monitoramento da origem de insumos, em geral materializadas em certificações internacionais.

Dispomos, ainda, de iniciativas que contribuem para a proteção da biodiversidade brasileira, a exemplo do Floresta Viva, voltado à implementação de projetos de restauração ecológica com espécies nativas e sistemas agroflorestais nos biomas brasileiros, e do Fundo Amazônia, que apoia prioritariamente ações de prevenção, monitoramento e



Áreas ou sítios Ramsar são zonas úmidas de importância internacional, conforme estabelecido pela Convenção de Ramsar, tratado internacional, aprovado em 1971. Veja mais em: <https://rsis Ramsar.org/>



Saiba mais em Nosso desempenho > Ambiental

combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável dos recursos naturais na Amazônia Legal.

IMPACTOS NAS COMUNIDADES LOCAIS

[GRI 203-1] [GRI 413-1] [GRI 413-2] [GRI 403-7]

Com o objetivo de identificar possíveis impactos adversos sobre comunidades do entorno dos projetos apoiados por meio de operações de financiamento nas modalidades direta e indireta não automática, verificamos se o projeto está sendo executado em região de escassez hídrica, se envolve emissões de poluentes atmosféricos em região já saturada de poluição do ar, bem como se há outros riscos à saúde e à segurança das comunidades afetadas pelo projeto. Avaliamos se o projeto implica reassentamento populacional, se pode impactar o acesso de comunidades do entorno ou daquelas afetadas a recursos necessários a atividades produtivas ou de subsistência e, ainda, se há risco de migração de quantidade significativa de trabalhadores para municípios pequenos. É realizada, ainda, uma busca pela ocorrência de manifestações contrárias ao projeto ou à atuação da empresa.

Além das questões relacionadas ao projeto, para as operações de média e alta sensibilidade socioambiental, é analisada a capacidade de gestão socioambiental do cliente, incluindo: (i) práticas de divulgação de informações relacionadas a riscos socioambientais, abrangendo, por exemplo, os programas sociais, de educação e comunicação; (ii) atividades de diálogo e engajamento com comunidades do entorno; e (iii) canais de denúncia tanto para o público interno (funcionários e terceirizados) quanto para o público externo. A avaliação dos aspectos descritos pode gerar recomendações específicas ao cliente, como obrigações contratuais, adicionais ao licenciamento ambiental, como forma de mitigar possíveis impactos adversos.

Em 2022, 17 operações classificadas como de alta sensibilidade socioambiental

apresentaram riscos associados aos aspectos relacionados às comunidades locais. Entre as recomendações realizadas, destacam-se:

- (i) apresentação de evidências que demonstrem que o processo de realocação de habitações e atividades produtivas associado à execução do projeto foi realizado de modo a restaurar ou melhorar o padrão de vida e/ou os meios de subsistência de todas as famílias e negócios afetados;
- (ii) adoção de medidas para maximizar a contratação de mão de obra local, incluindo a realização de atividades de capacitação para a população local e o incentivo à participação e contratação de mulheres;
- (iii) adoção de ações para minimizar o impacto decorrente da migração de trabalhadores sobre serviços públicos do município de implantação do projeto, em especial serviços de saúde e segurança pública; e
- (iv) estabelecimento e divulgação de mecanismo acessível para recebimento de denúncias e reclamações dos trabalhadores e das comunidades do entorno.

Por outro lado, nosso apoio ajuda a dinamizar a economia local nos municípios que recebem investimentos financiados. Um estudo revelou, por exemplo, que a instalação de grandes plantas industriais financiadas por nós contribui para aumentar a quantidade de postos de trabalho em outras empresas localizadas nos municípios que recebem os investimentos. Outra avaliação apontou que a construção de usinas eólicas tem impacto positivo sobre o PIB *per capita* dos municípios em que elas se instalam.

IMPACTO NOS DIREITOS HUMANOS E PRESSÃO SOBRE TERRAS E COMUNIDADES INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E/OU PATRIMÔNIO CULTURAL

[GRI 408-1] [GRI 409-1]

Há verificação de procedimentos relativos a direitos humanos durante a análise cadastral de empresas solicitantes de financiamento direto, bem como a inclusão de cláusula social padrão em nossos contratos, com



Acesse em:
<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/19983>



Acesse em:
<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/18902>

menção explícita ao combate à discriminação de raça e gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo no Brasil. Isso permite, uma vez constatado desrespeito à legislação em qualquer um desses aspectos, suspender os desembolsos e, em caso de decisão condenatória definitiva, exigir o vencimento antecipado do contrato.

Além disso, buscamos identificar, para todos os projetos apoiados por meio de operações de financiamento nas modalidades direta e indireta não automática, a ocorrência de potencial impacto adverso sobre povos e comunidades tradicionais, em especial populações indígenas e comunidades remanescentes de quilombos, bem como sobre sítios arqueológicos, espeleológicos e patrimônio histórico e cultural. Isso é feito com base no Anexo I da Portaria Interministerial 60/2015, que estabelece distâncias-limite para evitar possíveis impactos socioambientais em terras indígenas e quilombolas. Para que os direitos desses povos não sejam violados, caso o projeto esteja localizado dentro dos limites definidos na portaria, é avaliada a possibilidade de ocorrência de impactos adversos sobre essas comunidades e verificado se existem medidas mitigatórias compatíveis. São consideradas não só terras indígenas já demarcadas, mas também aquelas em processo de demarcação, conforme bases de dados oficiais disponibilizadas pelo Governo Federal. O mesmo ocorre para áreas remanescentes de quilombos.

Em 2022, sete operações classificadas como de alta sensibilidade socioambiental apresentaram proximidade a terras indígenas ou áreas remanescentes de quilombo. Entre as condicionantes socioambientais estabelecidas para prevenir impactos adversos sobre essas comunidades, de forma complementar às obrigações já previstas em nossas minutas de contrato padrão, destacam-se: (i) obrigação de estabelecer políticas e procedimentos específicos para

relacionamento com populações indígenas localizadas a menos de 10 km dos empreendimentos; (ii) obrigação de não realizar intervenções sem prévia e esclarecida consulta às populações indígenas; (iii) exclusão do escopo de nosso apoio de investimentos a serem realizados em áreas localizadas a menos de 5 km de distância de terras indígenas já demarcadas ou em processo de demarcação; e (iv) exclusão do escopo de nosso apoio de investimentos a serem realizados em municípios com áreas remanescentes de quilombos em processo de titulação/demarcação pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

É importante destacar que, para as operações de média e alta sensibilidade socioambiental, é analisada a capacidade de gestão socioambiental do cliente e são avaliados: (i) diretrizes e procedimentos para combate a práticas discriminatórias (relacionadas a raça, gênero, orientação sexual, deficiência, origem e religião) e de assédio moral e sexual; (ii) procedimentos para promoção da saúde e segurança do trabalhador, incluindo a prevenção da ocorrência e da gravidade de acidentes de trabalho; (iii) existência de planos de resposta a situações de emergência e a realização de simulados; e (iv) procedimentos para monitoramento das práticas socioambientais dos fornecedores. Nesse contexto, podemos citar como exemplo de recomendações realizadas para operações aprovadas em 2022: (i) adoção, pelo cliente, de medidas para prevenir e coibir a ocorrência de casos de violência, em especial contra mulheres e crianças; e (ii) implantação de rotina de execução de simulados contemplando os cenários previstos no plano de emergência.

Em complemento, nosso apoio em setores como saúde, educação, saneamento e cultura contribui para assegurar direitos básicos à população.

GOVERNANÇA



MODELO DE GOVERNANÇA



www.bndes.gov.br/vps/portal/site/home/quem-somos/governanca-control/_colegiados_do_sistema_bndes/colegiados-bndes

Nossa estrutura de governança tem como objetivo fortalecer nossa gestão, privilegiando um processo transparente e coletivo de tomada de decisão. Ela engloba a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração (CA) e seus subcomitês, o Comitê de Auditoria (Coaud), o Comitê de Riscos (CRI), o Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração (Cope), o Comitê de Responsabilidade Socioambiental e Climática (CRSAC), e outros comitês de diretores e superintendentes, além do Conselho Fiscal (Cofis), responsável por fiscalizar e acompanhar os atos dos administradores do Sistema BNDES. [GRI 2-9]

Os estatutos sociais das empresas do Sistema BNDES definem as competências do presidente, do CA, da Diretoria Executiva, dos diretores e dos demais órgãos estatutários. Algumas delas podem ser delegadas pelas alçadas originárias por meio de atos normativos relativos ao assunto específico. Há possibilidade, ainda, de subdelegação por diretores, superintendentes e chefes de departamentos. [GRI 2-13]

O cargo de presidente do BNDES foi ocupado em 2022 por Gustavo Henrique Moreira Montezano. Com a transição de governo em 2023, Aloizio Mercadante Oliva tomou posse em 26 de janeiro de 2023, passando a exercer o cargo.

Aloizio Mercadante é graduado em Economia pela Universidade de São Paulo (USP), com mestrado em Ciência Econômica e doutorado em Teoria Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). É professor licenciado de Economia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e aposentado da Unicamp. Foi deputado federal por dois mandatos (1991-1995 e 1999-2003) e senador de 2002 a 2011, exercendo diversas funções no Senado Federal. Foi Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação (2011-2012), Ministro da Educação (2012-2014), Ministro-Chefe da Casa Civil (2014-2015) e novamente Ministro da Educação (2015-2016). Ao assumir o Banco, deixou a presidência da Fundação Perseu Abramo.

O relacionamento com *stakeholders* é realizado também por nossas diversas equipes, que reportam e recebem orientações do CA. [GRI 2-12]

O CA segue um plano de trabalho anual, atualizado sempre que necessário, com reuniões ordinárias mensais. Participam periodicamente dessas reuniões membros dos seus comitês de assessoramento estatutários (CRI, Coaud, Cope e CRSAC), com relato sobre aspectos e preocupações mais relevantes acerca de sua esfera de atuação. [GRI 2-13]

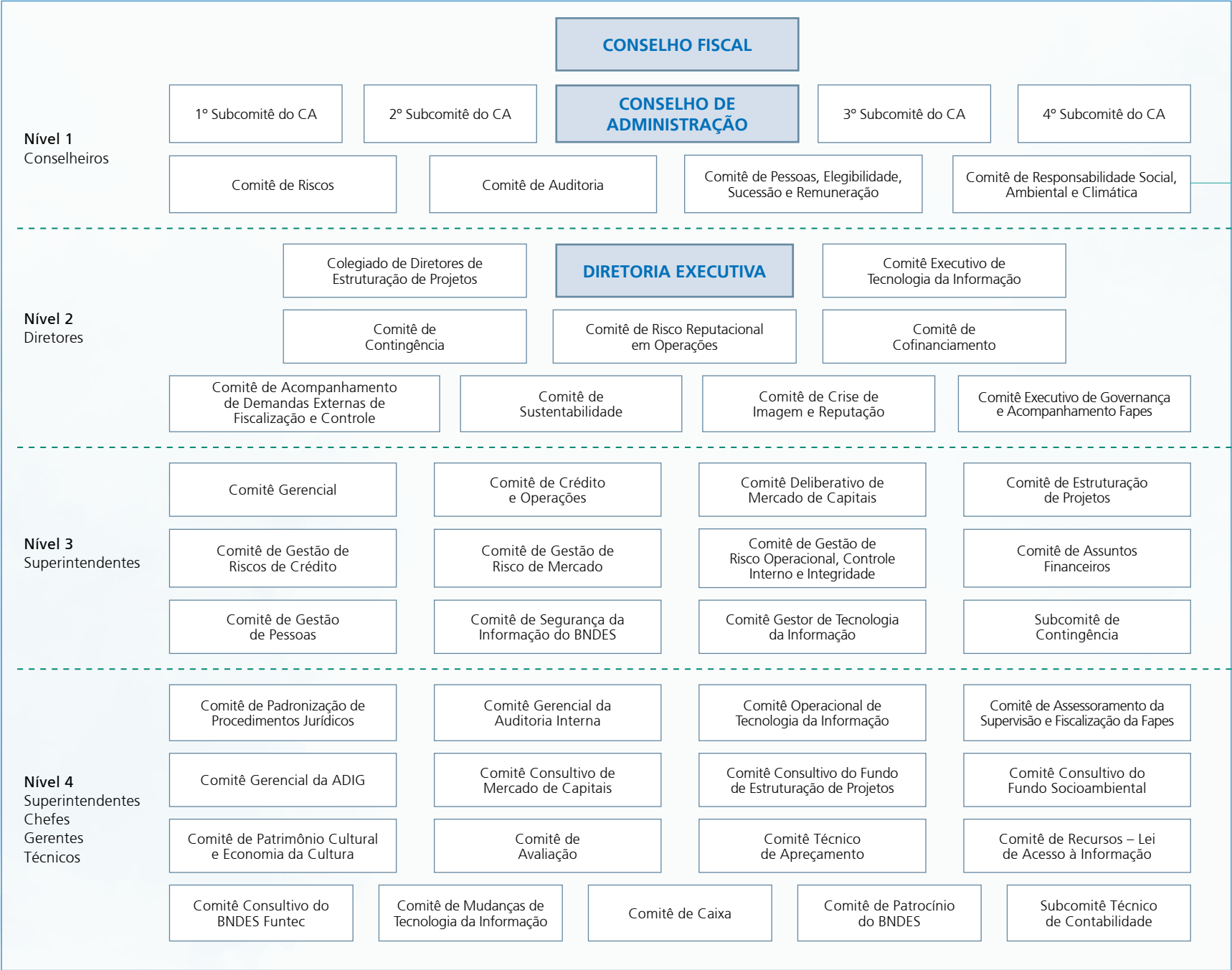
A comunicação de preocupações cruciais ao CA é feita, ordinariamente, por meio de relatos ou envio de documentos por parte de integrantes da própria administração e dos comitês e subcomitês de assessoramento dos conselhos. Nesses documentos, são feitas recomendações à Diretoria Executiva e ao próprio CA sobre temas afetos às suas atribuições, como plano de saúde, previdência complementar, devolução de recursos ao Tesouro Nacional, desinvestimentos, controles internos, entre outros. Verifica-se também o cumprimento dessas recomendações. [GRI 2-16]

Quando convocada, a Comissão de Ética (CET/BNDES) apresenta ao CA os números consolidados dos casos submetidos a ela.

Como previsto nos estatutos sociais das empresas do Sistema BNDES, a Diretoria Executiva deve submeter e instruir os assuntos que dependam de deliberação do CA, manifestando-se previamente quando não houver conflito de interesse. Os diretores são responsáveis por relatar as matérias perante os colegiados. [GRI 2-16]

Os aspectos econômicos, sociais e ambientais são tratados em todas as esferas de nossa governança, sendo também atribuídos a superintendentes e chefes de departamento, conforme previsto em nossa Organização Interna Básica (OIB). [GRI 2-13]

Em 2022, mais de 35 preocupações cruciais foram levadas ao conhecimento de nosso CA por meio de relatórios de auditoria, documentos de prestação de contas e apresentações sobre estratégia, desempenho e riscos, entre outros.



COMITÊ DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA (CRSAC)

Em 2022, vale destacar a criação de um novo comitê de assessoramento ao CA, o Comitê de Responsabilidade Social Ambiental e Climática do BNDES (CRSAC), cujas atribuições principais são: (i) propor recomendações ao CA sobre o estabelecimento e a revisão da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática do Sistema BNDES (PRSAC); (ii) avaliar o grau de aderência das ações implementadas à PRSAC e, quando necessário, propor recomendações de aperfeiçoamento; e (iii) supervisionar os trabalhos relativos a sustentabilidade e ações derivadas da PRSAC, especialmente do Comitê de Sustentabilidade, da Diretoria Executiva e do diretor executivo responsável pela PRSAC.

O CRSAC é atualmente composto por membros do CA e se reúne, ordinariamente, de forma bimestral. Deve trabalhar de forma

conjunta com o CRI, que também assessora o CA em aspectos relacionados aos riscos social, ambiental e climático. [GRI 2-12]

Vale destacar ainda que, em 2022, designamos o diretor de Operações como responsável pela PRSAC perante o Banco Central do Brasil (BCB), em cumprimento ao disposto na Resolução CMN 4.945/2021. Em 2023, o responsável passou a ser o diretor de Planejamento e Estruturação de Projetos. [GRI 2-13]

Composição do CRSAC em 31.12.2022:

GÊNERO		FAIXA ETÁRIA		RAÇA/COR	
2 (50%)	2 (50%)	1 (25%)	3 (75%)	4 (100%)	
masculino	feminino	de 30 a 50 anos	mais de 50 anos	branca	



Saiba mais sobre as atribuições dos comitês de nível 2 e 3 em: www.bndes.gov.br/ra2022.

A seguir, são apresentadas as principais atribuições dos comitês de nível 1 (conselheiros):

ATRIBUIÇÕES E COMPOSIÇÃO EM 31.12.2022 [GRI 405-1]

Conselho Fiscal (Cofis): fiscaliza os atos dos administradores e verifica o cumprimento de seus deveres legais e estatutários; analisa as demonstrações contábeis trimestrais do BNDES; examina e emite parecer sobre as demonstrações financeiras semestrais da instituição, entre outras atribuições.

GÊNERO	FAIXA ETÁRIA	RAÇA/COR
2 (40%) masculino	4 (80%) de 30 a 50 anos	4 (80%) branca
3 (60%) feminino	1 (20%) mais de 50 anos	1 (20%) parda

Conselho de Administração (CA): é o nosso mais alto grau de governança. Opina sobre questões relevantes do desenvolvimento econômico e social do país relacionadas às nossas ações; aconselha o presidente do Banco sobre as linhas gerais orientadoras de suas ações; aprova as políticas gerais e os programas de atuação de longo prazo; se manifesta sobre as demonstrações financeiras, entre outras atribuições. O presidente do CA não acumula outra função executiva no Banco. [GRI 2-11]

GÊNERO	FAIXA ETÁRIA	RAÇA/COR
7 (70%) masculino	5 (50%) de 30 a 50 anos	10 (100%) branca
3 (30%) feminino	5 (50%) mais de 50 anos	

Nenhum membro faz parte de minorias ou grupos vulneráveis.

Comitê de Riscos (CRI): propõe recomendações ao CA sobre políticas, estratégias e limites de gerenciamento de riscos e capital, programa de teste de estresse, política de gestão de continuidade de negócios, plano de contingência de liquidez e capital; avalia os níveis de apetite por riscos; analisa o ambiente de risco do BNDES, entre outros.

GÊNERO	FAIXA ETÁRIA	RAÇA/COR
3 (100%) masculino	3 (100%) de 30 a 50 anos	2 (67%) branca
		1 (33%) parda

Comitê de Auditoria (Coaud): opina sobre a contratação e destituição do auditor independente; revisa, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais; avalia a efetividade e supervisiona as atividades dos auditores independentes e da auditoria interna; monitora a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e das informações divulgadas pelo BNDES; avalia e monitora exposições de risco do Banco.

GÊNERO	FAIXA ETÁRIA	RAÇA/COR
2 (67%) masculino	3 (100%) mais de 50 anos	2 (67%) branca
1 (33%) feminino		1 (33%) não informada

Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração (Cope): é o órgão de caráter opinativo e de assessoramento ao acionista controlador e ao CA nos processos de indicação, avaliação, sucessão e remuneração dos administradores, conselheiros fiscais e demais membros de órgãos estatutários.

GÊNERO	FAIXA ETÁRIA	RAÇA/COR
1 (33%) masculino	3 (100%) mais de 50 anos	2 (67%) branca
2 (67%) feminino		1 (33%) não informada

ASSEMBLEIA GERAL DO BNDES

É convocada pelo CA ou, em casos previstos em lei, pela Diretoria Executiva, pelo Cofis ou pela União. É realizada ordinariamente uma vez por ano ou extraordinariamente por interesse do BNDES. Entre suas competências estão: aprovação do relatório anual da administração; alteração do capital social e do estatuto social; eleição e destituição de membros do CA e do Cofis; e fixação da remuneração dos administradores do Banco e de membros do Cofis, do Coaud e do CRI. Os trabalhos da assembleia são liderados pelo diretor responsável pelas áreas jurídicas, por delegação do presidente do CA. Deverão comparecer à assembleia ao menos um membro do Cofis, a depender da matéria, e um procurador da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), representante da União, única acionista do BNDES. Em todas as assembleias gerais ordinárias, deve estar presente o presidente do Coaud ou um dos seus membros, conforme previsto no regimento interno do citado colegiado.

As assembleias gerais da BNDESPAR e da FINAME são reguladas por seus respectivos estatutos sociais, que podem ser acessados em nosso site.

Acesse em: www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/governanca-control/Legislacao_do_Sistema_BNDES



COMO SÃO SELECIONADOS OS MEMBROS DO CA?

[GRI 2-9] [GRI 2-10] [GRI 2-12]

O CA é composto por 11 membros, todos eleitos pela Assembleia Geral: quatro indicados pelo Ministério da Economia (ME) – a partir de 2023, três indicados pelo Ministério da Fazenda e um indicado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos –, um pelo Ministério das Relações Exteriores, cinco pelo ministério que estiver supervisionando o BNDES e um representante dos empregados do Banco, escolhido entre os empregados ativos pelo voto direto de seus pares. Pelo menos três dos membros indicados pelos ministérios deverão ser independentes.

No caso dos comitês de assessoramento do CA do BNDES, o presidente do conselho indica formalmente os membros para a Secretaria-Geral do Gabinete da Presidência, que, após *background check*, encaminha a indicação para o Cope. Este opina sobre o preenchimento dos requisitos e a ausência de vedações normativas ou de integridade e pauta a matéria para deliberação do CA.

- » **Subcomitê 1** – ambiental, social e governança (ASG), comunicação, recursos humanos, *compliance*, jurídico, operações, imagem e governança;
- » **Subcomitê 2** – financeiro, riscos, auditoria e novos produtos;
- » **Subcomitê 3** – mercado de capitais, participações, crédito e garantias; e
- » **Subcomitê 4** – infraestrutura

Veja a composição atual de nosso CA em: https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/governanca-controle/colegiados-do-sistema_bndes/colegiados-bndes



Em 31 de dezembro de 2022, havia dez conselheiros ativos e uma vaga não preenchida. Os membros do CA têm prazo de gestão unificado de dois anos, contados a partir da data da posse, sendo permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas.

Os indicados devem cumprir requisitos específicos, como ter notório conhecimento e formação acadêmica compatíveis com o cargo.

MIX DE COMPETÊNCIAS E DIVERSIDADE NO CA [GRI 2-9] [GRI 2-10]

O colegiado seguiu atuando com alto grau de complementaridade de competências, com a alocação dos conselheiros em subcomitês temáticos de acordo com seus conhecimentos e áreas de interesse específicas, mediante indicação feita pelo próprio CA no ano de 2021. Os subcomitês temáticos contribuíram para aumentar a produtividade das reuniões do colegiado e possibilitaram o aprofundamento do conhecimento dos conselheiros nas matérias submetidas a sua apreciação. Essa estrutura também incrementou o conhecimento coletivo do conselho, que em seus subcomitês teve contato com diversas equipes técnicas do Banco e variados assuntos.

Em 2022, a composição do CA foi alterada com a saída do conselheiro Marcelo Serfaty e posterior eleição de Hailton Madureira de Almeida.

Em 2023, houve a renúncia de seis membros do CA do BNDES (Walter Baere de Araújo Filho, Sônia Aparecida Consiglio, João Laudo de Camargo, Heloisa Belotti Bedicks, Fábio de Barros Pinheiro e Joísa Campanher Dutra Saraiva). Para as vagas abertas, foram nomeados respectivamente: Adézio de Almeida Lima, Izabella Mônica Vieira Teixeira, Robinson Sakiyama Barreirinhas, Carlos Afonso Nobre, Jean Keiji Uema, e Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti, com base no artigo 150 da Lei das Sociedades por Ações. Os novos conselheiros tiveram suas nomeações ratificadas em Assembleia Geral Ordinária realizada em abril. Mais adiante,

deixaram o CA Hailton de Almeida, Pedro Capeluppi e Marcelo dos Guarany, e ingressaram Uallace Moreira, Clarice Calixto, Clemente Ganz Lúcio e Maria Laura da Rocha.

Com as mudanças no CA, os subcomitês ficaram inativos, aguardando novas eleições de seus integrantes.

INDICAÇÃO DE MEMBROS SUCESSORES PARA CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA EXECUTIVA

Em agosto de 2022, nosso CA aprovou o Regulamento de Indicação de Membros Sucessores para o Conselho de Administração e para a Diretoria Executiva, em cumprimento à Política de Indicação e Sucessão de Administradores do Sistema BNDES.

Com base nele, a cada dois anos ou menos, o CA e a Diretoria Executiva, com apoio do Cope, devem mapear as competências esperadas de executivos que possam vir a compor ambos os órgãos, considerando a conveniência de diversidade de formações e de experiências, a complementaridade de competências entre seus membros, as perspectivas de negócios e os temas-chave estabelecidos no planejamento estratégico plurianual do BNDES.

Em caso de vacância ou de previsão de vacância em assento do CA, cabe ao próprio conselho indicar potencial sucessor ao ministério responsável, tomando por base o rol de competências esperadas para a vaga que se pretende preencher.

No caso de membro da Diretoria Executiva, ficará a cargo do presidente do BNDES avaliar preliminarmente, com o auxílio dos demais diretores executivos, potenciais sucessores, podendo indicar membros externos ou empregados do BNDES.

A indicação de sucessores, não vinculante, deverá ser orientada por notória experiência profissional, capacidade técnica e gerencial, habilidades interpessoais e amplo conhecimento sobre as atividades do BNDES e sobre a legislação e a regulamentação relativas à responsabilização de qualquer natureza por sua atuação. Buscará observar, ainda, aspectos de diversidade.

Oficializada a indicação pelo ministério responsável, cabe à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) fazer a análise prévia dos documentos comprobatórios do indicado e a consulta à Casa Civil da Presidência da República para confirmar a indicação. Cumprida essa fase e não havendo objeções, o ministério supervisor envia a documentação para análise do Cope do BNDES.

Depois de o comitê confirmar a presença de todos os requisitos e a ausência de vedações, por maioria absoluta, a matéria é encaminhada ao CA para que profira sua manifestação acerca do enquadramento dos indicados aos requisitos e às vedações legais, regulamentares e estatutárias à luz da autodeclaração, dos documentos apresentados pelo indicado e da manifestação do comitê.

A Sest e a Secretaria-Geral do BNDES encaminham os documentos finais para a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

A indicação é, então, submetida à Assembleia Geral do BNDES, a quem compete privativamente deliberar sobre a eleição e destituição dos membros do CA. No caso da Diretoria Executiva, a decisão final é do CA.

Os membros do CA do BNDES também integram os da BNDESPAR e da FINAME, por força de disposições estatutárias dessas sociedades.

O papel exercido pela Sest até 2022 é hoje do ministério responsável pela indicação.

AVALIAÇÃO DO CA [GRI 2-18]

O CA realiza anualmente uma autoavaliação de seu desempenho por meio de um questionário sobre a efetividade de sua governança. Na avaliação referente ao ciclo de 2022, os conselheiros responderam sobre temas como: alinhamento ao propósito; ASG; consecução dos objetivos estratégicos; e gerenciamento de riscos corporativos.

Essa avaliação permite que sejam identificadas oportunidades de melhoria, de modo que o colegiado tenha um progresso contínuo em seu desempenho, inclusive em aspectos econômicos, ambientais e sociais. Como previsto no regimento interno, a referida autoavaliação anual do conselho deve ser encaminhada ao ministério supervisor do Banco.

Em cumprimento ao previsto na Lei das Estatais, disponibilizamos aos membros de nossos órgãos estatutários diversos treinamentos obrigatórios sobre legislação societária e de mercado de capitais, divulgação de informações, controle interno, código de conduta, Lei Anticorrupção, entre outros temas. [GRI 2-17]

Ao fim de 2022, todos os membros do CA e da Diretoria Executiva foram convidados para a segunda reunião extraordinária do CRSAC, com um treinamento sobre o tema “carbono”.

COMO SÃO SELECIONADOS OS MEMBROS DA DIRETORIA?

Assim como no CA, os membros da Diretoria Executiva têm prazo de gestão unificado de dois anos, contados a partir da data da posse, sendo permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas.

Os membros da Diretoria Executiva do BNDES também integram as diretorias da BNDESPAR e da FINAME, por força de disposições estatutárias dessas sociedades.

A Diretoria Executiva é composta pelo presidente e por nove diretores executivos, todos eleitos pelo CA e demissíveis por vontade de uma das partes. Para a investidura,

BACKGROUND CHECK

Conforme resolução interna do BNDES, todos os indicados aos órgãos estatutários devem passar por procedimento de *background check* para a tomada de decisão relativa a sua eleição ou recondução. Além disso, o procedimento é renovado anualmente (ficha de *background check* de verificação periódica) e pode ser realizado a qualquer tempo, extraordinariamente, por iniciativa da Área de Integridade e Compliance ou do seu diretor responsável, em caso de ciência de qualquer situação que possa alterar a tomada de decisão quanto à manutenção do membro de órgão estatutário em seu cargo.

Essa verificação abrange: (i) pesquisa sobre os indicados, incluindo mídia negativa, listas restritivas, processos administrativos e judiciais e vínculos, assim como eventuais diligências; (ii) manifestação jurídica; e (iii) manifestação emitida pelo diretor responsável pela unidade de integridade e *compliance*.

devem assumir compromissos com metas e resultados específicos aprovados pelo CA, a quem cabe fiscalizar seu cumprimento.

PREVENÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSES [GRI 2-15]

Nossa Área de Integridade e Compliance realiza trabalhos de avaliação do sistema de controle interno do Banco, dos controles em processos e de potenciais conflitos de segregação de funções. Ao identificar potenciais conflitos de interesse, propõe ações para a adequada prevenção.

Com relação a membros de órgãos estatutários, isso ocorre no momento da indicação para o cargo e, anualmente, nas avaliações periódicas ou em eventuais reconduções. É realizado monitoramento contínuo de participações societárias desses membros.

O regimento interno do CA estabelece ainda que, nas reuniões do conselho, os membros se declarem impedidos, de forma natural e voluntária, em caso de apreciação de matérias nas quais haja conflito de interesses ou os conselheiros tenham interesse particular, sendo tal fato consignado em ata.

As matérias que configurem conflito de interesses serão deliberadas sem a presença do membro impedido, sendo-lhe assegurado o acesso à ata da reunião e aos documentos referentes às deliberações tomadas, no prazo de trinta dias. Caso o membro do CA não se declare impedido, qualquer outra pessoa

TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas estão submetidas às regras e aos procedimentos estabelecidos em política específica, aprovada e revisada anualmente pelo CA, que visa assegurar competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade dessas transações. Ao longo dos anos, o processo de captura das transações com partes relacionadas tem sido aprimorado. No início de 2023, foi implementado o sistema de Declaração Eletrônica de Parentesco, para preenchimento pela alta administração e superintendentes, gerando automaticamente alertas restritivos e informativos nos sistemas operacionais do Banco.

poderá fazê-lo se tiver ciência do conflito, devendo o colegiado deliberar sobre o fato. Uma vez que o colegiado delibere a existência do conflito, a Secretaria-Geral não concederá ou retirará o acesso do conselheiro à matéria em questão até trinta dias após a decisão definitiva.

O conselheiro representante de empregados não poderá participar de discussões e deliberações que envolvam relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, inclusive matérias de previdência complementar e assistenciais, restando configurado seu conflito de interesse sobre elas. Nesses casos, haverá uma reunião especial sem sua presença.

Em abril de 2022, decisão da Comissão de Ética Pública passou a reconhecer competência da própria comissão para analisar condutas de conselheiros de administração do Poder Executivo Federal no que tange a questões relativas ao conflito de interesses.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

[GRI 2-19] [GRI 2-20]

A política global de remuneração dos administradores (Diretoria Executiva e CA) e dos membros do Coaud e do CRI é elaborada e analisada pelo Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração do BNDES, com apoio da área responsável pela gestão de pessoas, seguindo as diretrizes da Sest. Posteriormente, é enviada para aprovação do CA e deliberação da Assembleia Geral do BNDES.

A política disciplina o processo de remuneração dos membros desses colegiados e considera a adequação às melhores práticas de mercado e às disposições legais; o reconhecimento da responsabilidade, do tempo dedicado à função, da competência e da reputação profissional dos administradores; o incentivo a comportamentos que não elevem a exposição da instituição a riscos acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazo; e a observância às metas e à situação financeira atual e esperada da instituição. A remuneração

e os benefícios concedidos a nossos dirigentes podem ser encontrados em nosso *site*.

REMUNERAÇÃO DOS CONSELHEIROS

Os membros de nossos conselhos (Cofis e CA) fazem jus a remuneração mensal equivalente a 10% da remuneração mensal média dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefícios. É, ainda, vedado o pagamento de participação nos lucros da empresa, de qualquer espécie, aos conselheiros.

REMUNERAÇÃO DOS DIRETORES

A remuneração fixa mensal dos membros de nossa Diretoria Executiva é estabelecida anualmente pela Assembleia Geral. Os diretores têm direito a remuneração variável anual (RVA), condicionada ao alcance de metas e de indicadores de desempenho previamente estabelecidos no programa, que não inclui bônus, gratificações e ganhos baseados em ações. Ressalvando-se eventual deliberação contrária na Assembleia Geral, os membros da Diretoria Executiva fazem jus a auxílio-refeição e auxílio-alimentação; auxílio-moradia; férias anuais de trinta dias remuneradas com um terço além da remuneração fixa mensal; plano de assistência à saúde ou benefício de assistência à saúde; ajuda de custo; recolhimento de contribuição previdenciária patronal; recolhimento de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); remuneração compensatória (quarentena); e gratificação natalina (13º salário). Os integrantes da Diretoria Executiva não contam com assistência educacional; multa rescisória de FGTS (40%); abono pecuniário de férias (venda de um terço de férias); aviso prévio indenizado; e auxílio-transporte.

REMUNERAÇÃO DOS DEMAIS MEMBROS ESTATUTÁRIOS

A remuneração fixa mensal dos membros do Comitê de Auditoria equivale a 50% (para o coordenador) ou 40% (demais membros) da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a adicional de férias, e benefício e vedado pagamento de participação, de

qualquer espécie, nos lucros. A remuneração dos membros do Comitê de Riscos, por sua vez, equivale a 10% da remuneração mensal média dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefício e vedado pagamento de participação, de qualquer espécie, nos lucros. Já o Cope é constituído por três membros, que também integram o CA ou o Coaud, sem remuneração adicional. Os membros do CRSAC que não são integrantes de outros colegiados, empregados ou administradores do BNDES podem ser remunerados, conforme avaliação do CA, desde que observadas as aprovações legais e societárias necessárias.

RESCISÃO

Não há aviso prévio para diretores ou conselheiros. Quando há rescisão, o membro da Diretoria Executiva tem direito a receber o saldo de dias trabalhados e os valores proporcionais relativos ao 13º salário. Os membros de outros órgãos estatutários têm direito a receber o saldo de dias até a data da exoneração. Conforme legislação pertinente, os membros da Diretoria Executiva ficam impedidos, nos seis meses posteriores à rescisão, de exercer atividades ou prestar quaisquer serviços relacionados à área de competência do cargo ocupado, contados a partir da data da exoneração. Para isso, é paga pelo BNDES – exclusivamente durante o período de impedimento após o término do mandato do membro da Diretoria Executiva – uma remuneração compensatória referente ao cargo que era ocupado, desde que aprovada pela Comissão de Ética Pública (CEP).

APOSENTADORIA

O plano de benefícios previdenciários patrocinado pelo BNDES não é extensivo aos conselheiros.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Estamos organizados em diretorias específicas, compostas por áreas. Cada área é de responsabilidade de um superintendente. Em 2022, tínhamos nove diretorias, agrupadas em *back office* (atividades financeiras e de controle

e suporte ao negócio) e *front office* (concessão de apoio financeiro e estruturação de projetos e parcerias). Ao longo do ano, a **composição de nossa Diretoria Executiva** teve quatro alterações: a nomeação de Rodrigo Aquino para a Diretoria de Pessoas e Cultura, no lugar de Ângela Lins; a de Francisco Lourenço Tigre para a Diretoria de Finanças, em substituição a Bianca Nasser; a de Marcelo Rangel para a Diretoria Jurídica, no lugar de Saulo Puttini; e a de Solange Paiva Vieira para Diretoria de Crédito a Infraestrutura, substituindo Petrônio Cançado. Ao fim de 2022, com a saída a pedido do diretor Ricardo Wiering de Barros, o diretor Claudenir Brito Pereira assumiu as atribuições da Diretoria de Operações, além da Diretoria de Compliance e Riscos, da qual já era titular.

Nos primeiros meses de 2023, com um novo governo eleito e a mudança de gestão da instituição, a **Diretoria Executiva foi totalmente renovada e sua estrutura organizacional alterada**. Foram nomeados como diretores: Helena Tenório, Tereza Campello, Alexandre Abreu, Natália Dias, Luciana Costa, Walter Baère, José Luis Gordon, Nelson Barbosa e Luiz Augusto Navarro.

AUDITORIA INTERNA

Nossa unidade de Auditoria Interna é vinculada diretamente ao CA e tem como missão fortalecer a governança corporativa, a gestão de riscos e o sistema de controle interno por meio de avaliações e consultorias objetivas e da interlocução com os órgãos externos de controle e fiscalização (OEC): Tribunal de Contas da União (TCU), CGU e BCB. No exercício de 2022, foram acompanhados 147 processos no TCU nos quais o BNDES é parte, 14 auditorias da CGU e 22 fiscalizações, verificações e auditorias provenientes do BCB. No mesmo período, foram recebidos 221 demandas e 65 novos apontamentos, recomendações e/ou determinações e foram monitorados 154 apontamentos, recomendações e/ou determinações (incluindo os novos) provenientes dos referidos OEC.

Em decorrência dos trabalhos de auditoria interna realizados em 2022, foram emitidas 256 novas recomendações aos gestores de processo,



Veja o organograma vigente em 31.12.2022 no verso da capa deste relatório.

Diretoria Executiva em 31.12.2022:

GÊNERO

8 (89%) **1** (11%)
masculino feminino

FAIXA ETÁRIA

7 (78%) **2** (22%)
de 30 a 50 anos mais de 50 anos

RAÇA/COR

9 (100%)
branca

[GRI 405-1]



Saiba mais em:
www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/quem-e-quem

Os resultados das auditorias anuais de contas conduzidas pela CGU, das inspeções e auditorias realizadas pelo TCU e os acompanhamentos das providências das respectivas recomendações ou determinações proferidas por esses órgãos de controle, assim como o Raint, são disponibilizados em nosso *site*.



www.bndes.gov.br/vps/portal/site/home/quem-somos/etica-e-compliance/conformidade/auditoria-interna

que resultaram na implementação de ações mitigadoras de risco. Ao longo do ano, foram atendidas 238 recomendações – de 2022 e anos anteriores. A implementação das ações mitigadoras de risco pelas unidades auditadas é acompanhada pela Auditoria Interna, que reporta trimestralmente a situação ao Coaud e aos conselhos de Administração e Fiscal. As principais atividades de controle realizadas pela unidade são divulgadas anualmente no Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (Raint).

REVISÃO E ALTERAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS

Atualizamos, sempre que necessário, as cláusulas de nossos contratos para adequá-las a alterações normativas e à revisão de processos e políticas operacionais. Entre as principais alterações ocorridas em 2022 nas minutas de instrumentos contratuais padronizados de nossas operações diretas, estão:

- Aprimoramento de cláusulas contratuais relacionadas a garantias constituídas sobre bens imóveis, especialmente alienação fiduciária e hipoteca.
- Inclusão de cláusula contratual dispondo sobre a devolução de recursos e a forma de sua atualização, nos casos de não comprovação justificada de sua aplicação.
- Inclusão de cláusulas contratuais relacionadas à cessão fiduciária de direitos creditórios.
- Adequação das minutas contratuais para possibilitar sua formalização por instrumento nato-digital.
- Extensão da padronização da taxa fixa básica (TFB) e adequação da sua fórmula de cálculo, conforme revisão desse custo financeiro.
- Aprimoramento da cláusula de tratamento de dados pessoais do BNDES.
- Inclusão de obrigações especiais para cliente na hipótese de cessão fiduciária e penhor de dividendos.
- Revisão da minuta contratual relativa ao BNDES Exim Pré-Embarque Direto para criação da categoria “Equipamentos eficientes” e inclusão da possibilidade de utilização de custo financeiro denominado *treasury bonds* e *secured overnight financing rate* (SOFR).
- Aprimoramento da cláusula “Autorização”, aplicável à hipótese em que haja despesas a reembolsar decorrentes de serviços prestados por escritório de advocacia estrangeiro, para prever a forma de apurar os respectivos valores e atualizá-los.
- Simplificação das minutas do BNDES Finame Direto.

- Revisão dos contratos de financiamento com ótica de *compliance* ao artigo 38-E, IV, alínea ‘a’ – que dispõe sobre estabelecimento de condições mínimas para mitigar o risco legal nos contratos da instituição – da Resolução Conselho Monetário Nacional (CMN) 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, alterada pela Resolução CMN 4.943, de 15 de setembro de 2021.

Além dessas alterações pontuais, foram criadas duas minutas para permitir a operacionalização dos programas: BNDES Crédito Cadeias Produtivas, com cláusulas especiais que regulem o repasse, pela empresa âncora, de recursos financeiros obtidos com o BNDES às empresas ancoradas; e BNDES Garantia, com cláusulas para formalizar a prestação, pelo BNDES, de garantia fidejussória às obrigações pecuniárias assumidas pelos clientes perante credores nacionais ou estrangeiros.

LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS [GRI 2-6]

Para realizar nossas atividades, utilizamos insumos e serviços adquiridos por meio de diferentes processos de contratação, que seguem os critérios de julgamento estipulados na Lei das Estatais ou, ainda, a modalidade pregão, nos termos da Lei 10.520/2002.

Nossos contratos administrativos são públicos e podem ser acessados em nosso *site*. Em 2022, foram assinados 308 contratos. No quadro consta o detalhamento das contratações, alterações contratuais e procedimentos punitivos realizados no período.



www.bndes.gov.br/vps/portal/site/home/transparencia/licitacoes-contratos/licitacoes

CONTRATAÇÕES (POR PROCESSO DE ORIGEM)	
Alienação de bens	2
Pregão eletrônico	39
Inexigibilidade de licitação	73
Dispensa de licitação por valor	161
Dispensa de licitação (demais hipóteses)	15
RFP (consultorias para desestatizações)	18
TOTAL DE CONTRATOS	308
ADITIVOS E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PUNITIVOS (PAP)	
Número de PAPs	4
Aditivos contratuais	90
Aditivos epistolares	101
Reequilíbrios econômico-financeiros	146
TOTAL DE ADITIVOS E PAPs	341

CONTRATOS COM FORNECEDORES [GRI 2-6]

Somos uma instituição bancária de natureza pública, que tem suas atividades-fim realizadas geralmente por equipes concursadas. Assim, a contratação de fornecedores está limitada principalmente à compra de insumos ou à prestação de serviços acessórios à atividade-fim do Banco, de acordo com condições estipuladas pela Lei das Estatais e por resolução de nosso CA. Com relação a fornecedores de serviços, as atividades executadas de forma indireta incluem: (i) atividades acessórias, auxiliares ou instrumentais, como serviços gerais e de tecnologia da informação; e (ii) aquelas de apoio às atividades finalísticas do Banco, como serviços relacionados aos projetos de desestatização. Contamos também com fornecedores de materiais e equipamentos para suprir nossas necessidades operacionais. Em 2022, mantivemos 763 contratos ativos com 577 fornecedores, cuja localização geográfica é apresentada na tabela a seguir, com destaque para os locais de nossos escritórios.

CONTRATOS ATIVOS E FORNECEDORES

Contratações nas representações	Número de contratos	Número de fornecedores	Porcentagem de fornecedores por localização
Rio de Janeiro (RJ)	193	126	22%
São Paulo (SP)	232	186	32%
Brasília (DF)	56	45	8%
Recife (PE)	4	4	1%
Outras cidades	278	216	37%
Número total de contratos ativos	763	-	-
Número total de fornecedores ativos	-	577	-

O somatório dos pagamentos realizados a fornecedores totalizou R\$ 438 milhões no ano. Considerando nossa base de contratos, não identificamos mudanças relevantes na cadeia de fornecedores em 2022 que pudessem impactar nossas operações.

COMPRAS SUSTENTÁVEIS

Nossas licitações e contratos devem seguir parâmetros sustentáveis, levando em conta os diversos aspectos relacionados à execução do objeto contratual – como não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento de resíduos sólidos; priorização no uso de produtos reciclados e/ou recicláveis; maior

eficiência na utilização de recursos naturais; análise dos impactos sociais decorrentes da execução, entre outros critérios. A adoção ou não de critérios de sustentabilidade deve ainda ser justificada nas contratações, com base nos custos e benefícios associados, além da realidade do mercado fornecedor. Nos casos em que forem aplicáveis, as exigências de caráter socioambiental devem estar fundamentadas objetivamente nas especificações técnicas.

ESTÍMULO A BOAS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA EM COMPANHIAS INVESTIDAS

Buscamos sempre incentivar as companhias investidas a atingir padrões de governança corporativa cada vez mais elevados, seja por meio do exercício do direito de voto em seus colegiados, seja por meio de direitos contratuais previstos em nossos acordos de acionistas, em linha com o Código Brasileiro de Stewardship, do qual a BNDESPAR é signatária. Uma boa governança corporativa aumenta a confiança dos investidores, mitigando conflitos de interesse e, historicamente, tem demonstrado geração de valor para as companhias.

GESTÃO DE CUSTOS

Realizamos apuração de nossos custos e de resultados por segmento de negócio, área, departamento, linha e programa operado, com os objetivos principais de avaliar a rentabilidade e o desempenho dos produtos do Banco e fornecer aos gestores informações para análise e tomada de decisão. Nosso processo também possibilita a avaliação de custos incrementais para criação de novas estruturas organizacionais e novos produtos, por exemplo.

O Sistema de Informações de Custos (SIC) do Governo Federal não é adotado como o principal sistema de apuração de custos por se tratar de ferramenta voltada para órgãos da administração pública direta, autarquias e fundações.

Em dezembro de 2022, realizamos o BNDES Day, evento que reuniu clientes, parceiros e representantes de diferentes setores para conversas sobre casos de sucesso e estratégias para promover o desenvolvimento sustentável do país. No encontro, foi apresentado o painel Governança e Diversidade, que tratou da evolução e dos desafios no caminho da diversificação dos conselhos.

ÉTICA, INTEGRIDADE E TRANSPARÊNCIA



ÉTICA E INTEGRIDADE

A ética é um dever de nossos empregados, administradores e prestadores de serviço. O compromisso com o tema está expresso em nossa declaração de valores e em nosso Código de Ética, que também é aplicável aos que interagem conosco, inclusive clientes e instituições financeiras credenciadas para repasse de recursos.

GESTÃO DE ÉTICA

A Comissão de Ética do Sistema BNDES (CET/BNDES) e sua secretaria-executiva – vinculadas a nossa Presidência – são responsáveis pela gestão de ética no Banco. Assim, dão tratamento a consultas relativas a condutas éticas e realizam ações preventivas internas de disseminação de valores, como campanhas de comunicação, cursos e eventos. A CET/BNDES tem participação ativa, ainda, na coordenação do Fórum Nacional de Gestão da Ética nas Empresas Estatais.

Realizamos anualmente treinamento obrigatório para os empregados, assim como para diretores e conselheiros, sobre normas e valores vigentes, momento em que são renovadas as declarações de adesão ao disposto em nosso Código de Ética. Em 2022, o treinamento contou com participação de 96% dos empregados e de 93% da alta administração. [GRI 205-2]

LEGISLAÇÃO E NORMATIVOS DE CONFORMIDADE

Estamos inseridos em um dos setores mais regulados da economia. Por isso, mantemos mecanismos para mitigação dos riscos de não conformidade à pluralidade de normas à qual estamos expostos, além daqueles que possam acarretar danos à reputação ou sanções à instituição. Esses mecanismos estão reunidos em nosso Programa de *Compliance*, que engloba as práticas para cumprimento de obrigações presentes nas normas internas e externas e nos acordos firmados pelo Banco.

POLÍTICAS E DIRETRIZES DE ÉTICA E INTEGRIDADE

Código de Ética: apresenta princípios, valores éticos e compromissos que devem ser observados por todas as pessoas, físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que, por força de lei, contrato ou qualquer ato jurídico, prestem serviços ao BNDES, de natureza permanente, temporária, excepcional ou eventual, ainda que sem remuneração financeira. O documento foi desenvolvido em conjunto com todo o corpo funcional, por meio de consulta pública, sendo posteriormente aprovado pela Diretoria e pelo CA.

Política Corporativa de Compliance: estabelece diretrizes e atribuições necessárias para a execução das atividades de *compliance* e para o fortalecimento dessa cultura. Foi revista em 2021 para refletir mudanças normativas ocorridas tanto no ambiente externo como no ambiente interno.

Política Corporativa de Integridade: estipula diretrizes e atribuições para o fortalecimento da integridade, visando prevenir, detectar e remediar casos de corrupção, desvios, fraudes, irregularidades ou outros atos ilícitos praticados contra o BNDES ou contra terceiros, no país e no exterior, em consonância com as legislações brasileira e estrangeira aplicáveis.

Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLDFT): estabelece diretrizes e atribuições para prevenir a prática de lavagem de dinheiro nas operações, no país e no exterior, que envolvam o BNDES, além de reforçar nosso compromisso de cooperar com iniciativas nacionais e internacionais de PLDFT. A política é complementada por um conjunto de normativos internos elaborados em atendimento à nova regulamentação do Banco Central do Brasil (BCB) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Programa de Compliance: reúne medidas, procedimentos e controles adotados para combater desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos.

Além dos normativos, contamos também com as seguintes publicações: *Guia de Conduta e Integridade do BNDES*; *Guia de Conduta para Prestadores de Serviço do BNDES*; e *Ética e Integridade – 10 diretrizes de relacionamento com o BNDES*, as duas últimas com foco nos relacionamentos com o público externo.

🔗 Saiba mais em: www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/etica-e-compliance

Algumas de nossas atuais práticas de gestão da conformidade são:

- avaliação diária das proposições de atos normativos apresentadas no Congresso Nacional, com acompanhamento daquelas consideradas de alta prioridade e impacto para o Banco;
- acompanhamento da emissão de normas externas, bem como monitoramento do cumprimento de tais normas por nossas unidades;
- manutenção da base de acordos celebrados pelo BNDES; e
- avaliações de *compliance*, testes de conformidade que buscam aferir o grau de cumprimento às normas internas e externas.

Saiba mais em:
www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/etica-e-compliance



As eventuais não conformidades identificadas pela unidade de *compliance* são reportadas às unidades envolvidas, que realizam a correção e o aprimoramento dos procedimentos. Os resultados desses trabalhos são reportados periodicamente à Diretoria e ao CA, bem como aos seus órgãos de assessoramento (Comitês de Riscos e de Auditoria) e ao Conselho Fiscal.

Em 2022, não houve registro de perdas decorrentes de casos de corrupção ou de multas por não conformidade com leis e regulamentos, exceto em casos de reprocessamento de tributos e recolhimento de impostos em atraso. Nessa última situação, não há ocorrência relevante quando comparado seu valor ao apetite a risco do Sistema BNDES. [GRI 2-27]

Durante o ano, não fomos alvo de processos relacionados a concorrência desleal, práticas de truste ou monopólio, assim como não registramos nenhum caso de não conformidade relativo a comunicação e *marketing*. [GRI 206-1] [GRI 417-3]

Em razão da publicação da Resolução CMN 4.943/2021, cuja vigência se iniciou em 1º de julho de 2022, passamos a associar todos os processos judiciais trabalhistas e previdenciários ao risco social. Em 2022, 172 desses processos implicaram algum pagamento (indenizações, honorários etc.) ou provisionamento, com dispêndio líquido de cerca de R\$ 3,9 milhões em pagamentos e R\$ 18,9 milhões em provisões. Apenas quatro novos eventos de perda associados a processos judiciais foram considerados relevantes (valor acima de R\$ 1 milhão) – referentes a reenquadramento salarial e pagamento de verbas trabalhistas a empregado readmitido (Lei 8.878/1994 – Lei da Anistia), incorporação de função gratificada, responsabilidade solidária trabalhista por empregado de empresa investida pela BNDESPAR e responsabilidade subsidiária trabalhista por empregado terceirizado.

PLDFT

Elaboramos em 2022 nova edição do Relatório de Avaliação de Efetividade PLDFT. O documento fornece informações ao Coaud e ao CA, assim como ao Comitê de Riscos, sobre políticas, procedimentos e controles internos adotados pelo Banco com essa finalidade, atendendo a regulamentação do BCB. Por meio do Relatório de Acompanhamento dos Planos de Ação de PLDFT, demos ciência à alta administração sobre as medidas adotadas para solucionar as deficiências apontadas no relatório de avaliação. Atualizamos, ainda, o Questionário de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (*Wolfsberg Questionnaire*), que fornece um panorama das políticas e práticas de prevenção à lavagem de dinheiro adotadas pelo Banco e está disponível em nosso *site*.

Para apoiar o monitoramento e a comunicação de situações suspeitas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), foi implantado novo sistema de monitoramento em 2022. Adicionalmente, atualizamos a Política de PLDFT, o *Manual Conheça seu Cliente*, o *Manual de Monitoramento, Seleção, Análise e Comunicação de Situações Suspeitas ao Coaf* e a Avaliação Interna de Riscos.

CAPACITAÇÕES [GRI 205-2]

Em 2022, foi realizada a atualização do treinamento sobre a Lei Anticorrupção. Considerando a versão anterior e a atual do treinamento, a capacitação contou com a participação de cerca de 70% dos membros da alta administração que estavam em exercício no fim de 2022.

Além dos treinamentos já realizados periodicamente, promovemos capacitações obrigatórias sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei 13.709/2018) – e sobre prevenção de assédio moral e sexual.

O primeiro treinamento teve como objetivos orientar e educar o corpo funcional sobre a necessidade de atendimento da LGPD nas atividades funcionais que demandem tratamento de dados pessoais.

Já o treinamento “Prevenção ao Assédio no Ambiente de Trabalho” buscou orientar e conscientizar os empregados sobre condutas e práticas que possam configurar assédio moral e sexual, destacando as medidas cabíveis nesses casos e, principalmente, os canais de comunicação para apoio e apuração da conduta de assédio. A capacitação contou

✕ ➔
Saiba mais na seção
Nossa equipe

DOAÇÃO A PARTIDOS POLÍTICOS E CANDIDATOS

[GRI 415-1]

Pessoas jurídicas estão proibidas de realizar doações a partidos políticos ou candidatos, desde a alteração da Lei Eleitoral (Lei 9.504/1997) promovida pela Lei 13.165/2015 e pela Resolução 23.463/2015 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Nossas políticas operacionais nunca permitiram financiamento ou doação a partidos políticos ou a candidatos. Além disso, os recursos financeiros obtidos por meio de nossos financiamentos ou empréstimos devem ser aplicados nas finalidades previstas em contrato, não podendo ser utilizados para outros fins.

com a participação de 94,3% do corpo funcional e 33,3% da alta administração.

No ano, foram realizadas ainda ações de capacitação em temas como capital humano, valorização de pessoas e equidade de gênero, voltadas tanto a executivos quanto a empregados.

SISTEMA DE CORREIÇÃO INTERNA

Nosso sistema de correção interna é composto pela Corregedoria, pelas comissões de procedimentos investigativos e processos de apuração, pelas comissões recursais e pelas autoridades ou órgãos colegiados competentes para julgamento dos processos de apuração de seus respectivos recursos. Esse sistema integra o Programa de *Compliance* do Sistema BNDES, com funcionamento supervisionado pelo CA e pelo Coaud. O sistema tem por finalidades a detecção e a correção de irregularidades relacionadas a nossas atividades que possam configurar infração disciplinar, ato de improbidade administrativa, ato lesivo contra pessoa jurídica integrante do Sistema BNDES e/ou ilícito penal.

Seu escopo envolve processos de apuração, que deverão ser conduzidos com as garantias de ampla defesa e contraditório aos processados, bem como procedimentos investigativos, de caráter sigiloso, não punitivo e facultativo, instaurados quando verificados elementos mínimos indicativos de irregularidades que não configurem indícios suficientes para a instauração de processos de apuração. A Corregedoria é vinculada ao presidente do BNDES e liderada pelo diretor responsável por *compliance*.

Procedimentos investigativos e processo de apuração

Em 2022, foram instaurados seis procedimentos investigativos, dois processos correccionais e três tomadas de contas

especiais (TCE). Nesse mesmo período, foram concluídos pelas comissões, com a elaboração dos seus respectivos relatórios finais, três procedimentos investigativos, sete processos correccionais e uma TCE.

Entre os processos correccionais concluídos em 2022, dois estavam relacionados a atos supostamente irregulares na execução de serviços no âmbito de contrato administrativo e foram, a princípio, enquadrados como atos lesivos, previstos na Lei 12.846/2013. Dessa forma, foram instaurados dois processos administrativos de responsabilização (PAR) – um deles arquivado e outro em fase de deliberação.

Foram, ainda, celebrados quatro termos de ajustamento de conduta (TAC), instrumento utilizado quando se observa infração disciplinar de baixo potencial ofensivo.

Por fim, cabe destacar que, em 2022, não foram registrados na Corregedoria casos de corrupção envolvendo empregados, tampouco parceiros de negócios, não havendo, consequentemente, aplicação de penalidades relativas ao tema. [GRI 205-3]

Informações correccionais são divulgadas em nosso [site](#), na seção Transparência e Prestação de Contas.

DIREITOS HUMANOS

Em nossa Política Corporativa de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), assumimos o compromisso público com o “respeito integral aos direitos humanos, com uma pauta positiva para inclusão da diversidade e com o combate e repúdio a toda prática de atos que importem em qualquer tipo de discriminação ou violação de direitos”. O tema também está explícito em nosso Código de Ética, em que registramos o “compromisso vital com os direitos



Acesse em: www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/iniciativas/divulgacao-PAR



Acesse em: www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/prestacao-de-contas/sistema-de-correicao/

humanos de todos os participantes de nossa cadeia de relacionamentos”.

Contamos com Política de Equidade de Gênero e Valorização da Diversidade, que busca contribuir para a eliminação de todas as formas de desigualdade e discriminação no ambiente de trabalho e nas instituições que participam de nossa cadeia de relacionamentos.

Participamos, desde agosto de 2021, do Pacto Global da ONU, que abrange compromissos derivados da Declaração Universal de Direitos Humanos. Somos signatários também de compromissos coletivos, como a Carta Aberta de Empresas pelos Direitos Humanos (2018) e os Princípios de Financiamento Responsável do BRICS (2020).



Saiba mais na seção
Nossos relacionamentos



Saiba mais no destaque
Impacto da atuação do BNDES

Desde 2021, a cláusula social – adotada em todos os nossos contratos de financiamento, com menção explícita ao combate à discriminação de raça e gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo no Brasil – está presente também nos contratos com fornecedores e prestadores de serviços, possibilitando a rescisão contratual em casos de descumprimento.

No âmbito das contratações administrativas, decorrentes de licitação e contratação direta (dispensa ou inexigibilidade de licitação), realiza-se a verificação de condições de participação na licitação, se for o caso, e de contratação para todos os nossos fornecedores. Isso inclui a verificação de alertas quanto à presença em listas restritivas ou impeditivas em âmbito nacional, inclusive no que diz respeito a casos de trabalho análogo à escravidão. Além disso, verificamos mensalmente tais informações por meio de sistemas informatizados para fornecedores com contratos ativos. [GRI 408-1] [GRI 409-1]

CANAIS PARA APRESENTAÇÃO DE DENÚNCIAS [GRI 2-25] [GRI 2-26]

Ouvidoria

A Ouvidoria é o canal competente para recebimento de denúncias, isto é, para encaminhamento de mensagem que tenha como objetivo comunicar a prática de irregularidade ou de ilícito cuja solução dependa da atuação dos órgãos apuratórios competentes.

Ela fornece ao público um canal de comunicação ativo com a administração do BNDES, visando auxiliar na melhoria das práticas da instituição. Ela analisa de forma quantitativa e qualitativa as manifestações recebidas, realizando a mediação entre as partes e sugerindo medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos, rotinas, normas e da atuação do Banco em geral.

As denúncias podem ser encaminhadas a partir de nosso [site](#), na [página Ouvidoria](#). A partir dela, o usuário é redirecionado para a plataforma Fala.BR, desenvolvida e gerida pela Ouvidoria-Geral da União, um ambiente sigiloso, hospedado fora dos servidores do BNDES.

Em 2022, a Ouvidoria recebeu um total de 3.155 manifestações, sendo 1.649 denúncias. Comparado com 2021, houve um incremento de cerca de 55% do total de manifestações, com destaque para as reclamações e para as solicitações de providências, e de 78% das demandas classificadas como denúncias.

Cabe ressaltar que embora os canais da Ouvidoria e da CET sejam distintos, demandas com recorte ético submetidas por meio da Ouvidoria são direcionadas para a CET.



Acesse em: www.bnades.gov.br/ouvidoria

Comissão de Ética

Em 2022, a CET recebeu um total de 123 demandas, assim distribuídas: 25 denúncias, 49 consultas diretas, 44 respostas por meio do Sistema Eletrônico de Prevenção ao Conflito de Interesses (SeCI) da Controladoria-Geral da União (CGU) e duas atuações de ofício da CET, além de três classificadas como “outros”. Entre os temas analisados no ano, destacaram-se: assédio moral (12), conflito de interesses (60) e discriminação (3). Nesses casos mais graves, a CET tem especial preocupação de instaurar procedimento preliminar para apuração dos fatos e, se for o caso, encaminhar a questão para outras instâncias apuratórias, tais como a Corregedoria do BNDES. [GRI 406-1]

Uma das consequências possíveis na seara ética é a conversão do procedimento preliminar em processo de apuração ética, com garantia de contraditório e ampla defesa para o denunciado, que pode culminar na aplicação da penalidade de censura ética, caso a denúncia seja procedente. Em virtude do aumento dos casos de assédio no ano, além da realização de treinamento sobre o tema no fim de 2022, a CET adotou planos de reparação, que consistiram em quatro apresentações para funcionários da Central de Atendimento do BNDES.

Nossa Política Socioambiental de Atuação em Mercado de Capitais também estabelece parâmetros relativos a direitos humanos, que deverão ser observados na estruturação de um investimento pela BNDESPAR. Destaca-se a verificação da inexistência de condenação, judicial ou administrativa, pela prática de trabalho em condições análogas à

escravidão, trabalho infantil e situações de discriminação. Tais parâmetros estão previstos em todas as etapas do processo de investimento, desde a análise de elegibilidade da operação até o acompanhamento das operações que receberam investimento.

SEMANA DE ÉTICA E INTEGRIDADE

Em 2022, em razão do Dia Nacional da Ética (2 de maio), realizamos um *webinar* sobre situações de assédio, que contou com a participação da conselheira da Comissão de Ética Pública, Roberta Codignoto, do especialista em direito trabalhista, Ronaldo Tolentino, e do Diretor de *Compliance* e Riscos do BNDES, Claudenir Brito. Além de discutir o tema, o evento serviu para divulgar o canal para esclarecimento de dúvidas e envio de denúncias.

TRANSPARÊNCIA

ACESSO À INFORMAÇÃO



Acesse em:
www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/acesso-a-informacao

No âmbito da Lei de Acesso à Informação (LAI), nosso Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) oferece atendimento: telefônico (0800-887-6000), por correspondência, pelo e-mail sic@bndes.gov.br e pela plataforma Fala.BR, que reúne, em um único local, as manifestações recebidas pelos SICs e ouvidorias dos órgãos federais.

SIGILO

Todas as nossas informações não enquadradas por lei como sigilosas podem ser consultadas pela sociedade, conforme dispõe a LAI. Os principais tipos de sigilo que temos dever de manter são:

- **Sigilo bancário:** direito individual de clientes e de terceiros à manutenção da confidencialidade de seus dados econômicos e financeiros. Assim, as instituições financeiras não podem revelar, fora das hipóteses legais, os dados obtidos de seus clientes e de terceiros no exercício de sua atividade bancária. A observância

do sigilo bancário é uma garantia de interesse público, em favor da credibilidade, estabilidade e solidez do sistema financeiro.

- **Sigilo empresarial:** é uma garantia de proteção dos dados e documentos produzidos por uma empresa no exercício de sua atividade econômica. A finalidade do sigilo empresarial é proteger as informações que propiciam ao empresário ou à sociedade empresária vantagens competitivas fundamentais para o êxito da atividade, tais como marcas, patentes, *know-how* e segredos industriais, cuja divulgação pode acarretar danos materiais ou morais.

TRANSPARÊNCIA EM NOSSO SITE

Em 2022, seguimos avançando nas páginas de transparência de nosso *site*. Lançamos uma nova *consulta a licitações*, com diversos filtros, para permitir uma busca mais fácil e precisa para o usuário. Merecem destaque também os painéis de acompanhamento dos dados de desempenho operacional do programa FGI Peac em suas duas vigências e a nova página de *consulta aos acordos* de cooperação, convênios, memorandos de entendimento e protocolos de intenção celebrados pelo BNDES.

Esses avanços são exemplos de nosso compromisso permanente com a transparência e com o acesso à informação sobre nossa atuação e nossos resultados.

PLANO DE DADOS ABERTOS

Em 2022, prosseguimos com a execução do Plano de Dados Abertos (PDA) e disponibilizamos mais 23 bases, totalizando ao fim do ano 41 bases publicadas no Portal de *Dados Abertos do BNDES*. Fizemos a revisão anual do plano para ajustes e correções e apresentamos o primeiro relatório de acompanhamento do PDA para prestação de contas à sociedade sobre o compromisso assumido pelo Banco com a adesão à Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal.



Acesse em: www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/licitacoes-contratos/licitacoes/consulta-licitacoes



Acesse em: www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/Acordos/acordos-do-bndes/



Acesse em: <https://dadosabertos.bndes.gov.br/>

GESTÃO DE RISCOS



Em 2022, merecem destaque a revisão de nossas políticas de gestão de risco, especialmente a de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento de Terrorismo (PLDFT); a inclusão de uma proposta de apetite a risco ASG e climático em nossa declaração de apetite a riscos (RAS); o estabelecimento de limites de risco de crédito para segmentos prioritários de nosso planejamento estratégico; a conclusão de atualização do inventário de riscos operacionais; a atualização do Plano Estratégico de Segurança da Informação; e a elaboração de normativo interno relacionado à gestão da base de dados de risco operacional, com envio ao BCB.

Conheça a seguir nossa matriz de riscos atualizada.



Saiba mais em Ética, integridade e transparência

Saiba mais em:
www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/etica-e-compliance/conformidade/gestao-de-riscos

PRINCIPAIS RISCOS		AÇÕES DE MITIGAÇÃO
MACROECONÔMICOS	Mudanças na conjuntura macroeconômica O retorno financeiro de nossas operações depende do desempenho da economia brasileira, uma vez que a capacidade de pagamento dos clientes e o valor de mercado dos instrumentos financeiros do BNDES são afetados por fatores macroeconômicos, como inflação, queda do PIB, queda do nível de renda, aumento do desemprego, flutuações nas taxas de câmbio e juros etc.	➤ Acompanhamento periódico do desempenho da economia e análise de seu impacto em nossas operações. ➤ Estabelecimento de limites de risco, monitorados de forma periódica, para subsidiar o processo decisório da alta administração. ➤ Diversificação da carteira de apoio financeiro. ➤ Atuação do Comitê de Assuntos Financeiros e dos comitês de gestão de risco.
DE MERCADO	Volatilidade do mercado de ações Tendo em vista o volume de nossa carteira de ações e sua alta concentração em poucos ativos (67% do total das posições estavam concentradas em três ativos, no balanço de dezembro), estamos sujeitos à alta volatilidade do mercado acionário brasileiro, o que se reflete em volatilidade de nosso capital ao longo do tempo, oferecendo riscos também ao cumprimento de limites regulatórios.	➤ Monitoramento e controle dos riscos por meio de limites e relatórios diários. ➤ Aplicação da metodologia de quantificação do risco de concentração setorial. ➤ Atuação do Comitê de Gestão de Risco de Mercado, com recomendações para melhoria da gestão da carteira de renda variável, sobretudo visando a desconcentração da carteira. ➤ Revisão do apetite a riscos do BNDES em relação à exposição a operações de renda variável. ➤ Melhoria no processo de governança de risco de renda variável com a atuação mais ativa e tempestiva das equipes de gestão de risco de mercado.
DE CRÉDITO	Concentração da carteira de crédito A carteira reflete a característica de concentração observada no mercado empresarial brasileiro.	➤ Aplicação da metodologia de quantificação do risco de concentração de crédito setorial e individual por grupo econômico. ➤ Aplicação da metodologia de monitoramento das maiores exposições, visando antecipar possíveis estados de alerta. ➤ Estabelecimento de limites por segmento de setor econômico, baseado na estimativa de capital econômico, em função das RAS definidas a partir do planejamento estratégico. ➤ Provisionamento para créditos de liquidação duvidosa compatível com o risco estimado, buscando atuar de forma preventiva, em função das incertezas econômicas.
OPERACIONAIS	Perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas, inerentes a qualquer negócio.	➤ Identificação e análise sistemática dos principais riscos operacionais e seus controles internos, com o objetivo de implementar ações de tratamento e aprimorar as metodologias utilizadas para o gerenciamento do risco operacional.
LEGAIS	Perdas relacionadas à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.	➤ Monitoramento automático da emissão de normas externas pelos principais órgãos reguladores, enfatizando a conformidade a leis e normas aplicáveis a nossa atuação, com especial atenção às determinações das cortes administrativas e judiciais.
DE LIQUIDEZ	Possibilidade de o BNDES não ser capaz de honrar suas obrigações, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, em função de eventos que afetem a entrada e saída de caixa.	➤ Monitoramento e controle dos indicadores de riscos de liquidez por meio de limites e relatórios periódicos. ➤ Avaliação periódica de impactos nos indicadores de liquidez em razão de eventos que possam afetar a entrada e saída de caixa do BNDES.
SOCIOAMBIENTAIS	Possibilidade de perdas decorrentes de danos socioambientais, associadas à deterioração da imagem da instituição.	➤ Verificação da conformidade legal e da observância de critérios estabelecidos em nossas políticas e em nossos processos de análise e acompanhamento, de acordo com as especificidades de cada operação, bem como estabelecimento de possíveis condicionantes socioambientais específicas com ações de prevenção, mitigação ou compensação complementares às exigências previstas em lei. ➤ Apuração, quando da análise cadastral, acerca da existência de ações civis públicas e ações penais de cunho ambiental, bem como de áreas embargadas pelo Ibama ou da presença no cadastro de empregadores que submeteram trabalhadores a condições análogas à escravidão em nome das empresas postulantes, garantidoras e seus controladores. ➤ Avanços na execução do Plano Plurianual de Implementação e Monitoramento da nossa PRSAC, sob a gestão do Comitê de Sustentabilidade (CS). ➤ Inclusão na RAS de diretrizes para o risco ASG e climático. ➤ Incorporação dos aspectos ASG e climáticos nas classificações de risco de crédito.
DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E CIBERNÉTICOS	Exploração de uma ou mais vulnerabilidades de um ativo de informação ou de um conjunto de tais ativos, por parte de uma ou mais ameaças, com impacto negativo ao BNDES.	➤ Identificação e análise dos principais riscos de segurança da informação, monitoramento de ameaças cibernéticas e de controles internos de segurança da informação, bem como preparação e planejamento de ações para o tratamento tempestivo dos incidentes.
REPUTACIONAL	Percepção negativa por parte de clientes, contrapartes, acionistas, investidores ou reguladores que possa afetar adversamente a habilidade de o BNDES iniciar novos negócios, manter os existentes ou garantir o acesso contínuo a fontes de financiamento.	➤ Monitoramento e gestão de imagem da instituição. ➤ Análise cadastral dos clientes com identificação de pontos de atenção relacionados à integridade. ➤ Monitoramento de mídia negativa dos clientes. ➤ Avaliação e tratamento de denúncias recebidas pela Ouvidoria.

GESTÃO INTEGRADA DE RISCOS

Nossa estrutura de governança de gestão de riscos é constituída visando o adequado tratamento do tema de forma organizada e tempestiva, possibilitando que a informação percorra todos os níveis organizacionais para subsidiar a tomada de decisão.

O CA é responsável por aprovar as políticas corporativas de gestão de riscos e controle interno e por determinar a implementação de práticas de gestão decorrentes, além de supervisionar as já estabelecidas para prevenção e mitigação dos principais riscos aos quais estamos expostos. Além disso, cabem ao CA a definição do nível global de apetite a risco e a aprovação do programa de testes de estresse. O conselho, bem como a Diretoria Executiva, os comitês de risco e de auditoria e o Cofis, são continuamente informados sobre a gestão de riscos e controle interno por meio de reportes periódicos que envolvem os destaques, as principais atividades e o monitoramento de indicadores de risco – de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, reputacional, entre outros – além da realização de apresentações sobre assuntos específicos.

TRÊS LINHAS NA GESTÃO DE RISCOS

Adotamos o conceito de três linhas ou camadas para a gestão de riscos e controle interno. A primeira camada é formada pelos gestores das diversas unidades, que têm a responsabilidade de gerir os riscos dos seus processos, além de definir e manter controles adequados. A segunda camada, composta pelas unidades de integridade e *compliance* e de gestão de riscos, é responsável por apoiar os gestores na identificação e avaliação dos riscos e dos respectivos controles, disseminar a cultura desses temas e se reportar à estrutura de governança formada pelos comitês de Gestão de Risco de Crédito, de Gestão de Risco de Mercado e de Gestão de Risco Operacional, Controle Interno e Integridade, além dos colegiados estatutários.

A terceira linha compreende a Auditoria Interna, que tem por finalidade avaliar de forma objetiva a integridade e adequação do sistema de controle interno, da gestão de riscos e da governança corporativa, bem como realizar a interlocução com os órgãos externos de controle e fiscalização. Ela faz parte do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e é órgão técnico de assessoramento e consultoria dos membros do CA e do Cofis do Sistema BNDES.

POLÍTICAS DE GESTÃO RISCO

Nossas políticas formalizam conceitos, objetivos, princípios e responsabilidades aplicáveis ao processo de gestão de riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, de controle interno, entre outros. São revisadas anualmente para que se adequem às alterações relevantes nos ambientes interno e externo.

APETITE A RISCO

Desde 2013, adotamos políticas de monitoramento de risco de mercado para as carteiras de renda variável e de tesouraria. Tais políticas estabelecem uma governança acerca do monitoramento de limites de riscos. A prática é comum em bancos privados e públicos, além de ser uma exigência da regulação local. O maior benefício da fixação de limites é fornecer para os tomadores de risco

PRINCIPAIS POLÍTICAS DE GESTÃO DE RISCO DO BNDES

- » Declaração de Apetite a Riscos (RAS);
- » Política de Gestão Integrada de Riscos e Capital;
- » Política de Gestão de Risco de Crédito;
- » Política de Gestão de Risco de Mercado;
- » Política de Gestão de Risco de Liquidez;
- » Política de Gestão de Risco Operacional e Controle Interno;
- » Política de Segurança da Informação;
- » Política de Gestão de Continuidade de Negócios;
- » Política de Gestão de Risco de Modelo;
- » Política Corporativa de Divulgação de Informações sobre Gestão de Riscos;
- » Política Corporativa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo; e
- » Política Corporativa de Proteção de Dados Pessoais.

uma diretriz clara de qual é o valor máximo de perda tolerável por nossos gestores.

Nossa RAS define a tolerância ao risco operacional, de crédito, de mercado e de liquidez da instituição em termos qualitativos e quantitativos. A aprovação dos limites globais é de competência do CA, cabendo à Diretoria Executiva distribuir esses limites em nível mais granular.

Em 2022, a RAS foi alterada em conexão com nosso planejamento estratégico, enfatizando e aumentando os segmentos e setores prioritários para o risco de crédito, com o estabelecimento de limites quantitativos baseados no capital econômico.

Destaca-se a inclusão de declaração específica para os riscos ASG e climático. O apetite a risco foi quantificado com base no capital econômico e explicitado na RAS.

RISCO DE CRÉDITO

Aprimoramos a integração da análise socioambiental a nossas metodologias de classificação de risco de crédito, incorporando a elas também aspectos de risco climático.

PRECIFICAÇÃO DE RISCO

Introduzimos na precificação de risco de crédito de operações de *project finance* a possibilidade de cobrança diferenciada de *spreads* de risco conforme a fase do projeto.

POLÍTICA DE CRÉDITO

Foram definidos critérios de risco de crédito para a participação do BNDES na concessão de garantia firme para debêntures de projetos.

CONTROLE DE RISCOS RELATIVOS À CORRUPÇÃO E INTEGRIDADE [GRI 205-1]

A possibilidade de ocorrência de atos lesivos contra a Administração Pública por administradores, funcionários ou terceiros,

DESINVESTIMENTOS

Entre 2019 e 2022, conforme proposto por nossa Diretoria e nossas unidades de gestão de risco, trabalhamos para reduzir o apetite a risco de mercado nas operações de renda variável, principalmente no que se refere às ações mantidas em carteira.

Nesse contexto, em 2022, nossas alienações, incluindo participações societárias, direito de subscrição e debêntures, somaram em receita cerca de R\$ 6,5 bilhões, referentes sobretudo a Eletrobras (R\$ 2,9 bilhões), JBS (R\$ 1,8 bilhão), Petrobras (R\$ 635 milhões), Engie (R\$ 293 milhões) e Cemig (R\$ 290 milhões). Destaca-se a adesão do BNDES à oferta da Eletrobras, que viabilizou a privatização e preservou o valor da participação remanescente do BNDES na companhia.

em benefício ou interesse próprio – conforme previsto na Lei Anticorrupção –, é tratada nas atividades de gestão de riscos. A avaliação de riscos operacionais, por meio da qual podem ser identificados riscos relacionados a corrupção, é aplicada periodicamente em todas as atividades e processos da instituição.

Ainda no que se refere aos riscos de integridade, estabelecemos classificação de risco para clientes, parceiros, fornecedores e empregados. Quanto aos clientes das operações, são motivos que elevam a classificação de risco de integridade: a existência de pessoas expostas politicamente na diretoria ou no controle; a sede em país da lista do Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (Gafi) ou em países com tributação favorecida (paraísos fiscais); a impossibilidade de identificação do beneficiário final; a notícia de prática ilícita; a inserção em listas de sanções nacionais ou internacionais; e, ainda, a existência de apontamentos em matéria socioambiental.

Nas avaliações realizadas em 2022, não foram identificados novos riscos de corrupção significativos.



Saiba mais no destaque
Mudanças climáticas

RISCO LEGAL – ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

Considerando as normas externas aplicáveis ao BNDES, acompanhadas em 2022, destacamos nossa adequação a seis normas que apresentavam potencial impacto à instituição, destacadas por ordem de atendimento:

Normas com potencial impacto atendidas em 2022
Resolução CMN 4.593/2017 – registro e depósito centralizado de ativos financeiros e valores mobiliários
Resolução Conjunta BCB CMN 1/2020, Circular BCB 4.032/2020 e outros – <i>open banking</i>
Circular BCB 3.979/2020 – atualização da base de dados de risco operacional e remessa de eventos ao BCB
Resolução CMN 4.817/2020 – critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto
Resolução BCB 132/2021 e IN BCB 147/2021 – procedimentos para elaboração e remessa do documento Estatísticas Bancárias Internacionais (EBI)
Decreto da Presidência 9.936/2019 e Resolução CMN 4.737/2019 – cadastro positivo

Ao fim de 2022, destacamos o acompanhamento de cinco normas com potencial impacto à instituição com ações de adequação em acompanhamento:

Norma	Tema	Prazo
Resolução CGPar 25/2018 (revogada pela Resolução CGPar 37/2022)	Patrocínio de planos de benefícios de previdência complementar	31.1.2023
Lei 13.709/2018	Proteção de dados pessoais	31.3.2023
Resolução BCB 139/2021; IN BCB 153/2021	Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (GRSAC)	31.3.2023
Resolução Codefat 841/2019 (revogada); 884/2020 (revogada) e 924/2021	Envio de informações das instituições financeiras (IF) sobre as aplicações do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	30.6.2023
Resolução CMN 4.966/2021	Contabilidade de <i>hedge</i>	31.12.2024

Além dos normativos elencados, vale registrar que o BNDES vem se adequando às resoluções do CMN 4.943/2021 e 4.944/2021, que aprimoraram regras de gerenciamento dos riscos sociais, ambientais e climáticos aplicáveis às instituições financeiras em geral, complementadas pela Resolução BCB 139/2021. Estamos nos adaptando também, desde julho de 2021, à Resolução CVM 39/2021, que trata do registro do Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro). Outros normativos regulatórios que estão sendo incorporados e aos quais estamos adequando nossa atuação como coordenador de ofertas públicas são as resoluções CVM 160 e 161 de 2022, que entraram em vigor em 2 de janeiro de 2023. Por fim, seguimos ajustando contratos de financiamento internacional em que a Libor prevalece como referência, devido à alteração anunciada pela Financial Conduct Authority (FCA) do Reino Unido em março de 2021, aplicando novos padrões de cláusulas com referência a índices substitutos.

INDICADORES DE CAPITAL

Os indicadores prudenciais permaneceram em patamares estáveis ao longo de 2022, com o Índice de Basileia mantido em valores próximos a 35% e o Índice de Capital Nível I, próximo a 28%.

LIMITE DE EXPOSIÇÃO A EMPRESAS DO MESMO GRUPO

Com relação ao limite de exposição por cliente de 25% do Capital Nível I, dado pela Resolução CMN 4.677/2018, estamos enquadrados desde 2020.

EXCLUSÃO DO FAT DO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA

Conforme estabelecido pela Resolução CMN 4.955/2021, os recursos do FAT deixarão de compor o Capital Nível II (capital suplementar de um banco) de forma escalonada. O montante de recursos reconhecido no Capital Nível II será reduzido em dez pontos percentuais ao ano até 2029, quando estará zerado. Em 2023, o valor do Capital Nível II será de 60% do saldo de 2019.

RECURSOS PRÓPRIOS E ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO (R\$ MILHÕES)	DEZ. 2018	DEZ. 2019	DEZ. 2020	DEZ. 2021	DEZ. 2022
Patrimônio de referência (PR)	166.805	191.684	194.493	190.284	175.536
(+) Capital Nível I	114.126	139.005	147.082	148.140	138.661
Capital Principal (CP)	114.126	139.005	147.082	148.140	138.661
(+) Capital Nível II	52.679	52.679	47.411	42.143	36.875
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	574.956	521.228	472.197	473.670	507.728
(+) de crédito	468.555	450.484	404.084	392.982	415.771
(+) de mercado	70.110	26.847	30.298	21.479	20.212
(+) operacional	36.291	43.896	37.815	59.208	71.745
Índice de Basileia + ACP (PR/RWA) (mínimo regulatório – 10,5%)	29,01%	36,78%	41,19%	40,17%	34,57%
Índice de Capital de Nível I + ACP (NI/RWA) (mínimo regulatório – 8,5%)	19,85%	26,67%	31,15%	31,28%	27,31%
Índice de Capital Principal + ACP (CP/RWA) (mínimo regulatório – 7%)	19,85%	26,67%	31,15%	31,28%	27,31%

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Nos últimos anos, houve aumento generalizado de ataques na internet, vazamentos de dados e tentativas de fraude por meio eletrônico. Inúmeras empresas privadas e instituições públicas foram vítimas de incidentes de segurança da informação, o que contribuiu para evidenciar o elevado risco cibernético. Nesse contexto, em 2022, aumentamos a frequência dos testes de invasão externos; contratamos novas ferramentas para proteger os dispositivos e monitorar informações e eventos de segurança da informação; ampliamos a participação em fóruns fechados de troca de informações de inteligência de segurança da informação (como o Cybersecurity Knowledge Network – CKN); e reforçamos as ações internas para promover a prontidão de empregados e estagiários.

A nova versão do Plano Estratégico de Segurança da Informação foi preparada com base no Cybersecurity Framework, guia reconhecido e amplamente adotado pelo mercado para planejamento e organização da gestão de segurança da informação por empresas de diferentes ramos. O plano apresenta uma autoavaliação sobre a maturidade do Banco na gestão do tema (onde estamos), nossos objetivos (aonde queremos chegar) e a expectativa de melhoria com a execução do plano (onde estaremos em 2024).

Ao longo do ano, realizamos 349 ações para reduzir o risco cibernético e aperfeiçoar os testes de contingência. Por fim, cabe destacar que não houve, no BNDES, incidente relevante de segurança da informação no período.

NOSSOS RELACIONAMENTOS

[GRI 2-29]



Mantemos relacionamentos com públicos variados, em sintonia com nossa estratégia institucional e com o papel de articulação que desempenhamos na promoção do desenvolvimento do país. Por meio dessas interações, coletamos informações e percepções com o intuito de aprimorar nosso atendimento e ajustar nossa estratégia, sempre que necessário. Nossa política de relacionamento estabelece diretrizes e orientações para nossas interações, indicando os princípios que as norteiam – confiança, ética, integração, proximidade e transparência – e definindo os principais públicos de interesse. Apresentamos, a seguir, nossas ações de relacionamento mais relevantes em 2022. [GRI 2-12]

PODER PÚBLICO

PODER EXECUTIVO FEDERAL



Saiba mais na seção Desempenho e sustentabilidade financeira

Estabelecemos relações com diversos ministérios, tanto para **captação** de novos recursos provenientes de fundos – quanto para fornecimento de informações gerenciais e financeiras.

Em 2022, com o Ministério do Trabalho e Previdência, cabe destacar nosso envolvimento na elaboração do primeiro planejamento estratégico do FAT e nas alterações da Política de Aplicação de Recursos do FAT, bem como o acordo de cooperação técnica para envio de informações das operações de crédito a esse fundo.

Em parceria com a Secretaria de Gestão (Seges) do Ministério da Economia, seguimos desenvolvendo em 2022 estudos sobre os modelos de organizações sociais (OS) – inicialmente com foco nos usos potenciais de fundos patrimoniais (*endowments*), bem como em outras alternativas de captação de recursos privados, como fonte complementar de recursos para os contratos de gestão firmados entre o Poder Público e as OSs constituídas nos termos da Lei 9.637/1998.

Em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores, organizamos o II Workshop com

Diplomatas, evento que teve o objetivo de capacitar os chefes das secretarias de promoção comercial no exterior em temas como infraestrutura, mercado de capitais, investimentos, financiamentos, entre outros assuntos emergentes. O evento teve duas semanas de duração e aconteceu em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.

Além disso, contribuímos tecnicamente com os ministérios da Economia, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Meio Ambiente para a elaboração da Medida Provisória 1.151/2022, sobre crédito de carbono em concessões florestais.

Em colaboração com o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e a Caixa Econômica Federal, assinamos protocolo de intenção para cooperação institucional com o propósito de apoiar técnica e operacionalmente os entes públicos federais e subnacionais na concepção e estruturação de projetos de concessão (nas tipologias de concessão comum e PPP), mediante a implementação de ações concertadas, seguindo algumas diretrizes estratégicas.

PODER LEGISLATIVO FEDERAL

Monitoramos a tramitação de propostas legislativas no Congresso Nacional que tenham impacto, direto ou indireto, em nossas atividades, buscando contribuir para a formulação e o aprimoramento de proposições prioritárias para o Banco e para a sociedade. Atualmente, acompanhamos uma carteira de 503 proposições legislativas, que abrangem desde temas macroeconômicos, fiscais e orçamentários até questões sobre reformas microeconômicas e setoriais. Em 2022, elaboramos 28 ofícios em resposta às solicitações de parlamentares e respondemos 147 atendimentos a parlamentares.

ESTADOS E MUNICÍPIOS

Ao longo do ano, interagimos com estados e municípios com o objetivo de consolidar

nossa atuação em serviços para o setor público, fortalecendo nossa presença em todas as regiões do país. Com essa estratégia, importantes projetos foram contratados em 2022.

JUDICIÁRIO E ÓRGÃOS DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

Interagimos rotineiramente com órgãos de controle e fiscalização, como Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria-Geral da União (CGU), Banco Central do Brasil (BCB), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Secretaria de Gestão e Governança das Empresas Estatais (Sest), prestando informações e esclarecimentos e desenvolvendo parcerias e acordos de cooperação, com o intuito de aperfeiçoar nossa atuação. Mantemos interface com o Ministério Público Federal (MPF), a Polícia Federal (PF) e o Poder Judiciário no acompanhamento de processos, atendimento a requisições de informações e cumprimento de ordens judiciais.

REDE BLOCKCHAIN BRASIL

Em 2022, firmamos acordo de cooperação com o TCU para a criação e manutenção da Rede Blockchain Brasil (RBB), com previsão de adesão de diversas instituições. A RBB tem como objetivo impulsionar a inovação no setor público brasileiro por meio da construção de uma rede com tecnologia *blockchain* que envolverá diversos órgãos públicos brasileiros de forma alinhada com os objetivos de transformação digital do Governo Federal.

CLIENTES

CENTRAL DE ATENDIMENTO

[GRI 2-25] [GRI 2-26]

A Central de Atendimento do BNDES está disponível para dar suporte a demandas de clientes e do público em geral, prestando informações, em especial, sobre as diversas formas de apoio financeiro do Banco.

Formada por equipe terceirizada, a central realiza os atendimentos de primeiro e segundo níveis (canal telefônico e *web*, respectivamente), registrando todas as demandas em ferramenta de *customer relationship management* (CRM). Utilizando

uma ampla base de conhecimento, desenvolvida pelo BNDES e integrada à ferramenta, a equipe soluciona cerca de 90% das demandas em até 12 horas úteis.

Os 10% dos atendimentos não resolvidos, em geral demandas mais específicas e complexas, assim como queixas ou sugestões, são encaminhados por meio do CRM a técnicos do Banco que fazem parte de núcleos de suporte ao atendimento (terceiro nível) e, quando necessário, ficam responsáveis por interagir com interlocutores de cada uma de nossas áreas (quarto nível). Essa interação é também uma oportunidade para atualizar e criar novas bases de conhecimento.

Ao longo de 2022, realizamos 88.995 atendimentos, sendo 78% por telefone, 15% por formulário *web* e 7% por outros meios, com destaque para cerca de 750 contatos ativos realizados, principalmente, para apoiar operações com o Cartão BNDES.

A central conta também com equipe dedicada à monitoria de qualidade – que avalia atendimentos de todos os operadores, aplica *feedbacks* e sugere planos de ação de melhoria, como realização de treinamentos ou revisão dos procedimentos de atendimento.

A pesquisa de satisfação realizada após atendimento telefônico tem sido o principal indicador de qualidade da operação. Em 2022, considerando as mais de 31 mil pesquisas respondidas, cerca de 87% dos respondentes avaliaram o atendimento da central como ótimo e 9% como bom.

Atendimento presencial

A central oferece também atendimento presencial nas dependências do BNDES, no Rio de Janeiro. Sob supervisão de nossos empregados, o atendimento inicial é realizado por equipe terceirizada dedicada, que utiliza a mesma base de conhecimento do CRM para resolução da maior parte das demandas e encaminha casos específicos para os núcleos de suporte ou interlocutores. Em 2022, houve 107 atendimentos desse tipo.

CAMPANHAS DE E-MAIL MARKETING

Além de ser utilizado no atendimento, o CRM é usado para outras ações de relacionamento, como campanhas de *e-mail marketing*, incluindo o envio de *newsletters*, divulgações de eventos, apoio a pesquisas, entre outros. Em 2022, foram realizadas 215 iniciativas desse tipo.

PORTAL DO CLIENTE

A plataforma integra todas as etapas do relacionamento direto com nossos clientes, desde as informações iniciais de procedimentos de *know your client* (KYC) até a amortização e o pagamento da dívida.

Em 2022, encerramos a apresentação de solicitações no sistema Protocolo Online (POL), de modo que o Portal do Cliente se tornasse nosso único canal de relacionamento direto com esse público. No ano, foram protocolados no portal 842 processos de habilitação/análise cadastral e 687 solicitações de apoio financeiro, em valor total de aproximadamente R\$ 73 bilhões.

Por meio da plataforma, temos aprimorado nossa interação com o público externo, em sintonia com as melhores práticas de segurança e usabilidade para clientes. Em 2022, melhoramos os roteiros disponíveis no portal, em particular aqueles associados ao apoio à exportação, e lançamos a plataforma de chamadas públicas no Portal do Cliente.

 Acesse em: <https://portal.bndes.gov.br/>

PORTAL RECLAME AQUI [GRI 2-25]

Em 2022, nosso perfil no Reclame Aqui recebeu 32 manifestações, a maior parte relacionada à dificuldade de acesso a crédito por meio de agentes financeiros. Além da resposta via plataforma, realizamos contato ativo pela central de atendimento quando o telefone é disponibilizado. Apesar de todas as manifestações terem sido respondidas, somente sete avaliações foram preenchidas pelos demandantes no ano, montante insuficiente para atribuir uma nota ao Banco de acordo com as regras da plataforma.

SOCIEDADE

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (SIC)

Recebemos 546 pedidos de informação em 2022, todos respondidos dentro dos prazos legais.



Acesse nossos canais em:
www.bndes.gov.br/vps/portal/site/home/acesso-a-informacao

Foram concedidos 86% dos acessos de forma integral e 7% de forma parcial. Apenas 2,5% dos pedidos foram negados, com justificativa ao demandante. O tema mais buscado foi desestatização, com solicitação de informações sobre os processos estruturados pelo Banco. Em segundo lugar, ficaram os pedidos de informação relativos à contratação de operações de financiamento, seguidos de questionamentos diversos sobre produtos, programas e fundos que operacionalizamos ou gerimos.

OUVIDORIA [GRI 2-25] [GRI 2-26]

Em 2022, ficamos em primeiro lugar no 5º Concurso de Boas Práticas em Ouvidoria, promovido conjuntamente pela Rede Nacional de Ouvidorias e pela Controladoria-Geral da União (CGU). A Ouvidoria do BNDES apresentou a prática intitulada “Governança eficaz do canal de denúncias para incremento do controle social”, que permitiu: (i) aperfeiçoar os processos de apuração de irregularidades, com o adequado registro e documentação das provas e evidências encaminhadas pela sociedade, o que possibilitou um olhar sistêmico entre as diversas comunicações de irregularidades; (ii) desenvolver uma atuação coordenada e integrada entre CET, Coaud e Ouvidoria; e (iii) incrementar esforços de incentivo às denúncias por parte dos cidadãos, decorrente da centralização do canal de denúncias em plataforma segura e confiável.

Cabe registrar que não foram recebidas pela Ouvidoria denúncias envolvendo violação de privacidade dos clientes em 2022. [GRI 418-1]

SITE

Nosso portal institucional segue como fonte de referência em informações sobre a atuação e as formas de apoio do Banco aos diferentes segmentos da economia. Disponibilizamos novos dados e aprimoramentos em transparência, visando ampliar o acesso à informação, além de novos conteúdos. Um exemplo foi a nova seção “Educação”, criada para dar maior visibilidade e transparência a nossa atuação no setor, em alinhamento às prioridades do planejamento estratégico do Banco.

Na temática ambiental, em nova página da seção “Desenvolvimento Sustentável”, apresentamos nossos compromissos em relação ao clima e nossa estratégia para impulsionar uma transição justa para uma economia neutra em carbono.



Saiba mais na seção
Ética, integridade e transparência



Acesse em: www.bndes.gov.br/vps/portal/site/home/onde-atuamos/educacao/



Acesse em: www.bndes.gov.br/vps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel/clima



Acesse em:

www.bndes.gov.br/vps/portal/site/home/onde-atuamos/infraestrutura/hidrogenio-baixo-carbono

Outro destaque foi a criação da página sobre hidrogênio de baixo carbono, dando visibilidade a essa nova frente de atuação no apoio à geração de energia.

Ao longo do ano, nosso *site* obteve 4,5 milhões de visitas, o que representa um decréscimo de 37% em relação ao total de acessos do ano anterior. A não contabilização das visitas ao Canal MPME (de caráter mais operacional), cuja análise passou a ser feita separadamente, e as restrições de divulgação institucional durante o período eleitoral (de julho a outubro), incluindo campanhas, peças de redes sociais e outros canais que são importantes fontes de tráfego para o *site*, contribuíram para essa redução do número de acessos.

REDES SOCIAIS

Nossas redes sociais seguiram dando visibilidade a notícias e *releases* do Banco, colaborando para que novas iniciativas, formas de apoio, parcerias, chamadas públicas e resultados de nossa atuação alcançassem maior número de pessoas, a partir dos perfis no Twitter, LinkedIn, Facebook, Instagram e YouTube.

A divulgação de financiamentos a grandes empreendimentos e de novas formas de apoio para micro, pequenas e médias empresas (MPME) continuou sendo fonte de maior repercussão nas redes, com destaque também para o apoio a energias renováveis, assunto com receptividade bastante positiva entre os usuários.

Em 2022, nossas redes somadas superaram a marca de 666 mil seguidores, um crescimento de 9,45% em comparação a 2021.

É importante registrar que, devido às restrições do período eleitoral, os perfis oficiais (exceto no YouTube) foram fechados, sendo abertos perfis temporários de julho a outubro para divulgação de conteúdos mais factuais, o que limitou a diversidade e quantidade de postagens e, possivelmente, restringiu o crescimento do número de seguidores dos perfis oficiais.

Em 2022, inauguramos o uso de novo recurso do Instagram, o *reels* (vídeos curtos em formato vertical), buscando maior alcance e engajamento. Além disso, elaboramos trilhas de conteúdos especiais, como a websérie “BNDES 70 anos: construindo futuros sustentáveis”, em homenagem ao aniversário do Banco.

No YouTube, demos continuidade à estratégia de grade de programação, publicando novos episódios das webséries “Boa notícia”, voltada à divulgação da atuação do Banco, e “Última milha”, de caráter institucional, com foco na efetividade de projetos apoiados pelo BNDES.

PUBLICIDADE

Em cumprimento à legislação eleitoral, o ano de 2022 foi marcado pela restrição à realização de publicidade institucional entre os dias 2 de julho e 30 de outubro. Por isso, as duas principais ações de publicidade que realizamos se concentraram nos últimos meses do ano.

Com o objetivo de posicionar o BNDES como “o banco brasileiro do desenvolvimento sustentável” com o público de investidores estrangeiros, bem como atrair potenciais investidores para iniciativas e projetos de desenvolvimento sustentável que estruturamos no país, em novembro de 2022, durante a COP 27, divulgamos campanha publicitária internacional, dando continuidade à ação de mesmo tema realizada no ano anterior.

Veiculada em TV, mídia impressa e redes sociais, a campanha priorizou o público de tomadores de decisão e de interessados em finanças, em praças estratégicas como Reino Unido, Europa, Estados Unidos e Canadá. Com investimento total aproximado de R\$ 6 milhões, contou com peças diversas sobre sustentabilidade, transição justa, saneamento, Hub de Projetos e *rating ESG*, nos idiomas inglês e/ou francês. Os materiais levavam a audiência à página do BNDES Hub de Projetos e a uma *landing page* sobre sustentabilidade.

f FACEBOOK
126.416
SEGUIDORES
(+0,24%)

Instagram
50.893
SEGUIDORES
(+ 32,93%)

in LINKEDIN
140.708
SEGUIDORES
(+ 5,08%)

Twitter
296.710
SEGUIDORES
(+ 13,70%)

YouTube
51.540
SEGUIDORES
(+ 4,12%)

■ variação 2022/2021

A campanha foi exibida em veículos com foco no segmento de negócios, como CNN Internacional (TV e internet), The Economist, Wall Street Journal, The Times, Financial Times, Latin Finance e Euromoney, além de Twitter e LinkedIn. No meio digital, os anúncios foram exibidos mais de 43 milhões de vezes, com destaque para o alcance de 5,8 milhões de usuários no Twitter e 2,3 milhões no LinkedIn.

Já para celebrar o aniversário de 70 anos do BNDES, foi realizada a campanha “Construindo futuros sustentáveis”, que buscou associar a atuação do Banco à promoção do desenvolvimento sustentável para as próximas gerações de brasileiros.

Com custo aproximado de R\$ 2 milhões, a ação foi veiculada em internet e mídia exterior digital (DOOH). Além de um filme publicitário, foram exibidas em todo o país cartelas temáticas no formato de vídeo, *cards* e carrosséis, destacando quatro pilares estratégicos da agenda sustentável do Banco: saneamento; empreendedorismo/MPMEs; meio ambiente; e energia limpa. Regionalmente, foram divulgados vídeos curtos em mídia exterior digital, em aeroportos e metrô do Rio de Janeiro e de São Paulo, e em um megapainel 3D, em via de grande fluxo em Brasília. O público-alvo prioritário foram pessoas das classes A, B e C, com mais de 18 anos, e formadores de opinião. Vale destacar como resultado o alcance de mais de 59 milhões de pessoas na plataforma Meta (Facebook e Instagram).

EVENTOS

Ao longo de 2022, realizamos 47 eventos para o público interno e 25 eventos abertos ao público em geral. Entre estes últimos, destacam-se: “Construindo futuros no saneamento”, com duzentas pessoas presencialmente e 1,3 mil *on-line*, e “BNDES 70 anos: construindo futuros”, com mais de duzentos participantes presenciais e 2,2 mil visualizações no YouTube, ambos parte das celebrações de 70 anos do BNDES durante o mês de junho. É possível citar ainda as *lives* trimestrais de divulgação dos

resultados do BNDES, com participação da imprensa, que somam mais de duas mil visualizações, e o BNDES Day, evento de relacionamento e negócios realizado em dezembro, com mais de 1,2 mil participantes presenciais, incluindo público interno e externo.

A maior parte dos eventos foi transmitida por meio de nosso canal no YouTube, visto que o modelo principal de realização de eventos após a pandemia passou a ser o híbrido.

ESPAÇO CULTURAL BNDES

Em 2022, o Espaço Cultural BNDES seguiu ativo por meio de seu canal no YouTube. Foram publicados, ao longo do ano, cerca de cem vídeos de espetáculos musicais e bate-papos sobre música e artes visuais, relembrando atrações que passaram pelo Teatro e pela Galeria BNDES. Os vídeos do canal, que já conta com mais de mil inscritos, tiveram mais de 28 mil visualizações no ano.

IMPRENSA

Em 2022, atendemos 402 demandas de veículos de comunicação e fomos citados em um total de 34.443 matérias veiculadas pela imprensa. Produzimos e divulgamos 263 *releases*, notas, comunicados e avisos de pauta. Em leilões de concessão, PPPs e privatizações conduzidos pelo Banco, organizamos coletivas na sede da B3, divulgadas a nosso *mailing* de jornalistas e acompanhadas por nossa assessoria de imprensa. Participamos, ainda, de eventos e coletivas organizadas por parceiros, em especial órgãos do governo, para divulgar iniciativas conjuntas. Na Agência BNDES de Notícias, foram publicadas 136 matérias, que geraram mais de 164 mil visitas ao *site*.

INVESTIDORES

Estivemos em contato com mais de 530 entidades em mais de 630 reuniões, *webinars* e apresentações sobre o Banco e nossos projetos realizados em 2022. Mantivemos relacionamento com investidores financeiros – como fundos de *private equity*, fundos

Em maio de 2022, foi lançado o **Latam Projects Hub**, juntamente com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Nacional de Obras y Servicios Públicos S.N.C. (Banobras) do México e a Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras para o Desenvolvimento (Alide).

A nova plataforma oferece a investidores visão unificada de um conjunto de oportunidades de investimento em concessões, PPPs e privatizações na América Latina, trazendo informações estratégicas sobre os projetos. Com isso, espera-se fomentar novas parcerias nacionais e internacionais, contribuindo para desenvolver a infraestrutura do país.

↑ ↗
Acesse em:
www.latamprojectshub.org

↗ ↗
Acesse em:
<https://projectshub.bndes.gov.br>

↗ ↗
Acesse em:
<https://ri.bndes.gov.br>

soberanos, fundos ambientais, sociais e de governança (ASG), gestores de investimentos em renda fixa e participações – e investidores estratégicos. Além da divulgação de comunicados e dos eventos de apresentação dos resultados trimestrais, nossas ações de divulgação para esse público incluíram a publicação da Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa e a realização de *workshops* com agências de *rating* que acompanham o BNDES.

Merece destaque a iniciativa de mapeamento e relacionamento com investidores em setores específicos – saneamento, portos, rodovias, mobilidade, parques, florestas, setor imobiliário e infraestrutura social. A ação compreendeu a participação em 27 eventos com o foco em dar visibilidade a projetos estruturados pelo BNDES (*webinars* e eventos presenciais) e a realização de 25 *roadshows* ou *market soundings*, além do envio de 12 *newsletters*, com o objetivo de atrair investimentos para os projetos estruturados pelo BNDES.

Para dar destaque a esses projetos, mantemos o portal BNDES Hub de Projetos, que conta com uma *newsletter* mensal e uma rede de investidores, ferramenta que possibilita a conexão entre usuários com interesses comuns em projetos que estruturamos em diversos setores.

O portal de relações com investidores, criado em 2021, alcançou mais de 47 mil usuários em 2022, dos quais 78% são estrangeiros. O *site* apresenta informações sobre nossa história, organograma, estatuto social, políticas de atuação, governança, resultados financeiros e outros temas prioritários, além de publicações, comunicados e canais de contato. Com isso, busca atrair investidores para o mercado brasileiro e estimular parcerias.

PARCEIROS

AGENTES FINANCEIROS

Em 2022, voltamos a realizar os fóruns com a participação de agentes financeiros, reunindo mais de quarenta instituições em três eventos virtuais e um presencial.

Consolidamos a estrutura de *officers* utilizando o conceito de *key account managers* – modelo em que cada agente financeiro tem um ponto focal no BNDES, que o orienta em assuntos diversos, e cada *officer* trata de assuntos relativos a uma carteira de agentes.

Ao longo do ano, realizamos cerca de 280 reuniões com agentes financeiros, incluindo eventos de fomento com vários bancos e encontros individuais de relacionamento.

FILIAÇÕES [GRI 2-28]

Estamos filiados a 31 entidades sem fins lucrativos, brasileiras e estrangeiras, dos mais variados setores. Entre outros benefícios, as filiações permitem o acesso e o intercâmbio de conhecimentos com outras entidades em diferentes áreas de atuação, a ampliação do relacionamento e de ações institucionais de interesse comum e a participação em espaços e fóruns de debate sobre temas associados a nossa missão, além de maior visibilidade institucional para o alcance de nossos objetivos estratégicos. Em 2022, já com o novo regulamento de filiações em vigor, foram simplificados os procedimentos para solicitação e manutenção de filiação a entidades brasileiras e estrangeiras, bem como para alteração de categoria associativa.

ENTIDADES REPRESENTATIVAS [GRI 2-28]

Somos associados a diferentes entidades representativas. Entre elas, destacam-se a Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (ABDE) e a Associação Brasileira de Bancos (ABBC), com as quais mantemos interação constante para construção, implementação e acompanhamento de nossas soluções. Temos acordos de cooperação técnica celebrados com entidades setoriais como Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Confederação Nacional da Indústria (CNI), Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e Serviço

Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), além de parcerias com cerca de 290 entidades empresariais representativas dos mais variados setores da economia.

Em 2022, realizamos 46 eventos envolvendo esses parceiros, sendo 11 deles voltados para temas ASG. Ainda, enviamos às entidades parceiras 12 edições de uma *newsletter* com assuntos voltados para MPMes, cooperativas e produtores rurais.

BANCOS DE DESENVOLVIMENTO E AGÊNCIAS MULTILATERAIS [GRI 2-28]

Interagimos com bancos de desenvolvimento (BD) internacionais de forma bilateral ou por meio da participação em associações e iniciativas que reúnem instituições financeiras.

Em 2022, fomos anfitriões do Encontro do Grupo Diretor do IDFC (IDFC Steering Group Meeting), realizado em Manaus, na Amazônia. Durante os dois dias do encontro, CEOs que representam os principais bancos de fomento do mundo participaram de reuniões e visitas a importantes marcos do desenvolvimento amazônico, como o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa). No decorrer do evento, BNDES e IDFC ainda promoveram o *workshop* “Soluções baseadas na natureza para adaptação climática”, em que se discutiu o uso de recursos e processos naturais para lidar com os desafios socioambientais do planeta relacionados a mudanças climáticas, segurança hídrica e alimentar, saúde pública, proteção à biodiversidade e gestão de riscos para desastres ambientais.

Destaca-se também nossa participação, como membros do IDFC, em painéis realizados durante a Conferência de Biodiversidade (COP 15) e a Conferência do Clima (COP 27), da Organização das Nações Unidas (ONU), realizadas respectivamente no Canadá e no Egito.

Participamos de outras iniciativas como o The Montreal Group (TMG), focado no apoio a MPMes, e de associações como a Alide, que busca estimular o intercâmbio, a disseminação e a reprodução de experiências e práticas financeiras entre os membros da região.

No ano, contribuimos ainda para a organização da cúpula do Finance in Common Summit 2022, que reuniu BDs com os objetivos de compartilhar melhores práticas, assumir compromissos coletivos e mobilizar diferentes países em prol dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS). Além disso, participamos da Task Force on Foresight for Sustainable Development Finance, organizada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em sua Friends of Foresight Community.

PARCERIAS ASG [GRI 2-28]

Desde 2021, participamos do Pacto Global da ONU e do Carbon Disclosure Project (CDP) na categoria de Investors Club. Em 1995, nos tornamos voluntariamente filiados à Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Unep-FI), uma ação global que conta com mais de 350 membros e busca mobilizar financiamento para o desenvolvimento sustentável. Cooperamos, desde 2019, com o Programa de Finanças Verdes do Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, de início no âmbito do Prosperity Fund, que tem como objetivo reduzir a pobreza em países em desenvolvimento. Atualmente, fazemos parte do UK Pact, que visa apoiar projetos climáticos transformacionais globalmente. Participamos, ainda, de diversos grupos de trabalho da Iniciativa LAB, capitaneada pela CVM e pela ABDE, com o intuito de promover a inovação e as finanças sustentáveis no país. Integramos o fórum da Taskforce on Nature-related Financial Disclosures (TNFD), grupo de instituições ao redor do globo que apoiam a iniciativa.

Conheça iniciativas, pactos e protocolos de que participamos: [GRI 2-28]

PACTOS

- » Carta Aberta de Empresas Públicas pelos Direitos Humanos
- » Declaração de Princípios de Financiamento Responsável do Brics
- » Código Brasileiro de Stewardship
- » Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção
- » Pacto Global da ONU

INICIATIVAS

Fóruns setoriais e multissetoriais

- » International Development Finance Club (IDFC)
- » Laboratório Global de Inovação Financeira para o Clima (The LAB)
- » Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Unep-FI)
- » Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds)
- » Laboratório de Inovação Financeira (LAB)
- » Long-Term Finance Club (D20 – LTIC)
- » The Montreal Group (TMG)
- » Mainstreaming Climate Action in Financial Institutions

Parcerias

- » Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras para o Desenvolvimento (Alide)
- » International Finance Corporation (IFC)
- » Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)
- » Carbon Disclosure Project (CDP)
- » Iniciativa Brasileira para o Mercado Voluntário de Carbono
- » Climate Bonds Initiative

🔗 Saiba mais em: www.bndes.gov.br/vps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel/compromisso/pactos-cooperacao-foruns-setoriais

ACADEMIA E FORMADORES DE OPINIÃO

PUBLICAÇÕES

Compartilhamos com a sociedade nossa produção de conhecimento por meio de diferentes publicações que editamos e disponibilizamos gratuitamente, em versão digital e/ou impressa. Todas elas podem ser acessadas na seção “Conhecimento” de nosso site e em nossa biblioteca digital, onde também é possível se cadastrar para assiná-las. Após a pandemia, interrompemos o envio de exemplares impressos de algumas de nossas publicações, que passaram a ser ofertadas apenas em formato digital. Em 2022, lançamos quase vinte publicações, incluindo novas edições de nossos periódicos BNDES Setorial e Revista do BNDES, relatórios setoriais

e institucionais, relatórios de avaliação de efetividade e publicações com foco na agenda do clima, entre outras.

BIBLIOTECA DIGITAL

Foram realizados mais de 780 atendimentos na biblioteca durante o ano, além de atividades como aquisição de publicações e assinatura de base de dados, que contribuem para tomada de decisão e para o conhecimento setorial.

Um destaque foi a assinatura da Revista dos Tribunais e de sua base de livros digitais.

Todos os executivos do Banco foram inscritos no serviço “Dissemina”, que encaminha periodicamente por *e-mail* documentos digitais diversos (artigos, bases de dados, periódicos, boletins etc.) sobre temas relacionados às competências comportamentais e executivas.

Em 2022, a biblioteca digital registrou 2,7 milhões de visualizações de itens (*downloads*).

BLOG DO DESENVOLVIMENTO

Divulgamos, por meio do Blog do Desenvolvimento, conteúdos relacionados a nossa produção de conhecimento, na forma de artigos, infográficos, entrevistas e *white papers*. Em 2022, houve mais de 46 mil visualizações no *blog* e produzimos 24 *posts* sobre diferentes aspectos do desenvolvimento, incluindo clima, saneamento, hidrogênio e relações com investidores. Os conteúdos são divulgados periodicamente para uma base de mais de 7,4 mil assinantes de nossa *newsletter*, que registrou um aumento de inscritos de cerca de 4% no ano. Durante o período eleitoral, que se estendeu de julho a outubro, o acesso ao *blog* e o envio da *newsletter* foram temporariamente interrompidos.

PRÊMIO BNDES DE ECONOMIA

Realizado desde 1977, o Prêmio BNDES de Economia tem como objetivo estimular a pesquisa relativa a questões econômicas nacionais, regionais e setoriais, nos campos da ciência econômica pura e aplicada.



Acesse em: www.bndes.gov.br/conhecimento



Acesse em: www.bndes.gov.br/vps/portal/site/home/conhecimento/biblioteca-digital/biblioteca-digital



Acesse em:
www.bndes.gov.br/vps/portal/
site/home/conhecimento/premio-
bndes-economia

Os vencedores são premiados em dinheiro e têm seus trabalhos publicados pelo Banco.

Em 2022, publicamos o trabalho vencedor da 38ª edição do prêmio na categoria mestrado, “Políticas de mitigação de mudanças climáticas para o Brasil: análise com um modelo dinâmico de Supermultiplicador Sraffiano com consistência de fluxos e estoques (SFC)”, de Daniel Herrera Pinto, orientado por Gustavo de Oliveira Aggio (Unicamp). A tese premiada na categoria de doutorado, “Desindustrialização e especialização regressiva na economia brasileira entre 2000 e 2014: uma abordagem crítica a partir do modelo insumo-produto”, de Patieene Alves Passoni, orientada por Fabio Neves Perácio de Freitas (UFRJ) foi publicada no início de 2023.

PRÊMIO BNDES PELO CLIMA

Em 2022, promovemos a primeira edição do Prêmio BNDES pelo Clima, uma iniciativa pioneira no país, cujo objetivo é fomentar a produção científica sobre mudanças climáticas aplicadas ao caso do Brasil.



Saiba mais em: www.bndes.gov.br/vps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel/premio-bndes-pelo-clima

A edição de 2022 contemplou os temas (i) mercado de crédito de carbono; (ii) infraestrutura sustentável: investimentos, financiamento e impactos; (iii) uso sustentável do solo e desmatamento; (iv) mercado florestal: instrumentos financeiros de apoio, avaliação e concessões florestais; e (v) mudanças climáticas: impactos, modelos de mitigação, de adaptação e transição justa. Os três melhores artigos foram premiados em dinheiro.

O artigo vencedor do prêmio foi “Não basta ser tech: o choque de produtividade da soja transgênica no desmatamento e usos do solo no Brasil”, dos autores Lucas da Costa (UFRJ) e Romero Rocha (UFRJ). Em segundo lugar, ficou o artigo “Impactos econômicos e ambientais de uma política de desmatamento zero e reflorestamento na região do arco do desmatamento”, de Géssica Souza (UFMG), Edson Domingues (UFMG) e Aline Souza Magalhães (UFMG). O terceiro lugar ficou com o artigo “Mecanismos de precificação de carbono no Brasil: custos econômicos e potenciais de abatimento”, dos autores

Micaele de Carvalho (UFMG), Edson Domingues (UFMG) e Aline Souza Magalhães (UFMG).

ACORDOS DE COOPERAÇÃO

Temos acordos de cooperação com instituições de pesquisa como Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Fundação Getulio Vargas (FGV) e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Em 2022, celebramos novos acordos para realizar estudos e pesquisas com a Universidade de São Paulo (USP) e com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), particularmente com foco em avaliações de efetividade do apoio do Banco. Adicionalmente, firmamos uma parceria com o Instituto de Apoio ao MapBiomias, representante do Projeto MapBiomias, com o objetivo de compartilhar dados e informações sobre cobertura vegetal e uso da terra no Brasil, a fim de promover proteção, conservação, recuperação de solos e cobertura vegetal e desenvolvimento sustentável do país.

PÚBLICO INTERNO

Em 2022, publicamos 287 matérias em nosso canal de notícias interno, entre adaptações de *releases* e notícias exclusivamente internas, como o anúncio de iniciativas relacionadas aos empregados e a cobertura de eventos. Foram veiculadas 167 campanhas de comunicação interna, com os objetivos de informar e engajar os empregados em temas institucionais. Destacam-se as campanhas ligadas ao Projeto Evolução Cultural e à Iniciativa Amazônia e a campanha “BNDES 70 anos: construindo futuros sustentáveis”.

Para valorizar e reconhecer o papel das equipes do BNDES na promoção do desenvolvimento do país, a campanha dos 70 anos convidou o público interno a eleger o selo comemorativo da data. O propósito era celebrar a contribuição do Banco para a melhoria da vida de gerações de brasileiros por meio de ações e peças de comunicação que enfatizavam nosso papel em diferentes setores, como energia limpa, MPMEs, saneamento e meio ambiente.

NOSSA EQUIPE



Contamos com uma equipe comprometida, selecionada por concurso público, que está sempre em busca da excelência – um de nossos princípios.

PERFIL DO CORPO FUNCIONAL [GRI 2-7]

Nossa equipe encerrou 2022 com 2.442 empregados: 2.423 contratados por tempo indeterminado, por meio de concurso público (1.563 do sexo masculino e 860 do sexo feminino), todos contratados com base na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e por período integral; 18 contratados de forma transitória para exercício de cargos em comissão vinculados à alta administração; e um cedido de órgão estatal para a mesma finalidade (no total, 13 do sexo masculino e seis do sexo feminino), além de oito diretores e do presidente.

Na contratação por tempo indeterminado, não há diferenciação na admissão de homens e mulheres – todos participam de concurso público e são selecionados em função de seu desempenho.

A última seleção pública foi realizada em 2012 e seu cadastro de reserva expirou em junho de 2015. Desde então, não correram novas seleções públicas para cadastro de reserva de pessoal.

CONTRATAÇÕES [GRI 401-1]

CONTRATAÇÕES DE CONCURSADOS		QTD.	TAXA
Tipo	Concursados	3	100,00%
Gênero	Masculino	2	66,67%
	Feminino	1	33,33%
Faixa etária	Mais de 50 anos	3	100,00%
Região	Sudeste	3	100,00%
CONTRATAÇÕES DE TRANSITÓRIOS		QTD	TAXA
Tipo	Transitórios	10	100,00%
Gênero	Masculino	6	60,00%
	Feminino	4	40,00%
Faixa etária	Entre 30 e 50 anos	6	60,00%
	Mais de 50 anos	4	40,00%
Região	Centro-Oeste	2	20,00%
	Sudeste	8	80,00%

Nota: os três concursados referem-se a reintegrações ocorridas ao longo de 2022.

DESLIGAMENTOS [GRI 401-1]

DESLIGAMENTOS DE CONCURSADOS		QTD	TAXA
Tipo	Concursados	30	100,00%
Gênero	Masculino	20	66,67%
	Feminino	10	33,33%
Faixa etária	Menos de 30 anos	1	3,33%
	30 a 50 anos	12	40%
	Mais de 50 anos	17	56,67%
Região	Nordeste	1	3,33%
	Sudeste	29	96,67%
DESLIGAMENTOS DE TRANSITÓRIOS		QTD	TAXA
Tipo	Transitórios	12	100,00%
Gênero	Masculino	10	83,33%
	Feminino	2	16,67%
Faixa etária	30 a 50 anos	10	83,33%
	Mais de 50 anos	2	16,67%
Região	Centro-Oeste	2	16,67%
	Sudeste	10	83,33%

Nota: dos 42 desligamentos ocorridos no ano, 14 aconteceram por motivo de aposentadoria, 12 foram referentes a término de contrato de transitórios ocupantes de funções de confiança e dois ocorreram por motivo de falecimento.

TAXA DE ROTATIVIDADE [GRI 401-1]

CONCURSADOS – 1,24%

GÊNERO

0,8% masculino

0,4% feminino

FAIXA ETÁRIA

0,04% menos de 30 anos

0,5% de 30 a 50 anos

0,7% mais de 50 anos

REGIÃO

0,04% no Nordeste

1,2% no Sudeste

TRANSITÓRIOS – 63,16%

GÊNERO

52,6% masculino

10,5% feminino

FAIXA ETÁRIA

0% menos de 30 anos

52,6% de 30 a 50 anos

10,5% mais de 50 anos

REGIÃO

10,5% no Nordeste

52,6% no Sudeste

Nota: a taxa de rotatividade considera o número de desligamentos sobre o total de empregados em cada categoria, sendo 2.423 concursados e 19 transitórios. A elevação em relação à taxa de 2021 (de 9,5%) está relacionada ao processo de transição de governo iniciado em 2022.

☞
Saiba mais na seção
Governança

PERFIL DO CORPO FUNCIONAL [GRI 2-7] [GRI 405-1]



2.442
EMPREGADOS

36 (1,5%)
pessoas com deficiência (PcD)

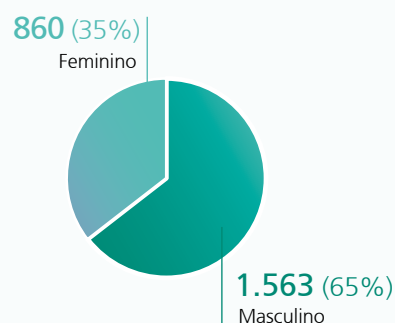
2.423 (99,2%)
concursados

19 (0,8%)
transitórios

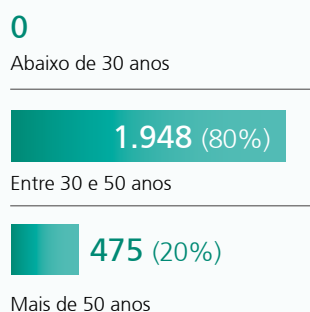
**MÉDIA DE TEMPO
DE TRABALHO**
14,7 anos

CONCURSADOS

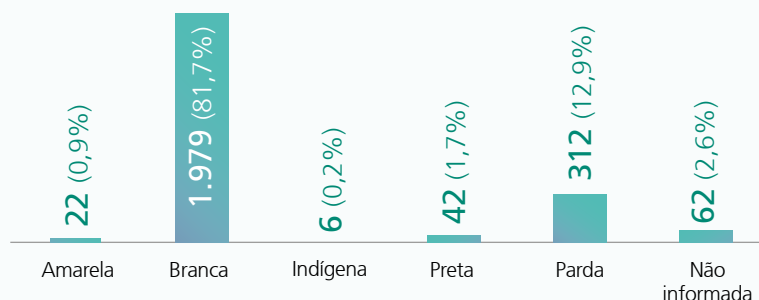
GÊNERO



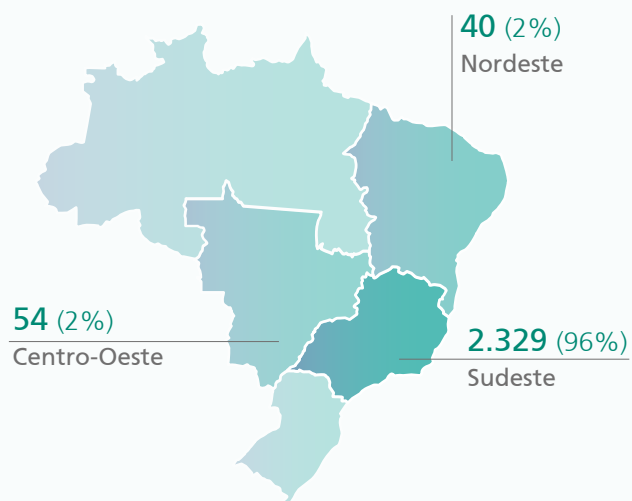
FAIXA ETÁRIA



RAÇA/COR

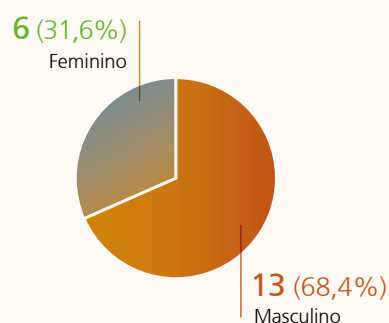


POR REGIÃO

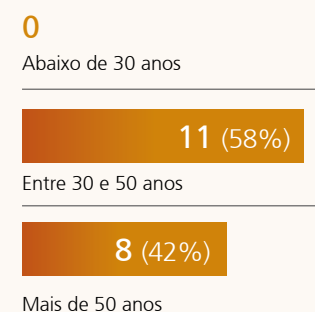


TRANSITÓRIOS

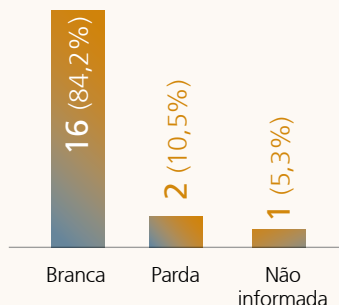
GÊNERO



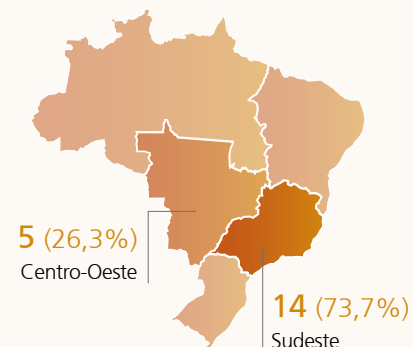
FAIXA ETÁRIA



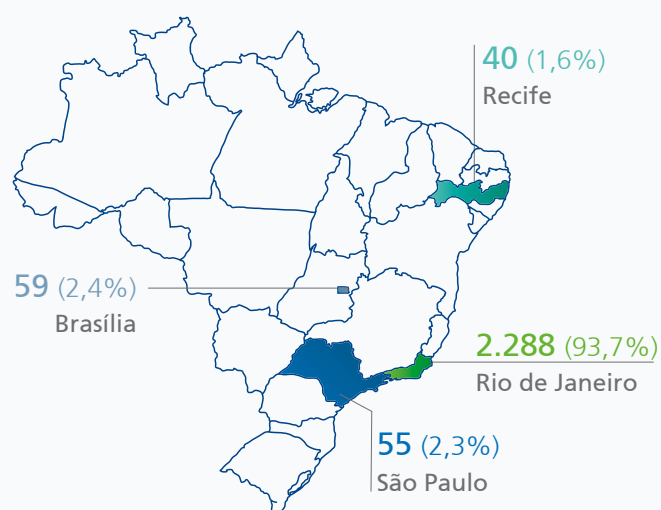
RAÇA/COR



POR REGIÃO



POR UNIDADE OPERACIONAL (CONCURSADOS + TRANSITÓRIOS)

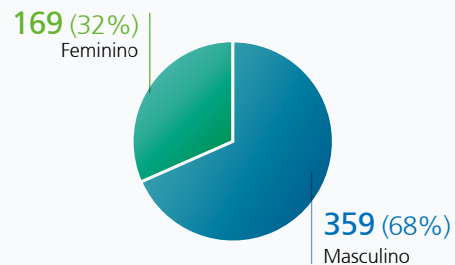


POR CATEGORIA FUNCIONAL

MÉDIA GERÊNCIA

(superintendentes, chefes de departamento e gerentes)

POR GÊNERO



POR FAIXA ETÁRIA

0

Abaixo de 30 anos

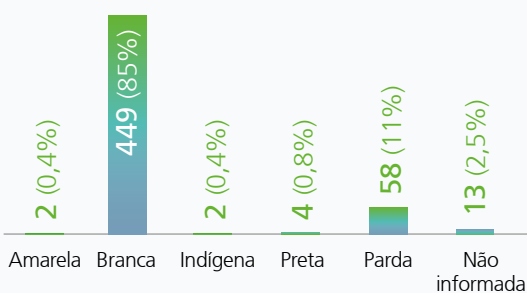


Entre 30 e 50 anos



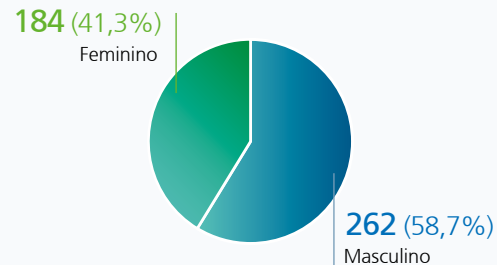
Mais de 50 anos

POR RAÇA/COR



OUTRAS FUNÇÕES

(coordenadores, encarregados, secretários e assessores)



0

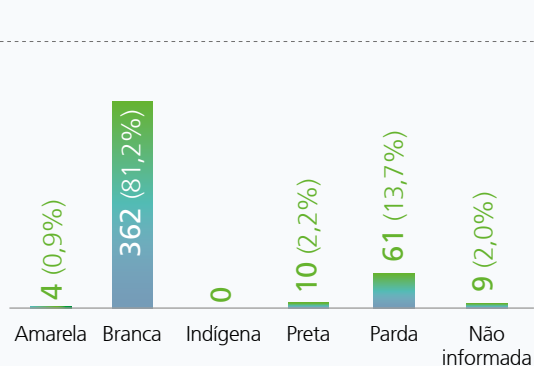
Abaixo de 30 anos



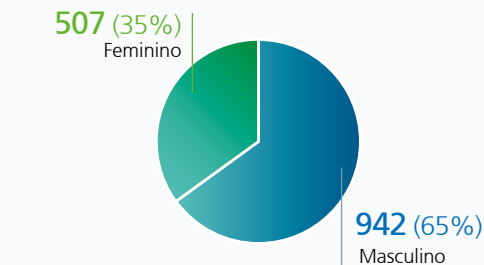
Entre 30 e 50 anos



Mais de 50 anos



SEM FUNÇÃO



0

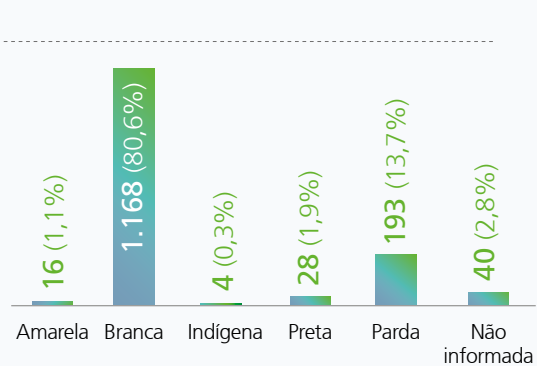
Abaixo de 30 anos



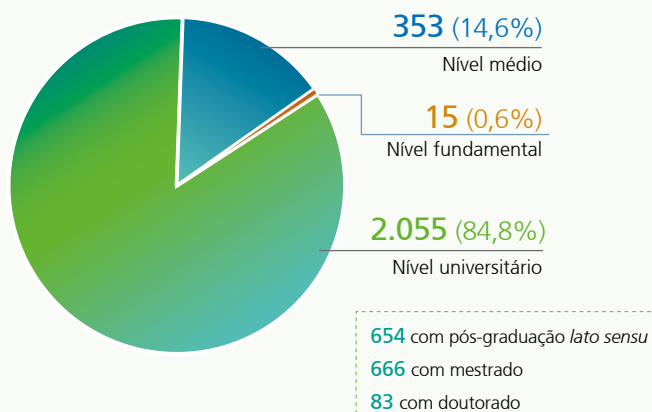
Entre 30 e 50 anos



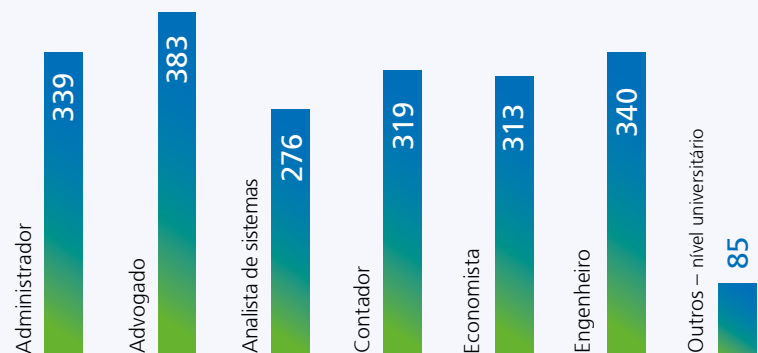
Mais de 50 anos



POR SEGMENTO FUNCIONAL



POR FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA



TERCEIRIZADOS

Além do quadro de pessoal próprio, mantemos alguns contratos de terceirização, apenas para serviços não relacionados a nossas atividades-fim, tais como limpeza, suporte técnico, segurança e mensageria, celebrados com base nos normativos pertinentes. Para mitigar os riscos trabalhistas e previdenciários dos terceirizados, realizamos acompanhamento com as empresas contratadas para verificar o cumprimento da legislação trabalhista associada.

TERCEIRIZADOS BNDES*	QTD.	%
Masculino	366	65,6%
Feminino	192	34,4%
Total	558	100%

* Contratos administrativos com alocação de mão de obra.

Todos os empregados da empresa de segurança contratada alocados no Edserj atendem aos requisitos de formação e reciclagem periódica estabelecidos na Portaria 3.233/12-DG/PF. O curso de formação inclui as disciplinas “Legislação Aplicada e Direitos Humanos” e “Relações Humanas no Trabalho” e o de reciclagem busca atualizar e reforçar o conteúdo das disciplinas do curso de formação. [GRI 410-1]

ESTÁGIO NO BNDES

Nosso processo de seleção de estagiários visa reduzir a desigualdade de oportunidades, contribuir para maior diversidade no ambiente de trabalho e para a inclusão social desses estudantes, levando em consideração o histórico socioeconômico dos candidatos.

Em 2022, demos continuidade ao Programa de Desenvolvimento de Estagiários, com o objetivo de contribuir para conscientização e futura atuação dos estudantes em defesa das questões socioambientais, além de estimular seu engajamento com o propósito do BNDES e com os ODS e ampliar seu grau de empregabilidade futura por meio da capacitação em competências técnicas e comportamentais requeridas no mercado de trabalho atual. Além disso, o retorno ao trabalho presencial aumentou a importância da reunião inicial de apresentação, realizada no dia de ingresso dos estagiários no Banco.

Em 31 de dezembro de 2022, tínhamos 280 estagiários, sendo 124 do sexo masculino (44,3%) e 156 do sexo feminino (55,7%). Cabe destacar também que, em 2022, houve 15 desligamentos: seis devido ao término do curso de graduação, sete em razão de oportunidade de emprego, um por vaga de estágio em outra empresa e apenas um desligamento a pedido do Banco.

PROGRAMA JOVEM APRENDIZ

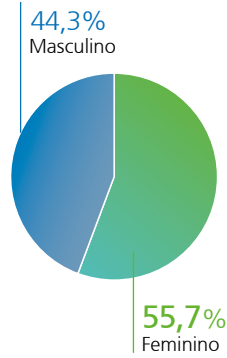
Mantemos também o Programa Jovem Aprendiz, que oferece formação técnico-profissional metódica a adolescentes, visando sua inserção no mercado formal de trabalho. A iniciativa busca contribuir para a diminuição da principal causa de desemprego juvenil: a falta de experiência profissional. O programa, que atualmente conta com 26 jovens aprendizes, tem como condição para o ingresso a inscrição no Cadastro Único, provendo oportunidades a jovens de famílias com algum grau de vulnerabilidade econômica. Na turma iniciada em novembro de 2022, foram contratados quatro jovens PcDs.

DIVERSIDADE E INCLUSÃO [GRI 405-1]

Contamos com uma política corporativa de equidade de gênero e valorização da diversidade que reafirma nosso compromisso permanente com a eliminação de todas as formas de desigualdade e discriminação no ambiente de trabalho e nas instituições de nossa cadeia de relacionamento. A primeira Política de Equidade de Gênero e Valorização da Diversidade do BNDES data de 2015, sendo a versão mais atual a que foi aprovada em agosto de 2020 por nosso Conselho de Administração (CA).

Em 2021, demos início ao plano de trabalho para concretização das diretrizes dessa política no período de 2021 a 2023. O plano prevê, além de um conjunto de ações externas relacionadas a políticas operacionais e de crédito e aos *stakeholders*, ações

ESTAGIÁRIOS



Em 2023, em sintonia com as políticas e diretrizes sinalizadas pelo Governo Federal, já demos um primeiro passo em direção a um BNDES mais diverso e inclusivo, com a maior presença de mulheres em funções executivas. Em maio, 40% dos cargos da Diretoria Executiva e 38% das posições de superintendência eram ocupadas por mulheres, em comparação aos 11% e 14%, respectivamente, em dezembro de 2022.

internas voltadas para o incentivo à diversidade, equidade e inclusão no âmbito da gestão de pessoas no Banco.

Em 2022, nosso quadro efetivo de pessoal contava com 36 PcDs, o que representa 1,5% do total de empregados, além de 17 pessoas com deficiência estagiando, correspondendo a 6% do total de estagiários.

No ano, foram contratados 225 estagiários. Cabe destacar que 53% deles pontuaram nos critérios objetivos do histórico de desenvolvimento: (i) família inscrita no Cadastro Único, sendo beneficiária de algum programa socioassistencial do governo; (ii) beneficiário do sistema de cotas; (iii) beneficiários do Programa Universidade para Todos (Prouni) ou do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies); (iv) beneficiários de projetos sociais (como pré-vestibular comunitário); (v) ensino médio integralmente realizado na rede pública ou em rede privada, com a comprovação de bolsa integral.

No caso das vagas de estágio, é feita uma reserva de 10% do quantitativo para ocupação exclusiva por PcD. Para auxiliar o preenchimento dessas vagas, é realizado recrutamento contínuo de candidatos com deficiência para formação de cadastro, antes mesmo da oferta de vagas. No entanto, o número de candidatos ainda é baixo e, das 12 vagas para PcD ofertadas em 2022, apenas seis foram preenchidas. Ao ingressar, esses estagiários passam pelo processo de facilitação da inclusão de PcD no BNDES, recebendo suporte da equipe de apoio à gestão de pessoas e do Serviço Especializado de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT).

Com relação às ações internas destinadas a reforçar a equidade e diversidade no BNDES em 2022, destacam-se:

- Realização de três palestras em parceria com o IFC sobre a temática de gênero – KPIs de gênero; Acesso das mulheres

ao financiamento; e Violência contra mulheres (em projetos, canteiros de obras) –, além de treinamento sobre assédio no ambiente do trabalho.

- Realização de *workshop* em equidade de gênero para o Comitê Gerencial, em conjunto com a Ernst & Young.
- Ciclo de treinamentos para estagiários com palestras sobre gênero e diversidade e apresentação do Plano de Ação 2021-2023 da Política de Equidade de Gênero e Valorização da Diversidade do BNDES.
- Consolidação da Rede de Multiplicadores de Cultura e Estratégia, composta por lideranças formais e informais, com representatividade feminina de 52%.

PROGRAMA DE VOLUNTARIADO

Desde o pré-lançamento do programa, em 2020, até o fim de 2022, recebemos a proposição de sessenta ações relacionadas a educação, saúde, esporte e bem-estar, além da inscrição de 264 empregados interessados em atuar com trabalho voluntário. Em 2022, foi realizada a campanha Voluntários pela Educação, que impactou de forma positiva aproximadamente 2.350 crianças e adolescentes de escolas públicas localizadas no entorno do BNDES, fortalecendo o trabalho voluntário como indutor de comportamentos colaborativos e inclusivos.

PESQUISA DE CLIMA E CULTURA

Em 2022, foram aplicadas, para todo o corpo funcional, a pesquisa de clima Great Place to Work (GPTW) e a pesquisa de cultura (modelo *Culture Path*), realizada em parceria com a Deloitte.

A pesquisa de clima busca medir a satisfação e o engajamento dos empregados com o ambiente organizacional no momento de sua realização. Já a pesquisa de cultura avalia o efeito dos comportamentos, símbolos e sistemas, observados pelos respondentes, na empresa como um todo. A cultura organizacional está diretamente ligada ao propósito, às crenças e aos valores de uma organização ou à combinação desses fatores.

Como próximos passos, estão previstos a análise integrada dos resultados de ambas as pesquisas, seus desdobramentos para as áreas e a elaboração de planos de ação de melhorias alinhados ao planejamento estratégico.

PROJETO DE RECURSOS HUMANOS

Em 2022, diversas atividades foram realizadas no âmbito do projeto Evolução Cultural, voltadas a todos os empregados. Entre elas, destacamos as seguintes:

- Grupos focais: realizados com grupos de empregados para aprofundar e fazer recomendações sobre temas de *feedback* e celebração de conquistas, identificados na pesquisa de cultura de 2021 como oportunidades de melhoria.
- Comportamentos-chave: divulgação dos comportamentos para impulsionar a cultura do BNDES e realização de três “Cafés com cultura” – evento para concretizar e discutir os comportamentos.
- Kit líder: reuniões periódicas para estimular os líderes a realizarem ações de engajamento e reconhecimento de equipes. Como destaque, os líderes receberam treinamento em técnicas de *feedback* e comunicação não violenta.
- Multiplicadores de cultura: treinamento e fortalecimento da rede composta por mais de cinquenta empregados, de todas as áreas do Banco, que atuam como agentes de mudança.
- Fórum de boas práticas: ambiente de debate para aprendizagem, ampliação de conhecimentos, aprofundamento e troca de boas práticas internas e externas ao Banco. Em 2022, foram realizados dois fóruns, um na temática “Excelência no atendimento ao cliente” e outro sobre evidências do trabalho, realizado pela rede de multiplicadores de cultura.
- Prêmio BNDES Talentos que Transformam: premiação para reconhecimento e disseminação de entregas com foco em transformações efetivas para a sociedade ou para o BNDES, realizadas no período de janeiro de 2020 a setembro de 2022 pelos empregados do BNDES e orientadas pelos comportamentos-chave de evolução

cultural. A iniciativa contou com a adesão de todas as áreas do BNDES e culminou no evento de encerramento do ano de 2022.

ALOCAÇÃO DE EMPREGADOS

Respeitando os quantitativos de referência estabelecidos para cada uma de nossas áreas, as mudanças efetuadas em 2022 limitaram-se à transferência de pequenas unidades, com o objetivo de criar maior sinergia entre as equipes e otimizar os trabalhos. Nesse contexto, os empregados estavam alocados por diretoria no fim de 2022 como mostra a tabela a seguir.

DIRETORIA	QTD.	%
DIRETORIA 1 – Operações	510	20,88%
DIRETORIA 2 – Pessoas e cultura	95	3,89%
DIRETORIA 3 – Finanças	165	6,76%
DIRETORIA 4 – Participações, mercado de capitais e crédito indireto	276	11,30%
DIRETORIA 5 – Concessões e privatizações	185	7,58%
DIRETORIA 6 – Jurídica	316	12,94%
DIRETORIA 7 – Crédito produtivo e socioambiental	282	11,55%
DIRETORIA 8 – Concessão de crédito à infraestrutura	157	6,43%
DIRETORIA 9 – Compliance e riscos	151	6,18%
PRESIDÊNCIA	119	4,87%
Não alocados/outros*	186	7,62%
TOTAL GERAL	2.442	100,00%

* Em dezembro de 2022, 15 empregados estavam afastados por motivo de doença (0,61%); 49, alocados na Auditoria Interna (2,01%); 49, cedidos (2,01%); 71, em licença sem remuneração (2,91%); e dois estavam afastados para treinamento externo (0,08%).

MOVIMENTAÇÃO DE EMPREGADOS

No âmbito dos acordos de cooperação firmados em 2019 para movimentação temporária de empregados do BNDES, em 2022, teve início nova seleção para sete vagas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para reposição de empregados que retornaram ao BNDES. Ao fim de 2022, havia 26 empregados movimentados para a CVM e três para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Além de reforçar os quadros de pessoal das instituições de destino, as movimentações possibilitam trocas de conhecimento e colaboração mais estreita entre os órgãos envolvidos. [GRI 404-2]

REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS

Ao serem contratados, os empregados ingressam obrigatoriamente no primeiro nível do plano de cargos e salários, independentemente de experiência prévia, gênero ou posição na seleção, recebendo a mesma remuneração. A progressão salarial ocorre pelos reajustes negociados em acordo coletivo de trabalho, pela evolução nível a nível no plano de cargos e salários, conforme o processo de promoção anual, ou pela ocupação de cargo executivo. Não há distinção de gênero nos valores recebidos por empregados do mesmo nível do plano de cargos e salários ou por funções executivas exercidas.

Desde 2020, publicamos em nosso *site*, nominalmente, as remunerações de todos os nossos empregados. Fomos a primeira empresa estatal federal a fazer esse tipo de divulgação.

Para fins de apuração dos dados de proporção salarial entre mulheres e homens, foram considerados todos os empregados concursados, segregados por categoria funcional, além dos transitórios.

A proporção entre a remuneração anual total do indivíduo mais bem pago e a remuneração média anual de todos os empregados (excluindo o mais bem pago) é de 231%. Já a proporção entre o aumento percentual da remuneração total anual do indivíduo mais bem pago e o aumento percentual médio da remuneração anual total de todos os demais empregados (excluindo o mais bem pago) é de 97%. [GRI 2-21]

Nossos pleitos referentes a previdência complementar, política de pessoal, salários e benefícios são analisados e aprovados pela Secretaria de Governança das Empresas Estatais (Sest). Todos os nossos empregados são assistidos por acordo coletivo de trabalho (ACT), [GRI 2-30] com direito ao mesmo índice de reajuste salarial, assim como a benefícios de assistência médica e odontológica, seguro

DESCRIÇÃO	CATEGORIA FUNCIONAL	PROPORÇÃO (MULHERES/HOMENS) [GRI 405-2]
Salário-base médio anual ⁽¹⁾	Sem função	99%
	Outras funções	103%
	Média gerência	98%
	Transitórios e cedido ao BNDES	100%
Remuneração total média anual ⁽²⁾	Sem função	99%
	Outras funções	102%
	Média gerência	97%
	Transitórios e cedido ao BNDES	91%

(1) Salário-base: valor fixo e mínimo pago a um funcionário pelo desempenho de suas tarefas. Esse valor não inclui quaisquer remunerações adicionais, como pagamentos de horas extras ou gratificações.

(2) Remuneração: salário-base mais adicionais, como os baseados em tempo de serviço, bonificações, participação nos resultados, pagamento de benefícios, horas extras, horas devidas e quaisquer auxílios adicionais (vale-transporte, auxílio-alimentação, assistência educacional, entre outros).

de vida, programa de assistência educacional (modalidades auxílio-babá, auxílio-creche e auxílio-ensino fundamental e ensino médio), auxílio-refeição e auxílio-alimentação, além de participação nos lucros ou resultados (PLR), premiação por desempenho individual e remuneração compatível com o mercado. [GRI 401-2]

As comissões de negociação das empresas e de representantes dos empregados negociam os termos do ACT, buscando solucionar conflitos na mesa de negociação. O ACT é aplicável a todos os empregados do Sistema BNDES, sejam eles do quadro permanente ou transitório de pessoal.

O pagamento da PLR só é realizado em caso de lucro líquido, pagamento de dividendos e desempenho igual ou superior a 80% dos indicadores de políticas públicas, operacionais e prioridades específicas das unidades fundamentais constantes no programa. O programa de PLR é aprovado pelo CA do BNDES e pela Sest, sendo então negociado com os sindicatos.

Desde 2018, como aprovado em ACT, o vale-transporte é disponibilizado aos empregados com custeio de até 4% do salário-base, conforme convenção coletiva dos bancários.

Contamos com benefício de assistência à saúde na modalidade de autogestão por operadora (Fapes). O Plano de Assistência e Saúde (PAS) é um plano coletivo empresarial adaptado à Lei 9.656/1998 e apresenta uma carteira de aproximadamente dez mil vidas entre titulares (empregados ativos e inativos) e dependentes. Sua cobertura inclui assistência médica, odontológica, hospitalar e complementar nos sistemas de escolha dirigida (rede credenciada) e livre escolha (sistema de reembolso, com limites estabelecidos em regulamento). Em março de 2018, o plano foi fechado para novos empregados e instituímos o benefício de assistência à saúde na modalidade de reembolso – de até 50% do custo da mensalidade de um plano contratado no mercado de saúde suplementar.

Embora a Resolução CGPAR 23/2018 – que estabelece diretrizes e parâmetros para o custeio das empresas estatais federais sobre benefícios de assistência à saúde aos empregados – tenha sido suspensa pelo Decreto Legislativo 26/2021, continuamos buscando a sustentabilidade do benefício, com base no serviço concluído por consultoria especializada em 2021. Esse trabalho consistiu na análise de modelos de benefício de assistência à saúde que sejam vantajosos para o BNDES sob o ponto de vista econômico, financeiro, atuarial, operacional e regulatório.

Oferecemos licença-maternidade ou licença-paternidade a todos os empregados. Em acordo com o Programa Empresa Cidadã, a licença-paternidade é de 20 dias corridos e a licença-maternidade pode ser estendida para até 180 dias. Em 2022, foram concedidas 31 licenças-maternidade e 64 licenças-paternidade, com 100% de retorno daqueles cuja licença terminou até 31 de dezembro. Além disso, foi de 100% a taxa de retenção de empregados nos 12 meses depois de terem retornado ao trabalho após a licença-maternidade/paternidade (até janeiro de 2022). [GRI 401-3] [GRI 401-2]

Proporcionamos salas de apoio à amamentação e abono diário de uma hora para a mãe lactante até que o filho complete

um ano de idade, além de afastamento especial para mães ou pais de bebês prematuros que necessitem de hospitalização.

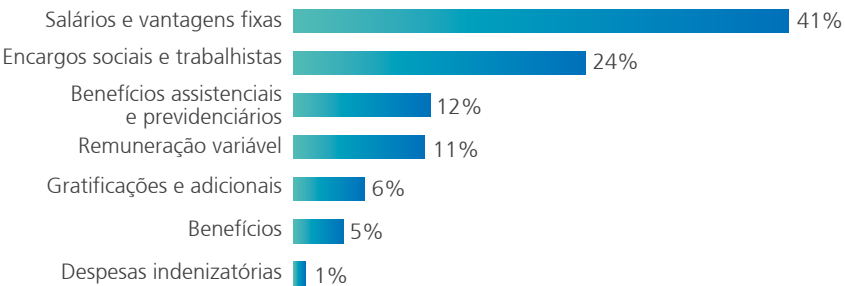
BENEFÍCIO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR [GRI 401-2]

Somos patrocinadores de dois planos de previdência complementar: o Plano Básico de Benefícios (PBB), na modalidade benefício definido (BD), que está fechado para novas adesões desde 2018; e o Plano Básico de Contribuição Definida (PBCD), aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) em 8 de dezembro de 2022 e aberto para adesão dos empregados não participantes do PBB, ambos administrados pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES (Fapes).

A Resolução CGPAR 38/2022 (que sucedeu a Resolução CGPAR 9/2016) aprimorou a norma que disciplina as atividades de supervisão sobre a gestão da Fapes e do plano de benefício realizadas pelos patrocinadores. Atualmente, há dois planos de equacionamento em vigor no PBB, com cobrança de contribuições extraordinárias dos participantes, paritárias com as do patrocinador, pelo prazo máximo de 25 anos (até fevereiro de 2042 e 2044). No período de abril de 2021 a março de 2022, o Plano de Custeio do PBB apresentou um aumento global e linear das contribuições normais de 32% em relação ao plano de custeio anterior.

DESPESA DE PESSOAL

Em 2022, a despesa total com empregados ativos – incluindo quadro permanente, cedidos, transitórios em cargos comissionados, membros da Diretoria e de conselhos e comitês estatutários – foi de R\$ 2,3 bilhões.



AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

A avaliação de desempenho no setor público tem sido uma demanda constante da sociedade e um importante instrumento de reconhecimento dos empregados. Em 2022, mais uma vez realizamos a gestão de desempenho de nossos empregados por meio do modelo de gestão de desempenho individual (GDI), utilizado desde 2017 para toda a empresa. O processo é dividido em quatro etapas:

PACTUAÇÃO

alinhamento de expectativas realizado entre gestor e empregado no início do processo.

ACOMPANHAMENTO

possibilidade de realizar avaliações parciais e repactuações ao longo do tempo, caso necessário.

AVALIAÇÃO DO GESTOR PELA EQUIPE

os subordinados avaliam seus gestores em relação ao rol de competências apontadas.

AUTOAVALIAÇÃO E AVALIAÇÃO

realizadas no fim do processo, pelo empregado e pelo gestor, respectivamente, considerando o atendimento ao que foi pactuado.

Gestor e empregado pactuam e acompanham as seguintes dimensões durante o processo: entregas e atividades a serem executadas ao longo do ano, competências cujo desenvolvimento deve ser priorizado no mesmo período e ações de desenvolvimento que possibilitem o aprimoramento da capacidade de entrega do empregado. Do total de empregados, 94% passaram por processo de avaliação de desempenho no ano.

PERCENTUAL DE EMPREGADOS QUE RECEBERAM AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO EM 2022 [GRI 404-3]

POR GÊNERO	
Feminino	94%
Masculino	93%
POR CATEGORIA FUNCIONAL	
Média gerência	100%
Outras funções	100%
Sem função	91%
Transitórios e cedido ao BNDES (assessoramento)	0%
TOTAL	94%

Nota: considerando o total de 2.442 empregados, sendo 2.423 concursados e 19 transitórios conforme relatado para o indicador GRI 2-7.

SISTEMA DE PONTOS

Em 2022, pelo segundo ano, foi utilizada metodologia de avaliação comparativa de desempenho pelo Sistema de Gestão de Pontos do Empregado (GPE). O resultado foi utilizado para tomada de decisão no processo de promoção, com os empregados nos níveis mais altos do *ranking* recebendo avanços de nível na carreira.

Em 2023, em linha com o aprimoramento das práticas de gestão de pessoas e visando fomentar uma cultura de colaboração, a nova administração decidiu pela sua revogação.

RECUPERAÇÃO DE DESEMPENHO

Em 2022, foi aprovada a Resolução CA 4/2022, que trata do processo de recuperação dos empregados com baixo desempenho. A resolução é um aprimoramento de normativo anterior e foi criada com o objetivo de aperfeiçoar a identificação de empregados com problemas de desempenho, a fim de estimular sua recuperação por meio de ações de desenvolvimento e de apoio.

Como principais melhorias, a norma propõe:

- maior celeridade na identificação de empregados com baixo desempenho, bem como no processo de apoio à recuperação da *performance*, incluindo o compromisso com a capacitação;
- compartilhamento de responsabilidades entre a unidade de gestão de pessoas, os gestores e os empregados em relação à temática do desempenho; e
- introdução de novas instâncias no processo, de forma a ampliar o caráter coletivo e institucional.

Em cumprimento ao seu papel de unidade gestora do processo de avaliação de desempenho de nossos empregados, a área responsável pela gestão de pessoas solicita semestralmente, a cada unidade, informações sobre a existência de empregados com problemas de desempenho. Sendo assim, no ciclo em que as unidades avaliaram as entregas do primeiro semestre de 2022, sete empregados foram indicados para o processo, e devem iniciá-lo em 2023.

DESENVOLVIMENTO PESSOAL
E PROFISSIONAL [GRI 404-2]

Em 2022, demos continuidade às ações de desenvolvimento dos empregados, ampliando a oferta de ações no âmbito do Programa de Desenvolvimento Interno, com treinamentos *in company* e *on-line*, além de capacitações externas.

Ao longo do ano, investimos aproximadamente R\$ 2,7 milhões em treinamentos externos de curta duração e programas de certificação, totalizando aproximadamente 42 mil horas de treinamento, com uma média de 17 horas por empregado.

MÉDIA DE HORAS DE CAPACITAÇÃO EM TREINAMENTOS EXTERNOS DE CURTA DURAÇÃO E PROGRAMAS DE CERTIFICAÇÃO [GRI 404-1]

POR GÊNERO	QTD. DE EMPREGADOS	MÉDIA DE HORAS DE CAPACITAÇÃO
Feminino	866	14h
Masculino	1.576	19h
POR CATEGORIA FUNCIONAL		
Média gerência	528	27h
Outras funções	446	11h
Sem função	1.449	16h
Transitórios e cedido ao BNDES	19	6h

Nesse período, também foram registradas 41 novas participações de empregados em cursos de pós-graduação, com aproximadamente R\$ 1,2 milhão em investimento.

No âmbito do Programa de Desenvolvimento de Empregados, direcionado a todo o corpo funcional, ocorreram 33 turmas *on-line* síncronas, com mais de 1.120 participações em treinamentos, que visaram trabalhar *soft skills* como comunicação, colaboração e metodologias ágeis, conteúdos mais técnicos de contabilidade, mercado de capitais e gestão jurídica, além de temas da agenda ASG, como mudanças climáticas. Esses treinamentos *on-line* somaram quase 400 horas de cursos adaptados às

necessidades do BNDES, com valor total de aproximadamente R\$ 344 mil.

Foram realizados, ainda, diversos treinamentos de instrutoria interna, totalizando cerca de 200 participações. Ministrados pelos próprios empregados, não acarretaram custos ao BNDES.

Como parte do Programa de Desenvolvimento de Líderes, voltado aos executivos, foram realizadas 11 ações, que somaram mais de 2.300 participações, envolvendo temas como comunicação, liderança com propósito, *feedback*, transformação digital e trabalho híbrido, além de *coaching on-line* e neurociência para liderança.

Destacaram-se ainda eventos da agenda ASG, como a mesa-redonda “Capital humano: a importância dos ativos intangíveis da organização”, que contou com 288 participantes; o *workshop* “Ações práticas para a valorização das pessoas”, que teve noventa participações; e a mesa-redonda e os *workshops* sobre finanças sustentáveis, com 155 e 89 participantes, respectivamente.

As ações do Programa de Desenvolvimento de Líderes representaram um investimento de aproximadamente R\$ 970 mil.

No Programa de Idiomas, realizado em parceria com a Hult EF English First, foram contabilizadas 748 inscrições ao longo do ano, com um custo médio mensal de R\$ 105,00 por licença, para o treinamento de empregados e estagiários no idioma inglês. O programa foi estendido a estagiários em junho de 2022 e a menores aprendizes, em julho, em sintonia com o propósito institucional do Banco.

Como parte do Programa de Desenvolvimento de Estagiários, oferecemos também palestras internas relacionadas às questões socioambientais, estimulando o engajamento com o propósito do BNDES e com os ODS, além de cursos da plataforma

Em 2022, contratamos um *software* de gestão de pessoas que agilizará o processamento de solicitações de treinamento recebidas, com maior assertividade na oferta de ações de desenvolvimento e no atendimento às necessidades dos empregados.

Alura, que contribuem para ampliar os conhecimentos e a empregabilidade futura de nossos estagiários.

Seguimos investindo em plataformas externas de treinamento *on-line* e inserindo novos cursos e tutoriais em nossa plataforma interna, o BNDES EaD. Em 2022, destacam-se cursos sobre proteção de dados pessoais, avaliação de desempenho e pontuação, e assédio moral. O estímulo ao ensino a distância (EaD) é um direcionador da aprendizagem corporativa no BNDES por permitir acesso mais amplo e maior economicidade.

CONTINGÊNCIA

Nossa atuação para continuidade das atividades durante a pandemia foi pautada pelo Plano de Gerenciamento de Incidentes e liderada pelo Comitê de Contingência, composto pela Diretoria Executiva. A tomada de decisões foi apoiada pelo Subcomitê de Contingência, formado por superintendentes, e por informações fornecidas pelas equipes especializadas em continuidade de negócios, que atuaram como pontos de monitoramento da situação.

O retorno ao trabalho presencial foi implementado após a estabilização dos principais indicadores da pandemia, a partir de março de 2022. Além do monitoramento de indicadores externos, acompanhamos a incidência de novos casos entre empregados ativos e mantivemos medidas de contingenciamento e prevenção à Covid-19 em nossos ambientes de trabalho, seguindo as atualizações do dispositivo específico que trata do tema, elaborado conjuntamente pelo Ministério da Saúde e pelo Ministério do Trabalho e Previdência.

Para evitar a circulação de casos suspeitos, foi mantida, até 5 de agosto de 2022, ampla triagem de sintomas no acesso às dependências do Banco, além do mapeamento de potencial contato com

pessoas contaminadas. Quando necessário, foi solicitada a realização de testes RT-PCR e viabilizada a testagem rápida nas dependências do Edserj, a fim de garantir maior celeridade ao diagnóstico.

A equipe de saúde ocupacional manteve acompanhamento regular do ambiente de trabalho e orientou os empregados sobre sua saúde física e mental, analisando, inclusive, solicitações de manutenção do regime remoto (*home office*) devido a condições médicas. Permitimos a atuação remota de pessoas com comorbidades, gestantes, lactantes e seus coabitantes, bem como daquelas com 60 anos ou mais, até o fim de agosto de 2022, quando foi implantado o Programa Piloto de Trabalho Híbrido – que, naturalmente, reduziu a taxa de ocupação presencial em nossos escritórios. Em casos que envolviam imunossupressão do próprio empregado ou coabitante, permitiu-se a opção pelo trabalho remoto integral, mesmo após a implantação do regime híbrido.

A campanha de vacinação contra *influenza* foi realizada normalmente entre os meses de abril e maio, ajudando a conter as ondas de gripe e, em certa medida, colaborando para o gerenciamento da contingência da Covid-19.

Em dezembro, com o fim da implementação do Plano de Retorno ao Trabalho Presencial do BNDES e não havendo mais impactos relevantes nas atividades críticas do Banco, a Diretoria Executiva decretou o encerramento da contingência. As questões sanitárias continuam sendo acompanhadas, cotidianamente, pelo SESMT, que conta com o apoio da governança para contingências, sempre que necessário. Em fevereiro de 2023, com a melhora consistente na situação da pandemia, os casos que envolviam imunossupressão, último grupo que continuava com a possibilidade de optar pelo *home office* exclusivo, retornou ao trabalho presencial híbrido.

TRABALHO HÍBRIDO

Em agosto de 2022, instituímos o Programa Piloto de Trabalho Híbrido, visando modernizar as práticas de gestão, ampliar o alinhamento à agenda ASG, aumentar o engajamento e a produtividade de nossos empregados e a qualidade das entregas para a sociedade, em linha com movimento global de mudanças nas relações de trabalho.

O programa foi lançado em caráter experimental e, em dezembro de 2022, contava com a adesão de 2.152 empregados, a maior parte em trabalho remoto por dois dias na semana. Em abril de 2023, após reavaliação pela Diretoria, o trabalho híbrido foi prorrogado por mais um ano, incluindo a possibilidade de trabalho remoto aos estagiários e regime especial de trabalho aos empregados PcD e pais de filhos com deficiência.

SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO [GRI 403-3]

Contamos com equipes formalmente instituídas voltadas à saúde e segurança no trabalho (SST): a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) e as equipes auxiliares de escape (EAE). Embora nossos escritórios estejam localizados em condomínios comerciais com serviços de prevenção, nosso serviço de medicina ocupacional oferece treinamento em primeiros socorros, com certificação internacional, para que os empregados possam atuar como socorristas em situações de emergência.

Além disso, os acordos coletivos de trabalho têm englobado temas dessa natureza, como a realização de simulações regulares de evacuação do edifício principal no Rio de Janeiro; o repasse de informações sobre acidentes e doenças profissionais; e a constituição do SESMT, comum entre a Fapes e o BNDES. Conforme requisitos legais, mantemos atualizado nosso Programa de Gestão de Riscos (PGR) e instauramos o Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO) e demais programas preventivos de saúde, incluindo ações focadas em ergonomia e em saúde mental. Todas essas iniciativas colaboram para controlar as taxas de absenteísmo e para impedir a instituição de atividades que representem alta incidência ou alto risco de doenças ocupacionais. A taxa de absenteísmo relativa

à SST em 2022 foi de 2,81, sendo calculada pela razão entre dias ausentes e dias programados, multiplicada por cem. A taxa considera somente as ausências de saúde e segurança no trabalho (nesse caso, por considerar o afastamento em si e não entrar no mérito de nexo causal, todas são computadas, inclusive acidentes de trajeto).

PERICULOSIDADE, AVALIAÇÃO DE RISCOS E INVESTIGAÇÃO E INCIDENTES [GRI 403-2]

Segundo os critérios estabelecidos pela legislação, somos uma empresa de grau de risco 1 (GR-1) e seguimos a lógica de PGR por demonstração ambiental. A avaliação quanto à periculosidade e insalubridade de nossas atividades está baseada em consultoria externa, sendo revisada em nosso PGR caso haja mudança significativa do perfil de risco da empresa. Com relação à periculosidade, nossas atividades ocupacionais estão caracterizadas como “atividade predominantemente administrativa, de caráter intelectual, realizada em edificações comerciais com condições ambientais devidamente controladas, localizadas em centros urbanos, em expediente de 7h diárias, na posição sentado, com uso preponderante de ferramentas computacionais”. Ou seja, não há exposição a inflamáveis, explosivos ou energia elétrica. Destaca-se ainda o fato de que, mesmo sendo uma empresa de atividade bancária, não contamos com agências ou atividades correlatas que exponham nossos empregados a roubos ou outras espécies de violência física, sejam relacionadas à segurança pessoal ou patrimonial, nas suas atividades profissionais. Para fins de demonstração ambiental, em atendimento à legislação previdenciária, nossos empregados se enquadram na situação “não exposto a agente nocivo” prejudicial à saúde ou integridade física. Nesse contexto, os incidentes de saúde e segurança do trabalho estão normalmente relacionados a questões de arranjo físico, acidentes de trajeto ou

outros casos atípicos que precisem de tratamento preventivo, como viagens a serviço. Os acidentes são comunicados ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em cumprimento à Lei 8.113/1991 (atualmente por meio do eSocial) e investigados para adoção de medida corretiva com foco em prevenção ou para certificação dos dados do registro.

ACIDENTES DE TRABALHO [GRI 403-9]
[GRI 403-10]

Nossas atividades não contemplam riscos de criticidade alta e consequência grave, tendo em vista a probabilidade de ocorrência e prejuízos causados. Na tabela a seguir, apresentamos as taxas de SST referentes a 2022, considerando todos os trabalhadores com vínculo que demande controle previdenciário e ocupacional (não sendo contemplados, portanto, estagiários, jovens aprendizes e terceiros). Em consonância com nosso perfil de risco, não foram registradas doenças ocupacionais em 2022.

TAXAS DE SST ⁽¹⁾	2022
Taxa de lesões (TL) ⁽²⁾	0,82
Taxa de doenças ocupacionais (TDO)	zero
Taxa de dias perdidos (TDP) ⁽³⁾	0,90
Óbitos decorrentes de acidente de trabalho ou doença ocupacional	zero
Número de horas trabalhadas ⁽⁴⁾	537.020

(1) Os dados são referentes ao período entre 1.1.2022 e 31.12.2022. O ano de 2022 ainda foi impactado pela pandemia de Covid-19, com suspensão total do Plano de Retorno em janeiro, em função da variante Ômicron, e retornos programados por exercício de função comissionada e idade, a partir de março.

(2) Frequência de acidentes com lesão (TL) – consideram-se 2.000 horas de exposição anual por trabalhador (NBR 14280), ou seja, 2.000 horas x nº de empregados com a base de empregados de 31.12.2022. Houve um total de quatro acidentes típicos e 14 de trajeto (nenhum em transporte fornecido pela organização). A taxa é calculada pela fórmula $NL \times 1.000.000/H$, em que NL é o número de acidentados típicos com lesão (4) e H é o número de empregados $(2.441) \times 2.000$ h.

(3) A taxa de dias perdidos (TDP) considera oito dias perdidos com acidentes típicos sobre um total de 880 dias programados $(220 \text{ dias} \times 4 \text{ empregados acidentados})$.

(4) O número de horas trabalhadas considera as programadas, sendo calculado da seguinte forma: $2.441 \times 5 \text{ dias} \times 44 \text{ semanas} = 537.020$ h.

SERVIÇO ESPECIALIZADO DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

Nosso SESMT atua como canal de recebimento de incidentes, posteriormente encaminhados à área responsável do Banco para que sejam solucionados com apoio das

administrações condominiais. Quando é necessário atendimento médico emergencial, ele é prestado pela equipe de saúde coordenada pelo SESMT. Além de um ambulatório ocupacional/emergencial localizado no Rio de Janeiro, os empregados ativos são cobertos por contrato de remoção para hospital. O SESMT é composto pelo BNDES e pela Fapes, contando com quadro mínimo formado por especialista em engenharia de segurança do trabalho, médico do trabalho, técnico de segurança do trabalho e auxiliar de enfermagem do trabalho. As atividades são apoiadas, ainda, por diversos outros profissionais da área da saúde da fundação (como médicos, enfermeiros e psicólogos), além de empregados administrativos. O SESMT está previsto em nosso ACT e suas atividades são validadas pela Cipa, que tem representação dos empregados.

PROMOÇÃO DA SAÚDE NO BNDES [GRI 403-6]

A estrutura de saúde ofertada a nossos empregados contempla saúde ocupacional e prestação de atendimento assistencial e emergencial nos locais de trabalho. Inclui também adesão a programas preventivos de saúde ligados a endocrinologia e nutrição; incentivo ao aleitamento materno; atualização vacinal; e atendimentos em pneumologia, psiquiatria, psicologia, urologia, infectologia e dermatologia. Além disso, os empregados beneficiários do PAS têm acesso a uma extensa rede credenciada de médicos, clínicas, hospitais, serviços diagnósticos e a outros atendimentos relacionados à área da saúde. No âmbito do plano, os beneficiários podem participar de um programa de atenção primária à saúde.

Nossos estagiários dispõem de seguro obrigatório para cobrir eventuais acidentes, como previsto na Lei 11.788/2008, e contam com benefício básico de saúde durante o período de estágio. Já os jovens

aprendizes estão vinculados à instituição contratada pelo Banco para administrar o programa, que fica responsável pela oferta de plano de saúde.

DADOS DE SAÚDE DE EMPREGADOS

Com relação ao controle de informações pessoais dos empregados, por contarmos com uma equipe de saúde apartada da estrutura de recursos humanos, o sigilo médico pessoal é preservado de forma consistente. Há separação entre os documentos que são tomados como demonstrações ambientais – para cumprimento legal e de normas regulamentadoras, a exemplo do PGR e do PCMSO – e aqueles que são pessoais. Os documentos individuais dos empregados que não comportam dados sigilosos transitam entre as equipes de saúde e de recursos humanos, como é o caso das comunicações de acidente de trabalho (CAT) e do atestado de saúde ocupacional (ASO). Já atestados médicos apresentados para justificativa de ausência, registros de atendimentos médicos e psicológicos e pareceres específicos, que estão resguardados pelo sigilo médico, são acessíveis apenas aos profissionais da equipe de saúde.

PARTICIPAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE EMPREGADOS EM QUESTÕES DE SAÚDE E SEGURANÇA [GRI 403-4] [GRI 403-5]

A participação dos empregados nas questões de SST está assegurada pela Cipa (conforme previsto na NR-5), na medida em que ela é uma comissão paritária, composta em igual número por representantes do empregador e dos empregados. O processo de composição ocorre anualmente com indicação dos representantes do empregador e eleição dos representantes dos empregados. Aqueles que compõem a

comissão são devidamente capacitados no tema saúde e prevenção, reunindo-se mensalmente para discutir e deliberar sobre questões que afetam todo o corpo funcional. As reuniões são abertas à participação de todos os empregados, e a comissão está apta a receber demandas e tratá-las em conjunto com a administração, com apoio técnico do SESMT. Além de capacitação para os integrantes da Cipa, proporcionamos formação para as equipes que apoiam exercícios de escape e combate a princípio de incêndio e oferecemos periodicamente treinamentos de primeiros socorros. Todas essas capacitações são ofertadas gratuitamente e durante horário de trabalho.

GESTÃO DE SAÚDE E SEGURANÇA [GRI 403-1]

Realizamos a gestão de saúde e segurança do trabalho em consonância com o texto da NR-1, com uma dinâmica de gerenciamento baseada na abordagem PDCA (*plan, do, check, act*), amplamente utilizada em sistemas que seguem a norma ABNT NBR ISO 45001.

Todos os empregados e estagiários do BNDES estão incluídos no sistema de gestão de SST, em todas as suas atividades e unidades localizadas no território nacional. No caso de empregados terceirizados, os requisitos de saúde e segurança ficam a cargo de seus empregadores diretos, cabendo ao Banco orientar quanto à necessidade de cumprimento desses requisitos. A única exceção ocorre no que diz respeito ao atendimento emergencial em nossas dependências no Rio de Janeiro, em que a existência de um ambulatório médico permite o atendimento também do grupo de terceirizados, na condição de assistidos. No entanto, ainda não implementamos sistema de gestão passível de auditoria e certificação.

NOVOS DESAFIOS E VISÃO DE FUTURO



Nosso propósito é melhorar a vida de gerações, promovendo desenvolvimento econômico, social e ambiental. Queremos ser um banco de desenvolvimento verde, digital, inclusivo, inovador, industrializante e tecnológico. Para isso temos o desafio de retomar o protagonismo do BNDES no desenvolvimento econômico, social e ambiental brasileiro.

O desenvolvimento social e a garantia de direitos estão entre os maiores desafios do país. Para se desenvolver de forma sustentável, o país precisa superar as suas desigualdades, em todos os níveis: de raça, gênero, econômica e regional. O BNDES pretende assumir um papel indutor dessa agenda, que será refletida em suas políticas internas e operacionais. De igual modo, o Banco pode contribuir de forma relevante para a transição do país para uma economia verde, que valorize sua sociobiodiversidade e contribua para o seu processo de descarbonização.

Em um contexto de emergência climática, as instituições públicas têm o dever de liderar a transição justa para a economia de baixo carbono, ajudando a promover o desenvolvimento de forma sustentável e, sobretudo, inclusiva. Devem servir de exemplo, buscando demonstrar as melhores práticas, mas também induzi-las por meio de parcerias, soluções e difusão de conhecimento. Já temos um longo histórico de apoio à energia limpa, mas precisamos trabalhar em diferentes frentes, como a do hidrogênio verde, e ainda em outros setores, estimulando, por exemplo, a preservação dos recursos naturais por meio de técnicas agrícolas adequadas e reafirmando o compromisso com o não desmatamento.

O Brasil, que foi pioneiro em assumir compromissos voluntários de redução de emissões de gases de efeito estufa e na

construção de soluções ligadas a energia renovável, tem matriz energética limpa e experiência em tecnologias verdes, precisa retomar essa posição de protagonismo e liderança na agenda ambiental. É necessário adotar medidas que contribuam para um reposicionamento do país perante o mundo no enfrentamento das mudanças climáticas. A posse de um imenso ativo florestal e de biodiversidade impõe esforços voltados a sua conservação e uso sustentável, mas também gera grande oportunidade de captação de recursos para o país. Temos como desafio avançar para atuar mais fortemente na atração e gestão desses recursos.

A agenda verde está intimamente ligada também ao investimento em infraestrutura, que deve ter como foco projetos sustentáveis e resilientes. Com longo histórico de atuação no setor, continuaremos apoiando a transição energética, com destaque para o uso de fontes renováveis, gás natural e novas rotas tecnológicas. A modernização e adaptação de ativos visando a transição energética, assim como a universalização do saneamento, estão entre nossas prioridades, que passam por ampliar o acesso e a qualidade dos serviços de infraestrutura para a população brasileira. Como banco de desenvolvimento, temos que pensar no longo prazo, oferecendo as condições para o crescimento do país.

No que se refere à estrutura produtiva, precisamos retomar a industrialização e ampliar a produtividade nacional por meio da transformação digital, com apoio à expansão da conectividade, digitalização de processos e implantação de tecnologias de indústria modernizantes, que contribuam para o processo de descarbonização industrial, além de apoio à transição climática. Ao investirmos na modernização de nosso parque automotivo, por exemplo, estimulamos toda uma cadeia de produção,

gerando empregos ao mesmo tempo em que reduzimos emissões eletrificando nossa frota.

Na indústria, promover o desenvolvimento sustentável da bioeconomia e da economia circular são nossas prioridades, bem como o fortalecimento de cadeias estratégicas como as do complexo da saúde, de defesa, da eletrônica, de fertilizantes e de bioinsumos visando a autonomia tecnológica e a competitividade no longo prazo. Promover a inserção competitiva do Brasil nas cadeias globais de valor é outro desafio e passa por retomar e ampliar o apoio às exportações de bens manufaturados do país, contribuindo para a maior diversificação da pauta exportadora brasileira e para o aumento da competitividade da indústria nacional. O mercado internacional é relevante para a sobrevivência das nossas empresas. Precisamos retomar nosso papel na economia mundial.

O financiamento às micro, pequenas e médias empresas (MPME) e a inclusão produtiva também são desafios contínuos, importantes para promover a inclusão social, por meio da geração de emprego e renda. Com o estímulo ao cooperativismo e à agricultura familiar, podemos chegar às empresas de menor porte, contribuindo para descentralizar o crédito no país. Os instrumentos de financiamento devem ser inovadores, com o uso de mecanismos de mitigação de risco. O apoio a MPMEs favorece a desconcentração da renda e a redução das desigualdades. A geração de novas oportunidades é fundamental. Retomar o compromisso com a economia criativa, por exemplo, é uma forma de ampliar a geração de empregos, reforçar nossa identidade nacional e fortalecer nossa diversidade cultural.

Na agenda social, nossa atuação passa por investimentos em educação e saúde, sempre com foco em inclusão. Para além de nosso apoio, queremos ser um exemplo

de inclusão por meio de ações afirmativas também no âmbito interno, voltadas à promoção da equidade de gênero e da diversidade racial. A desigualdade regional também está em nossa visão, com impulso para o desenvolvimento da região Norte e Amazônica. Queremos levar a conectividade às escolas brasileiras, aumentando a inclusão social de nossas crianças.

Deve ser retomado o investimento destinado a estados e municípios e o apoio reembolsável e não reembolsável a ações de inclusão produtiva urbana e rural. Destaca-se o compromisso do BNDES com a transição do país para sistemas agroalimentares saudáveis e sustentáveis, agenda que integra a promoção da segurança alimentar, resiliência climática e restauração e uso sustentável da sociobiodiversidade.

As agendas social, ambiental e climática serão transversais a toda nossa atuação e demandarão a busca contínua por melhores instrumentos e condições de financiamento. Para expandir nossos desembolsos e carteira de crédito, teremos que ampliar e diversificar nossas fontes de captação de recursos nacionais e internacionais, trabalhando para garantir nossa sustentabilidade financeira.

Queremos somar, atraindo recursos privados para o interesse público, complementando a atuação do mercado com propostas portadoras de futuro. Precisamos discutir taxas diferenciadas para setores estratégicos e de forma alinhada com políticas públicas inovadoras, criativas e consistentes.

São muitos os desafios, mas queremos construir o BNDES do futuro para ajudar a construir um país mais justo e solidário, com oportunidades para todos os brasileiros.

SUMÁRIO DE CONTEÚDO DA GRI

[GRI 1: Fundamentos 2021]



O BNDES relatou as informações citadas neste sumário de conteúdo da GRI para o período de 1.1.2022 a 31.12.2022, com base nas Normas GRI.

NORMA	INDICADOR	DESCRIÇÃO	PÁGINA	PACTO GLOBAL	ODS
CONTEÚDOS GERAIS					
GRI 2 – Conteúdos gerais 2021	GRI 2-1	Detalhes da organização	18		
	GRI 2-2	Entidades incluídas no relato de sustentabilidade da organização	9, 45		
	GRI 2-3	Período de relato, frequência e ponto de contato	9, 10, 45		
	GRI 2-4	Reformulações de informações	9		
	GRI 2-5	Verificação externa	9		
	GRI 2-6	Atividades, cadeia de valor e outras relações de negócios	12, 13, 18, 35, 104, 105		
	GRI 2-7	Empregados	129, 130	6	5, 8
	GRI 2-9	Estrutura de governança e sua composição	97, 99, 100		16
	GRI 2-10	Nomeação e seleção para o mais alto órgão de governança	99, 100		16
	GRI 2-11	Presidente do mais alto órgão de governança	99		16
	GRI 2-12	Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na supervisão da gestão dos impactos	22, 24, 91, 97, 98, 99, 119	7	16
	GRI 2-13	Delegação de responsabilidade pela gestão de impactos	97, 98	7	16
	GRI 2-14	Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança no relato de sustentabilidade	9, 10		
	GRI 2-15	Conflitos de interesse	101		16
	GRI 2-16	Comunicação de preocupações cruciais	97		16
	GRI 2-17	Conhecimento coletivo do mais alto órgão de governança	101		16
	GRI 2-18	Avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança	101		16
	GRI 2-19	Políticas de remuneração	102		16
	GRI 2-20	Processo para determinação da remuneração	102		16
	GRI 2-21	Proporção da remuneração total anual	135		16
	GRI 2-22	Declaração sobre estratégia de desenvolvimento sustentável	5, 6		12, 13
	GRI 2-25	Processos para reparar impactos negativos	110, 120, 121	1, 8	16
	GRI 2-26	Mecanismos para aconselhamento e apresentação de preocupações	110, 120, 121	1, 8	16
	GRI 2-27	Conformidade com leis e regulamentos	108	1, 8	16
	GRI 2-28	Participação em associações	124, 125, 126		17
	GRI 2-29	Abordagem para engajamento de <i>stakeholders</i>	118		17
	GRI 2-30	Acordos de negociação coletiva	135	3	8
TEMAS MATERIAIS					
GRI 3 – Temas materiais 2021	GRI 3-1	Processo de definição de temas materiais	10		
APOIO A MPMEs					
GRI 3 – Temas materiais 2021	GRI 3-3	Gestão dos temas materiais	71		8, 9, 10
GRI 203 – Impactos econômicos indiretos 2016	GRI 203-2	Impactos econômicos indiretos significativos	73		8, 9, 10

NORMA	INDICADOR	DESCRIÇÃO	PÁGINA	PACTO GLOBAL	ODS
DESESTATIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DE PROJETOS					
GRI 3 – Temas materiais 2021	GRI 3-3	Gestão dos temas materiais	3		6, 7, 8, 9, 11, 13, 17
GRI 203 – Impactos econômicos indiretos 2016	GRI 203-1	Investimentos em infraestrutura e apoio a serviços	64		6, 7, 8, 9, 11, 13, 17
	GRI 203-2	Impactos econômicos indiretos significativos	63		6, 7, 8, 9, 11, 13, 17
IMPACTO DA ATUAÇÃO DO BNDES					
GRI 3 – Temas materiais 2021	GRI 3-3	Gestão dos temas materiais	88	1, 2, 7	Todos
GRI 2 – Conteúdos gerais 2021	GRI 2-23	Compromissos de política	88, 89	1, 2, 7	Todos
	GRI 2-24	Incorporação de compromissos de política	88, 89	1, 2, 7	Todos
GRI 203 – Impactos econômicos indiretos 2016	GRI 203-1	Investimentos em infraestrutura e apoio a serviços	94		8, 9, 11
	GRI 203-2	Impactos econômicos indiretos significativos	92		8, 9, 11
GRI 304 – Biodiversidade 2016	GRI 304-2	Impactos significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade	93	7	14, 15
GRI 403 – Saúde e segurança no trabalho 2018	GRI 403-7	Prevenção e mitigação de impactos de saúde e segurança do trabalho diretamente vinculados com relações de negócios	94	1, 2	8
GRI 408 – Trabalho infantil 2016	GRI 408-1	Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho infantil	94	1, 2, 5	8
GRI 409 – Trabalho forçado ou análogo ao escravo 2016	GRI 409-1	Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo	91, 94	1, 2, 4	8
GRI 413 – Comunidades locais 2016	GRI 413-1	Operações com engajamento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento voltados à comunidade local	92, 94	1, 2	11
	GRI 413-2	Operações com impactos negativos significativos reais ou potenciais nas comunidades locais	90, 94	1, 2	11
MUDANÇAS CLIMÁTICAS					
GRI 3 – Temas materiais 2021	GRI 3-3	Gestão dos temas materiais	82	7	7, 13, 17
GRI 305 – Emissões 2016	GRI 305-1	Emissões diretas (escopo 1) de gases de efeito estufa (GEE)	84	7	13
	GRI 305-2	Emissões indiretas (escopo 2) de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia	84	7	13
	GRI 305-3	Outras emissões indiretas (escopo 3) de gases de efeito estufa (GEE)	84	7	13
	GRI 305-4	Intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE)	85	7	13
NOVAS SOLUÇÕES E PRODUTOS					
GRI 2 – Conteúdos gerais 2021	GRI 2-24	Incorporação de compromissos de política	40	8, 9	16
GRI 3 – Temas materiais 2021	GRI 3-3	Gestão dos temas materiais	40	8, 9	4, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 15, 16, 17
OUTROS INDICADORES GRI RELATADOS					
GRI 201 – Desempenho econômico 2016	GRI 201-1	Valor econômico direto gerado e distribuído	53		8
	GRI 201-4	Apoio financeiro recebido do governo	50		16
GRI 203 – Impactos econômicos indiretos 2016	GRI 203-1	Investimentos em infraestrutura e apoio a serviços	13, 56		9
	GRI 203-2	Impactos econômicos indiretos significativos	13		8, 9
GRI 205 – Combate à corrupção 2016	GRI 205-1	Operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção	115	10	16
	GRI 205-2	Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate à corrupção	107, 108	10	16
	GRI 205-3	Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas	108	10	16
GRI 206 – Concorrência desleal 2016	GRI 206-1	Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio	108		16

NORMA	INDICADOR	DESCRIÇÃO	PÁGINA	PACTO GLOBAL	ODS
OUTROS INDICADORES GRI RELATADOS					
GRI 207 – Tributos 2019	GRI 207-1	Abordagem tributária	54		16
	GRI 207-2	Governança, controle e gestão de risco fiscal	54		16
	GRI 207-3	Engajamento de <i>stakeholders</i> e gestão de suas preocupações quanto a tributos	54		16
	GRI 207-4	Relato país a país	54		16
GRI 302 – Energia 2016	GRI 302-1	Consumo de energia dentro da organização	19	8	7
	GRI 302-3	Intensidade energética	19	8	7
	GRI 302-4	Redução do consumo de energia	19	8	7
GRI 303 – Água e efluentes 2018	GRI 303-5	Consumo de água	20	8	6
GRI 306 – Resíduos 2020	GRI 306-3	Resíduos gerados	20	8	12
	GRI 306-4	Resíduos não destinados para disposição final	20	8	12
	GRI 306-5	Resíduos destinados para disposição final	20	8	12
GRI 401 – Emprego 2016	GRI 401-1	Novas contratações e rotatividade de empregados	129	6	5, 8
	GRI 401-2	Benefícios oferecidos a empregados em tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de período parcial	135, 136		8
	GRI 401-3	Licença maternidade/paternidade	136	6	5, 8
GRI 403 – Saúde e segurança no trabalho 2018	GRI 403-1	Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	142		3, 8
	GRI 403-2	Identificação de periculosidade, avaliação de riscos e investigação de incidentes	140		3, 8
	GRI 403-3	Serviços de saúde do trabalho	140		3, 8
	GRI 403-4	Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho	142		3, 8
	GRI 403-5	Capacitação de trabalhadores em saúde e segurança do trabalho	142		3, 8
	GRI 403-6	Promoção da saúde do trabalhador	141		3, 8
	GRI 403-9	Acidentes de trabalho	141		3, 8
	GRI 403-10	Doenças profissionais	141		3, 8
GRI 404 – Capacitação e educação 2016	GRI 404-1	Média de horas de capacitação por ano, por empregado	138	6	4, 5, 8
	GRI 404-2	Programas para o aperfeiçoamento de competências dos empregados e de assistência para transição de carreira	134, 138		4, 8
	GRI 404-3	Percentual de empregados que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira	137	6	5, 8
GRI 405 – Diversidade e igualdade de oportunidades 2016	GRI 405-1	Diversidade em órgãos de governança e empregados	99, 103, 130, 132	6	5, 8
	GRI 405-2	Proporção entre o salário-base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos por homens	135	6	5, 8
GRI 406 – Não discriminação 2016	GRI 406-1	Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas	110	6	5, 8
GRI 408 – Trabalho infantil 2016	GRI 408-1	Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho infantil	37, 110	1, 2, 5	8
GRI 409 – Trabalho forçado ou análogo ao escravo 2016	GRI 409-1	Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo	37, 110	1, 2, 4	8
GRI 410 – Práticas de segurança 2016	GRI 410-1	Pessoal de segurança capacitado em políticas ou procedimentos de direitos humanos	132	1, 2	16
GRI 415 – Políticas públicas 2016	GRI 415-1	Contribuições políticas	109	10	16
GRI 417 – Marketing e rotulagem	GRI 417-3	Casos de não conformidade em relação a comunicação de <i>marketing</i>	108		16
GRI 418 – Privacidade do cliente 2016	GRI 418-1	Queixas comprovadas relativas a violação da privacidade e perda de dados de clientes	121	1	16

FICHA TÉCNICA

Composição dos cargos em 31 de dezembro de 2022

Presidente da República

Jair Bolsonaro

Ministro da Economia

Paulo Guedes

BNDDES

Conselho de Administração

Walter Baere de Araújo Filho (presidente)

Arthur Cesar Vasconcelos Koblitz

Hailton Madureira de Almeida

Sônia Aparecida Consiglio

Pedro Maciel Capeluppi

Marcelo Pacheco dos Guaranys

João Laudo de Camargo

Heloisa Belotti Bedicks

Fábio de Barros Pinheiro

Joisa Campanher Dutra Saraiva

Conselho Fiscal

Pricilla Maria Santana (presidente)

Marília Moreira Garcez

Julio Cesar Vieira Gomes

Paula Bicudo de Castro Magalhães (suplente)

Antônio Simões Branco Junior (suplente)

Comitê de Auditoria

Fábio de Barros Pinheiro (presidente/coordenador)

Maria Salete Garcia Pinheiro

Paulo Marcelo de Miranda Serrano

Diretoria

Presidente

Gustavo Montezano

Diretores

Bruno Caldas Aranha

Bruno Laskowsky

Claudenir Brito

Fábio Abrahão

Lourenço Tigre

Marcelo Rangel

Rodrigo Aquino

Solange Vieira

TELEFONES E ENDEREÇOS

Central de Atendimento

0800 702 6337

www.bndes.gov.br/faleconosco

Ouvidoria

0800 702 6307

Caixa postal: 15054

20031-120 | Rio de Janeiro | RJ

www.bndes.gov.br/ouvidoria

Escritórios

Edserj – Rio de Janeiro

Av. República do Chile, 100 | Centro

20031-917 | Rio de Janeiro | RJ

Brasília

Centro Empresarial Parque Cidade

Setor Comercial Sul – SCS

Quadra 9 | Torre C | 12º andar

70308-200 | Brasília | DF

Tel.: 61 3204 5600

São Paulo

Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 510

5º andar | Vila Nova Conceição

04543-906 | São Paulo | SP

Tel.: 11 3512 5100

Recife

Rua Padre Carapuceiro, 858 | 18º e 19º andares

Centro Empresarial Queiroz Galvão

Torre Cícero Dias | Boa Viagem

51020-280 | Recife | PE

Tel.: 81 2127 5800

Coordenação

Gabinete da Presidência

Área de Controladoria

Área de Planejamento

Edição

Gabinete da Presidência

Departamento de Comunicação

Gerência de Editoração e Memória

Coordenação editorial

Fernanda Costa e Silva

Gabriel Canedo

Luisa de Carvalho e Silva

Equipe técnica

Fernanda Costa e Silva

Gabriel Canedo

Helena Werneck

Janaina Senra

Luisa de Carvalho e Silva

Matias Carlos Auel

Paula Barreto

Projeto gráfico e diagramação

Refinaria Design

Copidesque e revisão

Tikinet

Editado pelo Departamento de Comunicação do
Gabinete da Presidência do BNDES

Maio de 2023



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO,
INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E SERVIÇOS

